

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS

2009

PORTUGAL TELECOM



GENTE COM FIBRA

Portugal Telecom, SGPS, SA

Sociedade aberta

Capital social 26.895.375 euros

Matrícula na Conservatória
do Registo Comercial de Lisboa
e de Pessoa Colectiva n.º 503 215 058

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa

As designações “PT”, “Grupo Portugal Telecom”,
“Grupo PT”, “Grupo” e “Empresa” referem-se
ao conjunto das empresas que constituem
a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas,
consoante o contexto.

72.000.000

Clientes

Representa um acréscimo de 15% face a 2008

Internacionais 84% | Nacionais 16%

170 milhões de euros

Investimento na Sociedade de Informação

Representa 2,5% dos resultados operacionais

233 milhões de euros

Investimento em Investigação e Desenvolvimento

Representa um acréscimo de 42% face a 2008

6.785 milhões de euros

Receitas Operacionais

Representa um acréscimo de 0,9% face a 2008

Internacional 51,5% | Nacional 48,5%

2.502 milhões de euros

EBITDA

Representa um acréscimo de 0,9% face a 2008

1.268 milhões de euros

Investimento

Representa um acréscimo de 2% face a 2008

21% Redução Emissões de CO2

Face a 2008

8	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
10	MENSAGEM DO PRESIDENTE EXECUTIVO
15	01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
29	02 ASPECTOS REGULAMENTARES
37	03 PERFIL ESTRATÉGICO
43	04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
51	05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
65	06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS
66	MERCADO DOMÉSTICO
74	MERCADO INTERNACIONAL
79	07 RECURSOS HUMANOS
81	08 PT NO MERCADO DE CAPITAIS
87	09 PRINCIPAIS EVENTOS
93	10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS
97	11 PERSPECTIVAS FUTURAS
99	12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
101	13 ACTIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS
105	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
202	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA
204	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS
206	RELATÓRIO DE AUDITORIA
209	GLOSSÁRIO
210	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
211	INDICADORES-CHAVE
215	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACCIONISTAS
216	CONTACTOS

PORTUGAL TELECOM

PORTUGAL

RECEITAS (MILHÕES DE EUROS)

Rede fixa	1.948 milhões de euros	Retalho, voz e dados para grandes empresas, ISP e banda larga [PT Comunicações 100%] Voz e dados para PME [PT Prime 100%]
Móvel	1.518 milhões de euros	TMN 100%

PRINCIPAIS ACTIVOS INTERNACIONAIS

RECEITAS (MILHÕES DE EUROS)

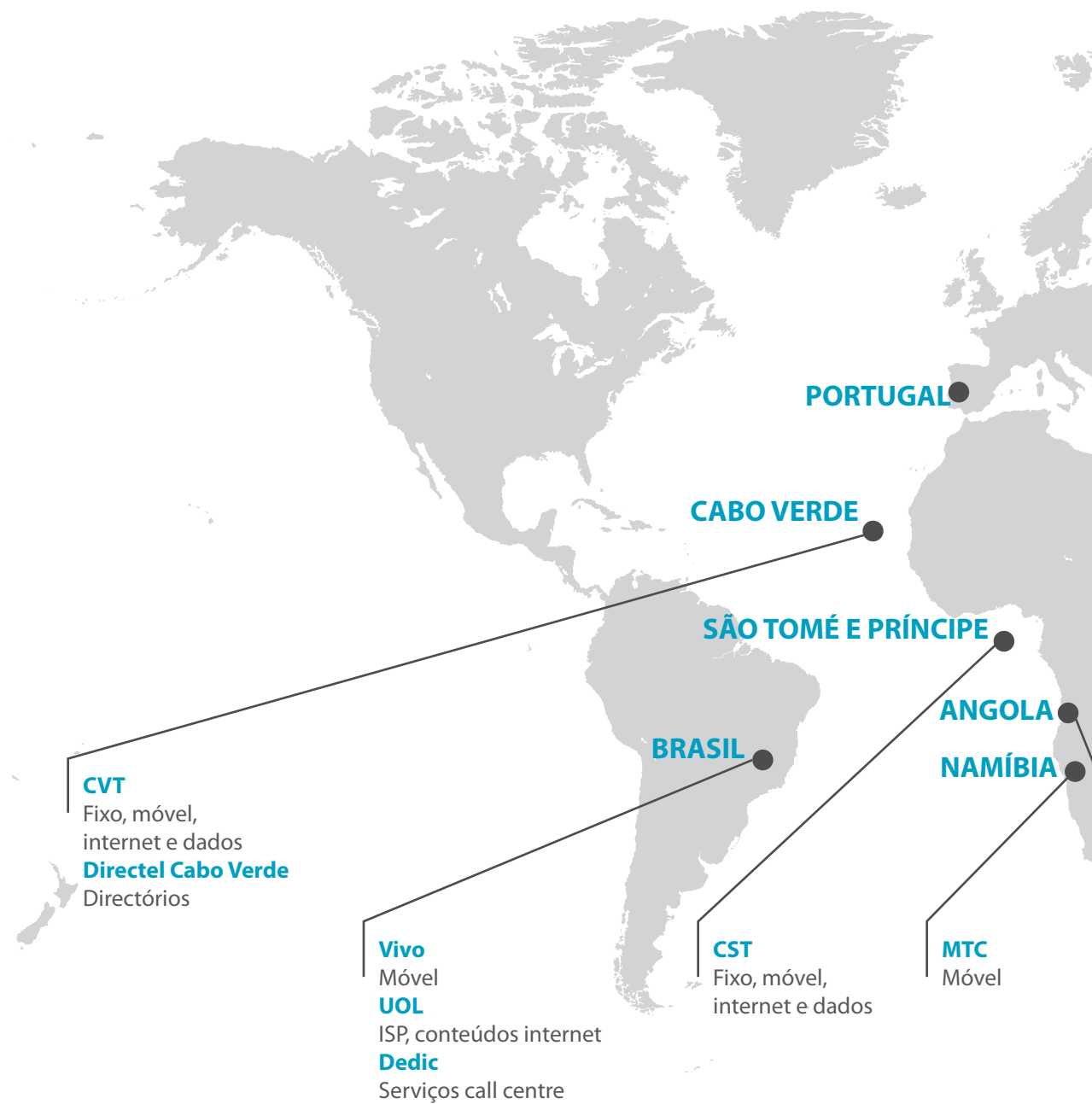
Vivo 29,71%	Brasil	Móvel	3.138
Unitel 25% (*)	Angola	Móvel	1.120
CTM 28%	Macau	Fixo, móvel	219
MTC 34% (*)	Namíbia	Móvel	124
CVT 40% (*)	Cabo Verde	Fixo, móvel	71
Timor Telecom 41,12%	Timor	Fixo, móvel	35
CST 51% (*)	São Tomé e Príncipe	Fixo, móvel	12
UOL 28,78%	Brasil	ISP, conteúdos e internet	n/d

(*) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

EMPRESAS INSTRUMENTAIS

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];
Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];
Call centres e serviços de telemarketing [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 82,05%]

PORTUGAL TELECOM





Em 2009, a PT consolidou a sua evolução estratégica iniciada durante o mandato do triénio 2006-2008 com a implementação do plano que foi apresentado aos Accionistas e aprovado por larga maioria na mais participada Assembleia-Geral da história da PT, que teve lugar a 2 de Março de 2007. Este plano foi consolidado e ampliado, em Abril de 2008, com a aprovação do plano estratégico por parte do Conselho de Administração, o qual constrói a base para um rentável crescimento futuro.

Ainda durante o ano de 2009, a PT consolidou a sua presença nos mercados onde opera, continuando a lançar novos produtos e serviços, o que permitiu à Empresa a manutenção da sua posição competitiva de liderança em cada mercado.

Foi eleito um novo Conselho de Administração, para o período entre 2009 e 2011, na Assembleia-Geral que teve lugar em Abril de 2009. Este novo Conselho de Administração irá continuar a definir e implementar a estratégia da PT, centrada na inabalável procura de oportunidades para melhor consolidar e expandir a presença da PT nos mercados onde a Empresa opera.

Apesar do contexto económico adverso, em 2009 as receitas da PT aumentaram 0,9% face a 2008, para 6,8 mil milhões de euros e o EBITDA aumentou também 0,9% para 2,5 mil milhões de euros. Em resultado do forte enfoque da PT nos mercados internacionais, 51,5% das receitas e 44% do EBITDA da Empresa foram gerados pelos activos internacionais. A PT apresentou um resultado líquido de 684 milhões de euros, um aumento de 18,7% face a 2008, o que representa um resultado líquido por acção de 0,78 euros, mais 22,9% face a 2008. Estou perfeitamente convicto de que este desempenho reflecte a estratégia de crescimento definida pelo Conselho de Administração e implementada pela Empresa. A diversificação por diferentes áreas geográficas possibilitou à PT ter um sólido perfil de crescimento e, ao mesmo tempo, de estável geração de *cash flow*, o que permitiu uma forte política de remuneração accionista e o investimento necessário para a sustentabilidade do negócio da PT.

A PT está comprometida em fazer de Portugal uma das mais avançadas nações em termos de desenvolvimento da sociedade de informação.

Durante o ano de 2009, a PT reforçou o seu empenho e investimento no desenvolvimento e implementação de novas tecnologias, produtos e serviços, para melhor promover a sociedade de informação e a info-inclusão de todos os cidadãos dos mercados onde opera.

Em Portugal, a PT anunciou um ambicioso projecto para cobrir um milhão de casas com fibra até casa do cliente (*FTTH, Fibre-To-The-home*), assumindo desta forma um passo decisivo e sólido na melhoria da velocidade e qualidade do acesso banda larga, tornando Portugal uma referência no desenvolvimento de redes de acesso de nova geração.



A PT também continuou a investir significativamente em redes móveis de nova geração, com o desenvolvimento das tecnologias 3G e 3,5G, tanto em termos de cobertura como de capacidade. A PT continuou ainda a promover a convergência das redes fixa e móvel e a convergência de telecoms, multimédia e serviços de informação como meio de desenvolvimento do acesso dos individuais à informação, em qualquer momento e em qualquer lugar, assim como o desenvolvimento das ofertas de serviços e preencher as necessidades de comunicação dos segmentos de grandes empresas, PME e SOHO.

No Brasil, a PT também continuou a promover a cobertura das tecnologias 3G e 3,5G através da Vivo. Nas outras áreas geográficas e operações internacionais, a PT, em conjunto com os seus parceiros, continuou empenhada em desenvolver esforços na cobertura e capacidade das suas redes móveis e fixas, contribuindo deste modo para o desenvolvimento da sociedade de informação em todos os países onde opera.

Política de remuneração accionista

Em Maio de 2009, a PT anunciou uma nova política de remuneração accionista, que consiste na proposta de pagar três dividendos de 0,575 euros por acção para os anos fiscais de 2009-2011, mandato deste novo Conselho de Administração. Com o anúncio desta política de remuneração, a PT pretende oferecer aos seus accionistas uma remuneração clara, visível, previsível e atractiva. Este programa é proposto no seguimento de uma aprofundada avaliação das perspectivas operacionais e financeiras da PT e pretende, adequando a remuneração aos seus accionistas, manter a flexibilidade operacional e financeira da empresa, permitindo assim um contínuo investimento no desenvolvimento de novos produtos e serviços, assim como a capacidade de continuar a projectar e estabelecer um paradigma de crescimento nos mercados onde opera.

Este novo pacote de remuneração accionista surge no seguimento do que foi aprovado na Assembleia-Geral que decorreu em Março de 2007, e que foi totalmente concluído, com o pagamento, em Abril de 2009, do dividendo relativo ao ano fiscal de 2008 e que representou um retorno para o accionista de 5,8 mil milhões de euros através de dividendos, compra de acções próprias e do *spin-off* da PT Multimédia. Esta nova política de remuneração accionista irá ser iniciada, após a aprovação dos accionistas na próxima Assembleia-Geral, com o pagamento de um dividendo por acção de 0,575 euros relativo ao ano fiscal de 2009, como proposto pelo Conselho de Administração.

Ambição para o futuro

A PT continuará a desenvolver a sua agenda internacional, com o objectivo de continuar a ser um operador relevante nas áreas geográficas onde se fala Português, assim como no panorama internacional. Paralelamente, a PT continuará a posicionar-se como um operador de tecnologia de ponta, com o objectivo de fornecer serviços avançados e convergentes, de acordo com as necessidades de todos os seus clientes e, assim, promover o seu perfil de crescimento. A PT continuará também a estar enfocada em dar um retorno accionista atractivo e adequado, assim como, ao mesmo tempo, oportunidades e compensação adequadas a todos os seus colaboradores e *stakeholders* em geral.

Gostaria de agradecer o apoio e a confiança que recebemos dos nossos accionistas e garantir que a Empresa continua empenhada em implementar a estratégia definida pelo Conselho de Administração, no melhor interesse de todos os accionistas.



Henrique Granadeiro

Presidente do Conselho de Administração

Caros Accionistas,

Assente no processo transformacional iniciado em 2008, definimos um conjunto de cinco objectivos estratégicos no início do actual mandato para 2009-2011, nomeadamente:

1. Atingir os 100 milhões de clientes até ao final de 2011;
2. Aumentar a contribuição das receitas internacionais para dois terços das receitas totais;
3. Reforçar a nossa liderança em todos os mercados em que estamos presentes;
4. Atingir um desempenho operacional e financeiro no quartil superior entre os nossos pares Europeus, e
5. Tornarmo-nos uma referência de sustentabilidade em todas as geografias onde estamos presentes.

É com imenso prazer que vos informo que os resultados de 2009 da Portugal Telecom nos deixaram um passo mais próximo da realização destes ambiciosos objectivos. Com base numa abordagem ao negócio claramente enfocada na inovação e execução, de maneira a construir uma vantagem competitiva estrutural sustentada, o desempenho operacional da PT em 2009 confirmou as tendências positivas que começámos a testemunhar no ano anterior, nomeadamente:

- O sucesso contínuo da oferta *triple-play* Meo em Portugal está a suportar ganhos de quota de mercado em TV por subscrição e banda larga, assim como a permitir uma melhoria significativa nos desligamentos de linhas da rede fixa. Este desempenho tem suportado uma aceleração nas receitas de retalho da rede fixa e o crescimento positivo da margem bruta no quarto trimestre.
- O crescimento de clientes pós-pago, impulsionado pelo sucesso da banda larga móvel, está a melhorar o mix de clientes em Portugal.
- A liderança da Vivo nos serviços de voz e dados no Brasil foi reforçada, apesar de condições competitivas exigentes e, num contexto de melhoria da rentabilidade devido a uma maior escala e eficiência.
- Os activos em África e Ásia continuam a apresentar um crescimento sólido em termos de clientes (+23%) e resultados financeiros.

Em resultado, a PT adicionou 9 milhões de novos clientes na totalidade das nossas empresas, atingindo 72 milhões de clientes (+15%). Durante 2009, continuámos a aumentar a nossa exposição internacional. Com efeito, o nosso negócio internacional já representa 84% dos nossos clientes, sendo uma parte significativa vinda do Brasil, 51,5% das nossas receitas e 43% do nosso resultado líquido.



Mercado Doméstico

Apesar de um desafiante ambiente económico, regulatório e competitivo, a PT apresentou um forte desempenho em todos os seus segmentos de negócio, adoptando uma postura de *attacker* baseada na contínua inovação e no entendimento da mudança das preferências e comportamentos dos nossos clientes.

No segmento residencial, a PT continuou a comercializar agressivamente o serviço de TV por subscrição Meo e lançou novas funcionalidades, com o objectivo de continuamente diferenciar a nossa oferta. Também adicionámos novos conteúdos, através de parcerias estabelecidas com fornecedores de conteúdos de referência, em particular de conteúdos Portugueses. O Meo continuou a fornecer uma oferta de TV por subscrição disruptiva no mercado, oferecendo o acesso a uma ampla escolha de canais, alta definição, *set-top boxes* de última geração com gravação de vídeo (PVR), guia de programação electrónico e gravação remota. Durante 2009, também introduzimos várias novas funcionalidades, tais como o serviço de partilha de fotos, jogos e serviços de informação, alavancadas no portal de internet líder em Portugal (Sapo), o qual é detido pela PT.

No segmento pessoal, a PT continuou a procurar liderar várias iniciativas em termos de banda larga e TV móvel, lançando novos *smartphones* e outros telefones com acesso a dados. A PT lançou também novas aplicações com o objectivo de aumentar a utilização de dados e outros serviços de valor acrescentado, nomeadamente novas aplicações interactivas de acesso a redes sociais e lançou, também, uma oferta de TV móvel, alavancando na marca Meo.

No segmento PME e SOHO, a PT continuou a reforçar as suas soluções convergentes fixo-móvel, com o objectivo de simplificar os serviços de comunicação oferecidos e, também, de permitir à PT oferecer cada vez mais soluções personalizadas para segmentos de mercado específicos. No segmento empresarial, continuámos a retirar vantagem competitiva do esbatimento das fronteiras entre as empresas de telecomunicações e as empresas de tecnologias de informação, oferecendo novos e mais sofisticados serviços de alto valor aos nossos clientes, essencialmente com o objectivo de aumentar, de forma rentável, o *share of wallet* da PT.

Globalmente, a PT continuou a reforçar a sua quota no mercado doméstico, quer através das plataformas de rede fixa como de rede móvel. Na rede fixa, continuámos a ganhar de forma significativa quota de mercado na TV por subscrição, aumentando a nossa quota de mercado de 13,6% para 23% no final do ano. O sucesso da nossa oferta *triple-play* suportou também a melhoria das tendências de banda larga na rede fixa, com um aumento de quota de mercado de 43,4% para 46,2%. Notavelmente, o nível de desligamentos líquidos da rede fixa também melhorou substancialmente, passando de 173 mil em 2008 para 96 mil em 2009, dos quais apenas 31 mil no segundo semestre de 2009. No móvel, também reforçámos a nossa liderança no mercado, adicionando 319 mil novos cartões SIM e melhorando a quota de receitas de serviço em 0,5pp para 43,1%. Em termos de banda larga móvel e *smartphones*, a TMN é claramente líder de mercado com mais de 50% de quota em ambos os casos.

Mercado Internacional

A PT continuou a centrar a sua estratégia internacional essencialmente nos países de língua oficial Portuguesa e com uma visão distintiva de contínua inovação orientada para o cliente, através da partilha das melhores práticas entre todas as nossas operações. Especializámo-nos em duas principais geografias internacionais: Brasil e África Subsariana – mercados que irão continuar a apresentar um crescimento significativo da penetração de serviços móveis e com os quais temos uma ligação cultural estreita.

No Brasil, a Vivo continuou a construir as bases para um crescimento rentável futuro, assegurando a sustentabilidade da sua liderança no mercado móvel Brasileiro. A quota de mercado de clientes da Vivo manteve-se nos 30% em 2009, suportada pela forte actividade comercial no quarto trimestre de 2009, onde a quota de mercado das adições líquidas atingiu 37%. Num contexto elevada competitividade, a Vivo melhorou também a rentabilidade das suas operações, aumentando a margem EBITDA para cerca de 30% em 2009. Como resultado, a Vivo mais do que duplicou o seu resultado líquido e anunciou o total pagamento desse resultado como dividendos, pelo segundo ano consecutivo.

É importante salientar a MTC na Namíbia, que obteve um desempenho sólido durante 2009, aumentando a sua base de clientes em 27% e o EBITDA em 25% em euros. Num contexto económico e regulatório adverso, a CVT, o operador de telecomunicações de Cabo Verde, continuou a investir na qualidade das suas infra-estruturas e na diferenciação dos seus serviços.

O desempenho da Timor Telecom foi também merecedor de ser realçado. Em 2009, a empresa investiu significativamente na cobertura e qualidade dos seus serviços e, reposicionou a sua marca e aumentou os seus esforços comerciais. Como resultado, a Timor Telecom aumentou a sua base de clientes em 181%, o que impulsionou um crescimento de receitas e EBITDA, situado no intervalo dos 30%.

Em 2009, a PT vendeu a sua participação no capital da Médi Télécom, o que gerou um ganho de capital de 267 milhões de euros, em linha com o seu compromisso de se concentrar em três geografias principais e com uma forte disciplina estratégica e financeira.

Investimentos

É nossa convicção que podemos construir uma vantagem competitiva estrutural se conseguirmos potenciar os nossos investimentos em tecnologia de ponta para fornecer mais e melhores serviços de qualidade, o mais rapidamente possível, aos nossos clientes. Acreditamos que estes investimentos podem ser um factor crítico para o crescimento num mercado em mutação e evolução contínua.

Em 2009, a PT desenvolveu um investimento ambicioso em redes de acesso de nova geração, tanto na rede fixa como na rede móvel, em linha com este objectivo. No final do ano, a PT tinha coberto 965 mil casas com fibra até casa do cliente (*FTTH Fibre-To-The-Home*), tornando assim Portugal num *case study* no desenvolvimento de redes de acesso de nova geração. É do nosso entendimento que uma rede FTTH é o investimento tecnológico certo para as empresas que acreditam que a rede não é uma *commodity* e que a arquitectura de rede pode tornar-se numa vantagem competitiva nos mercados residencial e empresarial. A PT continua também a investir significativamente no desenvolvimento das tecnologias 3G e 3,5G, em termos de cobertura e capacidade, tanto em Portugal como no Brasil.

Resultados financeiros e remuneração

Em termos de desempenho financeiro, a PT aumentou as receitas e o EBITDA em cerca de 1% em 2009, para 6,8 e 2,5 mil milhões de euros respectivamente, enquanto o resultado líquido aumentou 19% para 684 milhões de euros e o resultado líquido por acção 23% para 0,78 euros. Do ponto de vista financeiro, os resultados de 2009 reforçaram a solidez do balanço da empresa, permitindo uma redução no endividamento total, apesar do nível de investimento em todas as operações.

Em termos de preço da acção, a PT apresentou um desempenho forte em 2009, permitindo um retorno accionista total de 55%, incluindo 0,575 euros de dividendos pagos, e que compara muito favoravelmente com os pares europeus que apresentaram um retorno accionista total de 19%.

Sustentabilidade

A sustentabilidade e a responsabilidade social continuaram a estar no centro da estratégia e das operações da PT. Como resultado do investimento contínuo na sustentabilidade do modelo de negócio, a PT continuou a fazer parte do índice FTSE4Good e foi premiada em Portugal com *Sustainable Development 2009 award* e *Citizenship of Corporations and Organizations 2009 award*. A marca corporativa PT está entre as 50 marcas mais valiosas do Mundo do sector de telecomunicações, enquanto as suas duas principais marcas – Meo e TMN – são as marcas líderes em Portugal em termos de recordação da marca.

A nível ambiental, a PT continuou a certificar o desempenho energético dos seus edifícios e reforçou o programa de troca de iluminação e equipamentos de refrigeração por soluções novas e mais eficientes. A nível social, a PT desenvolveu várias iniciativas, das quais importa destacar o programa de suporte aos seus clientes desempregados através de ofertas especiais, e a parceria com a AMI para suportar o tratamento médico da Dengue em Cabo Verde. A PT continuou também a investir na info-inclusão das comunidades onde está presente, por exemplo, através da distribuição de *laptops* e *desktops* em países como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Perspectivas de futuro

Em 2009, definimos uma agenda de crescimento ambiciosa de acordo com os cinco objectivos estratégicos acima referidos. À luz da nossa visão do negócio, que assenta em investimentos de longo prazo por forma a construir uma vantagem competitiva estrutural nos nossos mercados, estamos a desafiar o *status quo* na nossa indústria, e a construir as bases que assegurarão um crescimento próspero e sustentável para a nossa empresa e a criação de valor para os nossos accionistas. Internacionalmente, pretendemos gerir a nossa presença, de acordo com as oportunidades e com o potencial de criação de valor, observando sempre uma forte disciplina estratégica e financeira.

A 14 de Maio de 2009, a PT anunciou um novo plano de dividendos a três anos, que propõe distribuir 0,575 euros de dividendo por acção por ano. Este plano oferece uma política de remuneração atractiva e previsível aos nossos accionistas, conjugada com perspectivas de crescimento acima da média, alavancadas no nosso portfólio internacional e na melhoria das operações domésticas.

Por último, gostaria de agradecer o apoio que recebemos dos nossos accionistas, o compromisso e profissionalismo dos nossos colaboradores e a confiança dos nossos clientes e fornecedores, sem os quais estes resultados não teriam sido possíveis.



Zeinal Bava
Presidente Executivo



01

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

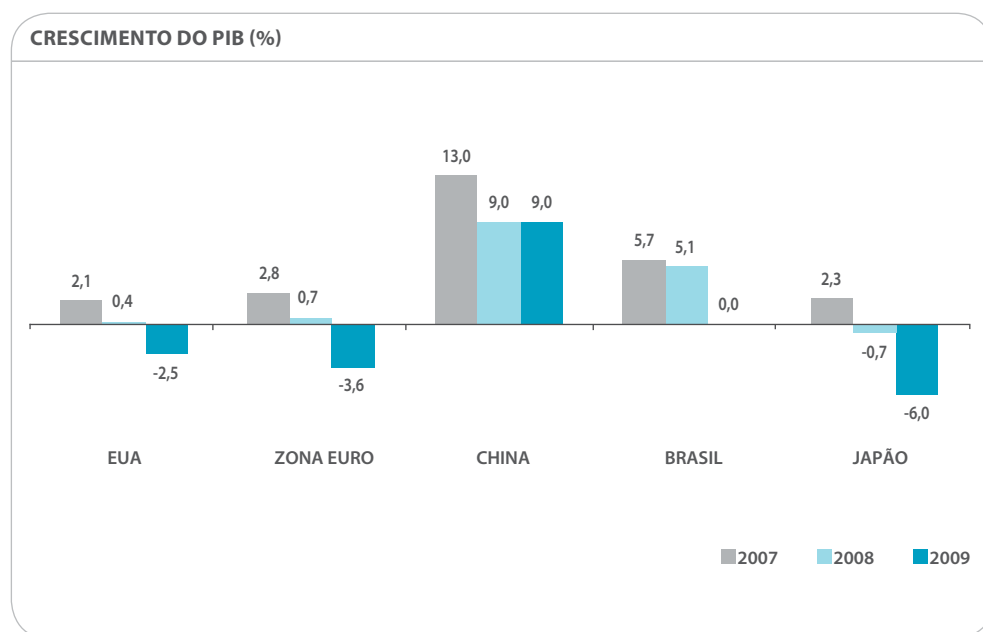




ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO INTERNACIONAL

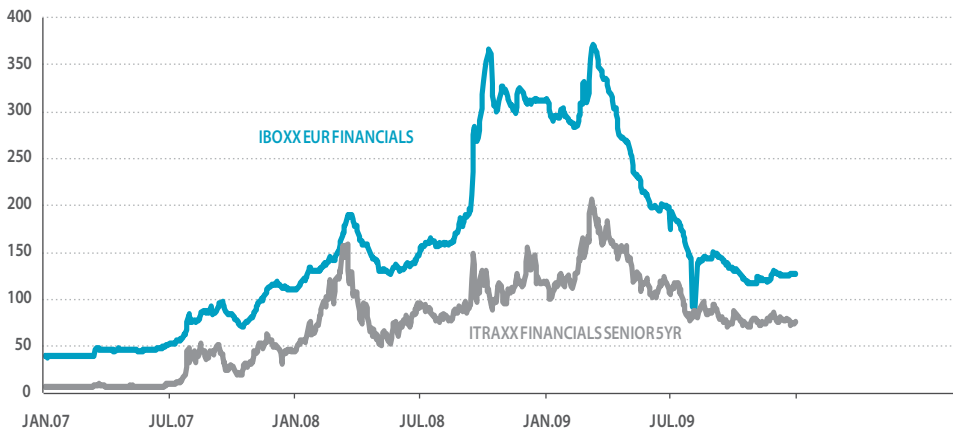
O ano de 2009 ficou marcado por uma forte desaceleração da actividade nas principais áreas económicas, na sequência da crise financeira global iniciada em 2007. Esta evolução foi determinada, sobretudo, por uma deterioração significativa da confiança dos agentes económicos, que se traduziu numa quebra da procura e no colapso dos fluxos de comércio internacional na primeira metade do ano. A recessão foi vivida num cenário de menor disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros e, em função disso, num ambiente de maior restritividade dos critérios de financiamento da actividade económica. As autoridades responderam através de redução dos juros de referência para níveis próximos de zero, da injeção massiva de liquidez no sistema financeiro e, ao nível da política orçamental, através de estímulos fiscais ao consumo de bens duradouros e de um aumento do investimento público em infraestruturas.



Fonte: IMF, Institutos Nacionais de Estatística.

Em função da agressividade destes estímulos, observaram-se, na segunda metade do ano e, sobretudo, no 4.º trimestre, sinais claros de aceleração da actividade económica e de estabilização financeira. Esta última traduziu-se num estreitamento gradual dos *spreads* nos mercados monetário e de crédito, reflectindo um recuo da aversão ao risco e uma maior confiança dos agentes na normalização do sector financeiro. Na Zona Euro, com a principal taxa de juro directora a descer de 1,5% para 1%, a Euribor a 3 meses desceu, ao longo do ano, de 2,89% para 0,7%. Embora mantendo-se em níveis superiores aos observados antes da crise, os *spreads* de crédito exibiram uma tendência de estreitamento, com o índice *iTraxx Financials*, relativo aos *Credit Default Swaps*, a descer de um máximo de 206 pontos base, em Março, para 75 pontos base no final do ano.

PRÉMIO DE LIQUIDEZ, SECTOR FINANCEIRO (CASH BONDS VS. CDS SPREADS, BASE POINTS)

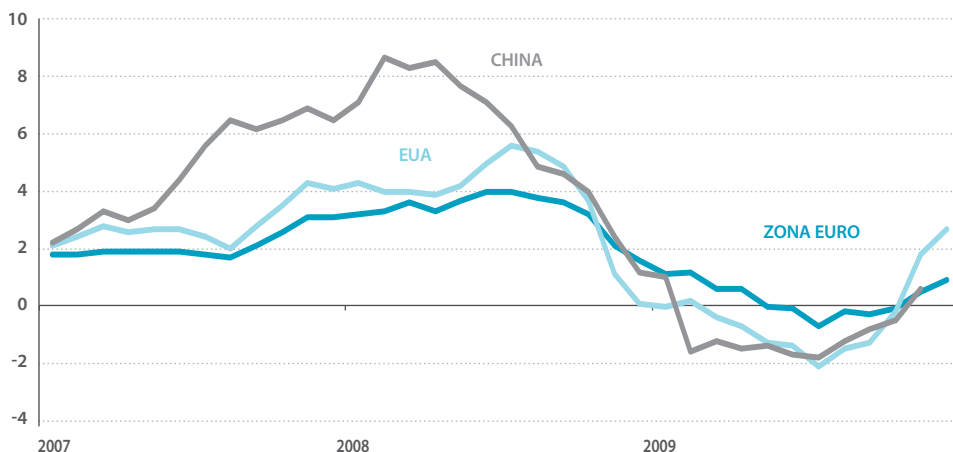


Fonte: Bloomberg.

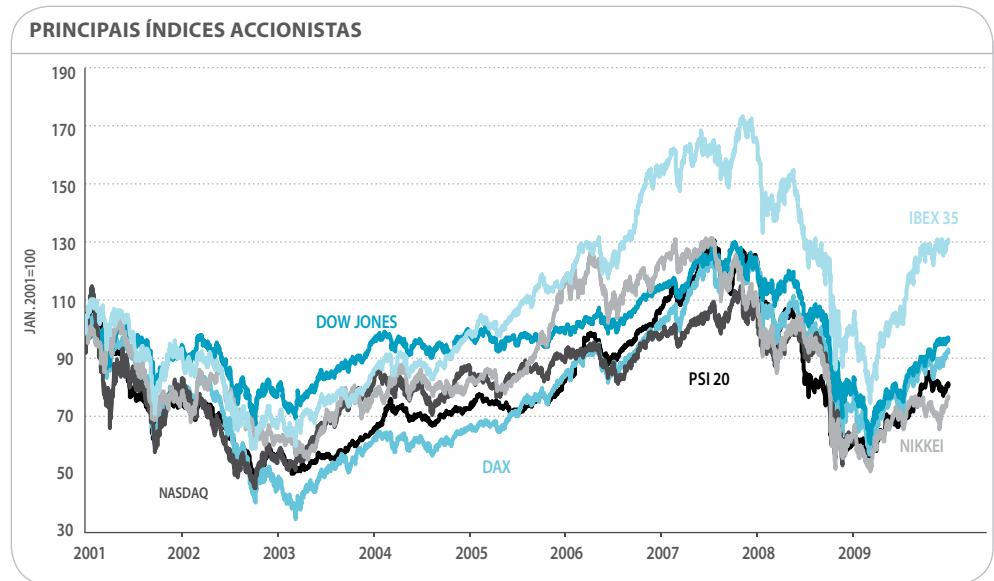
A recessão foi vivida num cenário de menor disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros

Não obstante a forte subida do preço do petróleo em 2009 (de USD 42 para USD 77 por barril, no caso do Brent), a aceleração da produtividade observada nas principais economias permitiu que a recuperação do crescimento se fizesse num ambiente de inflação e taxas de juro baixas. Este facto beneficiou os mercados accionistas, sobretudo a partir do 2.º trimestre do ano. Nos Estados Unidos, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 registaram valorizações anuais de 18,8%, 43,9% e 23,5%, respectivamente. Na Zona Euro, os índices DAX, CAC40 e IBEX valorizaram-se, respectivamente, 23,9%, 22,3% e 29,8%. Reflectindo as perspectivas mais favoráveis para os mercados emergentes, os índices Bovespa (Brasil), Shanghai Composite (China) e Sensex (Índia) registaram ganhos de 82,7%, 79,9% e 81%, respectivamente.

TAXA DE INFLAÇÃO HOMÓLOGA (%)

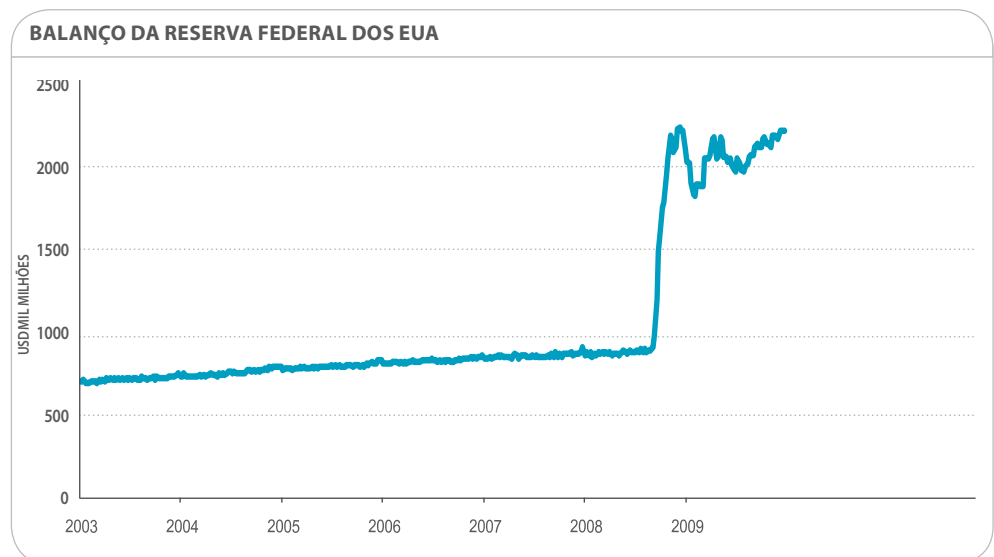


Fonte: Bloomberg.



Fonte: Bloomberg.

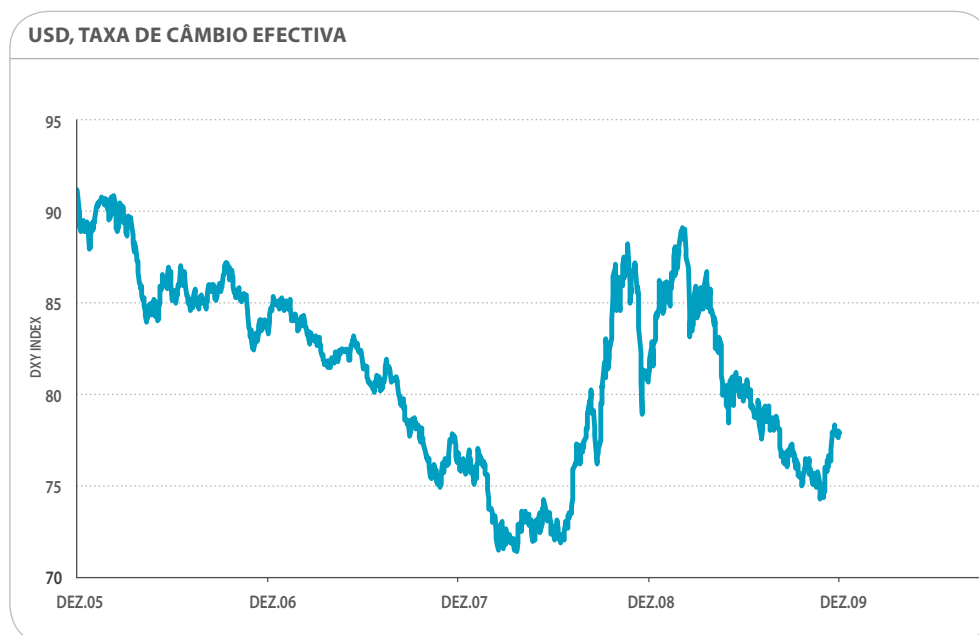
A economia dos Estados Unidos ficou marcada, em 2009, por elevados níveis de incerteza quanto à evolução da actividade económica e quanto à estabilidade do sistema financeiro, tendo o PIB registado uma forte queda na primeira metade do ano (-6,4% e -0,7%, em termos anualizados, no 1.º e 2.º trimestres, respectivamente). Perante este cenário, as autoridades reagiram de forma incisiva. Na vertente da política monetária, a Reserva Federal, após ter colocado a principal taxa de juro de referência entre 0% e 0,25% e adoptado várias medidas de aumento de liquidez em 2008, reforçou a utilização das medidas não convencionais em 2009. Estas incluíram, entre outros, um programa de aquisição de *mortgage-backed securities* (até um montante de USD 1.200 mil milhões) e um outro de aquisição de obrigações da dívida pública (até ao montante de USD 300 mil milhões). A actuação do Fed permitiu conter a subida das *yields* dos *Treasuries* a 10 anos (de 2,21% para 3,83%, durante o ano). Na vertente orçamental, foi igualmente patente o esforço de estímulo à conjuntura, com o *American Recovery and Reinvestment Act* a envolver um montante de quase USD 800 mil milhões, contemplando redução de impostos, créditos fiscais à aquisição de habitação e de certos bens duradouros, apoios sociais e financeiros aos desempregados e um reforço do investimento público, sobretudo em infraestruturas e em energia.



Fonte: Reuters EcoWin Pro.

Em resultado dos estímulos orçamentais e monetários, a economia americana exibiu uma trajectória de recuperação na segunda metade do ano, registando um crescimento anualizado de cerca de 5% no 4.º trimestre. Neste contexto, o PIB caiu apenas 2,6% em 2009. O consumo privado e o investimento registaram quedas anuais, mas com melhorias significativas no 2.º semestre, sobretudo o consumo de bens duradouros e o investimento residencial. Para a melhoria da actividade contribuíram também decisivamente o início de um ciclo favorável no investimento em reposição de *stocks*, uma estabilização mais visível do sector da habitação e o impacto da depreciação do USD na competitividade das exportações americanas.

O compromisso das autoridades para com a estabilização económica e financeira produziu um impacto importante na confiança dos agentes económicos



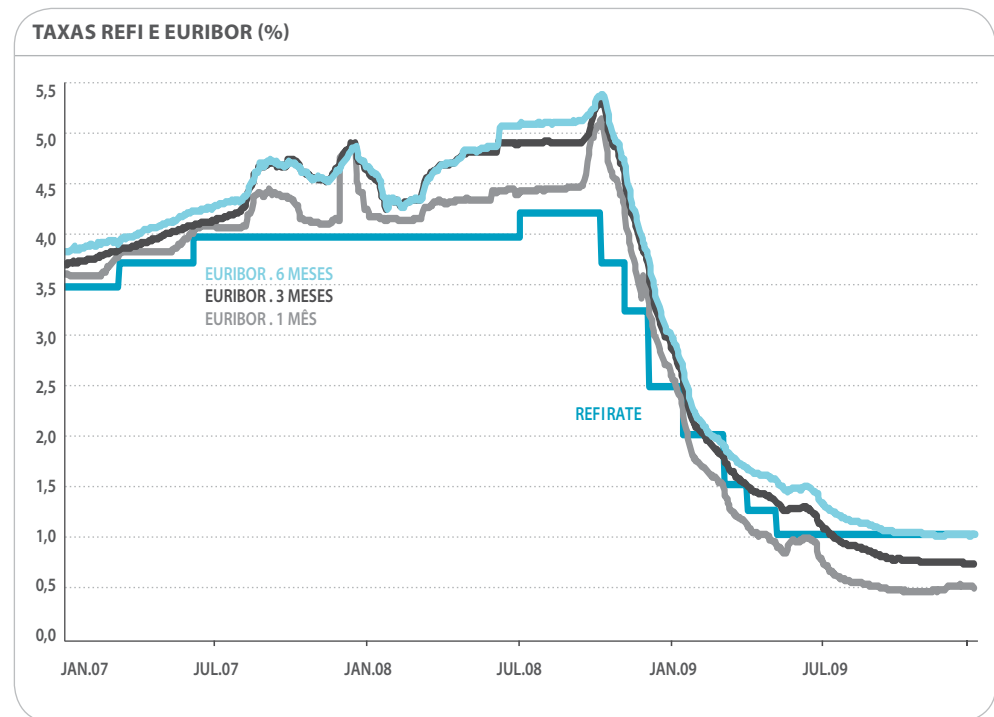
Fonte: Reuters EcoWin Pro.

O compromisso das autoridades para com a estabilização económica e financeira produziu um impacto importante na confiança dos agentes económicos, permitindo o regresso do optimismo aos mercados logo após o mês de Março. Este ficou expresso numa forte valorização dos principais índices accionistas e num estreitamento dos *spreads* de crédito. Para além da melhoria das perspectivas económicas, os mercados financeiros beneficiaram também da expectativa de uma inflação baixa (-0,3% em 2009), associada a uma elevada capacidade produtiva excedente (de que o desemprego, em 10% da população activa no final do ano, foi a expressão mais visível). A manutenção de um ambiente de baixas taxas de juro daqui resultante contribuiu para que o mercado tomasse o USD como instrumento principal de *carry trade*, financiando investimentos em activos de maior retorno, sobretudo em economias emergentes e exportadoras de *commodities*. Este facto sustentou a depreciação do USD, que superou uma queda de 16% em termos efectivos entre Março e Dezembro.

A economia da Zona Euro revelou um desempenho da actividade diferente entre a primeira e a segunda metade do ano. O 1.º semestre ficou marcado por uma forte contracção da actividade (quedas de 2,4% e de 0,2% q-o-q nos dois primeiros trimestres, respectivamente), no seguimento da recessão iniciada no 2º trimestre de 2008, com fortes recuos das exportações e do investimento. Este desempenho deve ser analisado no contexto das consequências da crise financeira, cujo ponto máximo se registou em Setembro e Outubro de 2008. A contracção da liquidez e a forte deterioração da confiança ocorrida nos últimos meses de 2008 conduziram a um recuo generalizado da confiança e da procura que, por sua vez, se traduziu numa forte contracção da procura externa. Este efeito teve um impacto especialmente negativo na Alemanha, com uma quebra esperada do PIB próxima de 5% em 2009, o pior registo desde a segunda Guerra Mundial. Diversas economias da Zona Euro continuaram a sofrer os efeitos de uma recessão no sector da habitação, a qual ampliou o ajustamento negativo da procura. No conjunto do ano, o PIB da Zona Euro registou uma queda próxima de 4%.

Os 3.º e 4.º trimestres de 2009 ficaram, contudo, marcados por um regresso ao crescimento positivo da actividade (variações de 0,4% e 0,6% face ao trimestre anterior, respectivamente), após cinco trimestres consecutivos de contracção. Esta melhoria do desempenho beneficiou de uma recuperação das exportações, de um efeito favorável do investimento em reposição de *stocks* (favorecendo a actividade industrial) e dos incentivos monetários e orçamentais levados a cabo pelas autoridades. A procura interna, contudo, revelou ainda um desempenho débil, marcado pelas restrições ao financiamento do consumo e do investimento privados... e por um aumento da poupança por motivo de precaução.

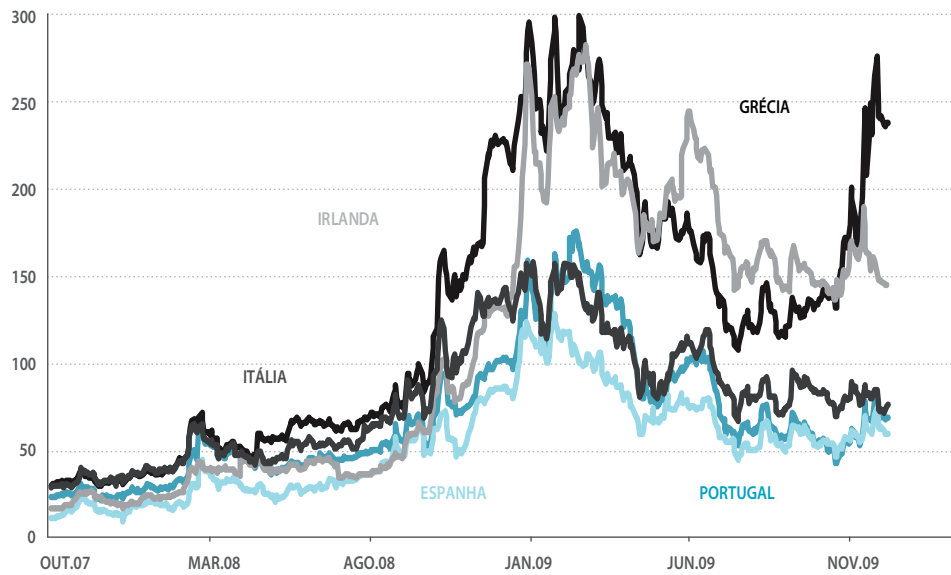
A procura interna, contudo, revelou ainda um desempenho débil, marcado pelas restrições ao financiamento do consumo e do investimento privados... e por um aumento da poupança por motivo de precaução



Fonte: Bloomberg.

No respeitante aos preços, registou-se uma inflação média anual marginalmente superior a 0% (após 3,3% em 2008), resultante da ausência de pressões ascendentes sobre os preços do lado da procura, bem como da evolução dos preços da energia, com o efeito estatístico decorrente da baixa do preço do petróleo face ao ano de 2008. Neste contexto, o Banco Central Europeu prosseguiu até Maio uma trajectória de redução das taxas de juro de referência. A autoridade monetária europeia procedeu a duas descidas da principal taxa de juro de referência de 50 pontos base em Janeiro e Março e a duas descidas de 25 pontos base em Abril e Maio. Desde Outubro de 2008, a taxa de juro de referência foi reduzida de 4,3% para 1% e foram reduzidas as taxas de juro de cedência de liquidez e de depósito em 125 e 175 pontos base, respectivamente. Para além disso, forneceu uma ampla liquidez ao sistema bancário, destacando-se três operações de cedência ilimitada de liquidez a 12 meses (que ascenderam a cerca de EUR 614 mil milhões), as duas primeiras a uma taxa fixa de 1% e a terceira a uma taxa indexada aos juros das operações de refinanciamento.

ZONA EURO – SPREADS DAS YIELDS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA 10 ANOS (PONTOS BASE)



Fonte: Bloomberg.

A condução de políticas orçamentais expansionistas por parte dos governos nacionais, visando estimular a procura interna, levou a uma deterioração considerável das contas públicas, tendo o défice orçamental da Zona Euro no seu conjunto aumentado de 2% para cerca de 6% do PIB. Destacaram-se, a este propósito, os défices públicos da Grécia, Irlanda e Espanha, ultrapassando 10% do PIB. Esta evolução traduziu-se numa deterioração do risco soberano (ampliação do diferencial das *yields* dos respectivos títulos da dívida pública relativamente aos títulos alemães), que penalizou particularmente a Grécia e a Irlanda, que sofreram *downgradings* dos respectivos *ratings* no final do ano mas, também, outras economias da “periferia” da Zona Euro, tais como Itália, Espanha e Portugal, com os dois últimos a sofrerem revisões em baixa no *outlook* para os respectivos *ratings*.

EURO/USD



Fonte: Reuters EcoWin Pro.



DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS NA GEOGRAFIA DA PT

PORTUGAL

Reflectindo os efeitos da recessão económica global, a economia portuguesa registou, em 2009, uma contracção do PIB de 2,7%. Este desempenho revelou-se, contudo, menos desfavorável do que o observado nos principais parceiros de Portugal na União Europeia (registaram-se quedas do PIB de 3,7% em Espanha, 2,8% em França e 4,5% no Reino Unido). Para além da menor intensidade da recessão, Portugal foi uma das primeiras economias da UE a abandonar o ciclo de variações negativas do PIB, logo após o 2.º trimestre.

Este comportamento é explicado pelo facto da procura não ter sido afectada, como em outras economias, por fortes efeitos-riqueza negativos associados a correcções do mercado imobiliário, nem por situações de instabilidade no sistema financeiro. Neste sentido, a recessão sofrida pela economia portuguesa em 2009 resultou, sobretudo, da quebra da procura externa, bem como de uma natural deterioração da confiança das famílias e das empresas, com impacto negativo no consumo e, sobretudo, no investimento. Estes dois indicadores foram, também, afectados pela maior restritividade dos critérios de financiamento da actividade económica, fruto de uma liquidez menos disponível nos mercados financeiros internacionais. Assim, em 2009, as exportações registaram uma queda de 12,3%, após um recuo de 0,5% no ano anterior. Esta queda foi comum à generalidade dos bens e serviços, bem como a todos os principais destinos de exportação na União Europeia. Reflectindo a contracção da procura interna, as importações caíram 10,7% durante o ano, após um crescimento de 2,1% em 2008.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e a menor disponibilidade do crédito pesaram decisivamente na evolução do investimento, que registou uma quebra real de 12,6%. Para além das despesas de capital fixo, esta evolução ficou, também, a dever-se a uma diminuição do nível de *stocks*, que acentuou o contributo negativo do investimento para o PIB. Assim, o investimento das empresas terá registado uma queda real próxima de 15%, que não foi compensada pelo forte aumento do investimento público (de cerca de 13%), a principal expressão dos estímulos orçamentais à actividade económica (o consumo público registou uma subida real de 2%). O investimento das famílias em habitação acentuou a tendência de queda observada no ano anterior, com um registo próximo de -12%.

A descida da confiança e o aumento da incerteza entre as famílias traduziu-se ainda numa quebra do consumo privado em cerca de 0,8%. Esta evolução ocorreu apesar de um aumento do rendimento disponível das famílias, em consequência da descida dos juros e, sobretudo, do aumento das transferências do Estado, explicando-se, em grande medida, pela atitude de precaução adoptada pelas famílias. Assim, o ano de 2009 ficou marcado por um aumento significativo da taxa de poupança, para um valor ligeiramente acima de 8% do rendimento disponível. Esta subida interrompeu uma tendência de queda da poupança das famílias observada desde 2002. A evolução negativa do consumo privado é explicada pela forte quebra do consumo de bens duradouros, uma vez que as despesas em bens não duradouros registaram um crescimento marginalmente positivo. O poder de compra das famílias beneficiou, em 2009, de uma inflação negativa. Em termos médios anuais, a inflação caiu de 2,6% para -0,8%. Este facto contribuiu, em primeiro lugar, para uma forte subida dos preços das matérias-primas (em particular do petróleo) mas é, igualmente, reflexo da conjuntura recessiva de 2009, que terá restringido fortemente a capacidade de aumento de preços das empresas.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 E
PIB	0,8	-0,8	1,5	0,9	1,4	1,9	0,0	-2,7
Consumo Privado	1,3	-0,1	2,5	2,0	1,9	1,6	1,6	-0,8
Consumo Público	2,6	0,2	2,6	3,2	-1,4	0,0	0,5	2,0
Investimento	-4,7	-8,3	2,5	-1,5	-0,3	3,2	-0,1	-12,6
Exportações	1,5	3,9	4,0	2,0	8,7	7,5	-0,5	-12,3
Importações	-0,7	-0,8	6,7	3,5	5,1	5,6	2,1	-10,7
Inflação (IPC)	3,6	3,3	2,4	2,3	3,1	2,5	2,6	-0,8
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,8	-2,9	-3,4	-6,1	-3,9	-2,6	-2,7	-9,3
Dívida Pública (% do PIB)	55,5	56,9	58,3	63,6	64,7	63,5	66,4	76,6
Desemprego (% da população activa)	5,1	6,4	6,7	7,6	7,7	8,0	7,6	9,2
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-6,0	-3,3	-5,7	-8,3	-9,3	-8,1	-10,5	-8,3

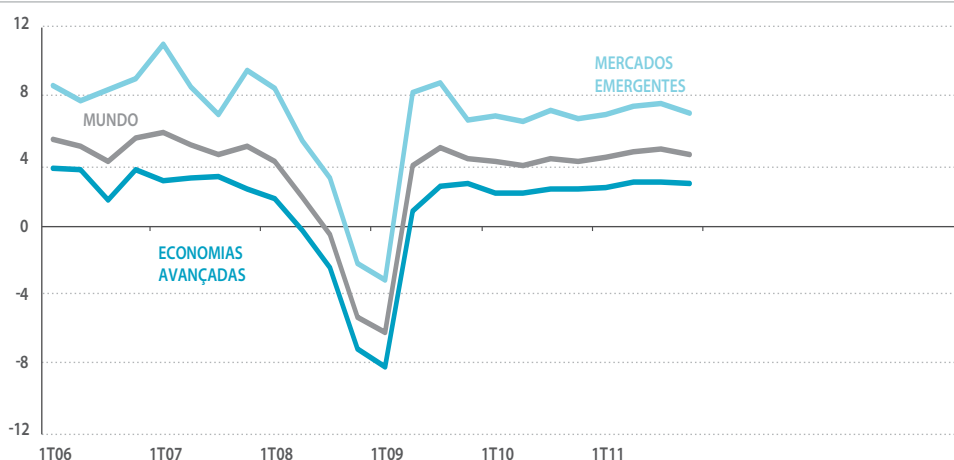
Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES Research.

Não obstante a evolução negativa das exportações, 2009 fica marcado por uma correcção do défice conjunto das balanças corrente e de capital, ou défice externo, de 10,5% para um valor em torno de 8,3% do PIB. Este facto reflecte o processo de *deleverage* levado a cabo pelo sector privado em 2009, bem como uma diminuição do défice energético. À diminuição das necessidades de financiamento do sector privado correspondeu um aumento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas, sobretudo em resultado dos estímulos orçamentais à actividade económica, mas reflectindo igualmente os efeitos da fase baixa do ciclo económico sobre as contas públicas. Neste contexto, o défice público subiu de 2,7% para 9,3% do PIB.

MERCADOS EMERGENTES

Um dos factos mais marcantes em 2009 foi o relativo dinamismo das economias emergentes. Embora desacelerando face a 2008, o PIB do conjunto destas economias cresceu 2,1%, o que compara com registos de -3,2% nas economias desenvolvidas e de -0,8% na economia mundial. Este dinamismo é o resultado de uma menor exposição directa à crise financeira e, em algumas economias, de uma maior rapidez e agressividade nos estímulos à actividade. No entanto, mais do que meramente conjuntural, este desempenho favorável deve ser associado a uma tendência estrutural. Os fortes crescimentos das populações urbanas e do rendimento *per capita* nas economias emergentes exigem um esforço elevado de investimento em infraestruturas, incluindo os transportes, a energia, as comunicações e a informação. O investimento nas principais economias da Ásia, América Latina e África assume-se, desta forma, como um dos principais motores de crescimento económico mundial.

CRESCIMENTO DO PIB (VARIÁÇÕES TRIMESTRAIS ANUALIZADAS, %)



Fonte: IMF, ES Research.

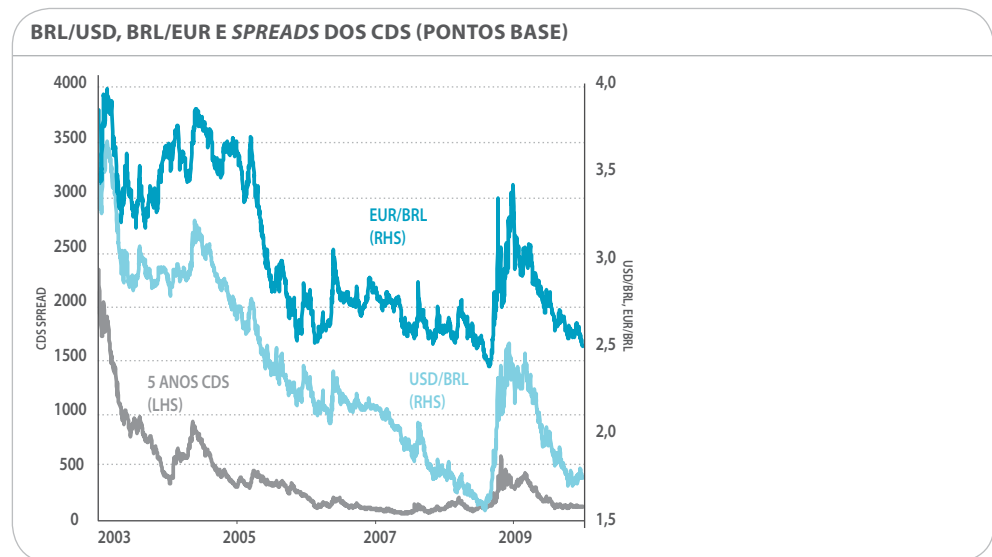
Em 2009, e no contexto dos mercados emergentes, destaca-se o caso da China. O forte crescimento económico chinês não só promove o dinamismo intra-asiático, como impulsiona os sectores exportadores das principais economias desenvolvidas e emergentes. O PIB chinês cresceu 9% em 2009, tendo acelerado ao longo do ano e com crescimentos de dois dígitos, que o aproximaram do dinamismo observado antes da crise financeira global. O desempenho da economia chinesa resultou, sobretudo, do forte crescimento do investimento e do consumo. De facto, a China reagiu rapidamente ao ciclo recessivo da actividade global, reorientando o padrão de crescimento no sentido da procura interna, a partir de uma forte aceleração do volume de crédito (beneficiando o consumo e o investimento em habitação) e de um esforço agressivo de investimentos em infraestruturas.

AMÉRICA LATINA E BRASIL

No seu conjunto, as economias da América Latina sofreram o impacto da crise económica global devido à maior restritividade global das condições financeiras e, sobretudo, da quebra dos fluxos de comércio internacional na primeira metade do ano. Estes traduziram-se numa evolução menos favorável das exportações, com impactos negativos no investimento. Neste contexto, o crescimento do PIB do conjunto das economias sul-americanas desceu de 4,2% para -2,7%. O desempenho desta região variou, no entanto, entre diferentes economias, destacando-se a economia do Brasil, com uma variação anual do PIB em torno de 0% e com uma recuperação muito visível na segunda metade do ano.

A resiliência da economia brasileira face à pior fase da recessão global em 2009 permitiu um processo de rápida retoma dos principais indicadores económicos e financeiros, em linha com seus pares BRIC, como a China e a Índia. A implementação de uma política económica expansionista semelhante às adoptadas pelas principais economias globais não implicou uma deterioração significativa dos indicadores de sustentabilidade das contas públicas e externas, permitindo ao país manter uma perspectiva positiva de redução dos índices de risco de crédito a médio e longo prazo. Os ratings soberanos foram afirmados no primeiro grau de *investment grade* pela *Standard & Poor's* e *Fitch* (BBB-) e alinhados pela *Moody's* de Baa3 para Baa2, com *outlook* positivo em 2009.

A percepção dos mercados quanto à capacidade de retoma do Brasil permitiu que o prémio de risco soberano, expresso pelo *spreads* dos *credit default swaps* a 5 anos, fosse reduzido de 300,5 pontos base para 122,5 pontos base ao longo de 2009. Tal estreitamento da aversão ao risco reverteu a queda de fluxo financeiro de USD 48.900 milhões em 2008 para uma entrada líquida de USD 18.800 milhões em 2009, resultando no aumento das reservas internacionais do Banco Central para o maior volume histórico de USD 239.000 milhões (USD 207.000 milhões em 2008) e a valorização do BRL/USD em 25,5% para USD/BRL1,74.

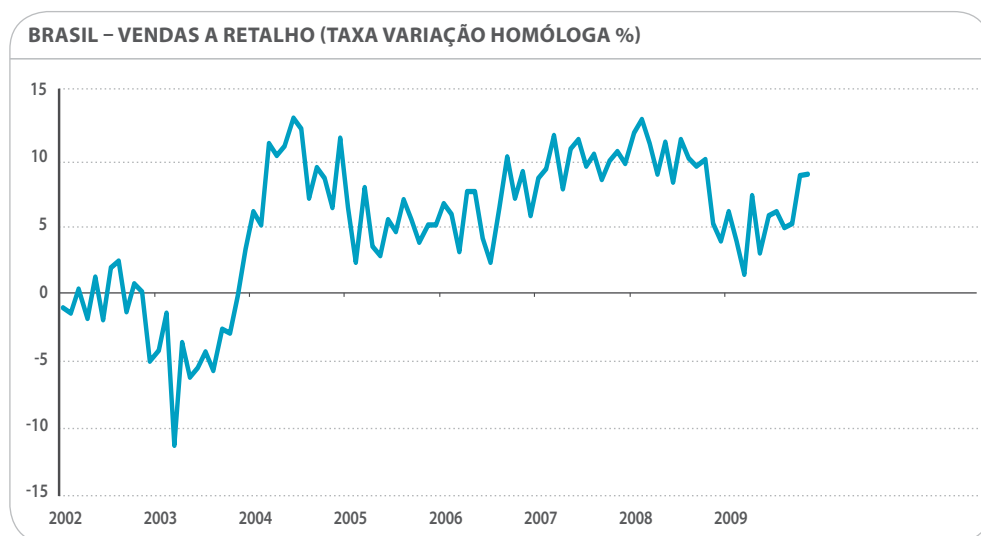


Fonte: Bloomberg.

A política monetária foi conduzida no sentido de conter os efeitos negativos da recessão que havia sido iniciada no final de 2008. Num ambiente de baixa inflação, a taxa SELIC (taxa de juro de referência) foi reduzida ao mínimo histórico de 8,8% em Julho e mantida inalterada até o final de 2009, após cortes sucessivos (a partir de 13,8% em Dezembro de 2008). A taxa de inflação (IPCA) encerrou 2009 abaixo da meta central (4,5%) mas com uma variação de 4,3% face ao máximo de 5,9% de 2008.

Os indicadores orçamentais acompanharam a dinâmica de redução da actividade económica e da adopção de estímulos, que reduziram as receitas fiscais num ambiente de contenção da despesa, resultando numa elevação do défice nominal para 3,2% do PIB até Novembro de 2009 face ao défice de 1,9% observado em 2008. Apesar dos efeitos dos encargos dos juros sobre a dívida pública, o resultado orçamental primário registado até Novembro de 2009 correspondia a um superavit de 2,25% do PIB face ao resultado de 3,5% em 2008. A dívida líquida do sector público consolidado atingiu 43,4% do PIB até Novembro de 2009, face aos 37,3% de 2008, mas ainda assim não muito superior ao observado em 2007 (42,8% do PIB).

Neste contexto, o PIB brasileiro terá apresentado uma variação real em torno de 0% em 2009, após uma forte expansão de 5,1% em 2008. No entanto, entre o 1.º e o 2.º semestre do ano, os indicadores de actividade apresentaram uma evolução significativamente positiva, sobretudo a partir do dinamismo da procura interna (consumo e investimento). Tendo em conta o grau relativamente reduzido de abertura da economia brasileira, os factores domésticos assumem um peso mais significativo na evolução da actividade económica. No 4º trimestre de 2009, o PIB terá registado um crescimento homólogo em torno de 4%, perspectivando-se, para 2010, uma expansão da economia brasileira em torno de 5%.



Fonte: Bloomberg.

O ambiente de recuperação dos indicadores económicos e de redução das taxas de juros de referência permitiram a ampliação do volume de crédito doméstico para 44,9% do PIB até Novembro de 2009 (face a 39,7% do PIB de 2008). Tal evolução resultou de um contributo maior por parte do crédito oferecido pelo sector público e uma deterioração limitada dos indicadores de crédito vencido no total da carteira de crédito do sistema financeiro, de 4,4% em 2008 para 5,8% em 2009. O sistema financeiro manteve sólidos índices de solvabilidade, com o Índice de Basileia mantido bem acima do mínimo exigido de 11% (18,4%, de acordo com dados disponíveis para o sistema bancário consolidado de Junho de 2009, o que compara com 17,7% em Dezembro de 2008).

Mais sensíveis à queda da actividade económica global e à consequente queda nos volumes e preços das *commodities*, as exportações brasileiras apresentaram uma quebra de 21,8% em 2009 (+23,2% em 2008), enquanto as importações recuaram 25,3% (+43,5% em 2008). Consequentemente, a balança comercial apresentou um fluxo positivo de USD 24.900 milhões em 2009, comparado com USD 25.300 milhões em 2008. O défice da balança corrente recuou para 1,4% do PIB, face a 1,8% em 2008. A queda global dos fluxos de investimento directo observada em 2009 afectou também o Brasil, onde a entrada de recursos financeiros até Novembro era de USD 21.000 milhões, comparados com USD 45.000 milhões em 2008.

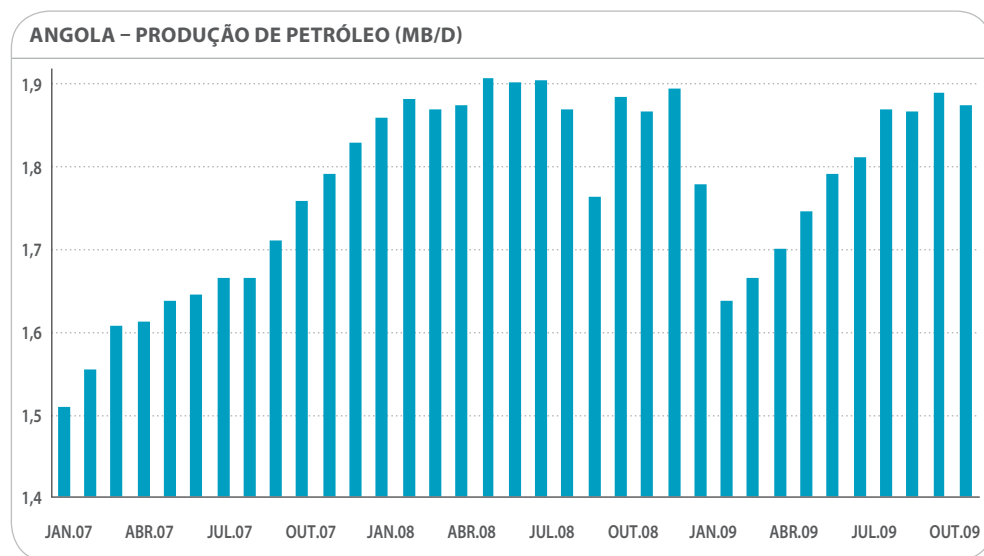
O balanço dos riscos comprova a sólida base de retoma da economia brasileira, que contribuiu, primeiro, para uma forte redução da aversão ao risco e, posteriormente, para uma propensão ao risco crescente ao longo de 2009. Esta traduziu-se, por sua vez, numa trajectória de apreciação dos activos expostos ao potencial de expansão económica a médio e longo prazo, cuja maior evidência se encontra no ganho de perto de 83% no índice accionista Bovespa.

No que respeita a outras economias da América Latina, refira-se os crescimentos negativos do PIB observados na Argentina (-2,5%), no México (-7,3%) e na Venezuela (-2%).

ÁFRICA E ANGOLA

Em África, o impacto da recessão mundial foi, inicialmente, sentido junto das economias mais integradas nos mercados financeiros internacionais, como a África do Sul (com uma queda anual do PIB de 2,2%). Posteriormente, este impacto propagou-se aos países exportadores de petróleo, incluindo as economias de Angola, Argélia, Líbia e Nigéria, bem como a economias exportadoras de bens industriais, como Marrocos e Tunísia. No entanto, a forte recuperação dos fluxos de comércio internacional e a estabilização das condições financeiras na segunda metade do ano traduziram-se numa recuperação muito visível da actividade nas principais economias africanas e numa melhoria clara das perspectivas de crescimento para 2010 e 2011. Assim, durante 2009, o PIB de África registou um crescimento de 1,9%, bem acima da média mundial. Individualmente, destacam-se, no norte de África, os crescimentos de 2,1% na Argélia, 5% em Marrocos e 1,8% na Líbia. Na África de expressão portuguesa, Moçambique e Cabo Verde registaram crescimentos de 6,1% e 3,5%, respectivamente.

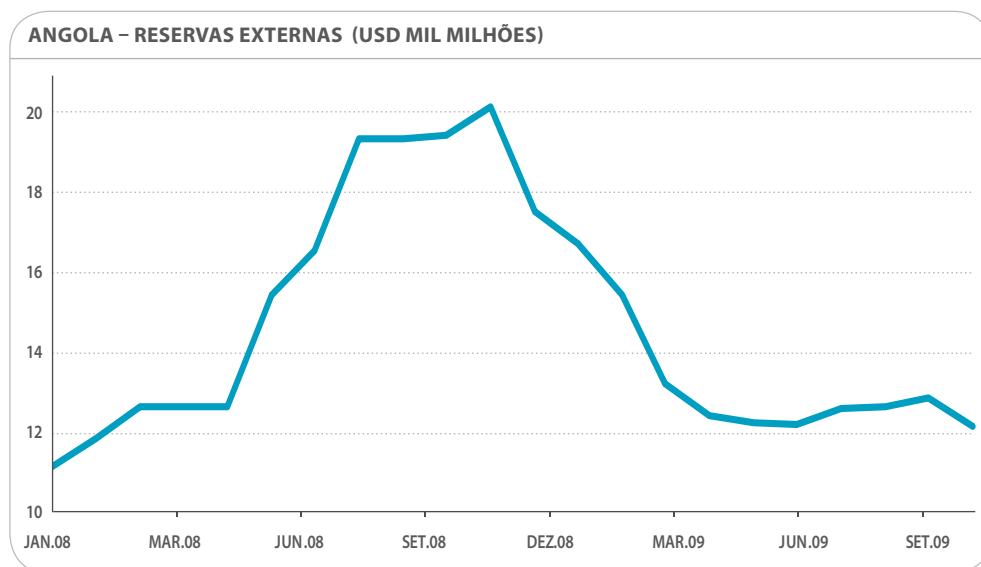
Em Angola, a actividade económica foi directamente afectada pela queda das exportações de petróleo. Por outro lado, a diminuição das receitas petrolíferas (e, conseqüentemente, das receitas fiscais) repercutiu-se negativamente sobre a liquidez na economia, penalizando o investimento nos sectores não petrolíferos. Neste contexto, o crescimento do PIB caiu de 13,2% para um valor próximo de 2% em 2009.



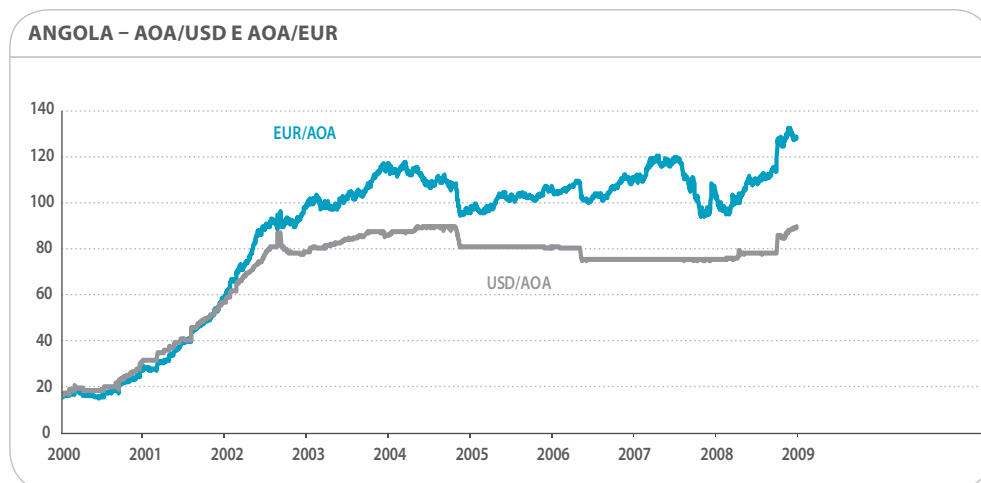
Fonte: OPEC.

No entanto, a recuperação da actividade económica a nível global e a subida do preço do petróleo observadas na segunda metade do ano contribuíram para que fossem visíveis, nesse período, sinais de aceleração do crescimento na economia angolana, tanto no sector petrolífero como nos sectores não petrolíferos. Em 2009, Angola registou um nível médio de produção de petróleo de 1,8 milhões de barris diários (mb/dia), recuperando face à quebra verificada durante os primeiros meses do ano. No final do ano, Angola era o sétimo exportador de petróleo para os Estados Unidos e o maior exportador para a China.

Os esforços das autoridades angolanas no sentido de promover a recuperação da produção nacional, a diminuição dos custos de funcionamento das actividades privadas e a melhoria das condições sociais da população contribuíram para a melhoria da conjuntura no 2.º semestre do ano, mantendo um ambiente de estabilidade macroeconómica. Neste contexto, perspectiva-se um crescimento próximo de 10% em 2010.



Fonte: BNA.



Fonte: Bloomberg.

O ano de 2009 continuou a ser marcado por pressões inflacionistas, fundamentalmente em virtude da depreciação do kwanza face às divisas dos principais parceiros comerciais angolanos, que contribui para o encarecimento das importações, sobretudo de bens alimentares. Este efeito foi acentuado pelos constrangimentos ao nível da capacidade logística e de distribuição. Neste contexto, a inflação anual subiu de 12,5% para um valor próximo de 14%. O comportamento em alta da inflação justificou a adopção de medidas restritivas ao nível da política monetária e reforçou a natureza prioritária dos investimentos em infra-estruturas logísticas (armazenamento, transporte e distribuição), bem como no aumento da capacidade produtiva interna.





[Redacted text block containing multiple lines of illegible content]

02

ASPECTOS REGULAMENTARES

[Redacted content]

[Redacted content]

ASPECTOS REGULAMENTARES

PORTUGAL

Mercado *Wholesale* de banda larga

Em 5 de Janeiro, em carta enviada pela Comissão Europeia à ANACOM, foi aprovada a desregulação do mercado grossista de acesso em banda larga nas áreas consideradas concorrenciais, cobrindo 184 Áreas de Central e 61% do parque de acessos em banda larga.

Por deliberação de 14 de Janeiro de 2009, e tendo em consideração os comentários remetidos pela Comissão Europeia, foi aprovada a decisão final relativa à definição dos mercados do produto e mercados geográficos, avaliações de PMS e imposição, manutenção, alteração ou supressão de obrigações regulamentares nos mercados de fornecimento grossista de acesso (físico) à infra-estrutura de rede num local fixo e de fornecimento grossista de acesso em banda larga.

Portabilidade

Em 4 de Fevereiro de 2009 foi aprovado o Regulamento de alteração ao Regulamento n.º 58/2005, de 18 de Agosto - Regulamento da Portabilidade, bem como o respectivo relatório final da consulta.

O Novo Regulamento entrou parcialmente em vigor em 4 de Março de 2009, e em 20 de Julho de 2009 entraram em vigor as disposições de natureza técnica aplicáveis aos processos de portabilidade, bem como o novo prazo para a concretização da portabilidade no âmbito dos serviços telefónicos móveis. O Novo Regulamento sofreu ainda uma alteração introduzida pelo Regulamento n.º 302/2009, de 16 de Julho, que veio clarificar o modo de contagem dos prazos para transmissão do pedido electrónico de portabilidade e de resposta aos pedidos de portabilidade pelo Prestador Doador.

Novas Redes de Acesso

Em 18 de Fevereiro de 2009 foi aprovado o relatório da consulta pública sobre a abordagem regulatória às novas redes de acesso (NRA). Seguindo o princípio da proporcionalidade na imposição de obrigações, a ANACOM considerou uma abordagem "faseada":

- Em áreas competitivas, é apenas imposto o acesso a condutas, com melhorias e equivalência de acesso, sendo impostas outras obrigações (acesso à própria fibra ou a fibra escura) apenas caso não haja espaço em condutas. Em último recurso, caso haja acordo entre as partes envolvidas, poderá optar-se, em alternativa ao acesso à própria fibra ou a fibra escura, por um acesso virtual à rede;
- Em áreas não competitivas, em acréscimo ao acesso a condutas, é também imposto o acesso à própria fibra óptica ou a fibra escura e o acesso virtual à rede (*bitstream* avançado).

Por despachos do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações, publicados entre Maio e Julho, foram aprovados aos programas e aos cadernos de encargos dos concursos públicos para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações electrónicas de alta velocidade nas zonas Centro, Norte, Alentejo e Algarve de Portugal Continental.

O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações anunciou, a 6 de Fevereiro de 2010, as decisões de adjudicação dos concursos para instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações electrónicas de alta velocidade (redes de nova geração) nas zonas Norte, Centro e Alentejo/Algarve, bem como Açores e Madeira.

Televisão Digital Terrestre

A ANACOM, por deliberação de 9 de Junho de 2009, decidiu emitir à PT - Comunicações (PTC) os títulos de atribuição dos direitos de utilização de frequências para a prestação do serviço de Televisão Digital Terrestre, a que estão associados os Multiplexers B a F (MUX B a F).

A TDT começou a ser emitida em 29 de Abril de 2009, em 29 Concelhos de Portugal. Em Setembro, já estavam cobertos 60% dos lares portugueses, sendo que, no final do ano, a percentagem de cobertura estendia-se a cerca de 80% dos lares.

Em Dezembro, a plataforma *pay-tv* da TDT foi atribuída à PT Comunicações, em definitivo, pelo Tribunal Administrativo de Lisboa, resolvendo assim um litígio que opôs esta Empresa à Airplus.

Na sequência do requerimento da PT Comunicações, a ANACOM decidiu, por deliberação de 29 de Janeiro de 2010, aprovar o sentido provável de decisão de revogação do acto de atribuição dos direitos de utilização de frequências associados aos Multiplexers B a F e, conseqüentemente, os cinco títulos que consubstanciam os direitos de utilização atribuídos à PT Comunicações, S. A. (PTC), sem perda de caução. Foi igualmente determinado que a decisão de revogação retroagirá à data deste sentido provável de decisão.

O Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) decidiu, em 23 de Março de 2009, excluir as duas candidaturas apresentadas no âmbito do concurso público para o licenciamento de um serviço de programas de âmbito nacional, generalista, de acesso não condicionado livre (o 5.º Canal), por aquelas não reunirem os requisitos legais e regulamentares para admissão a concurso.

Os candidatos recorreram da decisão da ERC e, em Outubro de 2009, o Tribunal decidiu favoravelmente a providência cautelar interposta por um dos candidatos. A ERC afirmou que iria recorrer da decisão do Tribunal. Até à presente data a licença para o 5.º Canal não foi atribuída.

Infra-estruturas de comunicações electrónicas: Decreto-Lei n.º 123/2009

O Conselho de Ministros aprovou, em 26 de Fevereiro, uma proposta de Lei estabelecendo o regime aplicável à construção, acesso e instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas, visando facilitar a remoção ou atenuação de barreiras à construção de infra-estruturas destinadas ao alojamento de redes de nova geração, a qual foi objecto de um procedimento alargado de consulta pública.

De acordo com o comunicado emitido, esta proposta *«vem, assim, dar execução à necessidade clara de definição do enquadramento aplicável ao desenvolvimento e investimento por parte de investidores e/ou operadores de comunicações electrónicas em Redes de Nova Geração, mas também para o funcionamento de um mercado que se quer concorrencial. Todos são chamados a intervir, no sentido de levar mais longe o caminho do investimento na sociedade de informação.»*

Na sequência da proposta aprovada pelo Conselho de Ministros e dos contributos das várias entidades interessadas, em 21 de Maio de 2009 foi publicado, em *Diário da República*, n.º 98, 1ª série, o Decreto-Lei n.º 123/2009, que veio estabelecer o novo regime aplicável à construção de infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, à instalação de redes de comunicações electrónicas e à construção de infra-estruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios. Este diploma foi posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de Setembro, o qual veio suprir algumas falhas do diploma inicial, bem como esclarecer outros aspectos relativamente à instalação de Infra-estruturas de Telecomunicações em Urbanizações (ITUR) e Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios.

De destacar que o Decreto-Lei n.º 123/2009 impõe uma série de obrigações com o objectivo de permitir aos operadores de comunicações electrónicas planearem, em melhores condições, a construção e desenvolvimento de redes de comunicações electrónicas.

Para este efeito, o Decreto-Lei n.º 123/2009 prevê em especial um Sistema de Informação Centralizado (SIC), a ser gerido pela ANACOM e que tem por objectivo a disponibilização de informação relativa às infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas e que deverá ser alimentado com base na informação disponibilizada pelas entidades sujeitas ao Decreto-Lei n.º 123/2009, como o Estado, Regiões Autónomas, empresas públicas e concessionárias, outras entidades que detenham ou explorem infra-estruturas que integrem o domínio público do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais e empresas de comunicações electrónicas.

Em 16 de Dezembro de 2009, a ANACOM aprovou o documento da consulta pública sobre o formato de disponibilização de elementos no Sistema de Informação Centralizado (SIC). O prazo para envio de comentários termina no dia 9 de Fevereiro de 2010.

Manual ITED (2.ª Edição) e Manual ITUR (1.ª Edição)

Em 25 de Novembro de 2009, a ANACOM aprovou as versões finais da 2.ª edição do *Manual de Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios (ITED)* e da 1.ª edição do *Manual de Infra-estruturas de Telecomunicações em Loteamentos, Urbanizações e Conjuntos de Edifícios (ITUR)*, as quais entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Foi ainda decidido estabelecer um período transitório para a 2.ª edição do *Manual ITED*, até 31 de Março de 2010. Durante este período serão considerados válidos os projectos técnicos de infra-estruturas de telecomunicações em edifícios efectuados de acordo com as anteriores prescrições e especificações técnicas (*Manual ITED – 1.ª edição*), considerando-se, para tal, a data de entrada dos mesmos nas Câmaras Municipais, nos casos referidos no artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio, ou a data de conclusão do projecto, expressamente referida no termo de responsabilidade, nos casos referidos no artigo 72.º do citado diploma.

As alterações introduzidas nos *Manuais ITED* e *ITUR* destinam-se sobretudo a normalizar os procedimentos relativos à instalação de fibra óptica em edifícios e urbanizações, tendo em vista o desenvolvimento de redes de alto débito.

Níveis de desempenho das ofertas grossistas

Em 11 de Março de 2009, a ANACOM aprovou a decisão final relativa à publicação dos níveis de desempenho na qualidade de serviço (QoS) das ofertas grossistas ORALL (oferta de referência para acesso ao lacete local), ORCA (oferta de referência de circuitos alugados), ORAC (oferta de referência de acesso a condutas), "Rede ADSL PT" e ORLA (oferta de realuguer da linha de assinante).

Mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais. A Comissão Europeia adoptou, no dia 7 de Maio, uma recomendação sobre o tratamento regulamentar das tarifas de terminação fixas e móveis na União Europeia. A Recomendação prevê, assim, que as autoridades reguladoras nacionais (ARN) deverão determinar as tarifas de terminação (nas redes fixas e nas redes móveis) nacionais com base nos custos que um operador eficiente incorre para "terminar" chamadas na sua rede. Estabelece-se uma metodologia de custeio específica (modelo LRIC *bottom-up*) para o cálculo destas tarifas com o objectivo de permitir que os operadores recuperem apenas o que se considera

serem os custos relevantes da prestação de serviços de terminação de chamadas a terceiros. As ARN deverão tomar em "máxima conta" a recomendação, assegurando que até ao final de 2012 as tarifas de terminação serão aplicadas a um nível simétrico e eficiente em termos de custos. Todavia, é ainda previsto que, em circunstâncias excepcionais, os reguladores nacionais possam utilizar abordagens alternativas até 1 de Julho de 2014, se estes métodos levarem a um resultado consistente com a Recomendação e com um mercado competitivo. A CE espera que a aplicação da Recomendação conduza, até final de 2012, as tarifas de terminação de chamadas nas redes móveis para o intervalo entre 1,5 e 3 cêntimos.

Em 14 de Janeiro de 2010, a ANACOM aprovou os sentidos prováveis de decisão relativos à definição dos mercados relevantes grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais, à avaliação de PMS nesses mercados e à imposição, manutenção, alteração ou supressão de obrigações regulamentares, bem como ao detalhe de implementação da obrigação de controlo de preços.

Espectro Radioeléctrico

Em 20 de Maio de 2009, a ANACOM aprovou o projecto de Regulamento do leilão para a atribuição de direitos de utilização de frequências para o acesso de banda larga via rádio (BWA).

Em 17 de Junho de 2009, a ANACOM aprovou o relatório da consulta pública sobre a atribuição de direitos de utilização na faixa de frequências 2500-2690 MHz (também conhecida por faixa dos 2,6 GHz).

Em 29 de Julho de 2009, a ANACOM aprovou o relatório da consulta pública sobre o dividendo digital. Trata-se do espectro que se encontra, actualmente, atribuído ao serviço de radiodifusão televisiva nas faixas de VHF e UHF que será libertado em resultado da conversão dos serviços de programas televisivos analógicos terrestres em formato digital.

Em 20 de Outubro de 2009, foram publicadas no *Jornal Oficial da União Europeia* novas regras comunitárias que abrem a faixa do espectro radioeléctrico afecto ao GSM a outros serviços móveis, envolvendo os dispositivos de 3G e 4G, bem como a banda larga móvel. As novas regras vêm assim permitir a coexistência dos sistemas GSM (equipamentos móveis 2G) e UMTS (equipamentos 3G que congregam a Internet móvel de elevado débito aos serviços tradicionais de telefonia) nas faixas de frequências GSM de 900 MHz e 1800 MHz. Estas medidas devem agora ser implementadas pelos 27 Estados-membros, no prazo de seis meses no caso da directiva, para que as faixas de frequências atribuídas ao GSM possam efectivamente ser utilizadas, designadamente pelos serviços de 3.^a geração.

Em 23 de Dezembro de 2009, a ANACOM aprovou o projecto de revisão do Quadro Nacional de Atribuição de Frequências (QNAF), edição 2009/2010, para ser submetido ao procedimento geral de consulta, nos termos do artigo 8.º da Lei das Comunicações Electrónicas.

Regulamento de liquidação e cobrança de taxas

Em 1 de Julho de 2009, a ANACOM aprovou a decisão final sobre o Regulamento de lançamento, liquidação e cobrança de taxas devidas a esta Autoridade.

Serviço Universal

Em 11 de Março de 2009, a ANACOM decidiu não se opor à proposta de tarifário de Postos Públicos do Serviço Telefónico Fixo apresentada pela PT Comunicações a 11 de Fevereiro, e que entrou em vigor a 1 de Abril de 2009.

Em 3 de Novembro de 2009, a ANACOM decidiu não se opor à proposta de tarifário residencial do serviço telefónico num local fixo, no âmbito do serviço universal, apresentada pela PT Comunicações em 27 de Outubro de 2009, sem prejuízo do cumprimento das obrigações de transparência a que haja lugar.

No que toca ao financiamento do Serviço Universal, a ANACOM prosseguiu em 2009 a preparação de uma consulta pública através da qual o Regulador irá definir uma metodologia de cálculo dos Custos Líquidos do Serviço Universal e o conceito de encargo excessivo, e tomar uma decisão sobre a compensação dos CLSU relativos ao período 2001-2003. Durante o ano, a PT Comunicações e a ANACOM realizaram algumas reuniões sobre esta matéria, tal como previsto na decisão da ANACOM, de Dezembro de 2007.

Reanálise do mercado retalhista de circuitos alugados e dos mercados grossistas dos segmentos terminais e de trânsito de circuitos alugados

Em 16 de Dezembro de 2009, a ANACOM aprovou o projecto de decisão relativo à definição dos mercados do produto e mercados geográficos, avaliações de PMS e imposição, manutenção, alteração ou supressão de obrigações regulamentares no mercado de fornecimento retalhista de circuitos alugados e nos mercados de fornecimento grossista dos segmentos terminais e de trânsito de circuitos alugados.

Novo quadro regulamentar europeu das telecomunicações

Em 19 de Dezembro de 2009, entraram em vigor os diplomas legais que integram o novo quadro regulamentar das telecomunicações e que hoje foram publicados no *Jornal Oficial da União Europeia* (UE).

Este pacote legislativo, formado por duas directivas e um regulamento, deverá ser assinado, a 25 de Novembro, pelos presidentes do Parlamento Europeu e do Conselho e entrará em vigor com a sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*, prevista para 18 de Dezembro 2009. Os Estados-membros disporão depois de um prazo de 18 meses para a respectiva transposição para a legislação nacional.

Call Centres

O Governo aprovou o Decreto-Lei nº 134/2009, publicado em Junho, que veio impor várias obrigações quanto à operação de *call centres*, como seja a imposição de tempos máximos de resposta, obrigação de resposta a solicitações e o atendimento de chamadas de acordo com a respectiva ordem de entrada no *call centre*.

Serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagens

O Governo aprovou o Decreto-Lei n.º 63/2009, publicado em Março, que veio impor várias obrigações relativamente aos serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagens, adoptando medidas de transparência tarifária, mecanismos de barramento (a pedido e sem custos para o utilizador) e a inclusão destes serviços no Plano Nacional de Numeração (com diferentes códigos de acesso de acordo com a natureza e conteúdo do serviço).

BRASIL - VIVO

Principais factos que marcaram o ano de 2009

Continuação das acções de fiscalização da Anatel, intensificadas com a activação da portabilidade em todo o território brasileiro, e com a verificação, por parte do órgão regulador e dos órgãos de defesa do consumidor, da conformidade do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) da Vivo às disposições do Decreto n.º 6523/2008 (normas gerais sobre o SAC por telefone), que entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2008. Edição de Consultas Públicas e Resoluções da Agência, com alterações na Regulação focadas na ampliação da competição e dos direitos do consumidor.

Consultas Públicas realizadas pela Anatel

N.º 31/2009, com o objectivo de propor um novo regulamento da faixa de 2,5 GHz, incluindo, entre outros pontos, a destinação de 120 MHz ao SMP, em carácter primário, a partir de 2013, e de 140 MHz, a partir de 2016. O período para envio de manifestações terminou a 16 de Outubro de 2009.

Em Dezembro de 2009, a Anatel iniciou a Consulta Pública n.º 51/2009 com a proposta de Edital de Licitação para a faixa de radiofrequência H, sobras das faixas A, D, E e M, faixa TDD e faixas de extensão em 900 MHz e 1.800 MHz.

Também em Dezembro, dando seguimento ao previsto na Resolução n.º 516/2008 (Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil - PGR), a Anatel iniciou a Consulta Pública n.º 50/2009 com a proposta de criação de dois tipos de operação virtual: Credenciada e Autorizada de Rede Virtual.

Resoluções publicadas pela Anatel em 2009

N.º 535/2009, relativa à metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital.

Em 6 de Maio de 2009, foi publicada a Lei n.º 11.934/2009, que estabelece limites para exposição humana a campos eléctricos, magnéticos e electromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, por terminais de utilizador e por sistemas de energia eléctrica que operem na faixa de até 300 GHz. A nova lei torna obrigatória a adopção, em todo o território Brasileiro, dos limites de exposição estabelecidos pela Comissão Internacional de Protecção da Radiação Não Ionizante (ICNIRP), preconizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e já adoptados por determinação da Resolução n.º 303/2002-Anatel.

O Edital n.º 002/2007/SPV-Anatel, "Leilão de 3G", realizado em Dezembro de 2007, estabeleceu metas de cobertura para municípios então sem cobertura móvel, bem como metas para atendimento com serviços de terceira geração nas radiofrequências licitadas. A etapa imediatamente subsequente ao atendimento dos municípios consiste no resgate, proporcional à quantidade de localidades já atendidas, das garantias para cumprimento das metas de cobertura, que foram apresentadas pela empresa em Abril de 2008. A Anatel, por meio do Despacho n.º 5.954/2009, atestou o atendimento das metas de cobertura e de atendimento com serviços de terceira geração relativas ao primeiro ano do compromisso assumido.

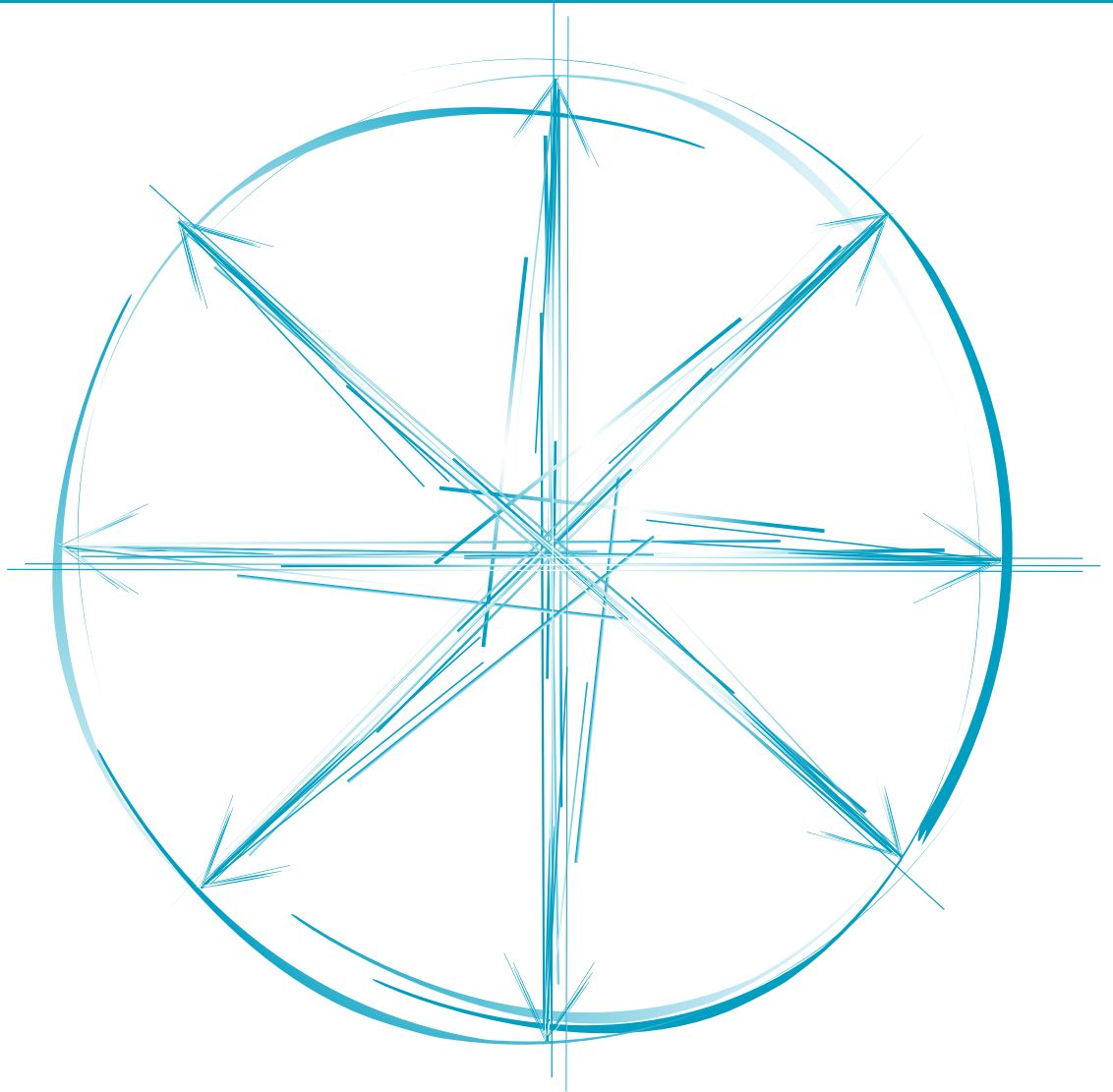
Não obstante a realização de acordo entre operadoras fixas e móveis, a Anatel decidiu não homologar o reajuste sobre os valores tarifários máximos dos Planos Básicos do STFC, modalidades de Serviço Local e Longa Distância Nacional, para chamadas envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP), solicitado pelas prestadoras de serviços de telecomunicações. Em virtude disso, não houve reajuste para o VU-M relativamente ao período 2008-2009.

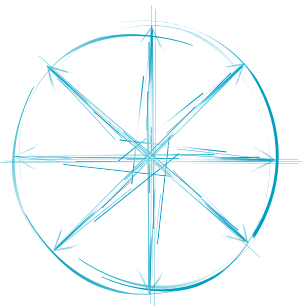




03

PERFIL ESTRATÉGICO





PERFIL ESTRATÉGICO

AMBIENTE DE NEGÓCIO

SECTOR GLOBAL DAS TELECOMUNICAÇÕES

Desenvolvimento de novas tecnologias de acesso

O desenvolvimento de novas tecnologias de acesso e de redes continuou a acelerar, com os operadores a anunciarem planos, testes e investimentos em redes de acesso de nova geração ("NGAN"), nomeadamente *Fibre-To-The-Home (FTTH)* e redes de cabo DOCSIS 3.0, no negócio fixo, e *Long Term Evolution (LTE)* no segmento móvel. Exemplos incluem o anúncio da KPN em levar FTTH a 1,3 milhões de casas na Holanda até final de 2012 e os planos da Verizon de fornecer o serviço LTE em 25 cidades nos EUA até final de 2010.

Reforço da tendência de convergência

A disponibilidade de novas tecnologias de acesso e equipamentos com funcionalidade de IP tem conduzido a uma maior convergência de conteúdos e serviços em várias plataformas. Os padrões de consumo estão a mudar, com a *interface* de cliente e a experiência deste a aparecerem como o critério chave de decisão. Em particular, a selecção do operador móvel é feita cada vez mais com base nos terminais disponíveis e cada vez menos com base na rede do operador (as vendas de *smartphones* aumentaram 22% em 2009 e já representam 16% das vendas globais de terminais) e as redes sociais estão a complementar a voz como veículo de comunicação. Este movimento tem conduzido ao aparecimento de novos modelos de negócio e de operadores no mercado genérico das comunicações e entretenimento, abrangendo não só os operadores de telecomunicações, mas também empresas de SI / TI, ISP e fornecedores de conteúdos.

Mercados emergentes como um motor de crescimento

Em 2009, os mercados emergentes continuaram a ser uma das maiores fontes de crescimento no sector das telecomunicações. O valor acrescentado nos países BRIC cresceu 9,2% em 2009, o que compara com 1,7% na América do Norte e na Europa Ocidental. Nestes mercados, é importante salientar o fenómeno da migração fixo-móvel, que continuou a acelerar, nomeadamente em países que têm uma infra-estrutura de rede fixa relativamente limitada. Adicionalmente, o debate sobre se as empresas devem reinvestir em países desenvolvidos ou alocar capital aos mercados emergentes continuou ao longo de 2009. Exemplos deste movimento foram a OPA lançada com sucesso pela Vivendi ao operador de rede fixa, GVT, o quarto investimento da Telefónica na China, aumentando a sua participação na China Unicom de 5% a 8% e investimento contínuo, interesse manifestado pela France Telecom e pela Vodafone em África.

SECTOR DAS TELECOMUNICAÇÕES EM PORTUGAL

Consolidação de ofertas agregadas

O ano de 2009 foi marcado por uma proliferação de ofertas agregadas pelos vários operadores no mercado, com ofertas *triple-play* (agregação de serviços de TV, voz e banda larga) a tornarem-se cada vez mais populares e atractivas. A maior transformação, iniciada em 2008, foi a consolidação da presença dos operadores de cabo no segmento de voz e o aumento da agressividade comercial dos operadores alternativos no fixo.

O aumento da competitividade nas áreas urbanas

Em 2009, houve uma mudança significativa no panorama do mercado de telecomunicações Português, com os operadores a investirem em fibra, nomeadamente a PT, que anunciou o investimento para cobrir um milhão de casas com FTTH, mas também os operadores de cabo e os operadores alternativos de rede fixa. Esta tendência beneficiou de uma maior visibilidade regulatória, com um conceito novo de regulação que utiliza uma abordagem de segmentação geográfica, retirando algumas restrições à oferta de banda larga da PT.

POSICIONAMENTO DA PT

No mercado doméstico, a PT pretende: (1) consolidar a inversão da tendência histórica no negócio fixo, alavancando no sucesso da sua estratégia de TV, a qual permitiu atingir uma quota de mercado de 23% no mercado Português de TV por subscrição; (2) desenvolver produtos de dados e de acesso à Internet inovadores no negócio móvel, e (3) lançar novas soluções de produtos e serviços convergentes para os segmentos de empresas.

A nível internacional, o enfoque da PT está no desempenho operacional dos activos e na partilha das melhores práticas entre os vários negócios. A expansão das operações internacionais para várias geografias é um dos catalisadores mais importantes na criação de valor no sector das telecomunicações e a PT não é excepção. A PT tem vindo a construir um relevante portfólio de operações internacionais que, em 2009, já representa 51,5% das receitas, tendo aumentado 1,8 pp face ao mesmo período do ano anterior, e 44,0% do EBITDA, tendo aumentado 5,0 pp face ao mesmo período do ano anterior.

OPERAÇÕES DOMÉSTICAS

Reversão da tendência histórica no negócio de rede fixa

Durante 2009, o negócio de rede fixa consolidou a tendência de recuperação, iniciada no final de 2008. As unidades geradoras de receitas de retalho (RGU) aumentaram 289 mil, suportadas pela pelas adições líquidas de TV por subscrição e pelo ADSL de retalho, com 269 mil e 152 mil respectivamente. Este sucesso mais do que compensou a perda líquida de 96 mil linhas, o qual compara com 173 mil linhas perdidas em 2008 e 313 mil em 2007. O crescimento nos acessos de retalho sustentou o crescimento das receitas de retalho, que aumentaram 1,8% face a 2008 e o crescimento das receitas operacionais (0,8% face ao mesmo período do ano anterior). Durante 2009, a TV por subscrição continuou a ganhar escala atingindo 581 mil clientes, ainda abaixo do nível de massa crítica, o que levou a uma melhoria significativa das tendências de margem bruta, a qual diminuiu 0,4% face a 2008, mas no quarto trimestre de 2009 aumentou 0,4%. Esta recuperação sustentada dos negócios de rede fixa é baseada no desenvolvimento da oferta de TV por subscrição e pacotes *triple-play*, incluindo TV, banda larga e serviços de voz. A PT tornou-se um verdadeiro *case-study* a nível europeu, conseguindo alcançar 23,0% de quota de mercado apenas 21 meses após o lançamento da oferta de TV por subscrição, implicando uma adição mensal de quota de 1,1 pp (o desempenho mais próximo de um operador europeu, apenas alcança 7,6% de quota de mercado em 21 meses, ou seja, um ganho mensal de quota de 0,4 pp).

Desenvolvimento de produtos inovadores de dados e internet

Num cenário de ambiente económico desafiante, a PT desenvolveu uma estratégia ambiciosa de crescimento nos dados, centrada no desenvolvimento de ofertas de banda larga móvel, ofertas competitivas de *smartphones*, promoção de serviços de valor acrescentado e desenvolvimento de ofertas convergentes para todos os segmentos de mercado. A PT continuou a investir na qualidade e na cobertura das redes 3G e 3.5G, atingindo mais de 90% da população e sendo reconhecida pelo regulador nacional e pelos consumidores como a melhor rede. Durante o ano de 2009, a PT continuou a consolidar a sua posição de liderança no mercado móvel, com um crescimento de 4,6% face a 2008 em termos de clientes móveis, sustentado pelo aumento da popularidade das ofertas de banda larga móvel.

Produtos convergentes na vanguarda do sector

Em 2009, a PT estrategicamente capturou o potencial de oportunidades da convergência fixo-móvel. Visando o segmento SoHo e PME, a PT continuou a comercializar o *Office Box*, uma referência nacional e europeia no fornecimento de serviços integrados de telecomunicações fixas e móvel e de voz e dados. A PT manteve também a sua oferta de ferramentas de produtividade de *software* e *hardware* e soluções avançadas para o segmento empresarial. A PT continuou a oferecer a banda larga móvel em conjunto com as ofertas integradas residenciais para os clientes de TV e ADSL, com o objectivo de diferenciar ainda mais as suas ofertas, dando mobilidade aos seus clientes.

OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

Liderança no mercado móvel brasileiro

Durante o ano de 2009, o enfoque da Vivo continuou a ser a consolidação da posição de liderança clara no mercado móvel brasileiro, com o desenvolvimento de novas e competitivas ofertas de voz e o lançamento de ofertas de banda larga móvel. A qualidade e a cobertura das redes 3G e 3.5G continuaram a ser fundamentais para a Vivo, com o objectivo de oferecer serviços ao cliente de elevada qualidade e uma destacada experiência de cliente, tanto em voz, como em dados, enquanto consolidava a sua estratégia GSM. Simultaneamente, a Vivo continuou a envolver-se em vários projectos com o objectivo de aumentar os seus níveis de produtividade e consolidar todas as anteriores empresas operacionais.

Partilha de melhores práticas

O enfoque contínuo na eficiência das operações internacionais e na partilha das melhores práticas permitiu um crescimento significativo das receitas e o aumento da rentabilidade destas operações em 2009. Adicionalmente, a PT está também a fazer um esforço de modo a que a sua equipa de gestão de topo acompanhe presencialmente e pessoalmente as operações internacionais da PT de modo a melhor acompanhar os desenvolvimentos em cada geografia.

NOVA ESTRUTURA OPERACIONAL E ORGANIZATIVA

Integração funcional do negócio móvel com o negócio fixo, com um enfoque mais forte nas necessidades específicas de cada segmento de cliente no mercado doméstico

A integração funcional da TMN com o negócio fixo representa um marco para a empresa, bem como um ponto de viragem ao nível da eficiência e eficácia do funcionamento das diversas áreas de negócio. A nova organização é baseada em dois princípios:

- Enfoque mais forte no cliente: a PT abandonou uma estrutura baseada nas áreas fixa e móvel, e passou a adoptar uma estrutura centrada nas necessidades específicas de cada segmento, implementando uma nova organização em torno de cinco segmentos de clientes: Residencial, Pessoal, PME e SoHo, Empresarial e *Wholesale*;
- Elevada eficiência operacional: a PT eliminou vários níveis e processos de decisão, reduzindo o número de directores e transformando a PT em uma empresa mais simples e ágil para competir num ambiente cada vez mais desafiante.

ESTRATÉGIA

Consolidar a competitividade a nível nacional, definição de uma estratégia de crescimento internacional

A PT continua empenhada numa disciplina operacional, financeira, estratégica e de custos, com o objectivo de focar o desenvolvimento dos recursos nos negócios *core* e nas principais regiões, Portugal, Brasil e África Subsaariana. A PT estabeleceu cinco objectivos ambiciosos para o triénio 2009-2011: (1) crescimento da base de clientes para 100 milhões de clientes; (2) aumentar a exposição nos negócios internacionais até dois terços das receitas; (3) reforçar a liderança em todos os segmentos no mercado doméstico, (4) alcançar um desempenho no quartil superior em termos de remuneração accionista e resultados, e (5) tornar-se uma referência em termos de sustentabilidade.

LIDERANÇA EM TODOS OS SEGMENTOS NAS OPERAÇÕES DOMÉSTICAS

Reforçar a liderança em todos os segmentos de mercado onde está presente

Com o negócio de *pay-TV*, a PT está a inverter a tendência no negócio doméstico residencial, a partir de uma posição de *attacker*, ao mesmo tempo que alavanca a sua posição de operador integrado, visando uma ampla oferta de produtos e serviços convergentes. Num mundo em convergência, no qual os indivíduos necessitam cada vez mais de contactar, comunicar e consumir serviços de dados em qualquer equipamento terminal - no seu local de trabalho, em casa ou na rua -, as capacidades únicas da PT para oferecer serviços integrados proporcionam uma verdadeira vantagem competitiva em Portugal.

“Fazer a diferença” no serviço ao cliente

Num contexto de grande transformação do mercado e de incerteza económica, compreender as necessidades dos clientes ao longo do seu ciclo de vida e agir perante essas necessidades, com uma execução de excelência, é um factor distintivo. Através desta relação de confiança será possível incentivar com sucesso os clientes a contratualizarem pacotes de produtos e serviços cada vez mais completos e por períodos mais longos, permitindo à PT aumentar o seu *share-of-wallet*.

EXPANSÃO INTERNACIONAL

Maximizar o valor estratégico dos seus activos internacionais, reforçando o foco no Brasil e na África Subsaariana

Dada a sua dimensão, perspectivas de crescimento e posição de partida da PT, o mercado brasileiro continua a ser uma prioridade. África continuará a ser um importante vector de crescimento, onde a PT irá prosseguir a aposta no reforço de parcerias e na procura de oportunidades de investimento criadoras de valor.

Enfoque na excelência operacional e comercial de todos os activos, assegurando a partilha de melhores práticas

Ao reforçar a excelência operacional e comercial em todas as operações, promovendo a partilha das melhores práticas, a PT deverá ser capaz de explorar todo o potencial de cada operação, tendo em conta o estado de desenvolvimento do mercado em todos os segmentos, bem como a sua posição competitiva.

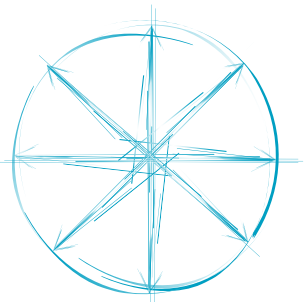
INOVAÇÃO

Ser um operador especialista

A PT pretende ser um operador competitivo na área da inovação, assegurando assim o seu espaço próprio no sector global. Assim sendo, a PT está a concentrar a sua operação em torno das suas capacidades distintivas, eliminando actividades e operações onde a organização não tem este factor diferenciador. Deste modo, a PT acredita que pode construir uma vantagem competitiva estrutural se conseguir trazer para cima da mesa os seus investimentos em tecnologia de ponta de modo a poder fornecer aos seus clientes mais serviços e de melhor qualidade com menor tempo de desenvolvimento – um factor chave de crescimento num mercado em constante mudança e evolução.

Tendo isso em atenção, a PT está a estabelecer parcerias estratégicas abertas com os seus fornecedores chave e também a alavancar o seu programa de inovação – OPEN – para construir uma cultura de inovação e um portfólio de investimento ponderado no tempo (projectos estruturais de longo prazo, desenvolvimento de negócios de médio prazo e optimização de negócio de curto prazo).

No que respeita a parcerias estratégicas, enquanto um inovador global com provas dadas, a PT tem sido capaz de atrair fornecedores globais e locais de modo a criar parcerias com o objectivo de acelerar o desenvolvimento de novas tecnologias, serviços e produtos para os seus clientes. Durante 2009, a PT assinou acordos de colaboração com seis empresas globais, líderes nos seus campos de actuação, e espera que estes possam vir a ser processos colaborativos ganhadores para com todas as partes, através dos quais a PT assegura o acesso a soluções tecnológicas *state-of-the-art* e dá o seu *feedback* e *input* ao processo de inovação dos seus parceiros.



04

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO





INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

INOVAÇÃO SUSTENTADA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O ano de 2009 constitui uma referência para a Portugal Telecom em termos do desenvolvimento da área de Inovação sustentada em Investigação e Desenvolvimento.

A criação do programa *Open* e a implementação de práticas sistematizadas de pesquisa e processamento de informação, de envolvimento de especialistas internos e externos, e de concretização de projectos, não só enriqueceu o portfólio das várias vertentes de negócio, como criou na empresa um *mindset* orientado para a obtenção de resultados diferenciadores.

O contexto competitivo que atravessamos, associado ao impacto da recessão económica, incrementaram a procura de soluções disruptivas, a todos os níveis da organização. Este ano foi particularmente interessante, com as várias empresas do grupo a contribuírem, de forma significativa, para o aumento da competitividade face à concorrência.

Em 2009, a Portugal Telecom investiu 213 milhões de euros em Investigação e Desenvolvimento Aplicado, correspondendo um aumento de quase 42% em comparação com o ano de 2008.

Numa lógica mais alargada, a organização apostou na inovação em várias frentes, para além das componentes tradicionais de negócio (produtos, serviços e tecnologias), pelo que foram endereçadas outras componentes como a eficiência operacional, a relação com o cliente, o desenvolvimento de novos modelos de negócio e a criação de uma cultura organizacional mais eficiente.

Nas operações domésticas, a PT tem implementado diversas actividades e projectos.

DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Durante 2009 a aposta foi clara no que concerne o desenvolvimento de produtos e serviços. Os investimentos efectuados procuraram uma maior diferenciação face à concorrência, a aposta em serviços de valor acrescentado, promovendo a fidelização da base actual de clientes, e reforçando as funcionalidades e a qualidade do serviço prestado.

Devemos salientar a aposta na implementação massiva de FTTH, posicionando a Portugal Telecom como *leader* no número de lares com Fibra, e abrindo caminho para o lançamento de novas funcionalidades sobre o acesso a casa do cliente. Como reflexo, e segundo o *Fiber To The Home European Council*, Portugal entrou para o *ranking* dos países com maior taxa de penetração de acessos em Fibra.

Paralelamente, a empresa apostou de forma estruturada em novos serviços e funcionalidades em IPTV. O desenvolvimento de serviços inovadores na plataforma de serviço MEO (Meo Kids e Acesso Multiplataforma – TV, Internet e Mobile), a gravação remota multi-acesso e a implementação de serviços MultiRoom e *overlay* sobre RF sem necessidade de *set top boxes* em casa do cliente contribuíram para que a base de clientes tenha crescido ao longo de 2009 de forma extremamente positiva.

Na componente *Wireless*, a PT foi pioneira em Portugal, criando ofertas comerciais específicas, ao nível dos equipamentos, de que são exemplo os terminais de marca própria *BlueBelt* e *Siverbelt*, sobre a plataforma *Windows Mobile Phone*. Desta forma, revolucionou o panorama nacional do mercado dos *Smartphones*, potenciando a adopção dos serviços “internet no móvel” e “meo mobile”, um inovador serviço móvel de TV.

Ainda nesta vertente, foi o primeiro operador português a lançar o terminal móvel com *Android*, e efectuou a estreia mundial do *Microsoft Mobile Phone*.

Por outro lado, a aposta no desenvolvimento de Mobile Apps sobre as plataformas *Android*, *Symbian* e *iphone* constituem outra vertente de grande investimento em R&D, conseguindo, desta forma acompanhar as últimas tendências do mercado *mobile* e fornecendo serviços inovadores à base de clientes actual.

Por último, a continuação da aposta em novas ofertas empresariais segmentadas, suportadas em soluções convergentes tecnológicas e aplicacionais, permitiram satisfazer as necessidades de diferentes sectores de mercado de uma forma inovadora.

Referimo-nos aos serviços aplicacionais sobre o *Framework Office Box*, e numa lógica SaaS, bem como aos serviços de *Webconferencing* multiposto, sustentando soluções de trabalho remoto e de aumento de produtividade profissional.

DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES WEB

Com a crescente tendência de um *blend* entre o mundo real e o mundo virtual, esta constitui uma área estratégica com grande evolução tecnológica e funcional.

Ao longo do ano, vários projectos ganharam forma, constituindo ferramentas de diferenciação e de conquista de novos espaços de oportunidade.

Devemos destacar o desenvolvimento do *Pond*, um novo serviço que permite gerir e agregar os vários perfis *online* de um utilizador, numa única aplicação, integrando múltiplas plataformas *web 2.0* (de que é exemplo o acesso a *blogging*, a redes sociais e a conteúdos gerados pelos utilizadores - *YouTube*, *Flickr*, *Sapo Vídeos* ou *Picasa*), e com acesso através de PC, TV ou *Mobile Handset*.

No sentido de colmatar uma outra necessidade do mercado, o Sapo desenvolveu uma plataforma de *Online Advertising* designada de Anúncios Sapo uma solução de publicidade *online*, contextualizada que responde aos *benchmarks* internacionais do mercado *Web*.

Na componente de IPTV foi ainda lançado o Portal "Sapo no Meo", permitindo os clientes aceder aos vídeos, notícias actualizadas, banca de jornais, serviços de meteorologia através do acesso TV e de uma forma *seamless*.

INFRA-ESTRUTURAS TECNOLÓGICAS E DE REDE

Tratando-se de uma componente core do negócio da PT, e factor altamente diferenciador na abordagem aos mercados e na sustentação da posição competitiva, esta componente deteve particular relevância em termos de:

Soluções de Convergência:

- Com a evolução da arquitectura de controlo de rede para uma solução baseada no *standard IMS (IP Multimédia Subsystem)* potenciando a oferta de serviços fixo-móvel de modo mais eficiente;
- Na implementação do piloto e avaliação de soluções Femtocell, permitindo a expansão da cobertura móvel a zonas de sombra (casa ou empresa), com base na utilização de uma infra-estrutura fixa.

Na vertente de melhoria da qualidade e das características dos serviços:

- A evolução da tecnologia rádio com maior eficiência espectral nas redes móveis permitiu a implementação na rede de soluções de HSPA+ a 21 Mbps;
- A implementação de maiores débitos na rede de transporte (*Mobile Backhaul*) para ambiente IP;
- A oferta de soluções baseadas em fibra (GPON), durante o ano 2009, possibilitou uma maior flexibilidade face à oferta existente, melhorando as características dos serviços para além de potenciar uma maior qualidade de serviço. No âmbito deste projecto, a PT estudou e desenvolveu técnicas de *mass deployment* desta tecnologia incluindo componentes de RF e de *Home Networking* optimizadas.

Em 2009, a Portugal Telecom investiu 213 milhões de euros em Investigação e Desenvolvimento Aplicado, correspondendo um aumento de quase 42% em comparação com o ano de 2008

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Durante 2009, a Portugal Telecom também fez uma aposta em áreas que produzem impacto em termos de eficiência operacional.

Neste contexto, e com o objectivo de aumentar a produtividade das equipas de operação e manutenção, foram implementados diversos projectos emblemáticos:

Implementação da Plataforma de Optimização de Rotas de Operação

Uma plataforma orientada para o negócio *wireline*, através da qual as equipas de operação implementaram uma solução de optimização dos percursos de intervenção (equipas de instalação e manutenção). Esta solução correlaciona, a cada momento, as posições geográficas das equipas no terreno, com a localização das solicitações de cliente, permitindo identificar qual a mais bem posicionada para cada intervenção, minimizando assim os consumos e reduzindo tempos de intervenção.

Implementação de Ferramentas de *Mobile Field Force*

Constituindo uma referência em termos de digitalização das equipas de operação, o projecto equipou as equipas de instalação e manutenção com *HandHeld Devices* aos quais associou uma aplicação de *Field Force Management*. As ordens de intervenção são enviadas directamente para os equipamentos móveis das várias equipas, aumentando a produtividade, reduzindo a utilização de papel e minimizando as taxas de erro.

Implementação de Ferramentas de *WorkForce Management* em *Contact Centres*

Conhecido internamente como Projecto TEFRA, recorre a uma ferramenta informática que efectua a gestão de meios físicos e humanos (espaços e pessoas), dos custos associados, garantindo a optimização dos recursos disponíveis e melhorando as taxas de performance das equipas.

Implementação do “Centro Fibra”

No contexto do *mass deployment* de fibra óptica na rede de acesso, foi criado um centro de atendimento único e integrado para clientes de acesso em fibra, com impacto directo no aumento da eficiência das equipas envolvidas, e acelerando a sua curva de aprendizagem, com reflexos na redução do volume médio de incidências.

RELAÇÃO COM O CLIENTE

Sendo esta área um dos pilares estratégicos de desenvolvimento da organização, existem alguns projectos emblemáticos que devemos salientar, e que produziram efeitos positivos na melhoria da relação com o cliente:

Projecto ONE

Implementação de uma única aplicação de gestão da relação com o cliente, numa perspectiva transversal a todo o portfólio de serviços, concentrando toda a informação do cliente. A adopção desta solução inovadora teve impacto ao nível da produtividade das equipas de atendimento, melhorando todo o processo de interacção e da experiência do cliente, nos momentos de contacto com a empresa.

Projecto Heka

Desenvolvimento de uma *knowledge base* de serviço ao cliente, onde reside toda a informação relevante, transversal aos vários negócios (procedimentos operacionais, planos de preços, instruções de activação de cliente, características dos equipamentos, portfólio de produtos, entre outros).

Criação do “Centro Tático”

Este centro de operações constitui um acelerador da resolução dos problemas identificados nos canais de contacto com o cliente, por análise sistemática de descontinuidades nos indicadores operacionais. Desta forma, tornou-se mais eficaz e garantida a resolução de constrangimentos de cliente.

SOCIEDADE E MEIO ENVOLVENTE

Neste capítulo, o posicionamento da Portugal Telecom sempre foi suportado em princípios fundamentais de crescimento, contribuição e inovação, com vista a uma melhor integração e prosperidade da sociedade em que se insere. Um dos desideratos estratégicos da companhia é transformar as suas práticas em referência de Sustentabilidade no sector das telecomunicações.

Neste ponto, várias iniciativas contribuem de forma concorrencial, para uma melhoria contínua. Um dos projectos transversais adoptados pela organização consistiu na substituição dos tradicionais sistemas de iluminação por sistemas de lâmpadas de elevada eficiência energética (LEEE), com impacto directo na redução de custos e de diminuição da pegada carbónica.

Nas operações diárias, foram adoptadas também algumas medidas para a redução dos custos associados ao *printing*, com a adopção de medidas de minimização do consumo de papel e de *toners*, por alteração dos parâmetros das impressoras e dos *print-servers*.

De referir também a implementação de novas soluções de *Free Cooling* em centrais telefónicas de pequena e média dimensão, reformulando o processo tradicional e diminuindo significativamente os consumos de energia e conseqüente impacto ambiental.

Por último, e reflexo deste *mind set* de sustentabilidade de negócio, também a área de *procurement* adoptou novas políticas de actuação no relacionamento com os fornecedores. Neste sentido, os processos de análise das propostas de fornecimento consideram, entre os vários critérios de avaliação, factores como a menor dependência energética dos equipamentos a adquirir.

Numa outra perspectiva e de acordo com uma lógica de mercado, podemos destacar os seguintes projectos:

- **Soluções para a Administração Central** – de que é exemplo o Portal da Segurança. Uma solução desenvolvida para o Ministério da Administração Interna onde qualquer cidadão pode ter acesso a dados que lhe permitam estabelecer uma mais rápida ligação com as Forças de Segurança, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- **Soluções para a área da educação** – nas quais se integram os projectos e-Escolas e e-Escolinhas, uma referência no sentido de dotar os estudantes de um PC portátil (entre o primeiro ciclo e a universidade); o projecto de desenvolvimento das escolas com conteúdos pedagógicos, que transporta de forma integrada as tecnologias para o interior da sala de aula; e o projecto *Scratch*, focado no desenvolvimento de novas interfaces homem-máquina, em parceria com o MIT;
- **Soluções para a área da Saúde** – em particular na plataforma de gestão de atendimento em unidades de saúde, com impacto na optimização de recursos e processos, reflectindo-se na diminuição dos tempos de atendimento.

ECOSSISTEMA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Neste contexto, consideramos que o investimento estruturado e contínuo em Investigação e Desenvolvimento é fundamental para a evolução e aperfeiçoamento de produtos e tecnologias inovadoras.

A Portugal Telecom tem vindo a investir em capital intelectual e em metodologias com o objectivo de criar uma cultura de inovação, e de assegurar novas conquistas tecnológicas.

Em termos de propriedade intelectual, no que concerne os temas relacionados com comunicação óptica e processos de optimização de comunicação electrónica, a PT Inovação efectuou dois pedidos provisórios de patentes e converteu outros dois pedidos provisórios em pedidos definitivos, sendo que um deles é um pedido internacional de patente.

Nesta área, a PT Inovação tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento de protótipos e soluções de suporte ao negócio de todo o Grupo, durante 2009, explorou as seguintes áreas de conhecimento:

- Serviços e aplicações de *Context Awareness* para suporte aos futuros ambientes de Multimedia IP;
- Participação na *Future Internet Platform* e nas suas vertentes de arquitectura, de novos modelos de negócio e de sistemas de virtualização;
- Arquitectura para gestão de identidades, ao nível do transporte, rede e de serviço;
- Promoção de soluções tecnológicas para apoio a comunidades com necessidade de cuidados de saúde;
- *Cloud computing*;
- Desenvolvimento de soluções de *Content Delivery* e Interactividade para plataformas de TV;
- Sistemas multifuncionais de gestão de veículos e infra-estruturas rodoviárias;
- Criação de soluções de formação em ambientes virtuais 3D, num *Framework* de serviços de *e-learning*;
- Experimentação de soluções de evolução das comunicações ópticas, nomeadamente no aspecto de acesso óptico sem fios e elevadas larguras de banda;
- Desenvolvimento de soluções de autenticação, segurança e privacidades em redes de telecomunicações de nova geração.

No âmbito do investimento em projectos que, pelas suas características, possam dar um importante contributo para a Inovação, a PT mantém também uma participação no INESC, com vista a dinamização de projectos universitários com potencial impacto no negócio da PT, bem como a dinamização dos Sapo Labs (uma parceria entre o Sapo e a Universidade de Aveiro), que deu origem ao desenvolvimento do Sapo Campus uma ferramenta de apoio aos alunos e professores no contexto da sala de aula (*blogs*, vídeos, fotos em ambiente de sala de aula).

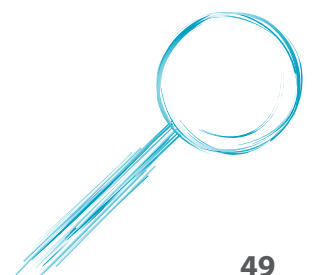
- **Tecnologias WEB aplicadas a contextos educativos – materializado no projecto SAPO CAMPUS** – uma ferramenta que aproxima os serviços da nova *Web 2.0* (*blogs*, vídeos, fotos, *wiki*, *Messenger*, *widgets*) de conceitos de PLE – *Personal Learning Environment*;
- **Projecto WEONTV Social Networking em ambiente IPTV** – Procura explorar contextos sociais emergentes na utilização diária da televisão, tirando proveito de diversas dinâmicas de recomendação e partilha de conteúdos;

- **Projecto VERBATIM** – dedicado ao processamento de linguagem natural através do desenvolvimento de sistemas avançados de inteligência artificial no reconhecimento de textual de padrões;
- **Projecto SYLVESTER** – desenvolvimento de um analisador de tendências sociais, por recurso às ferramentas sociais (como *Twitter* e *Facebook*) na análise automática de sentimentos, potenciando a modelação mais precisa de sistemas de recomendação de conteúdo e análise de redes sociais;
- **Projecto MIR** - Dedicado ao processamento gráfico avançado através do desenvolvimento de sistemas avançados de inteligência artificial no reconhecimento de padrões em imagens e vídeo;
- **Projecto REACTION** – orientado para o Jornalismo Computacional com tecnologia de recuperação, extracção e agregação de Informação para integração e organização de notícias.

Paralelamente, e no âmbito do envolvimento activo no programa *Carnegie Mellon University*, a Portugal Telecom não só apoiou a participação de diversos alunos nos programas *Professional Masters* e *Doutoral*, como também recebeu os alunos que terminaram a 1.ª edição do programa, reforçando a aposta na captação de jovens talentos em áreas Tecnológicas e de Investigação e Desenvolvimento.

Neste caso, a PT assume o estatuto de principal parceiro Industrial, com um profundo envolvimento neste projecto, envolvendo a componente de formação e dos projectos de investigação aplicada associados às teses de mestrado. Neste âmbito será em particular de referir:

- A criação do projecto *PT-SecurityLab*, visando apoiar a consolidação de ofertas de soluções de segurança para redes e no âmbito do ciberespaço;
- O Projecto Netóptima, que envolve investigadores da PT e Universitários, assim como alunos de Mestrado, visando criar uma ferramenta de modelação de redes corporativas, que suporte a validação interactiva e gráfica de políticas de QoS e de Segurança;
- Estudo conceptual de usabilidade e de interacções de um portal para crianças (Sapo kids) no âmbito de uma tese do MHCI;
- *Proof of Concept* de um *engine* de recomendação de conteúdos no âmbito de uma tese do MSE.





05

ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS



ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS ⁽¹⁾		MILHÕES DE EUROS	
	2009	2008	Δ09/08
Receitas operacionais	6.784,7	6.720,9	0,9%
Rede fixa ⁽²⁾	1.947,8	1.931,4	0,8%
Móvel Portugal • TMN ⁽²⁾	1.517,8	1.593,6	(4,8%)
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	3.138,1	3.034,3	3,4%
Outros e eliminações	181,0	161,6	12,0%
Custos operacionais, excluindo PRB e amortizações	4.282,4	4.240,6	1,0%
Custos com pessoal	693,2	616,6	12,4%
Custos directos dos serviços prestados	1.135,1	1.086,9	4,4%
Custos comerciais	1.113,5	1.232,9	(9,7%)
Outros custos operacionais	1.340,6	1.304,2	2,8%
EBITDA ⁽³⁾	2.502,3	2.480,3	0,9%
Custos com benefícios de reforma (PRB)	89,6	44,8	100,3%
Amortizações	1.437,9	1.268,3	13,4%
Resultado operacional ⁽⁴⁾	974,7	1.167,2	(16,5%)
Outros custos (receitas)	64,0	110,5	(42,0%)
Custos do programa de redução de efectivos, líquidos	14,8	100,0	(85,2%)
Menos (mais) valias líquidas na alienação de imobilizado	(0,4)	(19,5)	(97,9%)
Outros custos (ganhos) líquidos	49,7	30,0	65,6%
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	910,7	1.056,7	(13,8%)
Custos (ganhos) financeiros	(109,1)	129,5	n.s.
Juros suportados líquidos	302,3	272,4	11,0%
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(456,0)	(171,0)	166,7%
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	44,7	28,1	59,1%
Resultado antes de impostos	1.019,7	927,2	10,0%
Imposto sobre o rendimento	(233,2)	(231,4)	0,8%
Resultado antes de interesses minoritários	786,5	695,8	13,0%
Prejuízos (lucros) atribuíveis a interesses minoritários	(102,6)	(119,7)	(14,3%)
Resultado consolidado líquido	683,9	576,1	18,7%

(1) Considerando um câmbio médio euro/real de 2,7674 em 2009 e de 2,6737 em 2008. (2) As receitas operacionais dos negócios de rede fixa e móvel doméstico reflectem o impacto da decisão regulamentar de diminuição das tarifas de terminação móvel (MTR). Na TMN, este impacto ascendeu a 62,1 milhões de euros em 2009 e 4,8 milhões de euros no 4T09. (3) EBITDA = resultado operacional + benefícios de reforma + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

RECEITAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS

As receitas operacionais consolidadas aumentaram 0,9% face ao ano anterior

Em 2009, as receitas operacionais consolidadas aumentaram 0,9% face ao ano anterior, para 6.785 milhões de euros, decorrente do crescimento das receitas na rede fixa e na Vivo ter mais do que compensado o decréscimo das receitas da TMN, explicado pelo impacto negativo da redução das MTR em 41% entre 30 Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2009, e o impacto negativo da desvalorização do real. Excluindo os efeitos da consolidação da Telemig, da redução das MTR e assumindo uma taxa de câmbio constante, as receitas operacionais consolidadas teriam aumentado 2,3% face ao mesmo período do ano anterior.

Em 2009, as receitas provenientes das operações domésticas diminuíram 1,9% face ao ano de 2008. O desempenho financeiro das operações domésticas foi negativamente impactado por menores vendas de equipamentos, que diminuíram 26 milhões de euros em 2009, e pelo impacto negativo de menores MTR. Excluindo o impacto negativo das MTR, as receitas das operações domésticas ter-se-iam mantido estáveis, apesar da redução nas vendas de equipamentos.

Em 2009, as receitas operacionais de rede fixa aumentaram 0,8% face a 2008, de 1.931 milhões de euros para 1.948 milhões de euros, suportadas na inflexão da evolução das receitas de retalho, que registaram um crescimento de 1,8% face ao ano anterior, de 953 milhões de euros para 971 milhões de euros. O crescimento das receitas de retalho foi conseguido num cenário de contínuo forte desempenho dos serviços *triple-play* do Meo (voz, dados e vídeo), que por sua vez mitigaram significativamente os desligamentos líquidos de linhas fixas, que se situaram em 96 mil em 2009, comparativamente a 173 mil em 2008 e a 313 mil em 2007. Adicionalmente, os desligamentos líquidos das linhas geradoras de tráfego foram de 56 mil em 2009, comparativamente a 110 mil em 2008, uma melhoria no desempenho de quase 50% face ao ano anterior.

As adições líquidas de retalho atingiram 325 mil em 2009, impulsionadas pelo sucesso da oferta *triple-play* do Meo da PT, desacelerando os desligamentos de linhas fixas e ganhando quota de mercado na banda larga. Em 2009, os clientes de ADSL de retalho aumentaram 21,5% face a 2008, atingindo 862 mil clientes. As adições líquidas de banda larga de retalho atingiram 152 mil em 2009, comparativamente a 73 mil em 2008, reflectindo uma clara e constante melhoria ao longo dos últimos cinco trimestres. A oferta Meo da PT continua a ter uma forte procura no mercado. As adições líquidas de clientes de TV por subscrição atingiram 269 mil em 2009 e o total de clientes de TV por subscrição ascendeu a 581 mil, o equivalente a 67,4% de penetração na base de clientes ADSL de retalho. As RGUs (*Revenues Generating Units*) de retalho por acesso aumentaram 12,2% em 2009 face a 2008, de 1,36 para 1,53.

Em 2009, as receitas operacionais da TMN diminuíram 4,8% para 1.518 milhões de euros, principalmente devido aos impactos negativos de menores MTR (62 milhões de euros) e menores vendas de equipamentos (15 milhões de euros), que mais do que compensaram o crescimento das receitas de serviço (+0,5% face a 2008), impulsionadas pelo crescimento dos clientes pós-pagos e pelas receitas de dados. As receitas de dados não-SMS continuam a ser uma importante fonte de crescimento, suportadas na crescente penetração dos *smartphones* e placas de dados. Excluindo o impacto de menores MTR, as receitas operacionais da TMN teriam diminuído 0,9% em 2009 face a 2008, em resultado de menores vendas de equipamentos, enquanto as receitas de serviço teriam permanecido estáveis.

Em 2009, as receitas operacionais da Vivo aumentaram 3,4% em euros e 7,0% em reais, face a 2008, suportadas no contínuo crescimento de clientes (aumento de 15,1% da base de clientes face a 2008). Excluindo o impacto da consolidação da Telemig e assumindo uma taxa de câmbio constante, as receitas operacionais da Vivo teriam aumentado 4,4% em 2009 face a 2008, impulsionadas pelo crescimento das receitas de serviço (7,2% face a 2008).

RECEITAS POR ÁREA GEOGRÁFICA		MILHÕES DE EUROS		
	2009	2008	Δ09/08	
Operações domésticas ⁽¹⁾	3.320,9	3.386,6	(1,9%)	
Brasil ⁽²⁾	3.240,1	3.111,5	4,1%	
Outros e eliminações ⁽³⁾	223,7	222,8	0,4%	
Total das receitas operacionais	6.784,7	6.720,9	0,9%	

(1) As operações domésticas incluem o segmento de rede fixa, segmento móvel, PT Inovação, PT SI, PT Pro, PT Contact e PT Sales. (2) Considerando um câmbio médio euro/real de 2,7674 em 2009 e de 2,6737 em 2008. Inclui a Vivo e a Dedic, o negócio de *call centre* da PT. (3) Inclui activos internacionais consolidados integralmente, nomeadamente a MTC, CVT, CST e Timor Telecom, e as empresas *holdings*.

As outras receitas, incluindo as eliminações intra-grupo, aumentaram 12,0% em 2009 face a 2008, principalmente devido à melhoria do desempenho das receitas das operações de *call centre* da PT no Brasil, da MTC na Namíbia e da Timor Telecom, que mais do que compensou a perda de receitas resultante do fim do contrato de gestão com a Vivo em Agosto de 2008 e a contração das receitas da CVT em Cabo Verde, em resultado, principalmente, de condições regulatórias e económicas adversas.

Em 2009, o contributo para as receitas operacionais dos activos internacionais consolidados integral e proporcionalmente foi de 51,5% e o Brasil representou 47,8% das receitas operacionais consolidadas, um aumento de 1,5 pp face a 2008, apesar da desvalorização do real face ao euro no período.

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

(EXCLUINDO CUSTOS COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES)

Os **custos operacionais consolidados excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações e depreciações** aumentaram 1,0% para 4.282 milhões de euros em 2009, em comparação com 4.241 milhões de euros em 2008, essencialmente em resultado de contribuições mais elevadas por parte (1) do segmento de rede fixa (104 milhões de euros), devido ao aumento da actividade comercial, no seguimento do desenvolvimento do serviço de televisão por subscrição que, por sua vez, levou ao aumento nos custos de programação, e (2) do negócio de *call centre* da Portugal Telecom no Brasil (29 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados por reduções (1) na Vivo (11 milhões de euros), reflectindo os impactos líquidos da desvalorização do real (75 milhões de euros) e da consolidação da Telemig (58 milhões de euros), e (2) na TMN, devido principalmente ao impacto da redução das MTR. Ajustando os efeitos da consolidação da Telemig e da redução das MTR e assumindo uma taxa de câmbio constante, os custos operacionais excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações e depreciações teriam aumentado 2,5% em 2009.

Os **custos com pessoal** aumentaram 12,4% em 2009 para 693 milhões de euros, essencialmente em resultado de contribuições mais elevadas por parte da Vivo e da operação de *call centre* da Portugal Telecom no Brasil. Os custos com pessoal representaram 10,2% das receitas operacionais consolidadas.

Os **custos directos dos serviços prestados** aumentaram 4,4% em 2009 para 1.135 milhões de euros e representaram 16,7% das receitas operacionais consolidadas. Este crescimento é explicado essencialmente por contribuições mais elevadas: (1) do segmento da rede fixa (18 milhões de euros), com o aumento nos custos de programação (50 milhões de euros), relacionado com o desenvolvimento dos serviços de TV por subscrição, a ser parcialmente compensado pelo impacto da redução das MTR; e (2) da Vivo (47 milhões de euros), reflectindo o aumento nos custos de interligação e nos custos com alugueres relacionados com o desenvolvimento dos serviços 3G, e também o impacto da consolidação da Telemig (20 milhões de euros), sendo que estes efeitos mais do que compensaram o efeito da desvalorização do real (21 milhões de euros). O crescimento dos custos no segmento de rede fixa e na Vivo foi parcialmente compensado pela redução dos custos directos na TMN (20 milhões de euros), essencialmente em resultado do impacto da redução das MTR (32 milhões de euros).

Os **custos comerciais** diminuíram 9,7% para 1.113 milhões de euros em 2009 e representaram 16,4% das receitas operacionais consolidadas. As diminuições na TMN (47 milhões de euros) e na Vivo (74 milhões de euros) são explicadas essencialmente pela redução nas vendas, enquanto os custos comerciais da Vivo também foram impactados pelos efeitos líquidos da desvalorização do real (25 milhões de euros) e da consolidação da Telemig (16 milhões de euros).

Os outros **custos operacionais**, que incluem basicamente os custos com serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, aumentaram 2,8% para 1.341 milhões de euros em 2009, em comparação com 1.304 milhões de euros em 2008. Ajustando os efeitos da consolidação da Telemig (16 milhões de euros) e assumindo uma taxa de câmbio constante (23 milhões de euros), os outros custos operacionais teriam aumentado 3,3% em 2009 para 1.347 milhões de euros, devido a uma contribuição mais elevada do segmento de rede fixa, em resultado do aumento da actividade comercial e de custos mais elevados com serviços de suporte e com o atendimento ao cliente, ambos relacionados com o forte desenvolvimento do serviço de televisão por subscrição. Relativamente à Vivo, e ajustando também os efeitos acima referidos, os outros custos operacionais teriam aumentado 0,9% em 2009, com a redução nas provisões para contas a receber e o impacto do fim do contrato de gestão com a Portugal Telecom em Agosto de 2008 a serem mais do que compensados pelos aumentos nos custos com electricidade, suporte comercial e despesas de facturação, em resultado do crescimento da actividade comercial e do desenvolvimento dos serviços GSM e 3G.

EBITDA

O EBITDA aumentou 0,9% em 2009 face a 2008, para 2.502 milhões de euros, equivalente a uma margem de 36,9%. Excluindo os efeitos da consolidação da Telemig, da redução das MTR e assumindo uma taxa de câmbio constante, o EBITDA consolidado teria aumentado 2,0% face a 2008. O desempenho do EBITDA no período foi suportado pelo crescimento na Vivo e nos outros activos internacionais, tendo sido parcialmente compensado pela diminuição nas operações domésticas, em resultado de menores MTRs, dos investimentos na implementação das ofertas *triple-play* e do fim do contrato de gestão da Vivo.

EBITDA POR SEGMENTO DE NEGÓCIO ⁽¹⁾⁽²⁾		MILHÕES DE EUROS		
	2009	2008	Δ09/08	
Rede fixa	799,6	887,1	(9,9%)	
Móvel Portugal • TMN	674,1	681,9	(1,1%)	
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	947,2	832,5	13,8%	
Outros e eliminações	81,3	78,8	3,2%	
EBITDA total ⁽²⁾	2.502,3	2.480,3	0,9%	
Margem EBITDA (%)	36,9	36,9	(0,0 pp)	
Operações domésticas ⁽³⁾	1.467,5	1.563,1	(6,1%)	
Brasil ⁽¹⁾⁽⁴⁾	958,4	844,0	13,6%	
Outros ⁽⁵⁾	76,4	73,2	4,4%	

(1) Considerando um câmbio médio euro/real de 2,7674 em 2009 e de 2,6737 em 2008. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) As operações domésticas incluem o segmento de rede fixa, segmento móvel, PT Inovação, PT SI, PT Pro, PT Contact e a PT Sales. (4) Inclui essencialmente a Vivo e a Dedic. (5) Inclui os activos internacionais consolidados integralmente, nomeadamente a MTC, CVT, CST e Timor Telecom, e as empresas *holdings*.

O EBITDA da rede fixa ascendeu a 800 milhões de euros em 2009, equivalente a uma margem de 41,1%. A margem EBITDA continuou a ser impactada, principalmente, por maiores custos de programação, de atendimento ao cliente e de suporte relacionados com a implementação das ofertas *triple-play*. A tendência de decréscimo do EBITDA tem vindo a melhorar no decorrer do ano. Em 2009, as despesas com pessoal no segmento de rede fixa aumentaram 2,9% face a 2008, em resultado de: (1) migração de efectivos do segmento móvel doméstico devido à reorganização dos negócios domésticos, fixo e móvel, por segmentos de cliente, e da (2) decisão de suspensão do programa de redução de efectivos e de foco no esforço de internalização de algumas funções chave. Como resultado da suspensão do programa de redução de efectivos, as responsabilidades com benefícios de reforma projectadas relativas a salários a pagar a pré-reformados e empregados suspensos foi reduzida em 116 milhões de euros e os respectivos pagamentos também reduziram em 12 milhões de euros no período.

Em 2009, o EBITDA da TMN diminuiu 1,1% face a 2008, para 674 milhões de euros, em resultado da diminuição das MTR. Excluindo o impacto negativo de 30 milhões de euros, decorrente de menores MTR, o EBITDA da TMN teria aumentado 3,2% em 2009 face a 2008. A margem EBITDA atingiu 44,4%, um aumento de 1,6 pp em relação a 2008, em resultado do contínuo crescimento de clientes pós-pagos, de receitas de dados e de redução de custos.

Em 2009, o EBITDA da Vivo aumentou 13,8% face a 2008, sustentado pelo crescimento da base de clientes. Excluindo a consolidação da Telemig e assumindo uma taxa de câmbio constante, o EBITDA da Vivo teria aumentado 15,3% face a 2008. A margem EBITDA da Vivo atingiu 30,2% em 2009, uma melhoria de 2,7 pp face a 2008.

O EBITDA dos outros negócios aumentou 3,2% face a 2008 para 81 milhões de euros, principalmente em resultado de um melhor desempenho da Dedic, empresa de *Call Centre* da PT no Brasil, da MTC na Namíbia e da Timor Telecom, apesar da perda de receitas resultante do fim do contrato de gestão com a Vivo a partir de Agosto de 2008 e do desempenho mais fraco da CVT devido a condições económicas e regulatórias adversas.

Os activos internacionais consolidados integral e proporcionalmente contribuíram com 44,0% do EBITDA consolidado da PT em 2009. Os negócios no Brasil representaram 38,3% do EBITDA em 2009. Os negócios em África consolidados integralmente contribuíram com 4,6% do EBITDA em 2009.

RESULTADO LÍQUIDO

Os custos com benefícios de reforma totalizaram 90 milhões de euros em 2009, em comparação com 45 milhões de euros em 2008, em resultado de uma menor rentabilidade esperada dos activos em 2008 em comparação com o pressuposto actuarial de 6% (40 milhões de euros), no seguimento da desvalorização em 2008 do valor dos fundos de activos sob gestão.

As amortizações aumentaram 13,4% face a 2008 para 1.438 milhões de euros, reflectindo maiores contribuições: (1) da Vivo, que representou aproximadamente 60% do aumento das amortizações, em resultado da consolidação da Telemig, da amortização das licenças de 3G e de maiores taxas de amortização para a rede CDMA, na sequência da implementação da rede GSM, e (2) do negócio de rede fixa em Portugal, resultante dos investimentos com a implementação do serviço de TV por subscrição e, também, da reavaliação de condutas e de certos activos imobiliários realizada no ano de 2008.

Os custos com o programa de redução de efectivos diminuíram para 15 milhões de euros em 2009, em comparação com 100 milhões de euros em 2008, em resultado da suspensão do programa referido.

Os ganhos com a alienação de activos fixos ascenderam a 0,4 milhões de euros em 2009 em comparação com 19 milhões de euros em 2008. Os ganhos registados em 2008 advieram, principalmente, da alienação de activos imobiliários.

Os juros líquidos suportados aumentaram 30 milhões de euros para 302 milhões de euros em 2009, em resultado do aumento da dívida líquida média da PT no período, devido à conclusão do programa de compra de acções próprias em 2008, e à aquisição da Telemig e das licenças 3G no Brasil. Em 2009, o custo médio da dívida consolidada permaneceu estável em 5,0% em relação a 2008. Excluindo o Brasil, o custo médio da dívida foi de 4,3%.

Os ganhos em empresas associadas incluem a participação da PT nos resultados líquidos da Unitel, CTM, Médi Télécom e UOL e ascenderam a 456 milhões de euros em 2009, o que compara com 171 milhões de euros em 2008. Em 2009, esta rubrica inclui o ganho de capital relacionado com a alienação da participação na Médi Télécom (267 milhões de euros), enquanto em 2008 inclui o ganho relacionado com a alienação da participação da PT no Banco Best (9 milhões de euros).

As outras perdas financeiras líquidas, que incluem ganhos com variações cambiais, ganhos líquidos em activos financeiros e outras despesas financeiras, ascenderam a 45 milhões de euros em 2009, face a 28 milhões de euros em 2008. Os ganhos líquidos com variações cambiais ascenderam a 20 milhões de euros em 2009, resultante de ganhos cambiais relativos a investimentos no Brasil, que comparam com perdas líquidas de 9 milhões de euros em 2008. Os ganhos líquidos em activos financeiros totalizaram 8 milhões de euros em 2009, que comparam com 19 milhões de euros em 2008, e estavam relacionados com a alteração no valor de mercado de instrumentos derivados cambiais. A alteração no valor de mercado é explicada pela apreciação do dólar face ao euro até Abril de 2009, quando esses derivados foram liquidados. Em 2008, os ganhos líquidos em activos financeiros incluíam principalmente: (1) a variação no valor de mercado de instrumentos financeiros relativos a derivados cambiais, que resultou em ganhos de 10 milhões de euros, devido à valorização do dólar face ao euro e ao real, e (2) a mais-valia decorrente da alienação de uma participação de 3% no capital da Africatel no 3T08 no montante de 9 milhões de euros. As outras despesas financeiras, que incluem serviços bancários, descontos financeiros e outros custos de financiamento, aumentaram para 73 milhões de euros em 2009 face a 39 milhões de euros em 2008. O aumento desta rubrica em 2009 é amplamente explicado pelo pagamento antecipado de alguns empréstimos, associados à aquisição das licenças 3G no Brasil.

A provisão para impostos sobre o rendimento aumentou de 231 milhões de euros em 2008 para 233 milhões de euros em 2009, o que corresponde a uma taxa efectiva de imposto de 25,0% em 2008 e 22,9% em 2009.

O lucro atribuível aos interesses minoritários diminuiu para 103 milhões de euros em 2009 face a 120 milhões de euros em 2008. A redução nesta rubrica é explicada, principalmente, pela diminuição dos lucros atribuíveis a interesses minoritários da Vivo, que ascenderam a 43 milhões em 2009 face a 52 milhões de euros em 2008, e da Africatel, que ascenderam a 52 milhões em 2009 face a 62 milhões de euros em 2008.

O resultado líquido aumentou 18,7% em 2009 para 684 milhões de euros face a 576 milhões de euros em 2008, com a mais-valia decorrente da alienação da Médi Télécom a ser parcialmente compensada pelo aumento dos custos relacionados com benefícios de reforma, amortizações e juros líquidos. Em 2008, o resultado líquido também incluiu 37 milhões de euros de ganhos extraordinários.

RESULTADOS LÍQUIDOS POR ACÇÃO

Em 2009, o resultado líquido básico por acção aumentou 22,9% para 78 cêntimos de euro em comparação com 64 cêntimos de euro em 2008. O número médio de acções em circulação diminuiu 3,4% para 876 milhões em 2009, enquanto o número médio diluído de acções em circulação para o mesmo período diminuiu 3,2% face a 2008 para 941 milhões.

RESULTADO LÍQUIDO POR ACÇÃO		MILHÕES (ACÇÕES EM CIRCULAÇÃO); EURO (VALOR POR ACÇÃO)		
	2009	2008	Δ09/08	
Número médio de acções em circulação no mercado				
Básico ⁽¹⁾	875,9	907,1	(3,4%)	
Diluído ⁽²⁾	940,5	971,8	(3,2%)	
Resultado líquido por acção				
Básico	0,78	0,64	22,9%	
Diluído ⁽²⁾⁽³⁾	0,76	0,62	21,8%	

(1) Ajustado por 20,6 milhões de acções próprias detidas através de *equity swaps*. (2) O número de acções diluídas foi calculado admitindo a conversão integral das obrigações convertíveis. (3) Os resultados diluídos foram calculados excluindo os custos com as obrigações convertíveis.

CAPEX

O capex aumentou 2,1% (26 milhões de euros) em 2009 face a 2008 para 1.268 milhões de euros, equivalente a 18,7% das receitas, em resultado do aumento do capex da rede fixa, que mais do que compensou a redução do capex da TMN e da Vivo.

CAPEX POR SEGMENTO DE NEGÓCIO ⁽¹⁾		MILHÕES DE EUROS		
	2009	2008	Δ09/08	
Rede fixa	565,4	402,8	40,4%	
Móvel Portugal • TMN ⁽²⁾	180,1	244,6	(26,4%)	
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾⁽³⁾	420,9	510,3	(17,5%)	
Outros	101,9	84,6	20,5%	
Capex total	1.268,3	1.242,3	2,1%	
Capex em % das receitas operacionais (%)	18,7	18,5	0,2 pp	

(1) Considerando um câmbio médio euro/real de 2,7674 em 2009 e 2,6737 em 2008. (2) Exclui os compromissos adicionais nos termos da licença UMTS (11,5 milhões de euros no 1T09). (3) Exclui a aquisição de licenças 3G no Brasil (227 milhões de euros no 2T08).

O capex da rede fixa aumentou de 403 milhões de euros em 2008 para 565 milhões de euros em 2009, principalmente em resultado da implementação da rede FTTH, de forma a proporcionar maior largura de banda aos clientes residenciais e empresariais, e do investimento em serviços IPTV, nomeadamente relacionado com o crescimento da base de clientes. No final de 2009, a PT tinha 965 mil casas em construção ou disponíveis com FTTH.

O capex da TMN diminuiu 26,4% em 2009 face a 2008 para 180 milhões de euros. O decréscimo no capex da TMN é explicado pelos investimentos efectuados na implementação das redes 3G/3,5G, quer em termos de capacidade como de cobertura, realizados durante 2008 e que resultaram na melhoria da qualidade do serviço de voz móvel e dados em Portugal. Como resultado, num recente estudo realizado pela entidade reguladora das telecomunicações portuguesa, a TMN foi considerada como tendo a rede com melhor desempenho em termos de fiabilidade e estabilidade em Portugal.

O capex da Vivo diminuiu 17,5% face a 2008 para 421 milhões de euros em 2009. Excluindo os impactos da consolidação da Telemig (8 milhões de euros) e da desvalorização do real face ao euro (14 milhões de euros), o capex da Vivo teria decrescido 16,2% face a 2008. O capex da Vivo foi principalmente direccionado para: (1) aumento da capacidade da rede, de forma a suportar o acelerado crescimento do tráfego de voz na rede 2G; (2) expansão da cobertura de rede 3G e 3,5G, e (3) melhoria da qualidade da rede de forma a continuar a ser a rede mais fiável e de melhor qualidade no Brasil.

Em 2009, o capex dos outros negócios aumentou para 102 milhões de euros, que compara com 85 milhões de euros em 2008, principalmente em resultado de maiores investimentos em África, nomeadamente na CVT e na MTC, e na Timor Telecom devido ao significativo crescimento da base de clientes.

CASH FLOW

O *cash flow* operacional ascendeu a 1.162 milhões de euros em 2009, que compara com 1.374 milhões de euros em 2008, em resultado de um aumento do investimento em fundo de maneo (190 milhões de euros) devido a: (1) recebimentos extraordinários da ZON em 2008; (2) ao acordo com o Estado Português relacionado com descontos em serviços prestados a reformados em 2008; (3) maiores recebimentos da Vivo em 2008 relativos ao contrato de gestão, e (4) maior o nível de capex no 4T08 comparativamente ao 4T09, na Vivo e na TMN, levando assim ao aumento dos pagamentos a fornecedores de imobilizado principalmente no 1T09.

FREE CASH FLOW		MILHÕES DE EUROS		
	2009	2008	Δ09/08	
EBITDA menos Capex	1.234,0	1.238,0	(0,3%)	
Itens não monetários	101,8	118,8	(14,3%)	
Variação do fundo de maneo	(173,4)	17,0	n.s.	
Cash flow operacional	1.162,4	1.373,7	(15,4%)	
Aquisição da Telemig	0,0	(517,0)	n.s.	
Alienação da participação na Médi Télécom	400,0	0,0	n.s.	
Juro	(355,1)	(299,9)	18,4%	
Contribuições relativas a PRB	(75,2)	(8,9)	n.s.	
Pagamentos a colaboradores pré-reformados, suspensos e outros	(175,9)	(187,9)	(6,4%)	
Impostos sobre o rendimento	(162,9)	(246,0)	(33,8%)	
Dividendos recebidos	121,1	80,1	51,2%	
Outros movimentos ⁽¹⁾	(44,8)	22,3	n.s.	
Free cash flow	869,5	216,5	n.s.	

(1) Em 2008 inclui 13 milhões de euros relativos à alienação de uma participação de 3% na Africatel, 16 milhões de euros relativos à alienação do investimento no Banco Best e 23 milhões de euros provenientes da alienação de activos imobiliários.



O *free cash flow* ascendeu a 869 milhões de euros em 2009, que compara com 217 milhões de euros em 2008. A melhoria do desempenho é explicada principalmente por: (1) investimento na aquisição da Telemig realizado em 2008; (2) alienação da participação na Médi Télécom em 2009; (3) diminuição dos impostos sobre o rendimento pagos (83 milhões de euros), em resultado de os pagamentos por conta efectuados em 2008 terem sido superiores ao imposto a pagar e de menores rendimentos tributáveis em 2009; (4) aumento dos dividendos recebidos de associadas (41 milhões de euros), e (5) redução no pagamento de salários a pré-reformados e empregados suspensos (12 milhões de euros), que resultou da suspensão do programa de redução de efectivos. Estes efeitos mais do que compensaram: (1) a redução de 211 milhões de euros no *cash flow* operacional, devido principalmente a investimentos em fundo de maneo, em resultado de pagamentos a fornecedores de imobilizado; (2) o aumento de 66 milhões de euros relacionado com uma exigida contribuição extraordinária para os fundos de pensões, em resultado do seu fraco desempenho em 2008; (3) o aumento nos juros pagos, no montante de 55 milhões de euros, devido ao aumento da dívida líquida média, ao aumento no custo médio da dívida no Brasil e à reestruturação da dívida relacionada com a aquisição das licenças 3G no Brasil que se traduziu no pagamento antecipado de alguns desses empréstimos; e (4) a alienação, em 2008, de imóveis (23 milhões de euros), da participação no Banco Best (16 milhões de euros) e da participação de 3% na Africatel (13 milhões de euros).

DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A dívida líquida consolidada ascendeu a 5.528 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, o que compara com 5.571 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, um decréscimo de 43 milhões de euros, principalmente em resultado do *cash flow* gerado no período, no montante de 869 milhões de euros, que mais do que compensou os dividendos pagos pela PT (504 milhões de euros) e o impacto negativo da conversão para euros da dívida denominada em reais (190 milhões de euros).

VARIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA		MILHÕES DE EUROS	
	2009	2008	
Dívida líquida (balanço inicial)	5.571,3	4.381,8	
<i>Free cash flow</i> (a subtrair)	869,5	216,5	
Dividendos pagos pela PT	503,6	533,2	
Aquisição de acções próprias ⁽¹⁾	0,0	904,6	
Impacto da consolidação da Telemig	0,0	(128,9)	
Compromissos relacionados com activos fixos ⁽²⁾	11,5	227,2	
Outros ⁽³⁾	121,0	68,0	
Dívida líquida (balanço final excl. efeito cambial)	5.337,9	5.769,5	
Efeitos de conversão cambial da dívida	190,1	(198,2)	
Dívida líquida (balanço final)	5.528,0	5.571,3	
Variação da dívida líquida	(43,2)	1.189,4	
Variação da dívida líquida (%)	(0,8%)	27,1%	

(1) Em 2008, a PT celebrou contratos de *equity swap* sobre 114,7 milhões de acções próprias no âmbito do programa de compra de acções próprias concluído em Dezembro de 2008. (2) Esta rubrica inclui: (i) o impacto de 227 milhões de euros relativos à aquisição de licenças 3G no Brasil no 2T08, e (ii) os compromissos adicionais nos termos da licença UMTS no montante de 12 milhões de euros realizados no 1T09. (3) Esta rubrica inclui essencialmente: (i) 85 milhões de euros relativos a dividendos pagos pelas subsidiárias consolidadas integralmente pela PT a interesses minoritários (41 milhões de euros em 2008); (ii) 13 milhões de euros relativos à participação de accionistas minoritários no aumento de capital da Vivo Participações, e (iii) a liquidação de um instrumento derivado cambial Euro-Dólar, em 7 de Abril de 2009, que resultou no pagamento de 38 milhões de euros, pelo que a PT deixou de deter qualquer instrumento financeiro derivado cambial nos seus negócios domésticos.

Em 31 de Dezembro de 2009, a dívida bruta consolidada ascendeu a 7.046 milhões de euros, dos quais 93,0% correspondiam a médio/longo prazo e 79,8% venciam juros a taxas fixas. Em 31 de Dezembro de 2009, 85,7% da dívida total estava denominada em euros e 14,3% em reais. A dívida da Vivo está denominada em reais ou convertida para reais através de contratos de derivados. Em Abril de 2009, a PT reembolsou 880 milhões de euros de uma obrigação existente. Durante 2009, a PT emitiu 2.450 milhões de euros de dívida, que incluem: (1) um *tap* do Eurobond de 2012 no montante de 300 milhões de euros, (2) obrigações convertíveis a 4 anos no montante de mil milhões de euros; (3) obrigações convertíveis a 10 anos no montante de 750 milhões de euros; e (4) novas linhas de crédito bilaterais e colocações privadas no valor de 400 milhões de euros.

As disponibilidades de caixa e equivalentes das operações domésticas, mais o montante total disponível em linhas de crédito e papel comercial não utilizados ascenderam a 2.864 milhões de euros no final de Dezembro de 2009, dos quais 1.840 milhões de euros eram relativos a linhas de crédito e papel comercial não utilizados. Nas operações domésticas, as disponibilidades de caixa e equivalentes acrescidas do montante não utilizado em linhas de crédito e papel comercial não utilizadas representavam uma cobertura de 9,0 vezes as maturidades a vencer em 2010. Em termos consolidados, as maturidades a vencer em 2010 estão cobertas 6,8 vezes.

O custo médio da dívida da PT foi de 5,0% em 2009, com uma maturidade de 6,6 anos em 31 de Dezembro de 2009. Excluindo o Brasil, o custo médio da dívida da PT era de 4,3% em 2009, com uma maturidade de 6,7 anos em 31 de Dezembro de 2009. Em 2009, o indicador de cobertura da dívida líquida pelo EBITDA era de 2,2 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros pelo EBITDA era de 8,3 vezes.

RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO) relativas a pensões e cuidados de saúde ascenderam a 3.045 milhões de euros e o valor de mercado dos activos sob gestão ascendeu a 2.370 milhões de euros. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 791 milhões de euros que não estão sujeitos a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos mensalmente pela PT directamente aos beneficiários até à idade de reforma. Assim, as responsabilidades não financiadas brutas ascenderam a 1.467 milhões de euros, que inclui uma posição de sobrefinanciamento de 79 milhões de euros no plano de saúde. As responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 1.079 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes.

RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA		MILHÕES DE EUROS
	31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2008
Responsabilidades com pensões	2.710,2	2.607,5
Responsabilidades com cuidados de saúde	335,3	426,3
Respons. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	3.045,5	3.033,8
Valor de mercado dos fundos ⁽¹⁾	(2.369,5)	(2.131,6)
Respons. não financ. com pensões e cuidados de saúde ⁽²⁾	675,9	902,1
Salários pagos a empregados suspensos e pré-reformados	791,4	907,7
Responsabilidades não financiadas brutas	1.467,4	1.809,9
Respons. não financiadas líquidas do efeito fiscal	1.078,5	1.330,2
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	23,4	25,4
Provisão para benefícios de reforma	1.490,8	1.835,3

(1) A alteração no valor de mercado dos fundos resultou do desempenho positivo dos activos sob gestão no montante de 310,3 milhões de euros (equivalente a 15% em 2009) e das contribuições efectuadas pelos beneficiários e pela PT no total de 120,1 milhões de euros, cujos efeitos foram parcialmente compensados pelos pagamentos de pensões e suplementos no montante de 166,2 milhões de euros e de cuidados de saúde no montante de 26,2 milhões de euros. (2) Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades não financiadas com pensões e cuidados de saúde estão líquidas de um activo no valor de 84 milhões de euros essencialmente relacionado com o sobrefinanciamento do plano de cuidados de saúde.

O PBO foi calculado com base em pressupostos actuariais consistentes com as informações demográficas e financeiras dos nossos planos e em conformidade com os requisitos definidos pela IAS 19. Na sequência das alterações ocorridas em 2009 nos mercados financeiros e nas tendências económicas, a taxa de desconto foi ajustada de 5,8% no final de 2008 para 5,50% no final de 2009, em linha com a diminuição dos *spreads* das obrigações. A expectativa para a taxa de inflação foi ajustada de 1,75% para 2,00%. Com base na informação demográfica dos beneficiários, a partir de 31 de Dezembro de 2009, os pressupostos demográficos sobre o plano de cuidados de saúde também foi ajustado. O impacto líquido das alterações acima mencionadas nos pressupostos actuariais representou um ganho de 2 milhões de euros.

O total das responsabilidades não financiadas brutas diminuiu 342 milhões de euros para 1.467 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, em resultado de menores responsabilidades com os salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados, devido principalmente à suspensão do programa de redução de efectivos, e de menores responsabilidades com pensões e cuidados de saúde na sequência do desempenho positivo dos activos sob gestão (15% de retorno em 2009), que mais do que compensou o efeito temporal sobre as responsabilidades não financiadas em balanço.

VARIÇÃO NAS RESPONSABILIDADES NÃO FINANCIADAS BRUTAS		MILHÕES DE EUROS	
	31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2008	
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	1.809,9	1.304,0	
Custos com benefícios de reforma (PRB)	91,6	46,7	
Ganhos com serviços passados não reconhecidos no resultado líquido	0,0	(2,1)	
Custos do programa de redução de efectivos	14,9	100,5	
Contribuições para os fundos de pensões ⁽¹⁾	(108,3)	(46,2)	
Pagamentos a colaboradores pré-reformados, suspensos e outros	(175,9)	(187,9)	
Ganhos líquidos actuariais ⁽²⁾	(164,8)	594,8	
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	1.467,4	1.809,9	
Responsabilidades não financiadas líquidas de impostos	1.078,5	1.330,2	

(1) Em 2009, esta rubrica inclui: (i) pagamentos por acordo de rescisão contratual no montante de 2,7 milhões de euros, (ii) reembolso de despesas de saúde efectuadas pela PT no montante de 3,2 milhões de euros, e (iii) contribuições para os fundos de pensões de 108,8 milhões de euros, dos quais 33 milhões de euros correspondem a transferência de activos imobiliários. (2) Em 2009, esta rubrica é, sobretudo, explicada pela diferença entre a rentabilidade real (310,3 milhões de euros ou 15% em 2009) e a rentabilidade esperada dos activos (6% numa base anual).

CUSTOS COM BENEFÍCIOS DE REFORMA		MILHÕES DE EUROS	
	2009	2008	
Serviço do ano	6,8	10,0	
Custo financeiro	216,4	208,7	
Rentabilidade esperada dos fundos ⁽¹⁾	(131,6)	(172,0)	
Sub-total	91,6	46,7	
Amortização de ganhos com serviços passados	(2,0)	(2,0)	
Custos com benefícios de reforma (PRB)	89,6	44,8	

(1) O decréscimo da rentabilidade esperada dos activos é explicado pela desvalorização dos fundos de activos ocorrida durante 2008.

CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009, a situação líquida excluindo interesses minoritários ascendeu a 1.318 milhões de euros. O aumento de 1.085 milhões de euros em 2009 é explicado pelo: (1) resultado líquido gerado no período no montante de 684 milhões de euros; (2) ganhos actuariais, líquidos de impostos, relativos a benefícios de reforma no montante de 121 milhões de euros, e pelos (3) ajustes de conversão cambial positivos no montante de 673 milhões de euros, principalmente relacionados com a valorização do real face ao euro. Estes efeitos mais do que compensaram o pagamento de dividendos no montante de 504 milhões de euros, em Abril de 2009, pela PT aos accionistas.

VARIAÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO (EXCLUINDO INTERESSES MINORITÁRIOS)		MILHÕES DE EUROS
		2009
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo inicial)		232,0
Resultado líquido		683,9
Ajustamentos de conversão cambial		673,0
Dividendos atribuídos ⁽¹⁾		(503,6)
Ganhos (perdas) actuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal		121,1
Outros ⁽²⁾		111,1
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo final)		1.317,5
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários		1.085,5
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários (%)		467,8%

(1) Dividendos pagos em 24 de Abril de 2009. (2) Inclui um ganho de 104 milhões de euros decorrente da troca de acções da Telemig por acções da Vivo em resultado da reestruturação societária realizada pela Vivo no 3T09.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa preparadas de acordo com o POC. As reservas distribuíveis aumentaram 77 milhões de euros para 845 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, na medida em que os dividendos pagos aos accionistas (504 milhões de euros) foram mais do que compensados pelos 530 milhões de euros de resultado líquido gerado em 2009, calculado de acordo com o POC.

VARIAÇÃO NAS RESERVAS DISTRIBUÍVEIS		MILHÕES DE EUROS
		2009
Reservas distribuíveis (saldo inicial)		768,0
Dividendos atribuídos		(503,6)
Resultado líquido do exercício determinado de acordo com o POC ⁽¹⁾		529,8
Outros ⁽²⁾		50,6
Reservas distribuíveis (saldo final)		844,7
Variação nas reservas distribuíveis no período		76,7
Variação nas reservas distribuíveis no período (%)		10,0%

(1) As principais diferenças entre o resultado líquido determinado de acordo com o POC e com as IFRS estão relacionadas com o reconhecimento dos custos com benefícios de reforma, a amortização do *goodwill* e o reconhecimento do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivados. (2) Esta rubrica inclui ganhos de 56,3 milhões de euros relativas a reestruturações societárias de algumas subsidiárias.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Em 31 de Dezembro de 2009, a exposição líquida (activo menos passivo) ao Brasil ascendeu a 3.136 milhões de euros. Os activos denominados em reais na demonstração da posição financeira da PT, em 31 de Dezembro de 2009, ascenderam a 6.432 milhões de euros, equivalente a 43,4% do total do activo.

O aumento no total dos activos em 2009 é explicado, principalmente, pelo impacto da valorização do real face ao euro, enquanto o aumento no total do passivo é explicado, principalmente, pelo aumento da dívida bruta, que foi parcialmente compensado pela redução nas responsabilidades com benefícios de reforma.

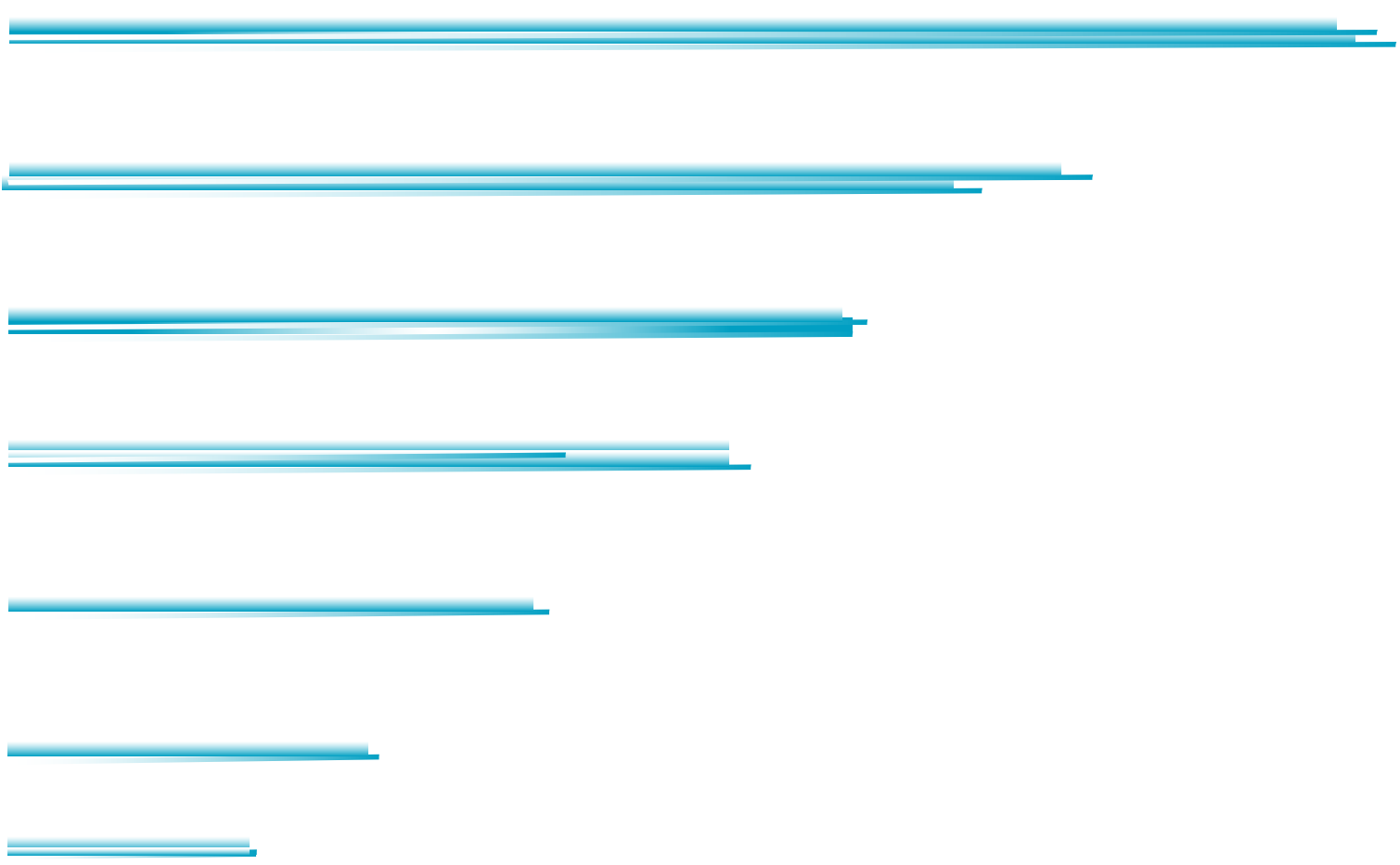
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA ⁽¹⁾		MILHÕES DE EUROS	
	31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2008	
Disponibilidades e títulos negociáveis ⁽²⁾	1.518,0	1.124,6	
Contas a receber	1.538,4	1.393,7	
Existências	239,9	297,4	
Investimentos financeiros	614,1	634,3	
Activos intangíveis	4.046,7	3.463,0	
Activos tangíveis	4.862,2	4.637,8	
Activos com planos de benefícios de reforma	67,6	1,6	
Outros activos	783,7	973,1	
Impostos diferidos e custos diferidos	1.160,7	1.188,8	
Total do activo	14.831,2	13.714,4	
Contas a pagar	1.338,6	1.373,6	
Dívida bruta	7.046,0	6.695,9	
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	1.558,3	1.836,9	
Outros passivos	1.597,2	1.777,4	
Impostos diferidos e proveitos diferidos	906,3	834,5	
Total do passivo	12.446,4	12.518,2	
Capital, excluindo interesses minoritários	1.317,5	232,0	
Interesses minoritários	1.067,3	964,2	
Total do capital próprio	2.384,8	1.196,2	
Total do capital próprio e do passivo	14.831,2	13.714,4	

(1) Considerando um câmbio euro/real de 2,5113 no final do ano de 2009 e de 3,2436 no final de 2008. (2) Esta rubrica inclui 42 milhões de euros relacionados com dividendos pagos pela Unitel à Portugal Telecom, os quais nas demonstrações financeiras consolidadas foram incluídos na rubrica "Contas a receber – outros".



06

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS



EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

MERCADO DOMÉSTICO

As receitas das operações domésticas, que incluem a rede fixa e a TMN, decresceram 1,9% em 2009 face a 2008, em resultado de menores vendas de equipamentos na TMN (15 milhões de euros) e de menores MTR, que tiveram um impacto negativo no montante de 62,1 milhões de euros, apesar do sólido desempenho das: (1) receitas de retalho da rede fixa, que aumentaram 1,8% face a 2008; (2) receitas de dados e soluções empresariais, que aumentaram 5,0% face ao ano anterior, e (3) receitas de clientes na TMN, que aumentaram 0,5% face a 2008.

As receitas da rede fixa aumentaram 0,8% em 2009 face a 2008, resultado de um desempenho robusto nas receitas de retalho (+1,8% face ao ano anterior). A melhoria nas receitas de retalho é explicada pela forte aceitação dos serviços de TV por subscrição, de banda larga pós-paga, e pela desaceleração da perda de linhas, apesar da contínua pressão nos preços dos segmentos empresarial e PME/SOHO e da diminuição nas receitas de listas telefónicas, devido a condições económicas desafiantes. Desta forma, as RGU de retalho aumentaram 325 mil em 2009, comparando a 191 mil em 2008. O contínuo sucesso da oferta de TV por subscrição Meo está a impulsionar o desempenho do segmento de rede fixa, mesmo tendo sido lançada, a nível nacional, apenas em Abril de 2008, e de ainda não ter atingido massa crítica.

No que respeita ao segmento móvel, as receitas de serviço diminuíram 4,6% em 2009 face a 2008, resultado de condições económicas adversas e apesar do crescimento dos clientes pós-pago e de uma maior contribuição dos serviços de dados. Como resultado do impacto de menores receitas de cliente, cortes nas MTR, nas receitas de *roaming* e menores vendas de equipamentos, as receitas operacionais da TMN diminuíram 4,8% em 2009 face a 2008.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - OPERAÇÕES DOMÉSTICAS ⁽¹⁾			MILHÕES DE EUROS
	2009	2008	Δ09/08
Receitas operacionais	3.320,9	3.386,6	(1,9%)
Rede fixa	1.947,8	1.931,4	0,8%
Móvel Portugal • TMN	1.517,8	1.593,6	(4,8%)
Outros e eliminações	(144,7)	(138,4)	4,6%
EBITDA ⁽²⁾	1.467,5	1.563,1	(6,1%)
Custos com benefícios de reforma (PRB)	89,6	44,8	100,3%
Amortizações	675,0	611,4	10,4%
Resultado operacional ⁽³⁾	702,9	907,0	(22,5%)
Margem EBITDA	44,2%	46,2%	(2,0 pp)
Capex ⁽⁴⁾	770,8	661,2	16,6%
Capex em % das receitas operacionais	23,2%	19,5%	3,7 pp
EBITDA menos Capex	696,7	901,9	(22,8%)

(1) As operações domésticas incluem os segmentos de rede fixa e móvel doméstico e a PT Inovação, PT SI, PT Pro, PT Contact e PT Sales. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) Exclui os compromissos adicionais nos termos da licença UMTS (11,5 milhões de euros em primeiro trimestre de 2009).

O EBITDA diminuiu 6,1% em 2009 face a 2008, para 1.467 milhões de euros, o equivalente a uma margem de 44,2%. Este desempenho foi alcançado num contexto de: (1) forte crescimento no serviço de TV por subscrição, o que resultou em maiores custos comerciais e de programação; (2) maiores custos de apoio ao cliente e de suporte, devido à evolução da TV por subscrição e da banda larga móvel, (3) menores MTR, e (4) suspensão do programa de redução de efectivos com foco na internalização. O decréscimo do EBITDA, apesar da suspensão do programa de redução de efectivos, na rede fixa tem vindo a melhorar de trimestre para trimestre. A margem EBITDA da TMN atingiu os 44,4% em 2009, um aumento de 1,6 pp face ao ano anterior, devido ao rigoroso controlo de custos.

REDE FIXA

Em 2009, as adições líquidas de retalho atingiram 325 mil, resultado do crescimento significativo do serviço de TV por subscrição, que contabilizou 269 mil adições líquidas, elevando o total de clientes de TV por subscrição para 581 mil, e demonstrando uma sequencial aceleração das adições líquidas. As adições líquidas de ADSL em 2009 atingiram 152 mil, enquanto as linhas geradoras de tráfego caíram 56 mil. Em 2009, os desligamentos líquidos de linhas de voz foram 96 mil, incluindo 40 mil desligamentos líquidos de linhas em pré-selecção. Este desempenho marca uma clara melhoria em relação ao mesmo período do ano anterior que atingiu 173 mil desligamentos líquidos, consolidando assim a melhoria dos principais indicadores de desempenho operacional observada durante 2009. A taxa de penetração de clientes de TV por subscrição situa-se em 22,2% das linhas geradoras de tráfego e em 67,4% da base de clientes ADSL, um desempenho sólido tendo em conta que o serviço de TV por subscrição foi lançado, a nível nacional, apenas em Abril de 2008.

O número de RGU de retalho por acesso, medido pelo número de acessos de retalho por linha PSTN/RDIS, continuou a aumentar com a implementação da oferta de TV por subscrição, tendo atingido 1,53 em 2009, comparado com 1,36 em 2008.

Os acessos de empresas concorrentes, que incluem os acessos *wholesale* e em pré-selecção, caíram 76 mil em 2009, reflectindo a diminuição dos acessos em pré-selecção (menos 40 mil) e dos acessos de lacete local desagregado (menos 12 mil).

Em 2009, o ARPU cresceu 3,1% face ao ano anterior, para 30,1 euros, em resultado da maior penetração tanto de TV como de ADSL e a margem bruta ficou estável, apesar do forte crescimento nas adições líquidas de retalho.

O Meo tem continuamente reforçado a sua posição como a mais inovadora oferta de TV por subscrição no mercado Português ao lançar várias funcionalidades para melhor diferenciar a sua oferta, nomeadamente: (1) *video-on-demand* (VoD) real, com funcionalidades semelhantes às do DVD e um catálogo de mais de 2.000 filmes, incluindo em alta definição (HD); (2) *catch-up* TV; (3) guia electrónico de programação, acessível remotamente através da internet e do telemóvel, (4) gravação de canais de TV, programável remotamente através da internet e do telemóvel; (5) jogos, *karaoke* e variados conteúdos interactivos e áreas de serviço; (6) acesso a arquivos pessoais de fotografia, e (7) ofertas customizadas para crianças, continuamente melhoradas com novos conteúdos. Além disso, a PT lançou também o Meo@PC, permitindo aos clientes o acesso *online* ao serviço de TV do Meo através do PC, fortalecendo os atributos de mobilidade e convergência da oferta Meo e reforçando, ainda mais, a sua diferenciação no mercado de televisão.

O Meo permite o acesso a uma oferta de conteúdos abrangente, com mais de 120 canais de televisão e mais de 2.000 títulos VoD. A oferta de VoD, que inclui *blockbusters* de cinco estúdios de Hollywood continua a ser uma funcionalidade bastante diferenciadora do serviço, o que é comprovado pelo facto de mais de 50% dos clientes de IPTV do Meo já o terem utilizado a pagar (mais 0,8 pp em relação a 2008), consumindo em média 2,7 filmes por mês. No quarto trimestre de 2009, integrado na campanha de Natal e pensando no aumento da utilização do VoD, a PT lançou um Voucher Presente com 20 euros de consumo VoD a um preço de 15 euros.

DADOS OPERACIONAIS • REDE FIXA

	2009	2008	Δ09/08
Acessos ('000)	4.587	4.298	6,7%
Acessos de retalho	4.189	3.864	8,4%
PSTN/RDIS	2.746	2.843	(3,4%)
Linhas geradoras de tráfego	2.612	2.668	(2,1%)
Pré-selecção	134	174	(23,2%)
ADSL retalho	862	710	21,5%
Clientes de TV	581	312	86,2%
Acessos de wholesale	398	434	(8,3%)
Lacetes locais desagregados	281	305	(8,1%)
Acessos ORLA	63	76	(16,2%)
ADSL wholesale	54	53	2,0%
Adições líquidas ('000)	289	132	118,9%
Acessos de retalho	325	191	70,2%
PSTN/RDIS	(96)	(173)	(44,4%)
Linhas geradoras de tráfego	(56)	(110)	(49,1%)
Pré-selecção	(40)	(63)	(36,2%)
ADSL retalho	152	73	108,9%
Clientes de TV	269	291	(7,7%)
Acessos de wholesale	(36)	(59)	(39,0%)
Lacetes locais desagregados	(25)	14	n.s.
Acessos ORLA	(12)	(65)	(81,0%)
ADSL wholesale	1	(8)	n.s.
RGU de retalho por acesso ⁽¹⁾	1,53	1,36	12,2%
ARPU (euros)	30,1	29,2	3,1%
Tráfego total (milhões de minutos)	11.225	11.888	(5,6%)
Tráfego de retalho	4.713	4.990	(5,5%)
Tráfego de wholesale	6.512	6.898	(5,6%)
Trabalhadores	6.450	6.183	4,3%

(1) Acessos de retalho por linha PSTN/RDIS.

A PT tem continuamente reforçado a sua oferta Meo com novas funcionalidades e conteúdos, nomeadamente através do desenvolvimento de parcerias com os principais produtores e fornecedores de conteúdos. A 2 de Abril de 2009, a PT lançou o Meo Kids, um novo serviço interativo para crianças e com conteúdos únicos, *karaoke*, vídeos e notícias. O Meo Kids está disponível para todos os clientes de TV por subscrição da PT, com um *interface* desenhado para dois grupos distintos: crianças dos 5 aos 7 anos e crianças dos 7 aos 10 anos de idade, fornecendo-lhes uma melhor e mais direccionada experiência de TV de próxima geração. A 6 de Abril de 2009, a PT lançou o canal AXN em HD, disponível através de IPTV e Satélite. A 24 de Julho, a PT anunciou uma parceria com o canal generalista SIC, que reforça a sua posição competitiva tanto no serviço de TV por subscrição como em internet. A 31 de Julho de 2009, a PT lançou o canal FOX em HD, disponível através de IPTV. Portugal foi o terceiro mercado do Mundo a lançar o FOX HD. A 15 de Outubro, a PT anunciou o lançamento do canal FOX Life, disponível através de IPTV, a partir de 1 de Janeiro de 2010. A 18 de Dezembro de 2009, a PT reforçou a sua oferta para o segmento jovem, ao lançar um novo canal exclusivo dedicado a adolescentes, SIC K, em parceria com o canal generalista SIC. Além disso, em Dezembro de 2009, a PT reforçou também a sua oferta de VoD com conteúdos exclusivos de teatro musical português.

As campanhas de *marketing* do Meo continuam a beneficiar de uma elevada notoriedade no mercado Português de TV por subscrição. Com efeito, em 2009, o indicador de recordação comprovada por anúncio foi acima de 60% e a recordação espontânea de anúncios ficou acima de 40%, bem à frente de qualquer outra marca concorrente do sector. Em Maio de 2009, o Meo foi eleito "marca de 2008" pela revista especializada *Meios & Publicidade*, que realiza uma iniciativa anual destinada a premiar empresas,

projectos, personalidades e agências de publicidade, pelos seus feitos. Em Setembro de 2009, num estudo realizado pelo regulador das telecomunicações, o Meo foi considerado o melhor operador em termos de satisfação do cliente no sector, com a melhor pontuação no que diz respeito a melhor imagem, melhor atendimento ao cliente e a melhor relação preço/qualidade. Em Outubro de 2009, o Meo foi considerado pela *Marketeer*, uma revista especializada de *marketing*, como a melhor marca de telecomunicações em 2009. Também em 2009, a marca Meo foi também considerada *top of mind* entre todas as marcas portuguesas.

Na sequência do anúncio do investimento da PT na rede de fibra óptica FTTH (*Fibre-To-The-Home*), a PT anunciou uma parceria com a *Corning*, um líder mundial no fornecimento de fibra óptica. A rede de FTTH deverá permitir à PT fornecer serviços de elevada velocidade e elevada qualidade e satisfazer as necessidades e requisitos dos seus clientes. Este investimento estratégico permite à PT atingir o seu objectivo de liderança em todas as áreas de actividade no mercado doméstico e garantir um crescimento futuro rentável. Além disso, a nova rede irá suportar serviços inovadores, o que diferenciará ainda mais as ofertas da PT e desempenhará um papel importante na consolidação da tendência de crescimento da rede fixa e na redução de custos associados com manutenção e apoio ao cliente. Nesta fase inicial, a PT atingiu 965 mil casas passadas com fibra até casa do cliente. A PT anunciou, também, uma parceria com a Cisco, com o objectivo de desenvolver soluções de valor acrescentado para os segmentos residencial e empresarial, a qual deverá permitir à PT manter uma vantagem competitiva nas soluções mais avançadas de telecomunicações nestes segmentos. Como parte desta aliança, a PT lançou o serviço de TelePresença, disponibilizando-o em Lisboa, Porto, Madeira e Açores.

Em 2009, as receitas operacionais da rede fixa aumentaram 0,8% face a 2008, para 1.948 milhões de euros, apesar do aumento de pressão nos preços nos segmentos empresarial e PME/SOHO e da diminuição das receitas no negócio de listas telefónicas (-11,2% face ao ano anterior), em vendas de equipamento (-15,2% face ao ano anterior) e em MTR. Apesar da contínua pressão no negócio tradicional de voz, as receitas de TV por subscrição e ADSL de retalho têm vindo a aumentar (+55,1% face ao ano anterior) em linha com a estratégia anunciada de abordar o mercado residencial através da oferta de serviços *triple-play* e *double-play*.

As receitas de retalho aumentaram 1,8% em 2009 face a 2008, para 971 milhões de euros, impulsionadas pelo crescimento das RGU de retalho de 325 mil, nomeadamente pelos clientes de TV por subscrição (+269 mil adições líquidas em 2009), pelos clientes de banda larga de elevada qualidade (+162 mil adições líquidas pós-pagas) e pela resiliência das linhas geradoras de tráfego que decresceram 56 mil no período. O crescimento do número de RGU por cliente contribuiu para o aumento do ARPU de retalho em 3,1% face a 2008, que chegou a 30,1 euros. O desempenho das receitas de retalho, que aumentaram pelo quarto trimestre consecutivo no quarto trimestre de 2009, revela uma aceleração sequencial contínua, apesar da forte concorrência de outros operadores fixos e de cabo, bem como de outros operadores móveis, tanto em voz como em banda larga, e num contexto de condições económicas desafiantes.

As receitas de *Wholesale* aumentaram 1,4% face a 2008 em 2009 para 495 milhões de euros, resultado do aumento de circuitos alugados (+15,5% face ao ano anterior) que mais do que compensou o decréscimo das receitas de tráfego (-6,0% face ao ano anterior), que foram impactadas negativamente por menores MTR.

As receitas de dados e soluções empresariais aumentaram 5,0% em 2009 face a 2008, resultado do forte aumento das receitas de gestão de redes, *outsourcing* e TI (29,5% face ao ano anterior) que mais do que compensou a diminuição das receitas de VPN e circuitos alugados (-2,4% face ao ano anterior). Este desempenho foi alcançado apesar de alguma granularidade em relação à execução de alguns grandes contratos e pressão nos preços.

As outras receitas diminuíram 11,0% em 2009 face a 2008, resultado do decréscimo no negócio de listas telefónicas, que diminuiu 11,2% em 2009 face a 2008, e nas vendas de equipamentos, que diminuíram 15,2% em 2009 face ao ano anterior, na medida em que a actividade comercial, em 2009 continuou a privilegiar o *marketing* dos serviços *triple-play* e de TV por subscrição, com base no aluguer de *set-top boxes*.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - REDE FIXA ⁽¹⁾			MILHÕES DE EUROS
	2009	2008	Δ09/08
Receitas operacionais	1.947,8	1.931,4	0,8%
Retalho	971,0	953,5	1,8%
Serviços a operadores (<i>wholesale</i>)	495,4	488,5	1,4%
Dados e soluções empresariais	300,7	286,5	5,0%
Outras receitas de rede fixa	180,6	203,0	(11,0%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	1.148,2	1.044,3	9,9%
Custos com pessoal	233,3	226,7	2,9%
Custos directos dos serviços prestados	409,0	390,9	4,6%
Custos comerciais	118,0	112,5	4,8%
Outros custos operacionais	387,9	314,1	23,5%
EBITDA ⁽²⁾	799,6	887,1	(9,9%)
Custos com benefícios de reforma	89,6	44,7	100,5%
Amortizações	434,7	365,7	18,9%
Resultado operacional ⁽³⁾	275,4	476,7	(42,2%)
Margem EBITDA	41,1%	45,9%	(4,9 pp)
Capex	565,4	402,8	40,4%
Capex em % das receitas operacionais	29,0%	20,9%	8,2 pp
EBITDA menos Capex	234,2	484,3	(51,6%)

(1) Inclui transacções intragrupo. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

O EBITDA diminuiu 9,9% em 2009 face a 2008, demonstrando uma melhoria sequencial da tendência observada durante o ano: primeiro trimestre de 2009 (-11,0% face ao mesmo período do ano anterior), segundo trimestre de 2009 (-11,2% face ao mesmo período do ano anterior), terceiro trimestre de 2009 (-9,9% face ao mesmo período do ano anterior) e quarto trimestre de 2009 (-7,2% face ao mesmo período do ano anterior). Os custos operacionais aumentaram 9,9% face a 2008, impulsionados principalmente pelo aumento nos outros custos operacionais (+23,5% face ao ano anterior), nomeadamente pelos custos de atendimento ao cliente e suporte, relacionados com o contínuo aumento dos clientes de TV por subscrição. Os custos directos aumentaram 4,6% face a 2008 para 409 milhões de euros, reflectindo maiores custos de programação de aproximadamente 77 milhões de euros, apesar da descida dos custos de tráfego (-15,0% face ao ano anterior). Os custos com pessoal aumentaram 2,9% face a 2008 para 233 milhões de euros, em resultado de: 1) migração de efectivos do segmento móvel doméstico, devido à reorganização dos negócios domésticos, fixo e móvel, por segmentos de cliente, e (2) suspensão do programa de redução de efectivos e foco na internalização de actividades que, anteriormente, eram terciarizadas, reduzindo assim os custos. Os custos comerciais, que aumentaram 4,8% face a 2008 para 118 milhões de euros, reflectem o aumento do custo das mercadorias vendidas (+11,3% face ao ano anterior).

Em 2009, a margem bruta diminuiu 0,4% face ao mesmo período no ano anterior, demonstrando uma melhoria significativa quando comparada com a diminuição de 4,5% em 2008. É importante salientar que, no quarto trimestre de 2009, a margem bruta aumentou 0,4% face ao mesmo período no ano anterior, o melhor desempenho dos últimos dezanove trimestres, acelerando a tendência observada no terceiro trimestre de 2009 (-0,1% face ao mesmo período do ano anterior), confirmando assim o sucesso do Meo enquanto factor-chave para a inversão da tendência do negócio de rede fixa. A margem EBITDA foi de 41,1% em 2009.

O Capex aumentou de 403 milhões de euros em 2008 para 565 milhões de euros em 2009. O Capex foi direccionado, principalmente, para investimentos em: (1) construção da rede FTTH, que permite maior largura de banda tanto para clientes residenciais como *corporate*, e (2) implementação de serviços de IPTV, em resultado do aumento de clientes de TV por subscrição, que representam cerca de um terço do total do Capex da rede fixa. No final de 2009, a PT tinha 965 mil casas, em construção ou disponíveis com FTTH.

MÓVEL PORTUGAL

Em 2009, o total de clientes da TMN aumentou 4,6% face a 2008, para 7.252 mil e as adições líquidas atingiram 319 mil. O aumento de base de clientes na TMN continuou a ser impulsionado pelas adições líquidas de banda larga móvel. No final de 2009, os clientes pós-pagos representavam 30,8% da base total de clientes, um aumento de 2,9 pp face ao ano anterior.

Em 2009, a TMN investiu significativamente na diferenciação do seu portfólio de equipamentos e serviços. A TMN disponibiliza aos seus clientes serviços de valor acrescentado e de dados, tais como: (1) *internetnotemóvel*, um serviço de internet e um portal inovador, desenvolvido exclusivamente para a TMN, que permite o acesso à internet através de telefones móveis em qualquer lugar e a qualquer momento; (2) *musicbox*, o primeiro serviço de *download* ilimitado de músicas, quer para telefones móveis como para PC; (3) *meo mobile*, um serviço móvel de TV, disponível através da marca Meo, acessível em qualquer lugar, com acesso a 38 canais, incluindo conteúdos ao vivo; (4) *App Store*, uma loja de aplicações móveis, com centenas de aplicações, tanto gratuitas como pagas, e com uma grande variedade de áreas de interesse, nomeadamente desporto, notícias, viagens, etc, e (5) *pond*, um agregador *online* de aplicações de média e redes sociais com três áreas principais: conteúdos gerados pelo utilizador, tais como fotos e vídeos, em parceria com o portal Sapo, Flickr, Picasa e Youtube; redes sociais, nomeadamente Facebook, e *blogging* através do Twitter, Sapo blogs e Blogger, e (6) MMS Face Fun, um serviço exclusivo e inovador que permite a transformação de fotografias dos clientes através da fusão com outra fotografia.

DADOS OPERACIONAIS • MÓVEL PORTUGAL ⁽¹⁾

	2009	2008	Δ09/08
Clientes ('000)	7.252	6.933	4,6%
Adições líquidas ('000)	319	680	(53,1%)
Tráfego total (milhões de minutos)	9.848	9.047	8,9%
MOU (minutos)	117	115	1,8%
ARPU (euros)	16,2	18,1	(10,6%)
Cliente	14,0	14,9	(5,8%)
Interligação	1,9	2,9	(34,7%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	23,1	20,4	2,6 pp
SARC (euros)	36,0	38,0	(5,3%)
Trabalhadores	1.004	1.082	(7,2%)

(1) Inclui subscritores MVNO.

Adicionalmente, a TMN possui também um amplo portfólio de equipamentos, que é continuamente actualizado de maneira a suportar uma oferta de serviços inovadora e a sustentar o carácter diferenciador da TMN no mercado. No segundo trimestre de 2009, a TMN lançou o *Bluebelt*, o primeiro *smartphone* da marca TMN, um equipamento *high-end* com tecnologia 3,5G para banda larga móvel, com velocidades até 7,2Mbps, e-mail em tempo real, câmara de 3,2 Mpx e foco automático, *flash* e zoom, câmara de vídeo, leitor de MP3, *Windows Live Messenger*, aplicação *Meo Mobile* e acesso directo a conteúdos. No terceiro trimestre de 2009, a TMN lançou o *HTC Magic*, o primeiro *smartphone* disponibilizado em Portugal a utilizar a plataforma de acesso livre *Android*, permitindo uma experiência única em banda larga móvel e em serviços interactivos e conteúdos. A TMN continuou a liderar o desenvolvimento do mercado de *smartphones* em Portugal, através do lançamento, em estreia mundial, do *Microsoft Windows Phone*, com base na plataforma *Windows Mobile 6,5*, que permite uma nova e integrada gestão de aplicações, tarefas, e-mails, mensagens e navegação por GPS. Este sistema operativo foi disponibilizado em vários equipamentos terminais: TMN *Bluebelt*, TMN *Silverbelt*, *Samsung Omnia II i8000* e *Samsung lite B7300*. No quarto trimestre de 2009, a TMN, mantendo um forte ritmo de inovação, lançou, em parceria com a *SonyEricsson*, o modelo AINO, que permite o acesso remoto à *PlayStation 3* e que pode ser adquirido individualmente ou num pacote com uma *playstation* e um jogo.

A TMN está concentrada no aumento da penetração, assim como da utilização, de *smartphones*, não só através do lançamento de equipamentos de marca própria a baixo preço mas também por disponibilizar *smartphones* em planos pré-pagos. Como evidência deste esforço, em Outubro de 2009, a TMN iniciou a comercialização do *BlackBerry Curve 8520* com um tarifário pré-pago e a sua campanha de Natal foi centrada na promoção de *smartphones* e equipamentos com ecrã sensível ao toque.

Em 2009, a banda larga móvel continuou a ser uma prioridade-chave, com a TMN a lançar, na sequência do primeiro projecto-piloto a nível mundial, um novo serviço de banda larga móvel com base em HSPA+ que disponibiliza velocidades até 21Mbps. A TMN lançou também uma nova oferta pré-paga de banda larga móvel com velocidade de *download* de 1 Mbps, que permite a navegação por um período de dez horas não consecutivas, num intervalo de 180 dias, com *downloads* ilimitados, pelo preço de 10 euros. Em Fevereiro de 2009, num estudo realizado pelo regulador das telecomunicações, a TMN foi considerada como o operador com a melhor cobertura e o melhor serviço 3G em todo o país. A TMN cobre actualmente todas as capitais de distrito também com 3,5G. Adicionalmente, em Abril de 2009, também num estudo realizado pelo regulador das telecomunicações, a TMN foi considerada o operador de banda larga móvel com o melhor desempenho e fiabilidade. A TMN foi, também, eleita pelos leitores da *PC Guia*, uma revista especializada, como o melhor fornecedor de banda larga móvel em Portugal pelo segundo ano consecutivo.

A TMN continuou a investir na diferenciação e reconhecimento da sua marca em 2009. Em Outubro de 2009, a TMN lançou uma inovadora campanha de *marketing* para celebrar ter atingido o importante objectivo de 7 milhões de clientes. Ainda em Outubro de 2009, a TMN, de maneira a chegar ao segmento mais jovem, patrocinou a nona etapa do campeonato de *surf*, o *ASP World Tour 2009*, que se realizou pela primeira vez em Portugal. Como resultado deste contínuo investimento, a TMN é a marca mais reconhecida entre os operadores móveis e a segunda em termos de *top of mind* de todas as marcas Portuguesas, logo atrás da marca Meo da PT.

Em 2009, os serviços de dados não SMS e de valor acrescentado continuaram a contribuir para o crescimento das receitas, aumentando em 27,3% face a 2008 e representando 59,0% do total de receitas de dados, que cresceram 9,0 pp face ao ano anterior. Este crescimento dos serviços de dados não SMS continuou a ser suportado pelo crescimento sustentável do desempenho e da utilização da banda larga móvel, em particular dos *smartphones* e outros equipamentos móveis com acesso a dados. Durante o ano, o total de receitas de dados representou 23,1% das receitas de serviços, aumentando 2,6 pp em relação ao ano anterior.

O ARPU da TMN decresceu 10,6% em 2009 face a 2008 para 16,2 euros, em resultado de: (1) forte aumento de clientes; (2) aumento da penetração dos serviços em segmentos de menor rendimento, e (3) descida das MTR. Com efeito, o ARPU de interligação diminuiu 34,7% face ao ano anterior. Em 2009, o tráfego total cresceu 8,9% face a 2008 para 9.848 milhões de minutos, impulsionado, principalmente, pelo tráfego de saída que cresceu 11,5%. O crescimento da base de clientes (+4,6% que no final do ano anterior) juntamente com o aumento da penetração de tarifas *flat* para comunicações *on-net* tem impulsionado o crescimento do tráfego no período.

Em 2009, as receitas operacionais da TMN ascenderam a 1.518 milhões de euros, um decréscimo de 4,8% face ao ano anterior (-76 milhões de euros), principalmente devido ao impacto negativo de 62,1 milhões de euros, em resultado de menores MTR, e da descida em 9,6% face a 2008 na venda de equipamentos (-15 milhões de euros). As receitas de serviço diminuíram 4,6% face ao ano anterior (-65 milhões de euros), com o aumento de 0,5% face a 2008 das receitas de cliente a não ser suficiente para compensar a diminuição das receitas de interligação (-30,3% face ao ano anterior) devido aos cortes regulamentados das MTR e à diminuição das receitas de *roaming*. Excluindo as menores MTR, as receitas operacionais e de serviços teriam aumentado, respectivamente, 0,9% e 0,2% face ao mesmo período no ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - MÓVEL PORTUGAL ⁽¹⁾

MILHÕES DE EUROS

	2009	2008	Δ09/08
Receitas operacionais	1.517,8	1.593,6	(4,8%)
Prestação de serviços	1.360,0	1.424,9	(4,6%)
Cliente	1.173,4	1.167,3	0,5%
Interligação	161,0	231,2	(30,3%)
Roamers	25,5	26,4	(3,5%)
Vendas	144,1	159,4	(9,6%)
Outras receitas operacionais	13,7	9,3	47,3%
Custos operacionais, excluindo amortizações	843,7	911,7	(7,5%)
Custos com pessoal	48,3	51,9	(6,8%)
Custos directos dos serviços prestados	259,4	279,3	(7,1%)
Custos comerciais	276,6	323,9	(14,6%)
Outros custos operacionais	259,3	256,6	1,0%
EBITDA ⁽²⁾	674,1	681,9	(1,1%)
Amortizações	220,9	231,7	(4,6%)
Resultado operacional ⁽³⁾	453,2	450,2	0,7%
Margem EBITDA	44,4%	42,8%	1,6pp
Capex ⁽⁴⁾	180,1	244,6	(26,4%)
Capex em % das receitas operacionais	11,9%	15,3%	(3,5pp)
EBITDA menos Capex	494,1	437,3	13,0%

(1) Inclui transacções intragrupo. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) Exclui os compromissos adicionais no âmbito os termos da licença UMTS (11,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009).

As receitas de cliente aumentaram 0,5% face a 2008, para 1.173 milhões de euros (-6 milhões de euros), suportadas pelo aumento de clientes, nomeadamente de banda larga móvel, apesar das condições económicas adversas terem afectado o segmento empresarial e PME/SOHO. As receitas de interligação decresceram 30,3% em 2009 face a 2008, para 161 milhões de euros (-70 milhões de euros), em resultado do decréscimo das MTR, de 11 cêntimos de euro por minuto no início de 2008 para 6,5 cêntimos de euro a partir de 1 de Abril de 2009, data em que a TMN implementou integralmente a descida de taxas impostas pelo regulador. As vendas de equipamentos diminuíram 9,6% face a 2008 (-15 milhões de euros) devido, principalmente, a menores preços dos equipamentos terminais móveis.

O EBITDA diminuiu 1,1% em 2009 face a 2008 para 674 milhões de euros, em resultado do decréscimo das MTR, o que teve um impacto negativo de 29,8 milhões de euros. Ajustado por este impacto negativo, o EBITDA teria aumentado 3,2%. Os custos operacionais, excluindo as amortizações, decresceram 7,5% em 2009 face a 2008, para 844 milhões de euros, suportados por uma rigorosa disciplina de custos: (1) as despesas com pessoal decresceram 6,8% em 2009 face ao ano anterior, reflectindo os ganhos de eficiência em resultado da reorganização das operações domésticas da PT por segmentos de cliente e integração fixo-móvel, (2) os custos comerciais diminuíram 14,6% face a 2008, para 277 milhões de euros, resultado do contínuo enfoque na redução da variedade de equipamentos que integram o portfólio da TMN e do aumento do número de equipamentos exclusivos e também de menor SARC, e (3) os custos directos, que incluem principalmente custos de telecomunicações, decresceram 7,1% face ao ano anterior para 259 milhões de euros, devido ao impacto positivo de menores MTR. O SARC unitário, que inclui custos de *marketing*, subsídios a equipamentos e comissões, diminuiu 5,3% em 2009 face a 2008. A margem EBITDA foi de 44,4% em 2009, aumentando 1,6 pp quando comparada com 42,8% em 2008.

O capex decresceu 26,4% face a 2008, para 180 milhões de euros. A diminuição do capex da TMN em 2009 é explicada, principalmente, pelos contínuos investimentos na implementação das redes 3G/3,5G, tanto em termos de capacidade como de cobertura, realizados em 2008, o que resultou numa melhoria da qualidade dos serviços de voz e dados da TMN. O capex continuou a ser dirigido, principalmente, para a expansão da capacidade e cobertura de rede, em resultado do aumento da utilização e da melhoria dos serviços móveis de voz e dados prestados a clientes. Aproximadamente 70% do capex de rede está a ser direccionado para as redes 3G e 3,5G. Como resultado de um rigoroso controlo de custos e de capex, o EBITDA menos capex da TMN aumentou 13% para 494 milhões de euros em 2009.

MERCADO INTERNACIONAL

MÓVEL BRASIL - VIVO

Em 2009, a base de clientes da Vivo aumentou 15,1% para 51.744 mil face a 2008, superando a marca dos 50 milhões de clientes em Dezembro. As redes GSM e 3G representavam 43.504 mil clientes no final de Dezembro de 2009, o equivalente a 84,1% do total de clientes (+14,9 pp face ao ano anterior). Em 2009, as adições líquidas atingiram 6.799 mil, decrescendo 9,0%, o que se explica pela tendência de desaceleração observada no mercado em 2009 comparativamente a 2008, pela intensa proliferação de cartões SIM e pelo enfoque da Vivo em reter e manter a sua base de clientes, nomeadamente clientes de maior valor, não obstante o facto de no quarto trimestre de 2009 as adições líquidas terem aumentado 8,6% face ao mesmo período do ano anterior, atingindo 2.897 mil e impulsionadas por: (1) a mais abrangente e diferenciada oferta, nomeadamente em termos de planos pós-pago e equipamentos; (2) fortes campanhas de *marketing*, nomeadamente durante o Natal, com o objectivo de aumentar a utilização e de retenção e manutenção da base de clientes da Vivo, e pela (3) liderança em qualidade e cobertura 3G. O aumento das adições líquidas no quarto trimestre de 2009, permitiu à Vivo apresentar 37,0% de quota de mercado de adições líquidas, valor muito superior a qualquer um dos seus concorrentes, reforçando assim a sua liderança pelo segundo trimestre consecutivo. Em Novembro de 2009, com o objectivo de reforçar a sua oferta pós-paga, a Vivo lançou um novo plano de preços, "Vivo Você", que inclui mais serviços e que tem sido muito bem sucedido em termos de angariação de novos clientes. Em resultado da qualidade e equilíbrio da sua oferta, a Vivo é a operadora que mais clientes ganhou em termos de portabilidade de números, desde a sua implementação no Brasil.

O total de minutos transportado pela Vivo aumentou 27,6% face a 2008, suportado pelo crescimento do tráfego de rede, resultado do sucesso das recentes campanhas de *marketing* centradas no aumento da utilização. Num cenário de forte crescimento de utilização, nomeadamente no segundo semestre de 2009, o tráfego de entrada aumentou ligeiramente em 0,9% face a 2008, em resultado da aceleração da migração fixo-móvel. O MOU total da Vivo aumentou 6,3% em 2009 face a 2008, atingindo os 92 minutos, impulsionado pelo MOU de saída (+18,5% face ao ano anterior).

DADOS OPERACIONAIS • MÓVEL BRASIL ⁽¹⁾			
	2009	2008	Δ09/08
Clientes ('000)	51.744	44.945	15,1%
Quota de mercado (%)	29,7	29,8	(0,1pp)
Adições líquidas ('000)	6.799	7.475	(9,0%)
Tráfego total (milhões de minutos)	52.106	40.843	27,6%
MOU (minutos)	92	86	6,3%
ARPU (reais)	26,4	29,2	(9,5%)
Cliente	15,9	16,8	(5,8%)
Interligação	10,3	12,1	(14,8%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	13,6	10,2	3,4pp
SARC (reais)	75,6	82,5	(8,4%)
Trabalhadores	10.598	8.386	26,4%

(1) Dados operacionais calculados utilizando os princípios contabilísticos brasileiros.

O ARPU total da Vivo atingiu 26,4 reais em 2009, um decréscimo de 9,5% face a 2008, resultado do crescimento da base de clientes, da maior penetração dos serviços móveis nos segmentos de baixos rendimentos e das campanhas destinadas a estimular a utilização. O ARPU de cliente diminuiu 5,8% face a 2008, para 15,9 reais, devido a ofertas com promoções e bónus incluídos num cenário de intensa competitividade e penetração de múltiplos cartões SIM. O ARPU de interligação diminuiu 14,8% face ao ano anterior, resultado da migração fixo-móvel. O ARPU foi positivamente impactado pelo crescimento do ARPU de dados, que por sua vez foi impulsionado por conectividade e aplicações de dados.

As receitas operacionais da Vivo, apresentadas em reais e em conformidade com as IFRS, aumentaram 7,0% em 2009 face a 2008, para 17.369 milhões de reais, resultado do crescimento das receitas de serviço (+9,8% face ao mesmo período no ano anterior), impulsionado pelo forte crescimento em clientes e serviços de dados, suportado principalmente pela banda larga móvel. As receitas de dados aumentaram 44,0% em 2009 face a 2008, e representam já 13,6% (+3,4 pp face ao ano anterior) das receitas de serviço. Os factores de crescimento dos serviços de dados foram: (1) conectividade da banda larga móvel, devido ao forte crescimento da base de clientes, (2) o aumento da utilização SMS/MMS de pessoa para pessoa, em resultado de maiores recargas e activações de planos pós-pagos com benefícios em dados; (3) promoções para a utilização de conteúdos SMS (interactividade com acções na TV ou outro dispositivo de média), e (4) o lançamento de novos serviços, nomeadamente "Vivo Avisa" e "Vivo Informa". Para aumentar a penetração de *smartphones* e a utilização de dados, a Vivo lançou várias iniciativas de *marketing* em 2009, tais como: (1) "Motocubo", um *smartphone* destinado ao segmento jovem com acesso simplificado aos sites de redes sociais, e (2) "O meu primeiro *Smartphone*" campanha que oferece o *smartphone* após o estabelecimento de um contrato pós-pago com banda larga incluída. As receitas de serviço foram negativamente impactadas pela desaceleração das receitas de interligação, na medida em que o mercado tem estado mais focado em campanhas de tráfego na rede, o que motiva uma redução no tráfego de entrada e a substituição de tráfego fixo-móvel. As vendas de equipamentos diminuíram 17,2% em 2009 face a 2008 para 1.299 milhões de reais, em resultado um maior enfoque em ofertas assentes apenas em cartões SIM.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - MÓVEL BRASIL ⁽¹⁾		MILHÕES DE REAIS		
	2009	2008	Δ09/08	
Receitas operacionais	17.368,6	16.225,6	7,0%	
Prestação de serviços	15.680,6	14.280,5	9,8%	
Vendas	1.299,2	1.568,5	(17,2%)	
Outras receitas operacionais	388,8	376,6	3,3%	
Custos operacionais, excluindo amortizações	12.125,9	11.774,0	3,0%	
Custos com pessoal	890,9	770,6	15,6%	
Custos directos de serviços prestados	3.395,3	3.028,1	12,1%	
Custos comerciais	3.994,3	4.252,4	(6,1%)	
Outros custos operacionais	3.845,4	3.722,9	3,3%	
EBITDA ⁽²⁾	5.242,7	4.451,6	17,8%	
Amortizações	3.981,4	3.320,1	19,9%	
Resultado operacional ⁽³⁾	1.261,4	1.131,5	11,5%	
Margem EBITDA	30,2%	27,4%	2,7pp	
Capex ⁽⁴⁾	2.329,5	2.728,8	(14,6%)	
Capex em % das receitas operacionais	13,4%	16,8%	(3,4pp)	
EBITDA menos Capex	2.913,2	1.722,9	69,1%	

(1) Informação preparada de acordo com as IFRS. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = Resultado antes de resultados financeiros e impostos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) Exclui a aquisição de licenças 3G no Brasil (227 milhões de euros no segundo trimestre de 2009).

O EBITDA aumentou 17,8% para 5.243 milhões de reais em 2009 face ao ano anterior, suportado pelo crescimento das receitas de serviço e pelo controlo de custos. Os custos comerciais decresceram 6,1% face a 2008 enquanto o SARC unitário, que inclui custos de *marketing*, subsídios de equipamentos e comissões, decresceu 8,4% em 2009 face a 2008. Este desempenho dos custos comerciais é explicado por: (1) diminuição da subsidiação, devido à maior comercialização de equipamentos GSM e de cartões SIM; (2) diminuição do custo das mercadorias vendidas, devido ao impacto da valorização do real, e (3) enfoque da Vivo na retenção dos melhores clientes e no *up-selling* de serviços com o objectivo de aumentar o *share of wallet*. Num cenário de intensa concorrência e de campanhas agressivas, a margem EBITDA aumentou 2,7 pp para 30,2% em 2009.

O capex decresceu 14,6% em 2009 face ao ano anterior, para 2.329 milhões de reais, e foi essencialmente direccionado para: (1) aumento de capacidade da rede de forma a suportar o crescimento acelerado da base de clientes observado na Vivo, nomeadamente na rede 2G; (2) expansão da cobertura das redes 3G e 3,5G; (3) contínua expansão da cobertura nos estados do nordeste no seguimento do lançamento do serviço em Outubro de 2008 e do pré-pago em Setembro de 2009, (4) melhoria da qualidade da rede de forma a continuar a ter a melhor qualidade e a ser a mais fiável rede no Brasil, e (5) investimentos nos serviços de atendimento ao cliente e sistemas de informação. No final de Dezembro, a rede 3G assegurava a cobertura de 579 municípios, atingindo mais de 60% do total da população Brasileira.

OUTROS INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS

Em 2009, os activos internacionais excluindo a Vivo, numa base pro-forma, aumentaram a sua contribuição para as receitas e EBITDA proporcionais em 23,0%, para 513 milhões de euros, e em 31,2%, para 221 milhões de euros, respectivamente. Este desempenho foi alcançado em resultado de um forte crescimento de clientes e de rentabilidade, impulsionado pelo controlo de custos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PROPORCIONAL DOS ACTIVOS INTERNACIONAIS ⁽¹⁾ MILHÕES DE EUROS			
	2009	2008	Δ09/08
Receitas operacionais	512,9	416,9	23,0%
EBITDA ⁽²⁾	221,5	168,8	31,2%
Amortizações	43,3	32,3	34,3%
Resultado operacional ⁽³⁾	178,2	136,5	30,5%
Margem EBITDA	43,2%	40,5%	2,7pp

(1) Consolidação pro-forma dos activos internacionais, considerando as participações detidas pela PT. Exclui investimentos na Vivo e na Médi Télécom, que foi alienada. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

DEST. DOS PRINC. ACTIVOS EM ÁFRICA E NA ÁSIA (2009) ⁽¹⁾ MILHARES (CLIENTES), MILHÕES (FINANCEIROS)									
	Posição	Clientes	Rec. local	Δ08/09	EBITDA local	Δ08/09	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel ^{(2) (4)}	25,00%	5.700	1.562	23,0%	1.030	33,7%	65,9%	1.120	738
MTC ^{(3) (4)}	34,00%	1.363	1.444	10,8%	772	21,1%	53,5%	124	66
CVT ^{(3) (4)}	40,00%	374	7.775	(3,5%)	4.561	(6,8%)	58,7%	71	41
CTM ⁽²⁾	28,00%	833	2.439	(0,1%)	1.133	4,2%	46,5%	219	102
CST ^{(3) (4)}	51,00%	89	269.216	36,9%	75.119	14,3%	27,9%	12	3
Timor Telecom ⁽³⁾	41,12%	355	49	26,3%	25	21,2%	51,4%	35	18

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

Em 2009, as receitas operacionais e o EBITDA da Unitel aumentaram 23,0% e 33,7%, face a 2008, para 1.562 milhões de dólares e 1.030 milhões de dólares, respectivamente, sustentados por um forte crescimento de clientes, não obstante a desvalorização do kwanza que foi mais acentuada no 4T09. As adições líquidas totalizaram 1.128 mil em 2009, com a base total de clientes a atingir 5.700 mil clientes no final de Dezembro de 2009, um aumento de 24,7% face ao mesmo período do ano anterior. Em 2009, o ARPU foi de 25,0 dólares, um decréscimo de 5,7% em relação a 2008, devido principalmente à desvalorização do kwanza.

Em 2009, as receitas e o EBITDA da MTC aumentaram 10,8% e 21,1% face a 2008, respectivamente. A margem EBITDA aumentou para 53,5% em 2009. A base de clientes atingiu 1.363 mil no final de Dezembro de 2009, um aumento de 26,5% face ao mesmo período do ano anterior, com adições líquidas de 285 mil. Os clientes pós-pagos aumentaram 13,3%, correspondendo a 7,0% da base total de clientes. O ARPU foi de 95,3 dólares namibianos, um decréscimo de 16,9% face a 2008, em resultado do aumento de clientes no período.

As receitas da CVT decresceram 3,5% em 2009 face ao mesmo período do ano anterior, para 7.775 milhões de escudos cabo-verdianos, enquanto o EBITDA diminuiu 6,8% face a 2008, para 4.561 milhões de escudos cabo-verdianos. A margem EBITDA foi de 58,7% em 2009. Os clientes do segmento móvel aumentaram 15,2% para 291 mil. O ARPU foi de 1.369 escudos cabo-verdianos, diminuindo 32,2% no período, em resultado do crescimento de clientes e da diminuição das receitas de *roaming*.

As receitas da CTM decresceram 0,1% em 2009 face a 2008, para 2.439 milhões de patacas, beneficiando de uma melhoria na tendência num cenário de recuperação económica verificado no 4T09. O EBITDA aumentou 4,2%, para 1.133 milhões de patacas, com o forte controle de custos a mais do que compensar a pressão económica sobre as receitas. A margem EBITDA aumentou para 46,5% em 2009. No segmento móvel, os clientes aumentaram 19,5% face a 2008, atingindo 525 mil no final de Dezembro de 2009. Em 2009, o ARPU do segmento móvel da CTM diminuiu 26,0% para 104,3 patacas, em resultado do crescimento de clientes no período.

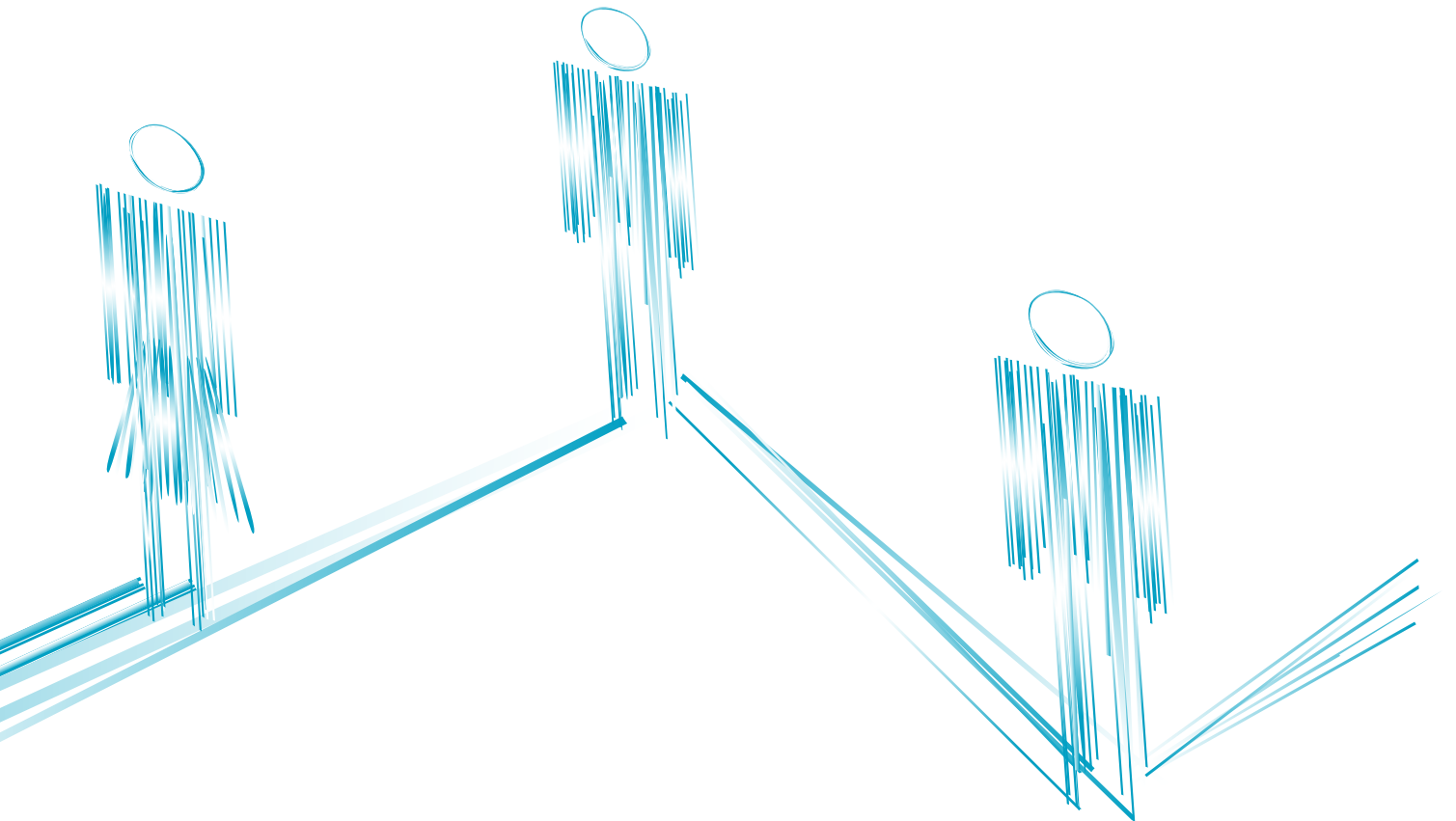
Em 2009, as receitas operacionais e o EBITDA da CST aumentaram, face a 2008, 36,9% para 269,2 mil milhões de dobras e 14,3% para 75,1 mil milhões de dobras, respectivamente. A margem EBITDA foi de 27,9%. No segmento móvel, a CST tinha 81 mil clientes no final de Dezembro de 2009, um aumento de 59,9% face a 2008. O ARPU do segmento móvel ascendeu a 208 dobras em 2009, um decréscimo de 21,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

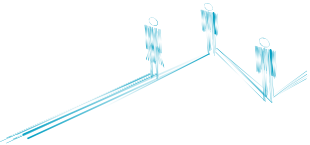
Em 2009, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram, face a 2008, 26,3% e 21,2%, para 49 milhões de dólares e 25 milhões de dólares, respectivamente, em resultado principalmente do forte aumento do número de clientes do segmento móvel. A margem EBITDA foi de 51,4%. Na Timor Telecom, as adições líquidas do segmento móvel foram 226 mil, trazendo a base total de clientes para 351 mil no final de Dezembro de 2009, um aumento de 180,7% face a 2008. Este crescimento significativo da base de clientes foi conseguido em consequência do lançamento de novas ofertas comerciais e do investimento na cobertura da rede. O ARPU do segmento móvel ascendeu, em 2009, a 17,9 dólares, um decréscimo de 31,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, em resultado do forte aumento de clientes no período.



07

RECURSOS HUMANOS





RECURSOS HUMANOS

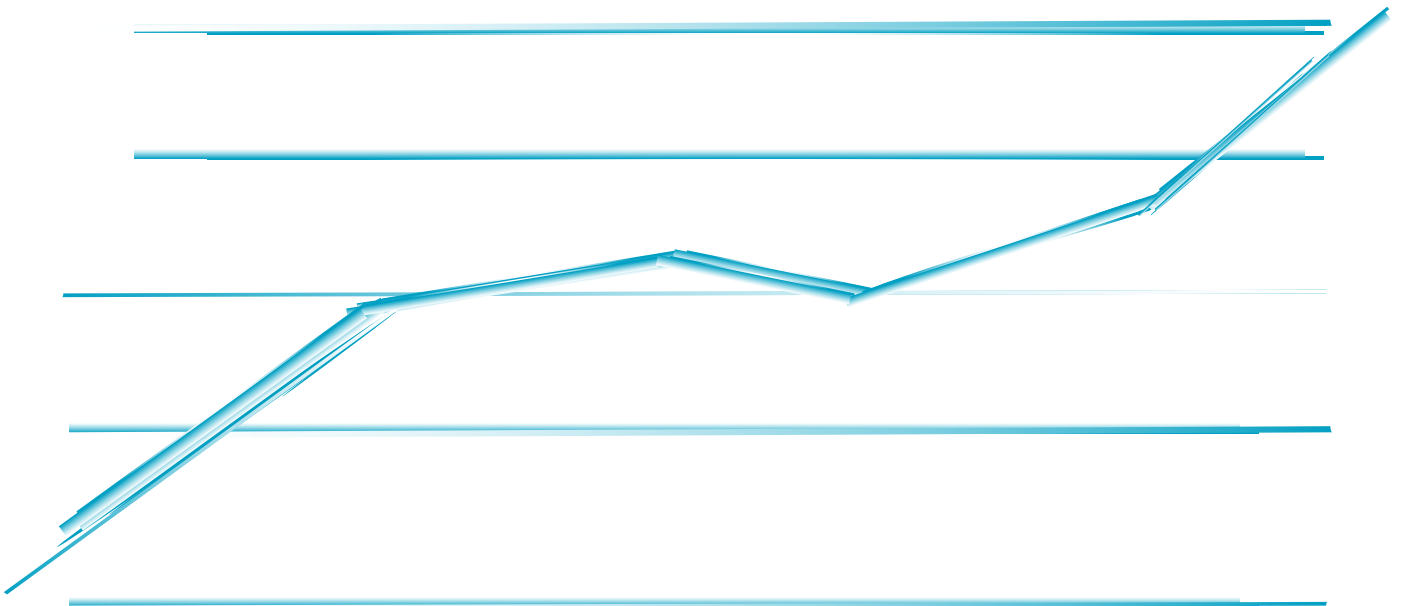
NÚMERO DE TRABALHADORES E RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE

	2009	2008	Varição	Δ 09/08
Operações domésticas	10.978	10.440	538	5,2%
Rede fixa	6.450	6.183	267	4,3%
Móvel Portugal • TMN	1.004	1.082	(78)	(7,2%)
Outros	3.524	3.175	349	11,0%
Negócios internacionais	26.043	21.530	4.513	21,0%
Móvel Brasil • Vivo (1)	5.299	4.193	1.106	26,4%
Outros	20.744	17.337	3.407	19,7%
Trabalhadores do Grupo	37.021	31.970	5.051	15,8%
Acessos fixos por trabalhador	711	696	15	2,2%
Cartões móveis por trabalhador				
TMN	7.223	6.418	805	12,5%
Vivo	4.882	5.360	-478	(8,9%)

No final de 2009, o número de trabalhadores da PT era 37.021, dos quais 29,7% estavam alocados às operações domésticas. No negócio de rede fixa, o número total de empregados aumentou 4,3%, como resultado da reorganização da gestão no negócio doméstico por segmento de clientes e da gestão integrada dos negócios fixo e móvel, com o número de acessos por empregado, a atingir os 711. Na TMN, o número de empregados diminuiu 7,2% face a 2008, enquanto o número de cartões por trabalhador aumentou 12,5% para 7.223 cartões. Em 31 de Dezembro de 2009, o número total de trabalhadores da Vivo aumentou 26,4% face ao ano anterior, para 10.598 (100% da Vivo). O número de cartões por trabalhador diminuiu 8,9% para 4.882 cartões.

08

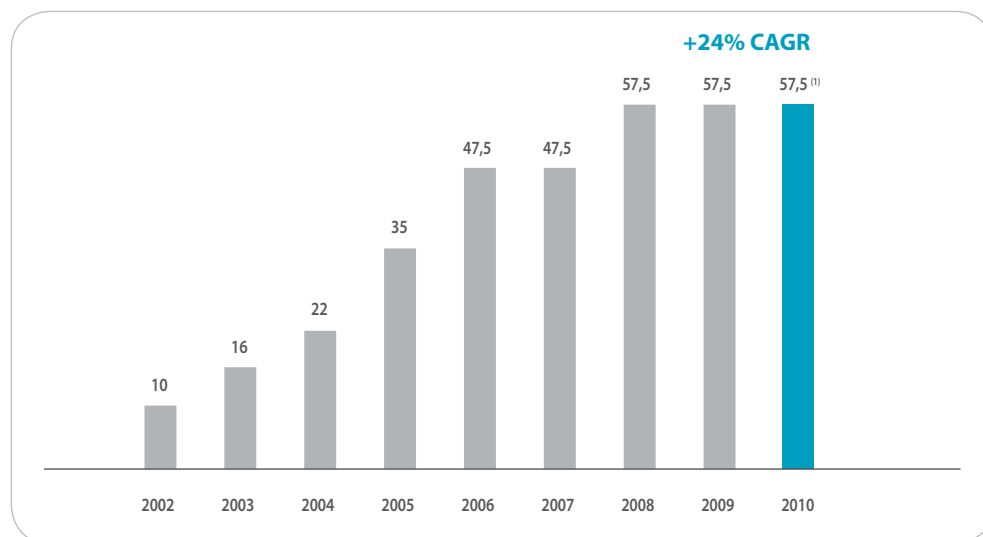
PT NO MERCADO DE CAPITAIS



PT NO MERCADO DE CAPITAIS

REMUNERAÇÃO ACCIONISTA

Em termos de remuneração accionista, a PT distribuiu aproximadamente 504 milhões de euros aos seus accionistas em 2009, através do pagamento de um dividendo de 57,5 cêntimos de euro por acção pagos em Abril de 2009, relativos ao ano fiscal de 2008.



(1) Sujeito a aprovação dos accionistas em Assembleia-Geral Anual

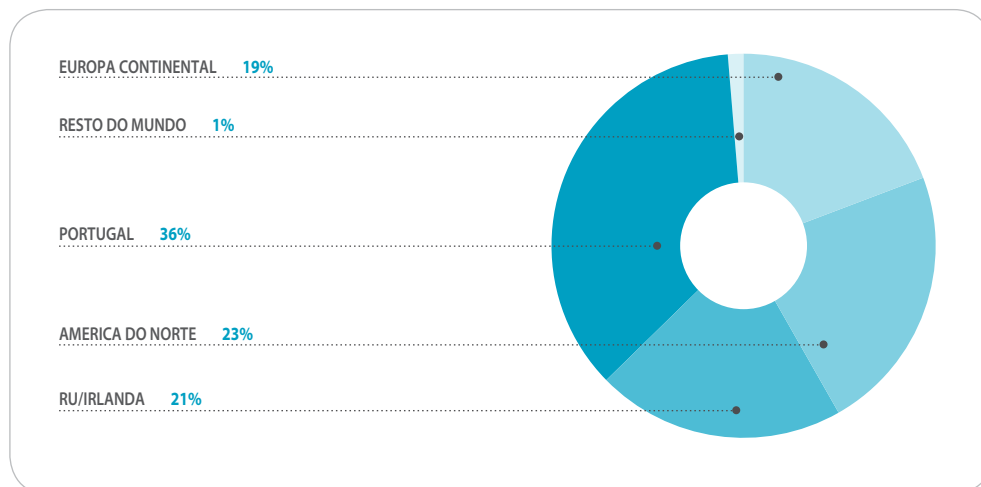
Em 14 de Maio de 2009, a PT anunciou que o Conselho de Administração aprovou a intenção de submeter à aprovação dos accionistas na Assembleia-Geral Anual de Accionistas o pagamento de um dividendo de 0,575 euros por acção relativo ao ano fiscal encerrado em 31 de Dezembro de 2009, dependente das condições de mercado da situação financeira da PT. O pagamento deste dividendo deverá ter lugar após aprovação na próxima Assembleia-Geral, que se realizará em 16 de Abril de 2010.

O Conselho de Administração aprovou também, em 14 de Maio de 2009, a intenção de apresentar à Assembleia-Geral o dividendo de 0,575 euros por acção para o ano encerrado de 2010 e 2011, sujeito às condições de mercado, à situação financeira da PT e outros factores considerados relevantes pela Administração. Como tal, a PT reforça o seu compromisso de proporcionar um retorno atractivo para os seus accionistas, mantendo a flexibilidade financeira que permita investir em novos produtos e serviços, mantendo a sua posição competitiva de longo prazo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e à data de publicação deste relatório, a PT detinha contratos de *equity swap* relativos a 20.640.000 acções, adquiridos ao abrigo do programa de *share buyback*. O número total de acções em circulação, excluindo as acções próprias, registados em balanço ascende a 875.872.500.

ESTRUTURA ACCIONISTA

A PT tem uma estrutura accionista diversificada, com cerca de dois terços do seu capital social detido por acionistas estrangeiros, estando essencialmente repartidos entre os Estados Unidos e a Europa. O mercado português e o Reino Unido têm vindo a aumentar seu peso no capital da PT, representando 36% e 21%, respectivamente da base accionista. A Europa e os EUA representam aproximadamente 19% e 23%, respectivamente, do capital da empresa.



No final de 2009, as participações dos accionistas qualificados representavam mais de 50% do capital social da PT, conforme se verifica na tabela seguinte:

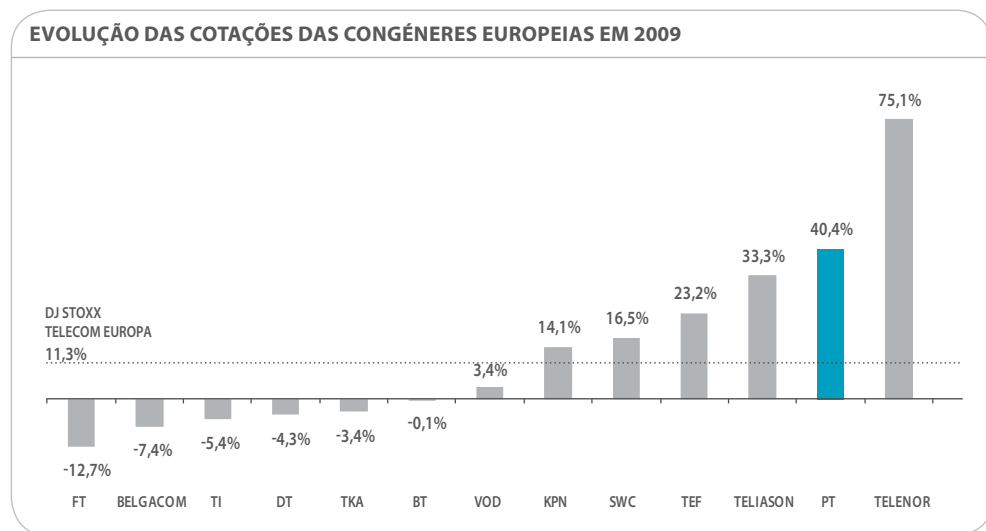
PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS				
Data da informação	Entidades	Nº de Acções	% do capital	% dos direitos de voto
17/Dez/08	Telefónica	89.651.250	10,00%	10,00%
31/Dez/08	Brandes Investments Partners	84.975.020	9,48%	7,52%
31/Dez/09	Grupo Espirito Santo	71.660.806	7,99%	7,99%
31/Dez/09	Grupo Caixa Geral de Depósitos	65.410.185	7,30%	7,30%
31/Dez/09	Ongoing Strategy Investments	60.404.969	6,74%	6,74%
15/Dez/08	Grupo Barclays (1)	23.924.243	2,54%	2,54%
05/Jun/07	Grupo Visabeira	22.667.473	2,01%	2,01%
07/Dez/09	BlackRock Inc.	21.025.118	2,35%	2,35%
04/Abr/08	Controlinveste Comunicações (2)	20.421.247	2,17%	2,17%
09/Jun/09	Norges Bank	17.991.955	2,01%	2,01%

(1) A PT divulgou ainda, no dia 19 de Janeiro de 2010, que o Barclays Plc passou a deter uma participação inferior a 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT. (2) A PT divulgou ainda, no dia 3 de Fevereiro de 2010, que (i) em 27 de Janeiro de 2010, a Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. transferiu, no âmbito de operação de aumento de capital social por entradas em espécie, a titularidade sobre 20.419.325 acções da PT, correspondentes a 2,28% do respectivo capital social para a Controlinveste International, S.À.R.L.; e (ii) em 28 de Janeiro de 2010, a Controlinveste International, S.À.R.L. alienou em operação fora de mercado regulamentado à Controlinveste International Finance, S.A. 20.419.325 acções da PT, correspondentes a 2,28% do respectivo capital social.

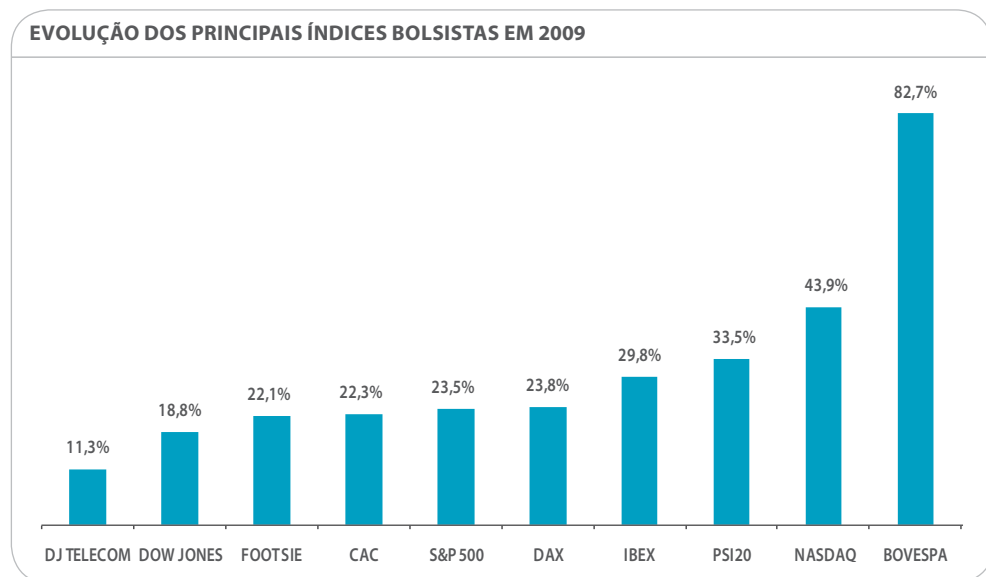
PERFORMANCE BOLSISTA

Em 2009, as acções da PT ultrapassaram o desempenho do sector das telecomunicações europeu. As acções da PT fecharam o ano de 2009 a 8,52 euros, representando um aumento de 40,4% face ao ano anterior. O índice DJ Stoxx Telecom Europe, em 2009, aumentou de 11,3% e o índice PSI-20 registou um aumento de 33,5%, no mesmo período.

Em termos de retorno total para o acionista, a PT registou um aumento de 54,9% em 2009, o que compara com 18,8% registrados pelo índice DJ Stoxx Telecom Europa durante o mesmo período, superando assim o sector.



Entre os principais mercados financeiros, a Bovespa registou o melhor desempenho em 2009 (+82,7%), seguido pelo Nasdaq (+43,9%). O índice PSI-20 também apresentou um desempenho positivo em 2009, tendo registado o segundo maior aumento (+33,5%) entre os mercados europeus.



Em 2009, a PT negociou um total de aproximadamente 800 milhões de ações, equivalente a uma média diária de 3,0 milhões de ações.

Em 2009, os ADR da PT aumentaram 41,5%, tendo fechado o ano a 12,14 dólares. Em termos de transações, negociaram-se em média aproximadamente 150 mil ADR por dia, em 2009, na Bolsa de Nova Iorque. No final de 2009, o número de ADR em circulação ascendia a 36,6 milhões, dos quais 78,8% eram detidas por cinco accionistas institucionais. De salientar que o programa de ADR da PT continua a ser um dos mais activos entre os das congéneres europeias.

DESEMPENHO OBRIGACIONISTA

No que respeita à qualidade do crédito, a principal característica da PT, em 2009, continuou a ser a sua capacidade de gerar, de forma sustentada, *cash flows* operacionais elevados, em resultado das posições de liderança nos mercados de rede fixa e móvel em Portugal e no mercado de rede móvel no Brasil, bem como da implementação contínua de iniciativas de redução de custos. Em 2009, a PT manteve uma sólida liquidez, evidenciada pelo valor significativo das disponibilidades, a que acresce a flexibilidade adicional proporcionada por linhas de crédito e de papel comercial com tomada firme disponíveis e por uma dívida que se vence ao longo de um período alargado, dada a maturidade média superior a 6 anos (em 31 de Dezembro de 2009).

RATING

Em 21 de Abril de 2009, a *Standard & Poor's* anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, elevando o *rating* de longo prazo de BBB- para BBB e o *rating* de curto prazo para de A-3 para A-2, com *outlook* estável. De acordo com a S&P, o *upgrade* reconhece a melhoria na dinâmica do negócio de rede fixa da PT, o fortalecimento do desempenho no Brasil, permitindo o pagamento de dividendos, e o desempenho robusto e consistente das operações móveis domésticas.

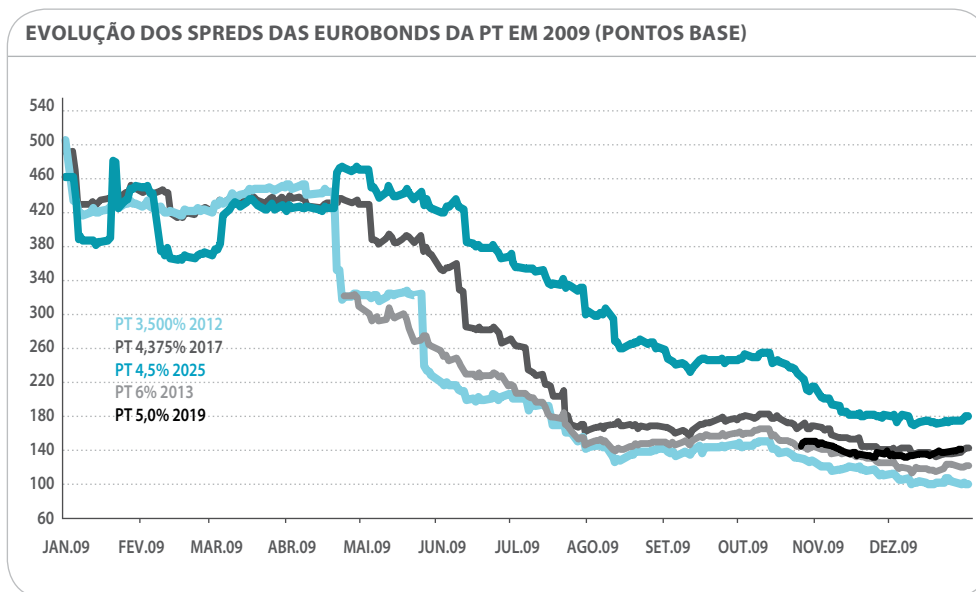
A *Moody's* confirmou o *rating* de Baa2 atribuído à PT, com *outlook* estável, enquanto a *Fitch* manteve o *rating* de BBB, melhorando o *outlook* de negativo para estável em 6 de Fevereiro de 2009.

OBRIGAÇÕES

Em 2009, a Portugal Telecom executou três emissões públicas de obrigações, designadamente: em 5 de Fevereiro, o aumento em € 300 milhões do montante da Eurobond com vencimento em 2012, emitida em 2005; em 30 de Abril, a emissão de Eurobond no montante de € 1.000 milhões com vencimento em 2013; e em 2 de Novembro, a emissão de Eurobond no montante de € 750 milhões com vencimento em 2019. Adicionalmente, a PT emitiu obrigações de taxa fixa no montante de € 250 milhões, com vencimento em 2017, através de colocação particular.

Em 7 de Abril de 2009, a PT amortizou a Eurobond com prazo de 10 anos, emitida em 1999, no montante de € 880 milhões. Em 23 de Dezembro de 2009, a PT amortizou antecipadamente as obrigações de taxa variável no montante de € 200 milhões, emitidas em 23 de Dezembro de 2008, com prazo inicial esperado de dois anos.

Em 2009, a evolução dos *spreads* das Eurobonds da PT foi determinada fundamentalmente pela crise global no mercado de crédito durante o primeiro trimestre e a estabilização progressiva dos mercados financeiros até ao final do ano. Até Abril, os *spreads* mantiveram-se em níveis relativamente próximos dos verificados no final de 2008, tendo posteriormente descido substancialmente, em consequência também da melhoria do *rating* de crédito anunciada pela S&P em Abril. A descida dos *spreads* foi especialmente significativa entre Abril e Agosto, período em que as preocupações com a situação das instituições financeiras diminuíram gradualmente e a liquidez no mercado de crédito aumentou consideravelmente.



Fonte: Bloomberg

A crise nos mercados financeiros e a melhoria progressiva das condições de mercado a partir do primeiro trimestre de 2009 foram também os principais factores que influenciaram o desempenho no mercado das obrigações permutáveis por acções da PT, emitidas em Agosto de 2007. Até Março, o preço de mercado destas obrigações desceu, atingindo um mínimo de 92,5% do par. A partir de meio de Março, o preço subiu significativamente em resultado do aumento do preço das acções da PT e da descida dos *spreads* de crédito da PT, terminando o ano a 109% do par.

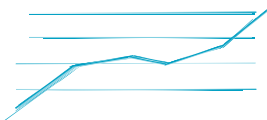
ACTIVIDADES DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

A PT tem como política fornecer informação clara e transparente, numa base regular, aos seus acionistas e outros membros da comunidade financeira internacional.

Durante o ano de 2009, a PT participou em diversos eventos com investidores, nomeadamente *roadshows*, apresentações a analistas e investidores, reuniões e *conference calls*, bem como conferências para investidores na Europa e nos EUA.

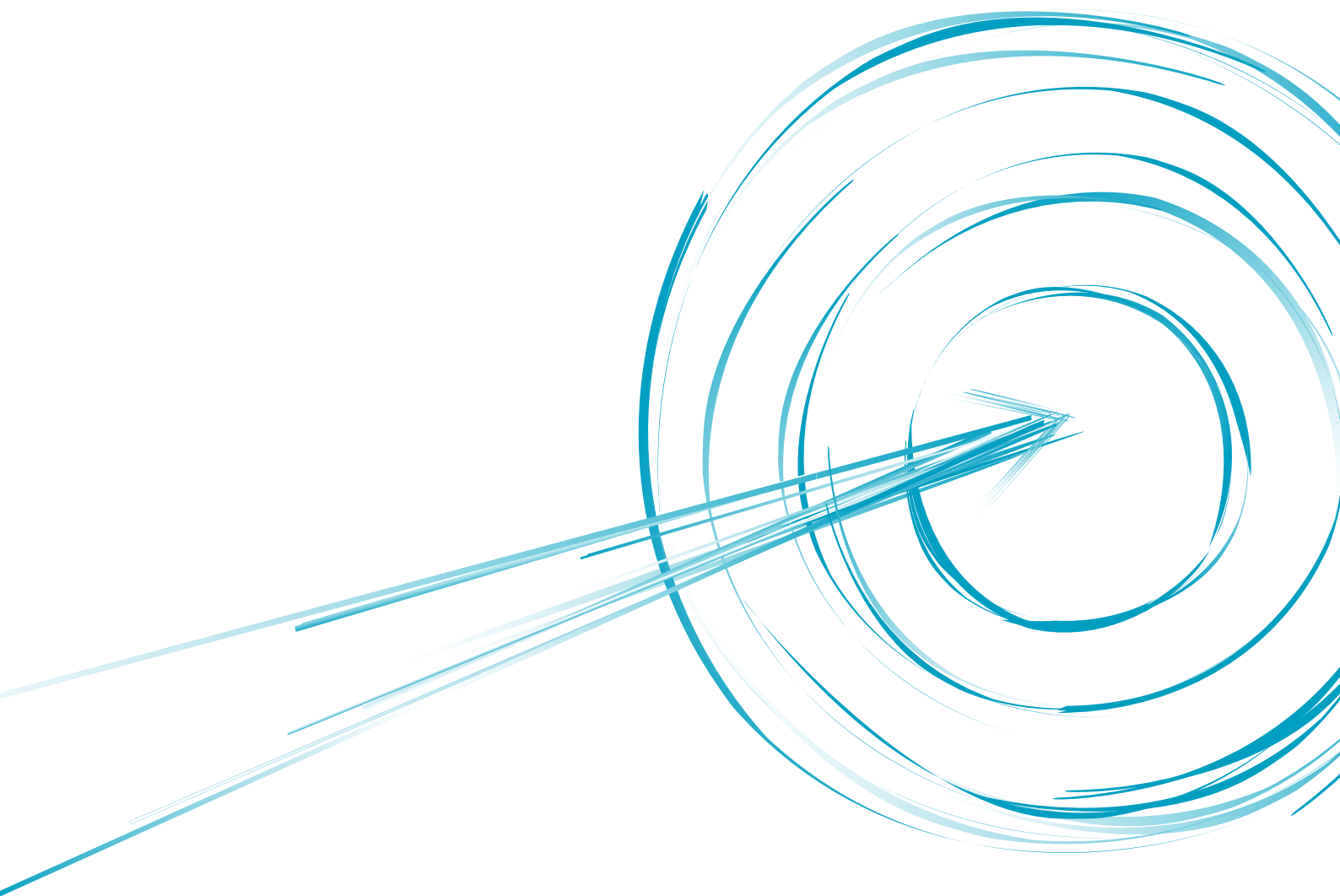
Ao longo de 2009, a PT realizou mais de 235 reuniões com analistas e investidores. Adicionalmente, a PT realizou reuniões e *conference calls* na sede da empresa com analistas e investidores.

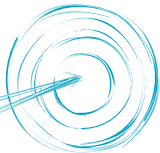
Em 2009, a PT realizou dois *roadshows* na Europa e dois *roadshows* nos EUA. Os mais relevantes realizaram-se em Junho na Europa e em Novembro nos EUA, após a divulgação dos resultados dos primeiros nove meses do ano.



09

PRINCIPAIS EVENTOS





PRINCIPAIS EVENTOS

EVENTOS DO ANO

REMUNERAÇÃO ACCIONISTA

27.Mar.09 | No dia 27 de Março realizou-se a Assembleia-Geral Anual de Accionistas da Portugal Telecom, SGPS. A aplicação do resultado líquido do exercício de 2008, no montante de 488.717.970,00 euros, acrescido de 26.776.717,50 euros constantes da rubrica de reservas livres, num total de 515.494.687,50 euros, para distribuição aos accionistas a título de dividendo, correspondendo a 0,575 euros por acção.

14.Mai.09 | A PT anunciou que o Conselho de Administração aprovou a intenção de submeter à aprovação por parte dos accionistas na próxima Assembleia-Geral Anual o pagamento de um dividendo em dinheiro de 0,575 euros por acção, relativo ao ano fiscal que termina a 31 de Dezembro de 2009. Esta proposta está sujeita às condições de mercado e à condição financeira da PT prevaletentes na altura. O Conselho de Administração aprovou também a intenção de submeter à AG correspondentes no mesmo nível de dividendos por acção (0,575 euros) para os anos que terminam a 31 de Dezembro de 2010 e 2011. Esta proposta está sujeita às condições de mercado e à condição financeira da PT prevaletentes na altura e a outros factores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

VIVO

23.Mar.09 | A Vivo Participações S.A. ("Vivo"), a Telemig Celular Participações S.A. ("TCP") e a Telemig Celular S.A. ("TC") anunciaram a aprovação, pelos seus respectivos Conselhos de Administração, da proposta, a ser submetida aos accionistas das três empresas anteriormente referidas, de uma reestruturação societária que tem como objectivo a incorporação das acções da TC pela TCP e da TCP pela Vivo, de modo a converter a TC em subsidiária integral da TCP e a TCP em subsidiária integral da Vivo. Esta reestruturação societária pretende simplificar a estrutura organizativa actual da Vivo e suas subsidiárias, reduzindo o número de empresas cotadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA") e na *New York Stock Exchange* ("NYSE"), e assim reduzindo os custos associados à sua cotação em mercado. Esta reestruturação deverá também traduzir-se numa maior liquidez das acções da sociedade que se manterá cotada, ou seja, da Vivo, beneficiando assim todos os accionistas da TCP, TC e Vivo, e numa maior integração e racionalização da administração das respectivas empresas.

29.Mai.09 | A Vivo Participações S.A. ("Vivo"), a Telemig Celular Participações S.A. ("TCP") e a Telemig Celular S.A. ("TC") anunciaram a aprovação, pelos seus respectivos Conselhos de Administração, dos termos e condições da reestruturação societária que tem como objectivo a incorporação das acções da TC pela TCP e da TCP pela Vivo, de modo a converter a TC em subsidiária integral da TCP e a TCP em subsidiária integral da Vivo. Na eventualidade de aprovação, pelos seus accionistas, da incorporação das acções da TC pela TCP, o capital social da TCP será aumentado no valor de R\$461.368.861,48, para R\$1.084.719.438,71, resultando da emissão de 17,40 acções preferenciais ou ordinárias da TCP por cada acção preferencial ou ordinária, respectivamente, da TC. Adicionalmente, na eventualidade de aprovação, pelos seus accionistas, da incorporação das acções da TCP pela Vivo, o capital social da Vivo será aumentado no valor de R\$1.879.727.592,70, para R\$8.780.150.322,86, resultando da emissão de 1,37 acções preferenciais ou ordinárias da Vivo por cada acção preferencial ou ordinária, respectivamente, da TCP.

TMN

29.Set.09 | A TMN anunciou que ultrapassou os 7 milhões de clientes, reforçando a liderança no sector das comunicações móveis em Portugal.

ESTRUTURA CORPORATIVA

27.Mar.09 | A PT anunciou que Zeinal Bava foi nomeado para o cargo de Presidente da Comissão Executiva (Presidente Executivo), para o triénio 2009/2011, na reunião do seu Conselho de Administração, que teve lugar no seguimento da Assembleia-Geral Anual de Accionistas e que também foi nomeada a Comissão Executiva.

FINANCIAMENTO

21.Abr.09 | A S&P anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à PT, elevando o *rating* de longo prazo para BBB de BBB- e o *rating* de curto prazo para A-2 de A-3. O *outlook* é estável.

23.Abr.09 | A PT anunciou a emissão com sucesso de uma Eurobond no montante de 1.000 milhões de Euros, com uma maturidade de 4 anos, através da sua subsidiária detida a 100%, PT International Finance BV, com um *spread* de 345 pb sobre os *mid swaps* de maturidade semelhante. O cupão da emissão agora concluída será de 6,0%.

26.Out.09 | A PT anunciou a emissão com sucesso de uma Eurobond no montante de 750 milhões de Euros, com uma maturidade de 10 anos, através da sua subsidiária detida a 100%, PT International Finance BV, com um *spread* de 145pb sobre os *mid swaps* de maturidade semelhante. O cupão da emissão foi de 5,0%.

REDES DE NOVA GERAÇÃO

14.Maio.09 | A PT anunciou o investimento na rede de fibra óptica, também conhecida por Rede de Nova Geração (RNG), a qual permite serviços de alto débito e de elevada qualidade, que respondem às necessidades e exigências dos consumidores e que vão permitir à PT atingir os seus objectivos de liderança em todas as áreas de actuação no mercado doméstico e de crescimento futuro rentável. A PT propõe-se a cobrir um milhão de casas com fibra até ao final de 2009.

ESTRATÉGIA DE TELEVISÃO

21.Out.09 | A PT anunciou que o Meo, o seu serviço de televisão por subscrição, superou 500 mil clientes, representando cerca de 64% dos clientes ADSL da PT e 19% das suas linhas geradoras de tráfego.

VENDA DA MÉDITEL

01.Set.09 | A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Portugal Telecom) anunciou ter celebrado, juntamente com a Telefónica, S.A. (Telefónica), um acordo definitivo para a venda conjunta das participações sociais por estas detidas de 32,18% cada no capital da Médi Telecom S.A. (Méditel), e dos suprimentos por si efectuados na sociedade, aos accionistas locais da Méditel, FinanceCom, S.A., RMA Watanya, S.A. e Fipar Holding. O valor de venda foi de 400 milhões de euros.

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DA ADC

02.Set.09 | A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Portugal Telecom, PT) anuncia que a PT e a PT Comunicações, S.A. (PTC) foram notificadas da Decisão da Autoridade da Concorrência no processo de contra-ordenação n.º 05/03, que as condena no pagamento de uma coima de 45.015.524 euros por alegado abuso de posição dominante relacionado com a aplicação, entre 22 de Maio de 2002 e 30 de Junho de 2003, das versões 11 a 15.9 da oferta grossista Rede ADSL PT. A Autoridade da Concorrência considerou que os preços retalhistas de acesso à internet em banda larga, praticados no referido período pela Telepac e pela TV Cabo, então empresas do Grupo PT, não permitiram aos demais concorrentes que utilizavam a oferta grossista Rede ADSL PT da PTC gerar uma margem de lucro suficiente. A PT e a PTC lamentam que tenha sido este o desfecho da investigação conduzida pela Autoridade da Concorrência durante seis anos, discordam da Decisão que foi tomada, consideram infundada e injusta a censura que lhes é feita, e entendem que, ainda que uma sanção se justificasse, o que não acontece, a coima infligida ultrapassa de forma absolutamente incompreensível o limite máximo permitido pela moldura legal aplicável.

EVENTOS SUBSEQUENTES

ÓRGÃOS SOCIAIS

17.Fev.10 | A PT anunciou que Rui Pedro Soares comunicou a sua renúncia ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da Empresa.

22.Fev.10 | A PT anunciou que Fernando Soares Carneiro comunicou a sua renúncia ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da Empresa.

TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE

22.Jan.10 | A PT confirmou que a PT Comunicações, S.A. requereu ao ICP-ANACOM e à ERC a revogação dos títulos habilitantes associados aos Multiplexers B a F por entender já não se encontrarem reunidas as condições para o desenvolvimento daquele projecto.

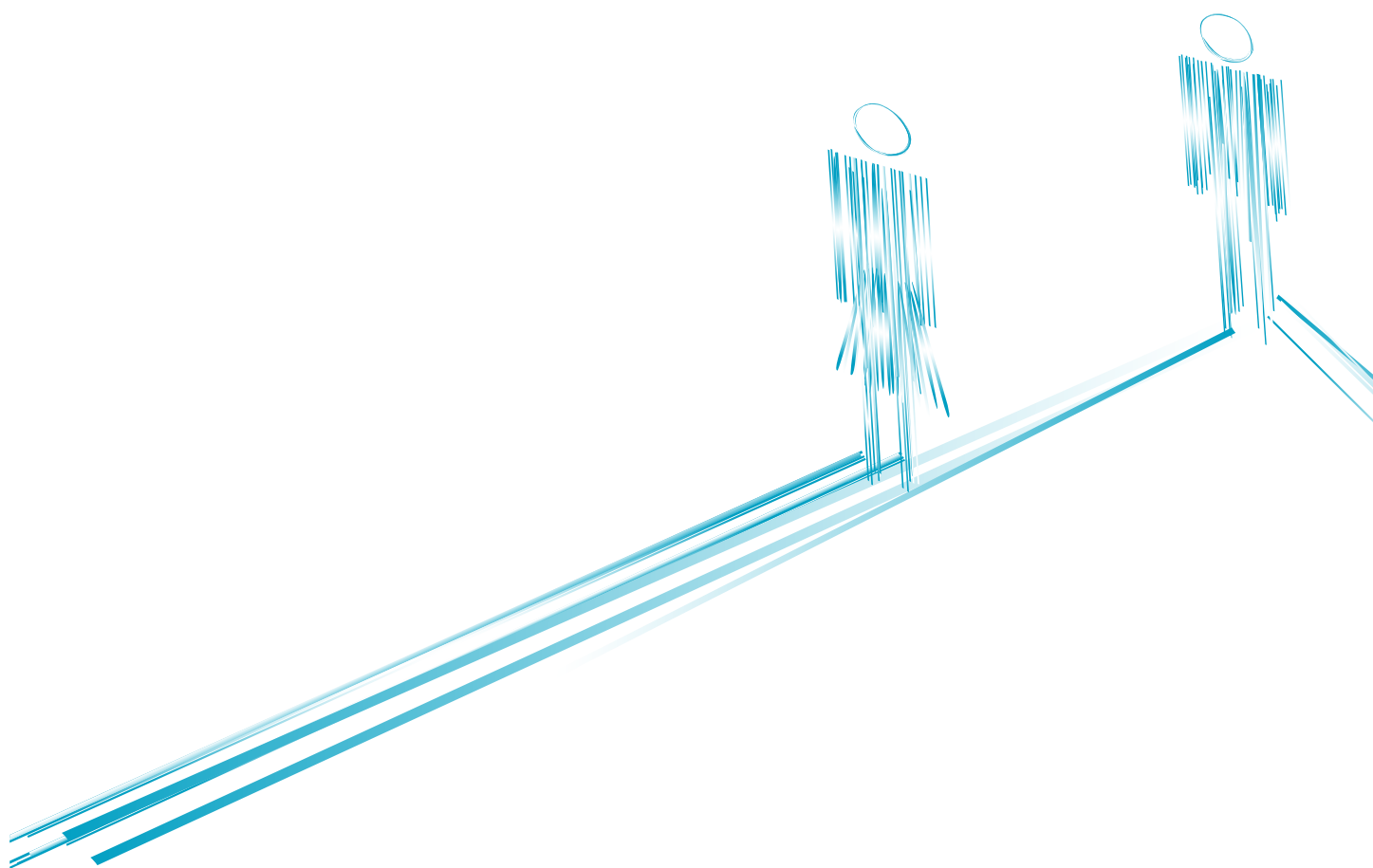
AQUISIÇÃO DA GPTI

8.Fev.10 | A PT anunciou a aquisição de uma participação de 100% no capital da GPTI, SA (GPTI). A aquisição será levada a cabo através da emissão de acções pela Dedic, subsidiária detida a 100% pela PT que actua no mercado de contact centre no Brasil. Na sequência da aquisição, os accionistas actuais da GPTI deterão uma posição de 12,5% no capital da Dedic. Esta posição poderá variar, de acordo com o desempenho operacional e financeiro da empresa adquirida em 2010 e 2011, entre 5% e 20%.

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DA ADC

2.Mar.10 | A PT anunciou que o Tribunal de Comércio de Lisboa julgou hoje totalmente procedente o recurso interposto pela PT Comunicações contra a decisão da Autoridade da Concorrência (AdC) que no dia 1 de Agosto de 2007 a condenou no pagamento de uma coima de 38 milhões de euros por ter alegadamente recusado, sem justificação objectiva, o acesso da TV Tel e da Cabovisão a determinados

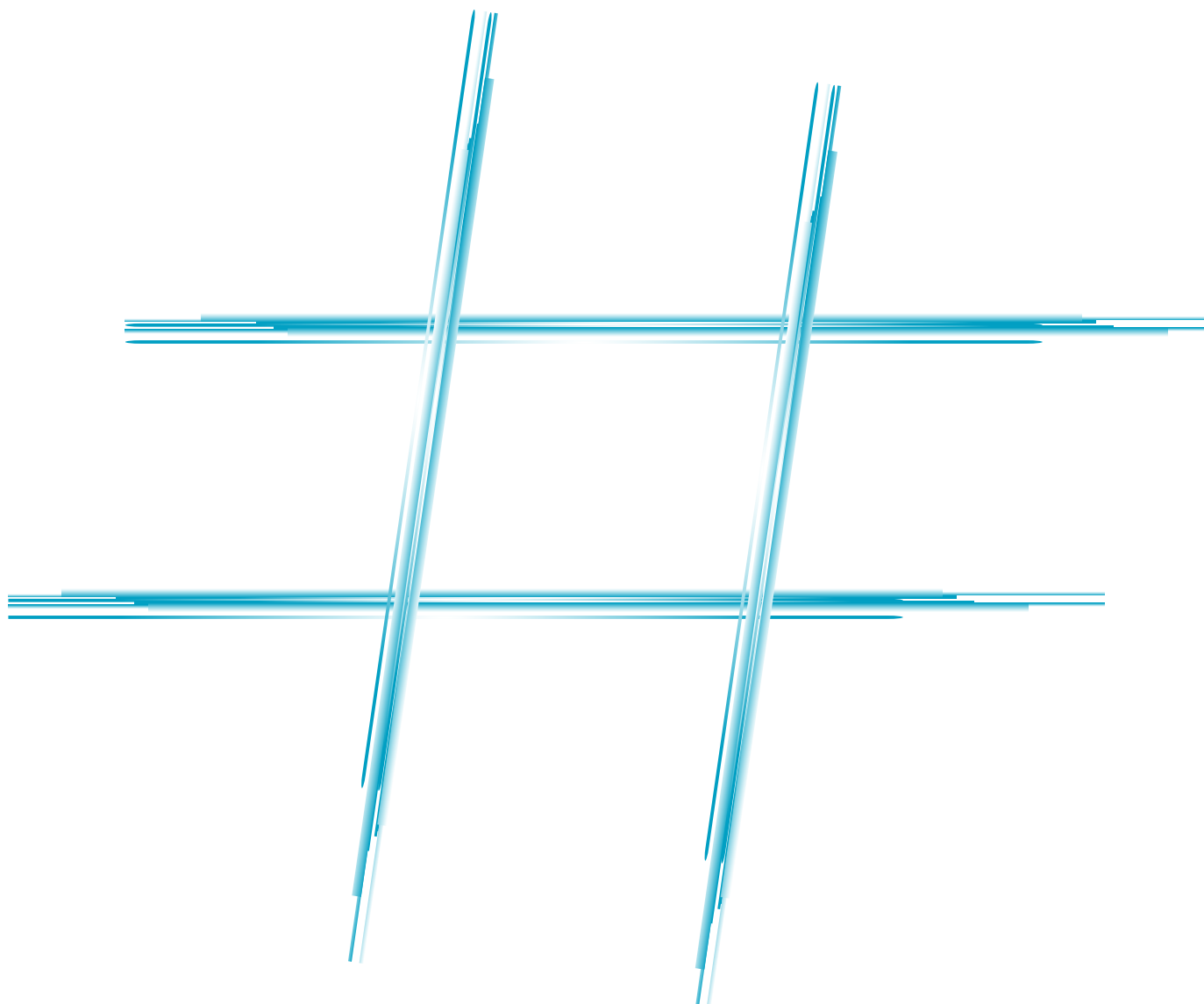
troços das suas condutas. A PT Comunicações foi conseqüentemente absolvida, decisão passível de recurso, da acusação de violação das regras de concorrência, em concreto, de abuso de posição dominante. O Tribunal de Comércio de Lisboa concluiu que não foi feita prova de que as condutas da PT fossem infra-estruturas essenciais, sem o acesso às quais não fosse possível a prestação dos serviços de televisão por subscrição, de acesso à Internet e de voz fixa por parte de operadores concorrentes. O Tribunal de Comércio de Lisboa entendeu também que, mesmo que as condutas pudessem ser consideradas infra-estruturas essenciais, não ficou provado que as recusas de acesso tivessem sido injustificadas ou discriminatórias. O Tribunal concluiu ainda que não se provou, conseqüentemente, que a recusa de acesso às condutas, no limitado número de troços em causa, tenha impedido ilegalmente outros operadores, designadamente a TV Tel e a Cabovisão, de desenvolverem as suas próprias redes e de prestarem serviços de telecomunicações.





10

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS



PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A gestão de riscos de negócio assume cada vez maior importância, não só pelo actual contexto de globalização, como pelo elevado dinamismo que caracteriza o meio em que se desenvolvem as actividades das várias áreas de negócio do Grupo PT. Nesse sentido, a gestão de riscos pretende assegurar a mitigação dos factores de risco que possam ter um eventual impacto ao nível da empresa e dos seus *stakeholders*, possibilitando adicionalmente identificar oportunidades de melhoria ou de negócio.

Tendo por base este compromisso, o Grupo PT tem estendido o trabalho e vindo a investir num Sistema de Gestão de Riscos estruturado que permite efectuar uma identificação de riscos estratégicos e operacionais e implementar e adequar os controlos que permitam reduzir para um nível aceitável os riscos incorridos. O Grupo PT dispõe de um equipa dedicada à avaliação e monitorização dos processos de gestão de risco instituídos e à introdução dos melhoramentos e adaptações que se venham a identificar, utilizando metodologias que estejam conforme as melhores práticas e que cumpram, no que diz respeito a temas de controlo interno, como a metodologia COSO.

A gestão de riscos é promovida pela Comissão Executiva com o apoio directo das equipas de gestão dos vários negócios, a nível nacional e internacional, permitindo assegurar a identificação e priorização prévia de riscos críticos, desenvolvendo estratégias de gestão de risco, com vista à implementação dos controlos considerados adequados e que assegurem a redução do risco para um nível aceitável. Importa igualmente referir que todo o processo é acompanhado e supervisionado pela Comissão de Auditoria, órgão de fiscalização autónomo composto por membros não executivos do Conselho de Administração.

Os principais riscos e incertezas que foram identificados relativamente ao segundo semestre do exercício de 2009 pelo sistema de gestão de riscos implementado pela PT são os seguintes:

Regulação: O Grupo PT está sujeito ao risco de ocorrerem alterações regulatórias ou acções das entidades reguladoras nacionais, internacionais ou comunitárias que possam originar pressões competitivas crescentes e afectar a sua capacidade para conduzir eficazmente o seu negócio. Informação adicional sobre esta matéria pode ser encontrada nas notas às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2009.

Concorrência: Existe a possibilidade de ocorrer uma redução das receitas do Grupo PT em virtude do aumento da concorrência por parte de outros operadores ou novos protagonistas no mercado, nomeadamente através de (i) desenvolvimento de novos produtos e serviços; (ii) políticas de *marketing* e vendas agressivas; (iii) introdução de melhorias na qualidade dos produtos ou serviços; (iv) aumento da produtividade e redução de custos; e (v) reconfiguração da cadeia de valor do ponto de vista do cliente.

Evolução tecnológica: Face ao histórico de mudanças tecnológicas rápidas, o Grupo PT está sujeito ao risco de não alavancar os avanços e desenvolvimentos tecnológicos no seu modelo de negócio, com vista à obtenção ou manutenção de vantagens competitivas. A PT criou um programa transversal a toda a organização, e desenvolveu metodologias e processos específicos no sentido de identificar tendências futuras, antecipar oportunidades de negócio de forma sistemática em todas as vertentes da empresa, envolvendo os especialistas internos no processo de inovação de novos produtos e serviços, desenvolvimento de conceitos de negócio e eficiência operacional.

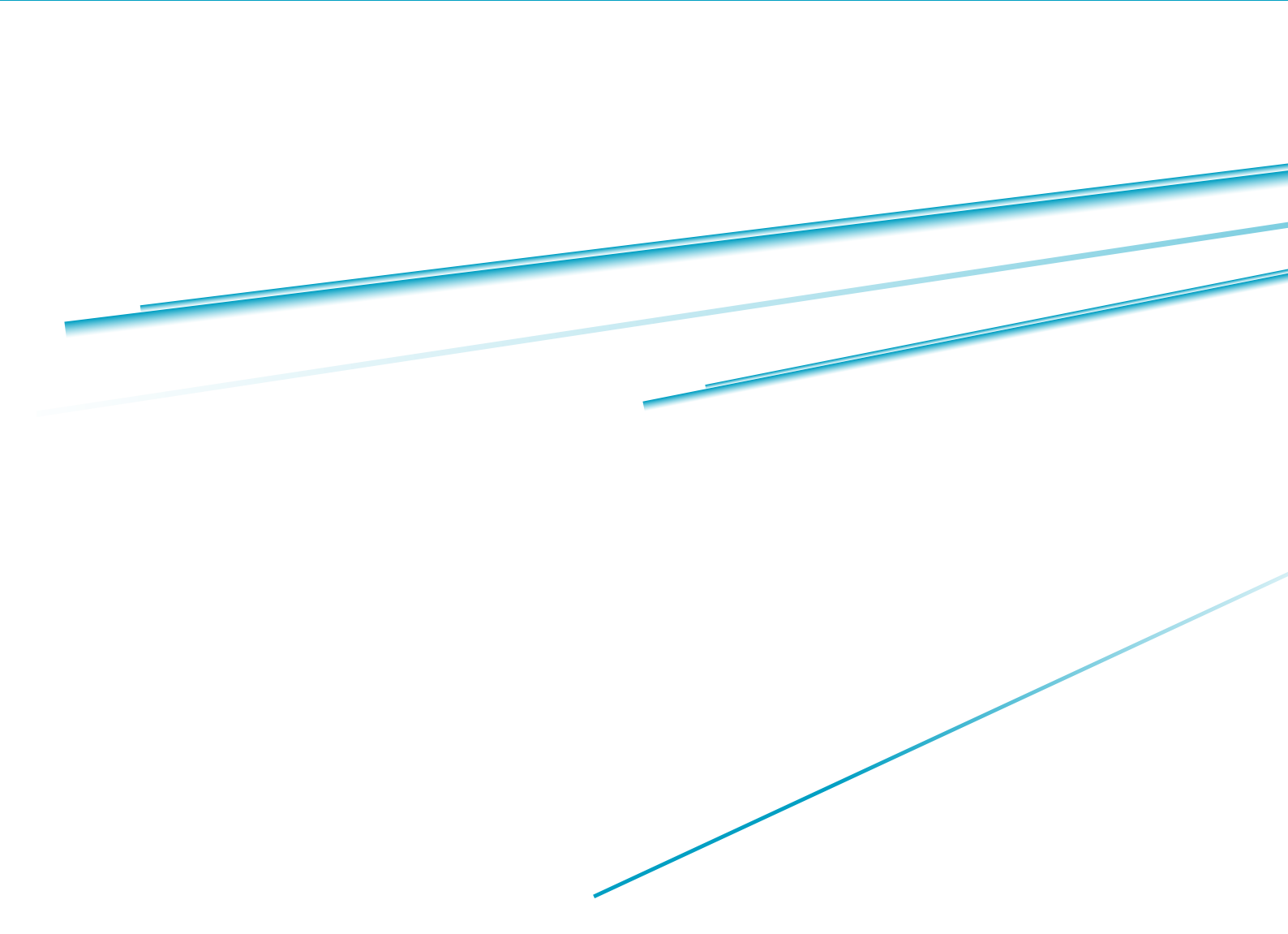
Envolvente económica: A crise financeira internacional poderá conduzir a uma recessão ao nível da economia portuguesa e mundial, o que poderá ter um impacto ao nível da procura de produtos e serviços, e consequentemente ao nível da performance operacional e financeira do Grupo PT. Nesse sentido, a gestão monitoriza de forma contínua os impactos ao nível da performance operacional e financeira da Sociedade.

Mercados financeiros: Eventos recentes aumentaram a incerteza e volatilidade dos mercados financeiros. Os prémios de riscos nos mercados em geral aumentaram significativamente. Nesse sentido, as condições actuais dos mercados financeiros poderão impactar negativamente na capacidade de acesso ao capital que o Grupo PT necessita para suportar o seu crescimento, as suas estratégias, e gerar retornos financeiros futuros. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direcção de Finanças Corporativa. A Portugal Telecom contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e câmbio. A contratação de instrumentos financeiros é efectuada após a análise cuidada dos riscos, benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela empresa.

Exposição cambial: A Portugal Telecom detém investimentos estratégicos em países estrangeiros cuja moeda funcional não é o euro, nomeadamente o Brasil e alguns países africanos. Eventuais variações cambiais ocorridas nas moedas desses países face ao euro afectam a conversão dos resultados atribuídos à Portugal Telecom e, deste modo, os resultados e situação patrimonial do Grupo PT. A Portugal Telecom não tem como política fazer a cobertura do valor do investimento; no entanto, a Comissão Executiva pondera a realização da cobertura do fluxo financeiro de dividendos ou outros rendimentos de capital entre o momento da atribuição e o efectivo recebimento.

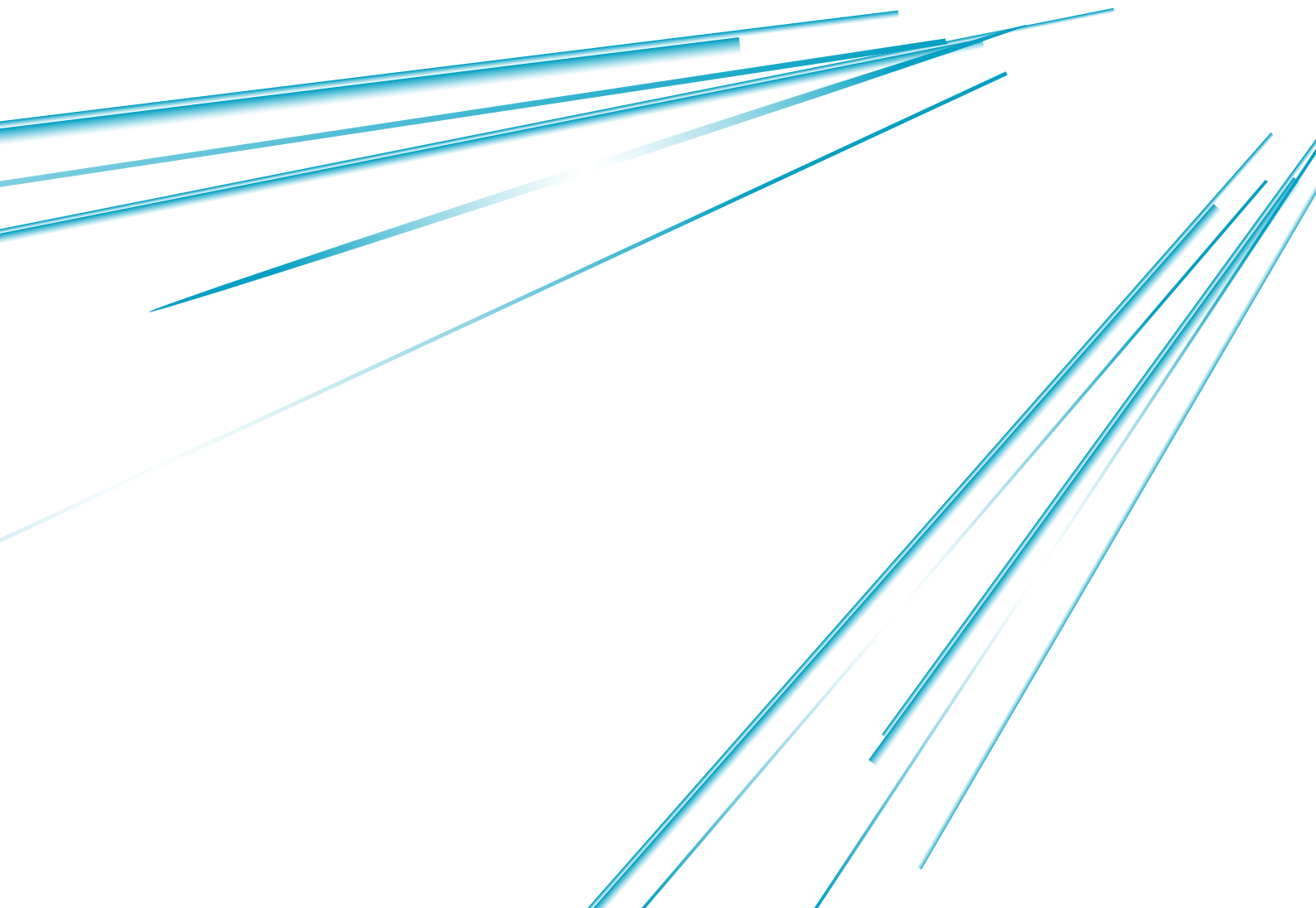
Parcerias estratégicas: A estratégia de crescimento a nível internacional está assente num conjunto de alianças, *joint-ventures* e parcerias que afectem de modo positivo a capacidade de competir do Grupo PT. A Comissão Executiva e as restantes empresas participadas têm assumido um papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.

Informação adicional sobre o Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco encontra-se disponível no Relatório do Governo da Sociedade que é parte integrante deste Relatório e Contas Anual.



11

PERSPECTIVAS FUTURAS



PERSPECTIVAS FUTURAS

A PT irá continuar a ser uma empresa orientada para o crescimento, visando a exploração de todo o potencial do seu portfólio de activos, tirando vantagem das oportunidades existentes e futuras nos mercados de telecomunicações, multimédia e serviços de tecnologias de informação. A PT pretende continuar a retirar vantagem de oportunidades de convergência, ao agregar os tradicionais serviços de voz e dados com novos e sofisticados serviços de multimédia e de tecnologias de informação.

No seguimento da reestruturação do seu negócio doméstico por segmentos de clientes, a PT irá continuar a centrar os seus esforços no desenvolvimento de produtos convergentes fixo-móvel e serviços integrados destinados à aquisição de novos clientes, aumentar o *share of wallet*, melhorar a fidelidade do cliente e diminuir os custos de retenção de clientes. A PT irá continuar a investir em inovação, investigação e desenvolvimento com o objectivo de reforçar os seus serviços com características novas, distintivas e personalizadas, funcionalidades e conteúdos ajustados às necessidades dos clientes. A PT irá continuar a potenciar parcerias com os seus fornecedores de modo a reduzir o tempo de introdução no mercado e a melhor diferenciar a sua proposta de valor destinada aos seus clientes. A PT irá continuar a investir para desenvolver novos e mais eficientes acessos, bem como novas plataformas e redes core, tanto na rede fixa como na rede móvel, visando oferecer maior largura de banda aos seus clientes. Além disso, a PT irá continuar a racionalizar a sua estrutura de custos através de aumentos de produtividade e reengenharia de processos de negócio.

A PT pretende explorar ainda mais o potencial de crescimento da Vivo, o seu activo móvel brasileiro, tirando partido da situação demográfica favorável do Brasil, do potencial de crescimento de penetração, da migração fixo-móvel e da banda larga móvel. Para continuar a explorar o segmento de dados, a PT irá continuar a investir no desenvolvimento de serviços 3G e 3,5G. Adicionalmente, a PT também pretende aumentar a sua exposição a mercados de grande crescimento em África ao selectivamente considerar oportunidades de criação de valor e retirar o máximo partido do seu actual portfólio de activos e parcerias. A PT irá continuar a promover a partilha das melhores práticas entre todos os seus activos, visando assegurar uma sustentável posição competitiva em todos os mercados.

A PT irá continuar a operar num ambiente fortemente competitivo e regulado, que irá apresentar continuamente riscos e ameaças aos seus negócios actuais, colocando a rentabilidade dos seus activos sob pressão.

A PT irá continuar a contribuir para o desenvolvimento da sociedade de informação, para promover a info-inclusão dos cidadãos em todos os países em que está presente. A PT também espera ser uma referência em termos de sustentabilidade e irá continuar a investir no desenvolvimento de um modelo de negócio sustentável, adoptando políticas e desenvolvendo práticas que visam o respeito pela sociedade e pelo meio ambiente.

Em linha com a política de remuneração anunciada, a PT irá proporcionar um dos mais atractivos pacotes de remuneração accionista do sector, que pretende aliar a perspectivas de crescimento acima da média, alavancadas no seu portfólio internacional.



DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para efeitos do disposto no número 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA, abaixo identificados, declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhe competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio do conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, consoante aplicável, no exercício das suas funções:

- A informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento relativamente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2009 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação;
- O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correcta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

Lisboa, 3 de Março de 2010

Presidente do Conselho de Administração

Henrique Granadeiro

Presidente Executivo

Zeinal Bava

Administrador Executivo, Chief Financial Officer

Luís Pacheco de Melo

Administradores Executivos

Carlos Alves Duarte

Rui Pedro Soares

Manuel Rosa da Silva

Fernando Soares Carneiro

Shakhaf Wine

Administradores Não Executivos

José Maria Alvarez-Pallete Lopéz

Francisco Manuel Marques Bandeira

José Guilherme Xavier de Basto

Santiago Fernández Valbuena

João Manuel de Mello Franco

Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes

Mário João de Matos Gomes

Gerald Stephen McGowan

Rafael Luís Mora Funes

Maria Helena Nazaré

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires

António Manuel Palma Ramalho

Francisco Teixeira Pereira Soares

Jorge Humberto Correia Tomé

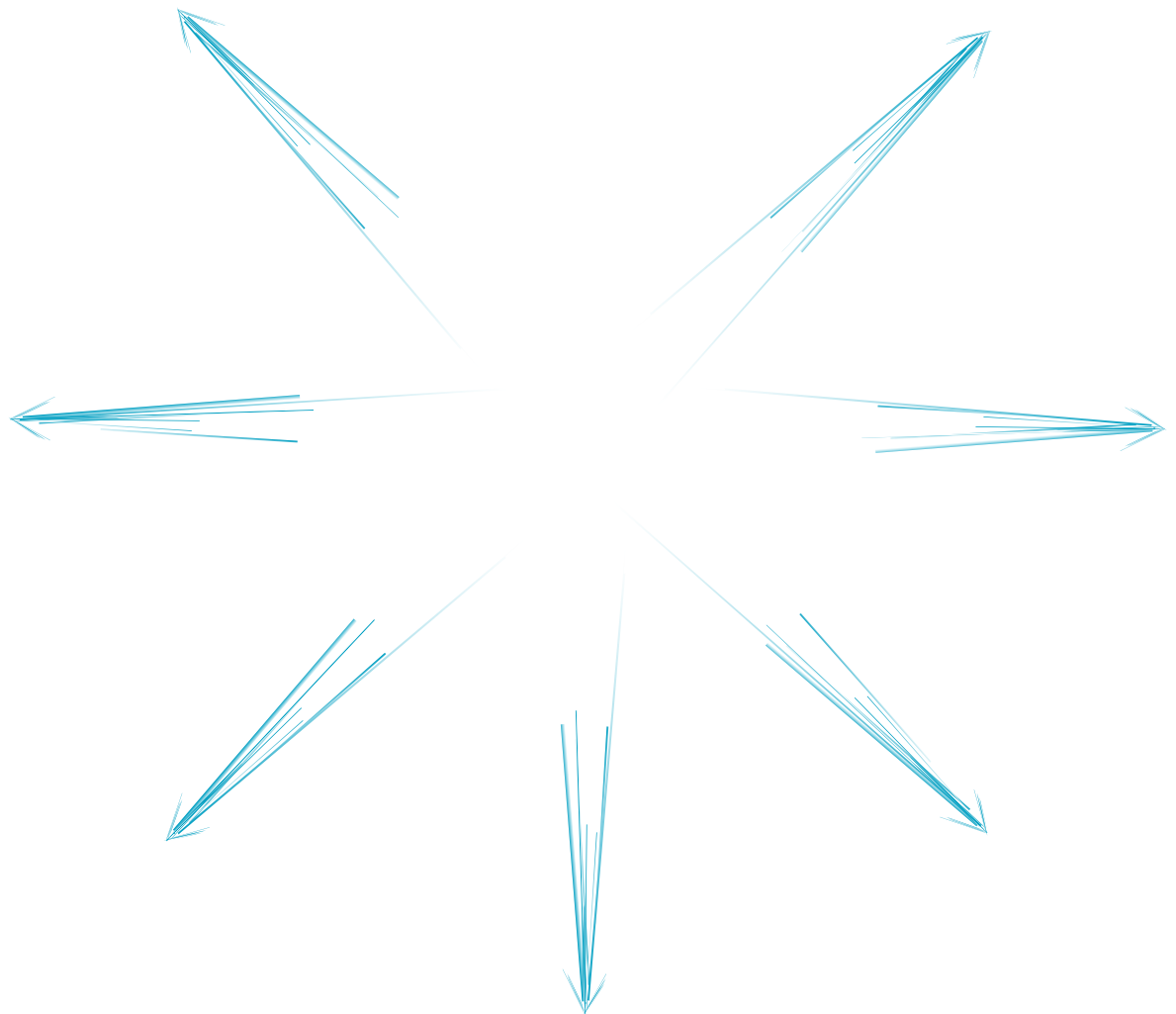
Paulo José Lopes Varela

Milton Almicar Silva Vargas

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos

13

ACTIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS



ACTIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

De acordo com o Artigo Sexto do Regulamento do Conselho de Administração, aprovado a 3 de Outubro de 2008, o Conselho de Administração da PT reafirmou o compromisso de conferir aos seus membros não executivos uma efectiva capacidade de acompanhar, avaliar e supervisionar a gestão executiva da Sociedade.

Durante o ano de 2009, os administradores não executivos da PT puderam desenvolver as suas funções, de forma efectiva e sem que se tenham deparado com constrangimentos de qualquer índole. Neste sentido, destacam-se as seguintes actividades:

- Para além do exercício das respectivas competências não delegadas na Comissão Executiva, os administradores não executivos da PT desempenharam a sua função de supervisão da actuação da gestão executiva, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 8 do Artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 1 de Artigo Sexto do Regulamento do Conselho de Administração. Com efeito, ao abrigo daquelas regras, a delegação de poderes na Comissão Executiva não exclui o dever legal de vigilância geral dos administradores não executivos;
- Tal como previsto nos Artigos Quinto e Sexto do Regulamento do Conselho de Administração, os administradores não executivos da PT exerceram, ainda, a sua função de supervisão no seio das comissões internas deste órgão, isto é:
 - No âmbito da Comissão de Governo Societário, exclusivamente constituída por administradores não executivos e cujos poderes e actividades em 2009 se encontram descritos no capítulo II.3., ponto C) do Relatório de Governo da Sociedade;
 - No âmbito da Comissão de Avaliação, maioritariamente constituída por administradores não executivos e cujos poderes e actividades em 2009 se encontram descritos no capítulo II.3., ponto C) do Relatório de Governo da Sociedade.
 - Por sua vez, de acordo com o modelo anglo-saxónico adoptado pela Sociedade, os membros da Comissão de Auditoria, órgão de fiscalização composto exclusivamente por administradores não executivos, desempenharam, ao longo do ano de 2009, as suas funções legais, estatutárias e regulamentares melhor descritas no capítulo II.3. ponto B) do Relatório de Governo da Sociedade.

O efectivo exercício das funções pelos administradores não executivos da PT foi também potenciado pelo papel assumido pelo presidente do Conselho de Administração, o qual, desde 28 de Março de 2008, assumiu exclusivamente as funções de *chairman*, deixando de exercer funções executivas.

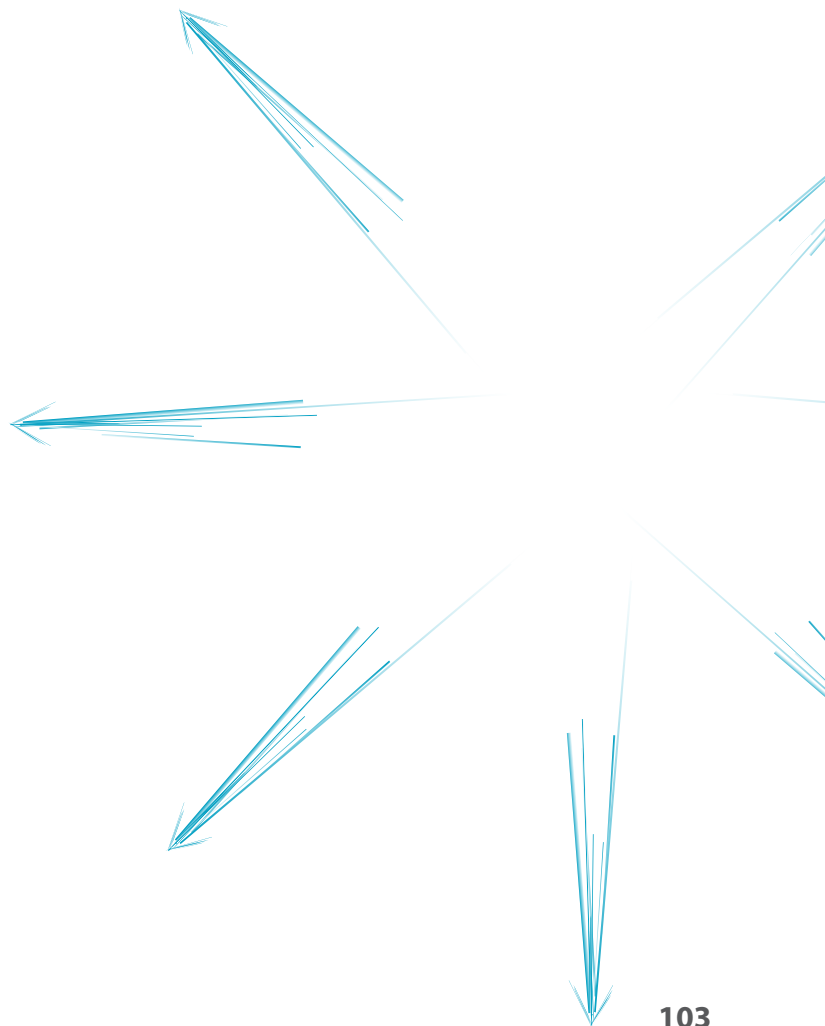
Este papel assumido pelo *chairman* encontra-se, aliás, vertido no Artigo Quarto do Regulamento do Conselho de Administração e tem-se concretizado pelas seguintes vias:

- Acompanhamento da actuação da Comissão Executiva no sentido de manter o Conselho de Administração informado sobre o desempenho das competências delegadas naquela Comissão;
- Contributo para o efectivo desempenho das funções e deveres dos administradores não executivos, assegurando os mecanismos necessários para que estes pudessem tomar decisões de forma independente e esclarecida, em particular na sua competência de coordenação das reuniões do Conselho de Administração;
- Dinamização dos trabalhos das comissões especializadas do Conselho de Administração.

Durante o ano de 2009, os administradores não executivos da PT puderam desempenhar as referidas funções e actividades, em particular, através das seguintes práticas:

- Apresentações sumárias pela Comissão Executiva, nas reuniões do Conselho de Administração, dos aspectos considerados relevantes da actividade desenvolvida, facultando aos administradores não executivos as informações e clarificações solicitadas;
- Envio pelo Presidente da Comissão Executiva ao Presidente do Conselho de Administração das convocatórias e das actas das suas reuniões;
- Presença assídua dos administradores não executivos nas reuniões do Conselho de Administração (os quais correspondem à maioria dos membros deste órgão em exercício);
- Obtenção, conjunta ou isoladamente, por parte dos administradores não executivos, de informação necessária ou conveniente ao exercício das suas funções por solicitação ao Presidente do Conselho de Administração e/ou ao Presidente da Comissão Executiva, permitindo-se, deste modo, que a resposta seja prestada em tempo útil e de forma adequada.

Por último, e sem prejuízo dos casos de reconhecida urgência, a convocação das reuniões do Conselho de Administração é feita com uma antecedência mínima de cinco dias e a ordem de trabalhos e documentação de suporte às deliberações são disponibilizadas com uma antecedência mínima de três dias.



105	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
106	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
107	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA
108	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
109	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
110	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
110	1 Nota introdutória
111	2 Bases de apresentação
115	3 Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
126	4 Alterações de políticas e estimativas
129	5 Cotações utilizadas para conversão de transações em moeda estrangeira
130	6 Receitas operacionais
131	7 Composição do resultado líquido por segmentos de negócio
137	8 Custos com o pessoal
137	9 Custos com benefício reforma
146	10 Custos directos dos serviços prestados
147	11 Custos das mercadorias vendidas
147	12 Fornecimentos e serviços externos
147	13 Locação operacional
148	14 Impostos indirectos
148	15 Juros líquidos
149	16 Perdas com variações cambiais, líquidos
149	17 Ganhos em activos financeiros e outros investimentos, líquidos
149	18 Outros custos financeiros, líquidos
149	19 Impostos e taxas
152	20 Interesses minoritários
153	21 Dividendos
153	22 Resultados por acção
153	23 Investimentos de curto prazo
153	24 Contas a receber - clientes
154	25 Contas a receber - outros
154	26 Existências
155	27 Impostos a pagar e a recuperar
156	28 Custos diferidos
157	29 Outros activos correntes e não correntes
157	30 Investimentos em empresas participadas
160	31 Outros investimentos
161	32 Activos intangíveis
164	33 Activos tangíveis
166	34 Dívida
171	35 Contas a pagar
171	36 Acréscimos de custos
172	37 Proveitos diferidos
172	38 Provisões e ajustamentos
175	39 Outros passivos correntes e não correntes
175	40 Capital próprio
178	41 Instrumentos financeiros
185	42 Garantias e compromissos financeiros
186	43 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
188	44 Partes relacionadas
190	45 Processos judiciais em curso
194	46 Eventos subsequentes
196	ANEXOS
197	ANEXO I EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS
199	ANEXO II EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO PROPORCIONAL
200	ANEXO III EMPRESAS ASSOCIADAS

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

EUROS

	Notas	2009	2008 (reexpressa)
RECEITAS			
Prestações de serviços	6	6.253.723.858	6.102.100.602
Vendas	6	422.894.805	508.662.301
Outras receitas	6	108.061.947	110.123.957
		6.784.680.610	6.720.886.860
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)			
Custos com o pessoal	8	693.234.578	616.597.308
Custos directos dos serviços prestados	10	1.135.108.895	1.086.931.322
Custo das mercadorias vendidas	11	648.784.657	778.460.559
Marketing e publicidade		165.761.900	176.292.202
Fornecimentos e serviços externos	12	1.294.090.787	1.229.948.221
Impostos indirectos	14	243.624.838	233.600.026
Provisões e ajustamentos	38	101.807.099	118.782.268
Amortizações	32 e 33	1.437.928.144	1.268.342.092
Custos com benefícios de reforma, líquidos	9,6	89.630.520	44.759.000
Custos de <i>curtailment</i> , líquidos	9,6	14.804.659	99.955.165
Ganhos com a alienação de activos fixos, líquidos		(408.534)	(19.466.353)
Outros custos, líquidos		49.653.374	29.986.839
		5.874.020.917	5.664.188.649
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		910.659.693	1.056.698.211
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS			
Juros, líquidos	15	302.279.680	272.372.217
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidas	16	(20.155.129)	8.505.581
Ganhos em activos financeiros e outros investimentos, líquidos	17	(8.067.568)	(19.297.574)
Ganhos em empresas participadas, líquidos	30	(456.043.545)	(170.975.397)
Outros custos financeiros, líquidos	18	72.928.007	38.891.868
		(109.058.555)	129.496.695
Resultado antes de impostos		1.019.718.248	927.201.516
Imposto sobre o rendimento	19	233.209.153	231.379.762
RESULTADO LÍQUIDO		786.509.095	695.821.754
Atribuível a interesses minoritários	20	102.578.076	119.721.635
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	22	683.931.019	576.100.119
Resultado líquido por acção			
Básico	22	0,78	0,64
Diluído	22	0,76	0,62

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008		EUROS	
	Notas	2009 (Nota 40.5)	2008 (reexpressa)
Resultados consolidados reconhecidos directamente no capital próprio			
Ajustamentos de conversão cambial (i)		920.584.173	(764.998.457)
Benefícios de reforma			
Ganhos (perdas) actuariais líquidos	9.7	164.773.415	(594.809.172)
Efeito fiscal	19	(43.664.955)	157.624.431
Instrumentos financeiros			
Derivados de cobertura			
Variação no valor de mercado		(2.407.036)	(1.238.300)
Transferências para resultados	41	1.633.364	(44.656)
Efeito fiscal	19	205.023	339.983
Outros custos reconhecidos directamente no capital próprio, líquidos		(5.901.102)	(3.943.124)
		1.035.222.882	(1.207.069.295)
Reservas reconhecidas directamente no capital próprio			
Reservas de reavaliação de activos tangíveis			
Reavaliação de imóveis e da rede de condutas da rede fixa	33	-	1.075.033.022
Efeito fiscal	19	12.116.738	(284.346.234)
		12.116.738	790.686.788
Total de resultados e reservas reconhecidos directamente no capital próprio		1.047.339.620	(416.382.507)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		786.509.095	695.821.754
Total de resultados reconhecidos		1.833.848.715	279.439.247
Atribuível a interesses minoritários		348.381.799	(50.376.301)
Atribuível aos accionistas da Portugal Telecom		1.485.466.916	329.815.548

(i) O ganho registado em 2009 está relacionado essencialmente com a valorização do Real face ao Euro de 3,2436 em 31 de Dezembro de 2008 para 2,5113 em 31 de Dezembro de 2009, enquanto a perda registada em 2008 decorre basicamente da desvalorização do Real face ao Euro de 2,5963 em 31 de Dezembro de 2007 para 3,2436 em 31 de Dezembro de 2008.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 E 1 DE JANEIRO DE 2008

EUROS

	Notas	31 Dez 2009	31 Dez 2008 (reexpressa)	1 Jan 2008 (reexpressa)
ACTIVO				
Activo corrente				
Caixa e equivalentes de caixa		1.449.516.549	1.010.655.198	664.642.854
Investimentos de curto prazo	23	26.867.252	52.933.160	1.170.293.202
Contas a receber - clientes	24	1.398.864.344	1.244.602.525	1.307.429.771
Contas a receber - outros	25	169.707.724	201.884.374	128.745.389
Existências	26	239.877.325	297.382.098	160.592.407
Impostos a recuperar	27	254.765.524	317.865.624	239.111.584
Custos diferidos	28	137.262.528	131.470.086	106.526.815
Outros activos correntes	29	22.191.369	60.188.716	38.979.994
Total do activo corrente		3.699.052.615	3.316.981.781	3.816.322.016
Activo não corrente				
Contas a receber - clientes		2.594.779	3.384.632	1.289.741
Contas a receber - outros	25	8.845.235	4.856.624	4.352.233
Impostos a recuperar	27	196.429.460	140.771.497	148.340.234
Investimentos em empresas participadas	30	597.210.048	613.179.099	538.080.641
Outros investimentos	31	16.885.925	21.111.478	27.235.420
Activos intangíveis	32	4.046.670.219	3.463.038.116	3.383.123.427
Activos tangíveis	33	4.862.214.772	4.637.837.013	3.585.397.171
Benefícios de reforma	9.4	67.588.596	1.557.026	134.060.599
Activos por impostos diferidos	19	1.019.511.128	1.032.723.979	992.221.139
Outros activos não correntes	29	314.203.554	478.954.057	491.089.047
Total do activo não corrente		11.132.153.716	10.397.413.521	9.305.189.652
Total do activo		14.831.206.331	13.714.395.302	13.121.511.668
PASSIVO				
Passivo corrente				
Dívida de curto prazo	34	494.531.900	2.254.666.256	1.256.085.485
Contas a pagar	35	1.335.127.377	1.372.302.781	1.108.882.163
Acréscimos de custos	36	636.891.386	647.156.746	641.050.928
Proveitos diferidos	37	417.777.933	362.622.368	331.950.552
Impostos a pagar	27	293.891.365	337.641.837	381.956.714
Provisões	38	77.815.865	72.214.080	74.958.499
Outros passivos correntes	39	142.370.844	107.020.445	67.308.947
Total do passivo corrente		3.398.406.670	5.153.624.513	3.862.193.288
Passivo não corrente				
Dívida de médio e longo prazo	34	6.551.516.128	4.441.190.114	4.960.675.814
Impostos a pagar	27	59.217.420	38.730.319	31.172.618
Provisões	38	102.629.790	96.806.426	111.833.374
Benefícios de reforma	9.4	1.558.341.521	1.836.850.906	1.463.932.239
Passivos por impostos diferidos	19	482.219.973	462.192.770	84.880.140
Outros passivos não correntes	39	294.105.452	488.763.432	523.185.609
Total do passivo não corrente		9.048.030.284	7.364.533.967	7.175.679.794
Total do passivo		12.446.436.954	12.518.158.480	11.037.873.082
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social	40	26.895.375	26.895.375	30.774.000
Acções próprias	40	(178.071.827)	(178.071.827)	(323.178.913)
Reserva legal	40	6.773.139	6.773.139	6.773.139
Reserva de acções próprias	40	6.970.320	6.970.320	3.091.695
Outras reservas e resultados acumulados	40	1.454.941.115	369.459.420	1.622.590.374
Capital próprio excluindo interesses minoritários		1.317.508.122	232.026.427	1.340.050.295
Interesses minoritários	20	1.067.261.255	964.210.395	743.588.291
Total do capital próprio		2.384.769.377	1.196.236.822	2.083.638.586
Total do capital próprio e do passivo		14.831.206.331	13.714.395.302	13.121.511.668

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

EUROS

	Capital social	Acções próprias	Reserva legal	Reserva de acções próprias	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio excluindo interesses minoritários	Interesses minoritários (Nota 20)	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	30.774.000	(323.178.913)	6.773.139	3.091.695	1.620.761.976	1.338.221.897	743.588.291	2.081.810.188
Alteração de política contabilística (Nota 4)	-	-	-	-	1.828.398	1.828.398	-	1.828.398
Saldo em 1 de Janeiro de 2008, reexpresso	30.774.000	(323.178.913)	6.773.139	3.091.695	1.622.590.374	1.340.050.295	743.588.291	2.083.638.586
Aquisição de acções próprias através de <i>equity swaps</i>	-	(904.638.532)	-	-	-	(904.638.532)	-	(904.638.532)
Reserva de acções próprias	-	-	-	1.049.745.618	(1.049.745.618)	-	-	-
Cancelamento de acções próprias ocorrido em Março (Nota 40)	(2.496.145)	711.917.017	-	(709.420.872)	-	-	-	-
Cancelamento de acções próprias ocorrido em Dezembro (Nota 40)	(1.382.480)	337.828.601	-	(336.446.121)	-	-	-	-
Dividendos (Nota 21)	-	-	-	-	(533.200.884)	(533.200.884)	(43.599.140)	(576.800.024)
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	302.769.121	302.769.121
Aquisições, alienações e aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	11.828.424	11.828.424
Reavaliação de activos tangíveis	-	-	-	-	790.686.788	790.686.788	-	790.686.788
Resultado reconhecido directamente no capital próprio	-	-	-	-	(1.036.971.359)	(1.036.971.359)	(170.097.936)	(1.207.069.295)
Resultado reconhecido na demonstração dos resultados	-	-	-	-	576.100.119	576.100.119	119.721.635	695.821.754
Saldo em 31 de Dezembro de 2008, reexpresso	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	369.459.420	232.026.427	964.210.395	1.196.236.822
Dividendos (Nota 21)	-	-	-	-	(503.626.688)	(503.626.688)	(154.046.696)	(657.673.384)
Reestruturação societária na Vivo (Nota 2)	-	-	-	-	103.641.467	103.641.467	(103.641.467)	-
Aquisições, alienações e aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	12.357.224	12.357.224
Remensuração do imposto diferido passivo relativo a reservas de reavaliação de activos (Nota 19)	-	-	-	-	12.116.738	12.116.738	-	12.116.738
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	789.419.159	789.419.159	245.803.723	1.035.222.882
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	683.931.019	683.931.019	102.578.076	786.509.095
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	1.454.941.115	1.317.508.122	1.067.261.255	2.384.769.377

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008		EUROS	
	Notas	2009	2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		7.783.167.222	7.779.372.079
Pagamentos a fornecedores		(4.298.265.954)	(4.304.337.083)
Pagamentos ao pessoal		(736.268.577)	(654.930.966)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	43.a	(161.179.339)	(245.970.058)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma	9.5	(251.165.791)	(196.801.097)
Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros	43.b	(408.674.451)	(548.446.669)
Fluxos das actividades operacionais (1)		1.927.613.110	1.828.886.206
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	43.c	27.827.287	3.780.376.156
Investimentos financeiros	43.d	401.660.387	32.380.948
Activos tangíveis e intangíveis		11.705.679	40.785.288
Juros e proveitos similares		59.205.383	281.228.219
Dividendos	43.e	140.164.156	19.175.607
Outras actividades de investimento		876.528	2.177.393
		641.439.420	4.156.123.611
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	43.c	(1.761.381)	(2.663.016.114)
Investimentos financeiros	43.f	(10.614.560)	(348.600.843)
Activos tangíveis e intangíveis		(1.296.585.044)	(1.056.927.189)
Outras actividades de investimento		(3.766.717)	(7.508.185)
		(1.312.727.702)	(4.076.052.331)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(671.288.282)	80.071.280
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	43.g	28.152.064.374	37.882.851.516
Aumentos de capital e prémios de emissão	43.h	13.455.882	685.193
Subsídios		949.426	1.044.517
Outras actividades de financiamento	43.i	30.332.926	7.151.102
		28.196.802.608	37.891.732.328
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	43.g	(28.055.009.263)	(37.092.659.729)
Amortizações de contratos de locação financeira		(17.047.074)	(22.011.222)
Juros e custos similares		(421.635.937)	(580.044.224)
Dividendos/distribuição de resultados	43.j	(588.516.153)	(574.613.933)
Aquisição de acções próprias	40.2	-	(1.049.745.618)
Outras actividades de financiamento	43.i	(38.584.894)	(45.270.637)
		(29.120.793.321)	(39.364.345.363)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(923.990.713)	(1.472.613.035)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.010.655.198	664.642.854
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		332.334.115	436.344.451
Efeito das diferenças de câmbio		106.527.236	(90.332.107)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.449.516.549	1.010.655.198

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

(Montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA**a) Empresa-mãe**

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom", empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, SA) e as suas empresas participadas que integram o seu universo empresarial ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom" ou "Empresa") operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro, incluindo o Brasil e alguns países africanos.

A empresa-mãe do Grupo é a Portugal Telecom, empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, SA ("Telecom Portugal"), Telefones de Lisboa e Porto, SA (TLP) ("TLP") e Teledifusora de Portugal, SA ("TDP") com referência a 1 de Janeiro de 1994. Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, SA alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, SA, tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado do processo de privatização iniciado em 1 de Junho de 1995 e terminado em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 31 de Dezembro de 2009, o Estado Português e as entidades por si controladas, directa ou indirectamente, detêm 9,72% do capital da Portugal Telecom e todas as acções da Categoria A (Nota 40.1).

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na eurosnext e na *NYSE New York Stock Exchange*.

b) Actividade

O Grupo opera essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro, incluindo o Brasil e alguns países africanos.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, SA ("PT Comunicações"), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de Março de 1995, de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/95, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, em resultado da PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex ("Rede Básica"). Adicionalmente, a PT Comunicações presta igualmente serviços de internet a clientes residenciais e pequenas e médias empresas, e lançou em 2007 um serviço de televisão por subscrição com a marca MEO, através de IPTV e plataformas DTH.

A prestação do serviço de transmissão de dados é assegurada pela PT Prime Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA ("PT Prime"), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider ("ISP") a grandes clientes.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela TMN Telecomunicações Móveis Nacionais, SA ("TMN"), através do sistema global de comunicações móveis ("GSM"), cuja licença foi concedida pelo Estado Português em 1992 (por um período inicial de 15 anos), renovada em 2007 até 16 de Março de 2022, e do sistema de telecomunicações móveis universais ("UMTS"), cuja licença foi obtida em 19 de Dezembro de 2000 (por um período inicial de 15 anos).

No Brasil, o Grupo presta o serviço móvel terrestre de telecomunicações através da sua participação na Brasilcel NV ("Brasilcel" ou "Vivo"), a *joint-venture* constituída no final de 2002 entre o Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis, SGPS, SA – "PT Móveis") e o Grupo Telefónica (através da Telefónica Móveis, SA) para agregar as operações de telecomunicações móveis dos dois grupos no Brasil. Em Abril de 2008, após autorização da ANATEL, a Vivo concluiu o acordo celebrado com a Telemig Participações SA para a aquisição do controlo da Telemig Celular Participações SA, empresa que presta serviços de telecomunicações móveis no estado de Minas Gerais, através da Telemig Celular (Nota 2). Actualmente, a Brasilcel, através das empresas Vivo, SA e Telemig Celular desenvolve a sua actividade nos Estados brasileiros de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros 11 estados nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Em África, o Grupo presta o serviço fixo e móvel e outros serviços de telecomunicações relacionados através da Africatel Holding BV ("Africatel"). Actualmente, os serviços são prestados em Angola, Namíbia, Moçambique, Kenya, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países.

Em 1 de Setembro de 2009, a Portugal Telecom celebrou, juntamente com a Telefónica S.A., um acordo definitivo para a venda conjunta das participações sociais de 32,2% cada por estas detidas no capital da Médi Telecom S.A. (Médi Telecom), e dos suprimentos concedidos a esta mesma participada, aos accionistas locais da Médi Telecom. No seguimento da aprovação pelo regulador de telecomunicações marroquino, *Agence Nationale de Règlementation des Télécommunications*, a venda foi concluída em Dezembro de 2009 quando a Portugal Telecom recebeu o montante de 380 milhões de euros, a adicionar ao adiantamento recebido em Setembro de 2009 de 20 milhões de euros, totalizando o montante de 400 milhões de euros (Nota 43.d).

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 3 de Março de 2010.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas denominadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 3.q.

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adoptadas pela União Europeia, incluindo todas as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") que estavam em vigor em 31 de Dezembro de 2009, aprovadas pela UE. No caso da Portugal Telecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos relativos aos períodos reportados (Nota 3).

a) Princípios de consolidação

Empresas controladas

A Portugal Telecom consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia-Geral da empresa subsidiária ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais dessa empresa. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral (Ver Anexo I).

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido das empresas incluídas na consolidação é apresentada separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira e na Demonstração Consolidada dos Resultados, respectivamente, na rubrica de "Interesses minoritários" (Nota 20).

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da empresa subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e tenham capacidade financeira de cobrir esses prejuízos. Se a empresa subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria-se de todos os lucros até que a parte dos prejuízos atribuível aos accionistas minoritários e que foram absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das empresas subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na Demonstração Consolidada dos Resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, respectivamente.

As transacções e saldos entre as empresas controladas são eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes das transacções entre empresas do Grupo são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas e empresas associadas tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto.

Todos os saldos e transacções entre empresas são eliminados, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se indicadas no Anexo II.

Empresas associadas

Uma empresa associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, ajustado, quando aplicável, para respeitar as políticas contabilísticas da Portugal Telecom (Anexo III). De acordo com este método, as participações financeiras em empresas associadas são reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ao custo e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas, por contrapartida de resultados financeiros na rubrica de "Ganhos em empresas participadas, líquidos" (Nota 30). Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos activos líquidos adquiridos e passivos contingentes da empresa associada à data de aquisição é reconhecido como *goodwill*. O *goodwill* é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na Demonstração Consolidada dos Resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor respectivo dos investimentos financeiros.

Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade controlada conjuntamente, ou associada, na respectiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido na IFRS 3 Concentrações Empresariais. Atendendo à excepção prevista na IFRS 1 Primeira Adopção das IFRS, o Grupo aplicou as disposições da IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2004. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2004 foram mantidos, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertido para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial".

O *goodwill* relativo a empresas associadas é incluído na rubrica "Investimentos em empresas participadas" (Nota 30) e o relativo a empresas subsidiárias é incluído na rubrica "Activos intangíveis" (Nota 32). O *goodwill* não é amortizado, sendo sujeito a testes anuais de imparidade ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados do período e não é susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma empresa controlada, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

b) Alterações ocorridas no Grupo

Durante o exercício de 2009 não ocorreram alterações significativas no perímetro de consolidação.

A principal alteração no perímetro de consolidação ocorrida em 2008 respeita à consolidação da Telemig Celular Participações e da Telemig Celular (juntas "Telemig") a partir de 1 de Abril de 2008, no seguimento da conclusão do processo de aquisição do controlo accionista da Telemig Celular Participações ("TCP") no dia 4 de Abril de 2008, a qual nesta data detinha uma participação de 83,25% na Telemig Celular ("TC"). Além da aquisição do controlo accionista concluída no dia 4 de Abril de 2008, a Vivo adquiriu acções da TCP e TC no seguimento das ofertas voluntária e obrigatória concluídas em 15 de Maio de 2008 e 15 de Agosto de 2008, respectivamente. Em resultado destas operações, em 31 de Dezembro de 2008, a Vivo tinha uma participação de 58,8% da TCP e 56,3% da TC, equivalente a 97,0% e 95,7% dos direitos de voto, respectivamente.

Em 1 de Abril 2008, o detalhe dos activos consolidados líquidos da Telemig, que foram adquiridos pela Portugal Telecom através da Vivo, e do *goodwill* apurado em resultado das transacções acima referidas, é como segue (valores referentes aos 50% da Portugal Telecom):

EUROS			
	Valor contabilístico	Ajustamentos para o justo valor	Justo valor
ACTIVOS LÍQUIDOS ADQUIRIDOS			
Activos intangíveis (Nota 32)	24.562.683	546.274.017	570.836.700
Activos tangíveis (Nota 33)	127.428.217	56.808.920	184.237.137
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 43.f)	170.803.876	-	170.803.876
Contas a receber	39.476.039	-	39.476.039
Impostos diferidos activos (Nota 19)	30.530.408	-	30.530.408
Custos diferidos	18.301.988	-	18.301.988
Impostos a recuperar	16.291.914	-	16.291.914
Existências	9.827.699	879.001	10.706.700
Outros activos não correntes	24.263.331	-	24.263.331
Impostos diferidos passivos (Nota 19)	-	(105.139.836)	(105.139.836)
Dívida de curto prazo	(35.357.298)	(628.039)	(35.985.337)
Contas a pagar	(33.995.607)	-	(33.995.607)
Acréscimos de custos	(30.606.302)	-	(30.606.302)
Dívida de médio e longo prazo	(8.228.972)	2.308.921	(5.920.051)
Provisões não correntes (Nota 38)	(7.120.477)	-	(7.120.477)
Outros passivos correntes	(53.020.675)	-	(53.020.675)
Outros passivos não correntes	(3.012.736)	-	(3.012.736)
Total dos activos líquidos adquiridos	290.144.088	500.502.984	790.647.072
Interesses minoritários (Nota 20)			(304.038.052)
<i>Goodwill</i> (Nota 32)			30.397.905
Preço de compra (Nota 43.f) (incluindo 3 milhões de euros de despesas directamente atribuíveis à compra)			517.006.925

Os ajustamentos para o justo valor dos activos e passivos adquiridos foram avaliados por uma entidade independente. Os ajustamentos para o justo valor relativos aos activos intangíveis consistem maioritariamente nas licenças atribuídas pela Anatel (regulador brasileiro) à Telemig para a prestação de serviços de telecomunicações móveis. Estas licenças foram avaliadas pelo método do rendimento, baseado em previsões detalhadas de fluxos de caixa fornecidos pela gestão. Estas licenças estão a ser amortizadas pelos respectivos prazos, com um período de renovação (30 anos no total).

Em resultado da aquisição do controlo accionista da Telemig em 3 de Abril de 2008, a Demonstração Consolidada dos Resultados da Portugal Telecom para o exercício findo em 31 de Dezembro 2009 inclui os resultados da Telemig, enquanto para o exercício findo em 31 de Dezembro 2008 inclui os resultados da Telemig desde 1 de Abril de 2008. A contribuição da Telemig para os resultados consolidados da Portugal Telecom no trimestre findo em 31 de Março de 2009 foi de 0,3 milhões de euros ao nível do resultado líquido antes de interesses minoritários. Considerando a Telemig consolidada desde 1 de Janeiro de 2008, os valores pro-forma das receitas operacionais e do resultado líquido antes de interesses minoritários da Portugal Telecom, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, são como segue (valores em milhões de euros):

EUROS			
	Valores reportados	Resultados da Telemig no 1T08	Informação pro-forma
Receitas operacionais	6.721	71	6.792
Resultado líquido (antes de interesses minoritários)	696	38	734

Em 27 de Julho de 2009, foi aprovada em Assembleia-Geral de Accionistas da Vivo Participações, da Telemig Celular Participações ("TCP") e da Telemig Celular ("TC") uma reestruturação societária que consistiu na incorporação das acções da TC na TCP e na incorporação das acções da TCP na Vivo Participações. No seguimento destas operações, os antigos accionistas da TC e da TCP adquiriram o direito a receber acções emitidas pela TCP e pela Vivo Participações, respectivamente, e a TC e a TCP tornaram-se subsidiárias integrais da TCP e da Vivo Participações, respectivamente. Esta reestruturação resultou numa redução dos interesses minoritários no montante de 103.641.467 euros (Nota 20). Este efeito decorre essencialmente do maior valor de mercado da Vivo Participações comparativamente ao valor contabilístico, enquanto o valor contabilístico da Telemig é similar ao valor de mercado como resultado do processo de alocação do preço de compra ocorrido em 2008.

A reestruturação mencionada acima não envolveu a aquisição ou perda de controlo de nenhuma das empresas, uma vez que a Vivo Participações já detinha o controlo da Telemig Celular a 31 de Dezembro de 2008 e a Brasicel mantém o controlo da Vivo Participações, não obstante a diminuição da sua participação nesta empresa de 63,6% para 59,4%. Assim, a redução dos interesses minoritários no montante de 103.641.467 euros foi registada como um ganho directamente nos capitais próprios, uma vez que desta transacção não resultou uma perda de controlo e foi uma transacção celebrada entre accionistas na sua qualidade enquanto detentores de capital. Desta forma, esta operação foi registada como uma transacção dentro do capital próprio.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

a) Classificação da Demonstração Consolidada da Posição Financeira

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes.

b) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. As existências são ajustadas por motivos de obsolescência tecnológica ou baixa rotação de determinadas existências.

c) Activos tangíveis

Em 2008, a Portugal Telecom alterou a política contabilística de valorização dos imóveis e da rede de condutas, deixando de utilizar o modelo do custo e passando a adoptar o modelo de reavaliação, uma vez que a Empresa entende que este último reflecte de melhor forma o valor económico destas classes de activos, tendo em conta a natureza dos activos reavaliados, os quais não estão sujeitos a obsolescência tecnológica. O acréscimo de valor dos activos tangíveis resultante destas reservas de reavaliação, não distribuíveis, está a ser amortizado de acordo com o critério utilizado na amortização dos bens reavaliados.

Os restantes activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido de amortizações acumuladas, subsídios ao investimento e perdas por imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (1) o preço de compra do activo; (2) as despesas directamente imputáveis à compra; e (3) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local (Notas 3.g e 38). Decorrente da excepção prevista na IFRS 1, as reavaliações efectuadas aos activos tangíveis, em exercícios anteriores a 1 de Janeiro de 2004, de acordo com os índices de actualização monetária previstos na legislação portuguesa, foram mantidas, designando-se esse valor reavaliado como valor de custo para efeitos de IFRS.

A amortização dos activos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos activos, a qual é determinada em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	3 - 50
Equipamento básico	
Instalações e equipamento de rede	7 - 20
Rede de condutas	40
Equipamento terminal	5 - 10
Cabos submarinos	15 - 20
Estações, equipamento e instalações de satélites	5 - 7
Outros equipamentos de telecomunicações	3 - 10
Outro equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Outras imobilizações corpóreas	3 - 10

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, bem como as perdas por imparidade, são reconhecidas como uma dedução ao valor do activo respectivo por contrapartida de resultados do período. Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo, quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias significativas nos activos tangíveis são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando os mesmos possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica “Ganhos com a alienação de activos fixos, líquidos”.

d) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, quando aplicável. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os activos intangíveis são constituídos basicamente por *goodwill* (Nota 2.a), licenças de telecomunicações e outros direitos conexos e licenças de utilização de *software*.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento, são registados como custo quando incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo, a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

Os activos intangíveis, excluindo o *goodwill*, são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período de vida útil ou, se inferior, o período dos contratos (incluindo os períodos de renovação adicional se aplicável), como segue:

Licenças de telecomunicações:	
- Licenças de telecomunicações detidas pela Vivo	Período das licenças com período de renovação
- Propriedade da rede básica detida pela PT Comunicações	Período da concessão (até 2025)
- Licença UMTS detida pela TMN	Período da licença com período de renovação (até 2030)
Direitos de aquisição de capacidade de satélite	Período do contrato (até 2015)
Licenças de utilização de <i>software</i>	3 - 6 anos
Outros activos intangíveis	3 - 8 anos

e) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento (Nota 31) compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados do período a que se referem.

As propriedades de investimentos são amortizadas durante o período de vida expectável pelo método de amortização linear. As taxas de depreciação correspondem à média das vidas úteis estimadas, como detalhadas na Nota 3.c.

f) Imparidade de activos tangíveis e intangíveis, excluindo *goodwill*

As empresas do Grupo efectuam avaliações de imparidade dos seus activos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. As principais unidades geradoras de caixa do Grupo correspondem aos negócios de rede fixa e móvel em Portugal, e ao negócio móvel no Brasil. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na Demonstração Consolidada dos Resultados do período a que se refere.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do activo é actualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Os activos tangíveis registados de acordo com o modelo de reavaliação são periodicamente mensurados, sendo que a Portugal Telecom pretende proceder a uma nova reavaliação destes activos pelo menos de três em três anos. Qualquer perda por imparidade nestes activos é reconhecida como uma diminuição à reserva de reavaliação reconhecida inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores no montante da reserva de reavaliação inicial são reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados.

g) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos e o montante da referida obrigação seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando o Grupo tem um plano detalhado, formalizado, e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de activos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respectiva obrigação com fiabilidade (Notas 3.c) e 38). O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a actualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica de “Juros, líquidos”.

As provisões são revistas e actualizadas na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de modo a reflectir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

h) Responsabilidades com pensões e complementos de reforma

A PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação, SA (“PT SI”) têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados prestações pecuniárias a título de pensão e complemento de pensão de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituídos pela PT Comunicações fundos de pensões autónomos para o efeito (Nota 9.1).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, o Grupo obtém periodicamente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o *Projected Unit Credit Method*. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registadas como ganhos e perdas com serviços passados. Os ganhos e perdas com serviços passados relativos a direitos vencidos são reconhecidos na rubrica “Custo com benefícios de reforma, líquidos”, quando incorridos. Os ganhos e perdas de serviços passados relativos a direitos não vencidos, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma). Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos, quando incorridos, na rubrica “Custos de *curtailment*, líquidos”.

As responsabilidades com pensões e complementos de reforma, reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, representam o valor actual das obrigações com os planos de benefícios definidos de pensões, deduzido do justo valor dos activos dos fundos de pensões e dos ganhos ou perdas com serviços passados ainda não reconhecidos.

As contribuições efectuadas pelo Grupo para planos de pensões de contribuição definida são registadas como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados na data em que as mesmas são devidas.

i) Responsabilidades com cuidados de saúde

A PT Comunicações e a PT SI têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, cuidados de saúde a prestar após a idade da reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos. O Plano de Saúde é gerido pela Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), tendo em 2004 sido constituído um fundo autónomo para financiar estas responsabilidades (Nota 9.2), gerido pela PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA (“PT Prestações”).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações após a data de reforma, o Grupo obtém periodicamente cálculos actuariais das responsabilidades, determinados de acordo com o *Projected Unit Credit Method*. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registadas como ganhos e perdas com serviços passados. Os ganhos e perdas com serviços passados relativos a direitos vencidos são reconhecidos na rubrica “Custo com benefícios de reforma, líquidos”, quando incorridos. Os ganhos e perdas de serviços passados relativos a direitos não vencidos, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma). Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos quando incorridos na rubrica “Custos de *curtailment*, líquidos”.

As responsabilidades com cuidados de saúde reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira representam o valor presente das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzidas do justo valor dos activos do fundo constituído e dos ganhos ou perdas de serviços passados ainda não reconhecidos.

j) Pré-reforma e suspensões do contrato de trabalho

No âmbito dos programas de pré-reforma ou suspensão do contrato de trabalho, é reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira um passivo, correspondente ao valor presente dos salários a pagar até à idade da reforma. O respectivo custo é registado na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica “Custos de *curtailment*, líquidos”, adicionado de encargos com pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde a prestar após aquela data, quando os empregados passam para suspensão ou pré-reforma, e é determinado com base em estudos actuariais (Nota 9.3).

k) Subsídios

Os subsídios recebidos do Governo português e da União Europeia são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração para formação de colaboradores são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados de acordo com os custos correspondentes incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos, são deduzidos ao valor dos respectivos activos (Nota 3.c).

l) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

(i) Contas a receber (Notas 24 e 25)

Contas a receber, empréstimos atribuídos e outras contas a receber que tenham pagamentos fixos ou definidos que não se encontrem cotados em mercados activos são classificados como valores a receber ou empréstimos atribuídos.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas, calculadas essencialmente com base na antiguidade do saldo a receber e no perfil de crédito do devedor específico.

(ii) Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são os relacionados com títulos cotados detidos pelo Grupo, que sejam transaccionáveis num mercado activo e para os quais a Empresa não possui um interesse estratégico. Os investimentos disponíveis para venda são classificados na rubrica de “Outros investimentos”.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos, independentemente da data de liquidação financeira. Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo eventuais despesas inerentes à transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelo seu justo valor, com reconhecimento das alterações de justo valor no capital próprio. Nas situações em que os investimentos sejam instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Na data de alienação ou imparidade dos investimentos classificados como disponíveis para venda, o valor acumulado das alterações de justo valor, registadas directamente no capital próprio, passa a ser reconhecido na Demonstração Consolidada dos Resultados do período.

(iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual da transacção e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor actual da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes, reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão da obrigação em acções, por parte do detentor da obrigação, reconhecido directamente no capital próprio. À data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, o passivo é registado pelo seu custo amortizado.

(iv) Empréstimos bancários (Nota 34)

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido das respectivas despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, bem como prémios pagos antecipadamente, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

(v) Contas a pagar (Nota 35)

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(vi) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura (Nota 41)

As actividades do Grupo estão essencialmente expostas a riscos financeiros, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro. O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura daqueles riscos financeiros sujeitos à análise económica detalhada e aprovação por parte da Comissão Executiva.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao seu justo valor na data de contratação, sendo reavaliados subsequentemente pelo respectivo justo valor na data de cada Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39. Actualmente, para efeitos contabilísticos, a Portugal Telecom classifica os seus instrumentos financeiros derivados como de cobertura de justo valor e de fluxos de caixa.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de justo valor, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do período.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de fluxos de caixa são registadas directamente no capital próprio, na sua componente efectiva, e em resultados financeiros, na sua componente não efectiva. Os valores registados no capital próprio são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tiver igualmente efeito em resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como “derivados detidos para negociação” e as respectivas variações no justo valor são registadas na Demonstração Consolidada dos Resultados do período em que ocorrem.

(vii) Acções próprias (Nota 40)

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica “Acções próprias”, e os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados em “Resultados acumulados”.

Os *equity swaps* sobre acções próprias, que incluam uma opção de exercício físico executável pela PT, são reconhecidos como um passivo financeiro por contrapartida da redução de capital próprio, e registados de forma similar a uma aquisição de acções próprias, na data de celebração do contrato.

(viii) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo (Nota 23)

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor. A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui também depósitos de clientes e outras entidades que ainda não foram compensados.

Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos no Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica de “Dívida de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo compreendem investimentos com objectivo de gerar rendimento, razão pela qual não foram classificados como equivalentes de caixa.

(ix) Operações de *Qualified Technological Equipment*

O Grupo celebrou em exercícios anteriores operações de *Qualified Technological Equipment* (QTE), pelas quais alienou a determinados investidores estrangeiros um conjunto de equipamentos de telecomunicações. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com o Grupo contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos. O Grupo mantém legalmente a posse dos equipamentos envolvidos.

Estas operações configuram um *sale and lease back*, mantendo-se os equipamentos registados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira. As empresas constituídas no âmbito destas operações foram consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras, dado o Grupo ter obtido a maioria dos benefícios económicos gerados por estas entidades no decorrer das suas actividades e, consequentemente, estar exposto ao risco resultante das actividades dessas entidades. Assim, a Portugal Telecom registou um activo corrente e não corrente pelo montante da venda do equipamento (Nota 29) e um passivo corrente e não corrente pelo montante das rendas vincendas (Nota 39).

Os prémios recebidos pelo Grupo no início daquelas operações são reconhecidos linearmente em resultados no período das mesmas.

m) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na produção de activos tangíveis são objecto de capitalização, apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- Os activos tangíveis desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de que os activos tangíveis venham a gerar benefícios económicos futuros; e
- Os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

A contrapartida na Demonstração Consolidada dos Resultados é registada através da redução dos correspondentes custos operacionais, não sendo reconhecidas quaisquer margens geradas internamente. Quando não são preenchidas as condições acima descritas, os valores incorridos são contabilizados na Demonstração Consolidada dos Resultados como custos no período em que ocorrem.

Os custos incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como custo, no período em que ocorrem.

n) Locações (a empresa como locatária)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais (Nota 13). A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são contabilizados pelo método financeiro, de acordo com o plano financeiro contratual (Nota 34). Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação (Nota 13).

o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é composto por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), que abrange todas as empresas em que a Portugal Telecom participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo Portugal Telecom, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos em determinado momento e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Tal como está estabelecido na referida norma, são reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. Na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é efectuada uma revisão desses impostos diferidos activos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos directamente no capital próprio, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

p) Rédito

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço e facturadas numa base mensal ao longo do mês. Os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

As receitas de aluguer de equipamento terminal são registadas como locação operacional no período a que respeitam, na rubrica "Outras receitas".

As receitas dos serviços de ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas. A PT Comunicações tem um contrato com a empresa Páginas Amarelas, SA através do qual esta última é responsável pela produção, publicação e distribuição das listas telefónicas, bem como da comercialização do espaço publicitário incluído nas listas. O custo total pago pela PT Comunicações por estes serviços é uma percentagem fixa de 72% das receitas brutas resultantes da venda do espaço publicitário. Os custos de espaço publicitário são fixos, não contingentes, e baseados no volume expectável de listas telefónicas (aproximadamente uma por número de telefone). As receitas da venda do espaço publicitário são facturadas directamente pela PT Comunicações aos seus clientes durante o período de vigência de cada lista. Estas receitas são registadas em resultados, mensalmente, durante o referido período.

As receitas da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, da utilização da rede móvel pelos clientes e operadores de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, pode ser resumido da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Banda larga móvel	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Equipamentos terminais e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda
Penalidades impostas aos clientes	Outras receitas	No momento do recebimento

As receitas provenientes da venda de determinados produtos/serviços compostos são imputadas a cada um dos seus componentes de acordo com o seu respectivo valor de mercado e reconhecidas separadamente, de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes.

O Grupo opera programas de fidelização para alguns dos seus clientes, ao abrigo dos quais, em função do consumo, os clientes têm direito a pontos de fidelização que podem ser trocados por equipamentos, acessórios e descontos em subsequentes aquisições de serviços de telecomunicações móveis. No seguimento da adopção da IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, conforme explicado em detalhe na Nota 4, a Portugal Telecom contabiliza estas transacções como transacções contendo múltiplos elementos, pelo que o montante recebido inicialmente é alocado entre a receita relativa ao tráfego consumido e os pontos que o cliente obteve. Desta forma, a receita diferida é reconhecida quando os pontos são consumidos ou perdem a validade.

As receitas do serviço de televisão através de IPTV e satélite resultam essencialmente de e são reconhecidas como segue:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Assinatura mensal pela utilização do serviço	Prestação de serviços	No momento da prestação de serviços
Aluguer de equipamento	Prestação de serviços	No período do aluguer
Venda de equipamento	Vendas de mercadorias	No momento da venda
Penalidades impostas aos clientes	Outras receitas	No momento do recebimento

q) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio da data da transacção. Na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é efectuada a actualização cambial de activos e passivos, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados do período em que foram determinadas. As variações cambiais geradas em itens não monetários, incluindo o *goodwill*, e em itens monetários que constituam extensão do investimento e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, são reconhecidos directamente no capital próprio na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", sendo apresentadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

A conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de câmbio vigente à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, para a conversão dos activos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados;
- Taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações); e
- Taxa de câmbio histórica, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão são incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", e são apresentadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. De acordo com a IAS 21, quando ocorre uma redução no investimento da Portugal Telecom numa entidade estrangeira, através da venda ou reembolso de capital, o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial é transferido para a Demonstração Consolidada de Resultados, de forma proporcional à redução ocorrida no investimento.

O Grupo optou por utilizar a excepção prevista no IFRS 1, transferindo o montante relativo a variações cambiais acumuladas até à data da transição, contabilizado na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" em 1 de Janeiro de 2004, para a rubrica de "Resultados transitados". A partir de 1 de Janeiro de 2004, o Grupo começou a registar directamente no capital próprio as variações cambiais permitidas pelos IFRS, passando as variações cambiais geradas após a data de transição a ser reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados apenas na data da alienação dos respectivos investimentos financeiros.

r) Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo quando incorridos. O Grupo não capitaliza os encargos financeiros, ainda que relacionados com empréstimos incorridos na aquisição, construção ou produção de um activo, uma vez que o período de construção dos activos tangíveis e intangíveis é relativamente curto (Nota 4).

s) Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica de "Dívida de curto prazo".

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de benefícios de reforma, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, pagamento de rendas de locações e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, compra e venda de acções próprias e pagamento de dividendos.

t) Eventos subsequentes (Nota 46)

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data da referida demonstração são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS, o Conselho de Administração da Portugal Telecom utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

- a) Benefícios de reforma – O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias actuariais, as quais utilizam determinados pressupostos actuariais. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 9. A Empresa tem como política rever periodicamente os principais pressupostos actuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.
- b) Análise de imparidade do *goodwill* – A Portugal Telecom testa anualmente o *goodwill* com o objectivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projecções de fluxos de caixa esperados e a estimativa de uma taxa de desconto apropriada para cada unidade geradora de caixa.
- c) Valorização e vida útil de activos intangíveis e tangíveis – A Portugal Telecom utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos activos intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de empresas, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos activos. A Portugal Telecom também utilizou estimativas de forma a calcular a vida útil dos activos tangíveis.
- d) Reconhecimento de provisões e ajustamentos – A Portugal Telecom é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efectuou um julgamento para determinar o reconhecimento de eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 45). Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.
- e) Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros – A Portugal Telecom escolhe o método de avaliação que considera apropriado para os instrumentos financeiros não cotados num mercado activo com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos activos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado.
- f) Determinação do valor de mercado dos activos reconhecidos de acordo com o modelo de reavaliação – A Portugal Telecom utilizou o modelo da reavaliação para mensurar o valor contabilístico de determinadas classes de activos. Para determinar o valor reavaliado desses activos, a Empresa utilizou o método do custo de reposição no caso da rede de condutas e o valor de mercado no caso dos imóveis. Estes métodos implicaram a utilização de determinados pressupostos relativos ao custo de construção das condutas e de indicadores específicos relacionados com o mercado imobiliário, conforme explicado em maior detalhe na Nota 33.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto pelo IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS E ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, entraram em vigor as seguintes normas, normas revistas e interpretações aplicáveis à Portugal Telecom:

- A norma IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras foi revista em Setembro de 2007 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009. Além de determinados requisitos, com os quais a Portugal Telecom já cumpria no último relatório anual, uma vez que os mesmos eram permitidos ao abrigo da versão anterior desta norma, a revisão desta norma implicou as seguintes alterações que a Portugal Telecom efectuou nestas demonstrações financeiras consolidadas: (1) incluir uma demonstração financeira adicional divulgando todas as variações no capital próprio, informação que era apresentada no último relatório anual nas notas às demonstrações financeiras consolidadas; e (2) alterações de certos títulos das demonstrações financeiras, nomeadamente de “Balanço Consolidado” para “Demonstração Consolidada da Posição financeira” e de “Demonstração dos Ganhos e Perdas Reconhecidos” para “Demonstração Consolidada do Rendimento Integral”.
- A norma IAS 23 Custos de Financiamento foi revista em Março de 2007 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009. A revisão desta norma removeu a opção de reconhecer imediatamente como despesa os custos de financiamento decorrentes da construção ou aquisição de activos que necessitem de um prazo significativo para ficarem disponíveis para uso ou alienação. A adopção desta norma não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que o período de construção dos seus activos tangíveis e intangíveis é relativamente curto.
- A norma IFRS 8 Segmentos Operacionais foi emitida em Novembro de 2006 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009, substituindo a norma IAS 14 anteriormente em vigor. Esta nova norma requer a identificação de segmentos operacionais com base em relatórios internos revistos regularmente pela gestão com o intuito de alocar recursos ao segmento e avaliar a sua performance. O reporte por segmentos no último relatório anual da Portugal Telecom já era consistente com esta nova norma, pelo que a adopção da mesma não teve qualquer impacto nos resultados e posição financeira dos segmentos.
- A interpretação IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes foi emitida em Junho de 2007 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2008. O Grupo opera programas de fidelização para alguns dos seus clientes, ao abrigo dos quais, em função do consumo, os clientes têm direito a pontos de fidelização que podem ser trocados por equipamentos, acessórios e descontos em subsequentes aquisições de serviços de telecomunicações móveis. Até 31 de Dezembro de 2008, a Portugal Telecom contabilizava estas transacções reconhecendo como receita o montante total recebido pelo tráfego consumido e registando um passivo para fazer face ao custo estimado decorrente da utilização dos pontos atribuídos. Esta interpretação requer que estas transacções sejam contabilizadas como transacções contendo múltiplos elementos, pelo que o montante recebido inicialmente deve ser alocado entre a receita relativa ao tráfego consumido e os pontos que o cliente obteve. Desta forma, no seguimento da adopção desta interpretação em 1 de Janeiro de 2009, a Portugal Telecom reconheceu uma receita diferida a valor de mercado, em vez de registar uma provisão como anteriormente. Conforme previsto na norma IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros, esta interpretação foi aplicada de forma retrospectiva, pelo que foram efectuadas as seguintes alterações às demonstrações da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e à Demonstração Consolidada dos Resultados consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, anteriormente divulgadas:

EUROS

Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 1 de Janeiro de 2008	Antes da adopção do IFRIC 13	Impactos da adopção do IFRIC 13	Demonstração reexpressa
Activo			
Activos por impostos diferidos	992.880.357	(659.218)	992.221.139
Outros activos	12.129.290.529	-	12.129.290.529
Total do activo	13.122.170.886	(659.218)	13.121.511.668
Passivo			
Proveitos diferidos correntes	286.056.467	45.894.085	331.950.552
Provisões correntes	123.340.200	(48.381.701)	74.958.499
Outros passivos	10.630.964.031	-	10.630.964.031
Total do passivo	11.040.360.698	(2.487.616)	11.037.873.082
Capital próprio excluindo interesses minoritários	1.338.221.897	1.828.398	1.340.050.295
Interesses minoritários	743.588.291	-	743.588.291
Total do capital próprio	2.081.810.188	1.828.398	2.083.638.586
Total do capital próprio e do passivo	13.122.170.886	(659.218)	13.121.511.668

EUROS

Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2008	Antes da adopção do IFRIC 13	Impactos da adopção do IFRIC 13	Demonstração reexpressa
Activo			
Activos por impostos diferidos	1.031.431.805	1.292.174	1.032.723.979
Outros activos	12.681.671.323	-	12.681.671.323
Total do activo	13.713.103.128	1.292.174	13.714.395.302
Passivo			
Proveitos diferidos correntes	305.392.739	57.229.629	362.622.368
Provisões correntes	124.567.576	(52.353.496)	72.214.080
Outros passivos	12.083.322.032	-	12.083.322.032
Total do passivo	12.513.282.347	4.876.133	12.518.158.480
Capital próprio excluindo interesses minoritários (i)	235.610.386	(3.583.959)	232.026.427
Interesses minoritários	964.210.395	-	964.210.395
Total do capital próprio	1.199.820.781	(3.583.959)	1.196.236.822
Total do capital próprio e do passivo	13.713.103.128	1.292.174	13.714.395.302

(i) O efeito nos capitais próprios excluindo interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2008 inclui um impacto positivo de 1.828.397 euros reportado a 1 de Janeiro de 2008 e um impacto negativo no resultado líquido do exercício de 2008 no montante de 5.412.357 euros.

EUROS

Demonstração Consolidada dos Resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	Antes da adopção do IFRIC 13	Impactos da adopção do IFRIC 13	Demonstração reexpressa
Receitas (redução nas prestações de serviços)	6.734.307.435	(13.420.575)	6.720.886.860
Custos operacionais (redução nas provisões e ajustamentos)	5.670.245.473	(6.056.824)	5.664.188.649
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	1.064.061.962	(7.363.751)	1.056.698.211
Resultados financeiros	(129.496.695)	-	(129.496.695)
Imposto sobre o rendimento	(233.331.156)	1.951.394	(231.379.762)
Resultado líquido	701.234.111	(5.412.357)	695.821.754
Atribuível a interesses minoritários	119.721.635	-	119.721.635
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	581.512.476	(5.412.357)	576.100.119
Resultado líquido por acção			
Básico	0,64	(0,01)	0,64
Diluído	0,63	(0,01)	0,62

De acordo com a norma IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras revista, e no seguimento da adopção desta nova política contabilística de forma retrospectiva, a Portugal Telecom divulgou uma demonstração adicional da posição financeira consolidada em 1 de Janeiro de 2008, reexpressando os impactos da adopção desta política contabilística. Adicionalmente, a Portugal Telecom divulgou as notas àquela data que foram alteradas decorrente da adopção desta nova política contabilística.

Além das normas acima referidas, outras normas e interpretações, bem como algumas alterações pouco significativas em diversas normas, entraram em vigor no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, mas não são aplicáveis à Empresa ou não tiveram impacto material nas suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, à data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as seguintes normas e interpretações, ainda não adoptadas pela Portugal Telecom, tinham sido emitidas pelo IASB e pelo IFRIC (algumas das quais ainda não aprovadas pela União Europeia), mas a sua aplicação é apenas obrigatória em exercícios futuros:

- IAS 27 (revista) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais, IAS 28 (revista) Investimentos em associadas, IFRS 3 (revista) Concentrações de actividades empresariais e IAS 31 (revista) Interesses em *joint ventures* foram emitidas em Janeiro de 2008 e são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009. O impacto da adopção destas normas ainda não foi completamente avaliado pela Empresa, mas, de acordo com as normas de transição, não existe impacto nos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2009 decorrente de transacções já ocorridas no passado.
- IAS 39 (revista) Instrumentos financeiros foi emitida em Julho de 2008 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010. Esta norma foi revista em relação ao reconhecimento e mensuração de itens de cobertura. O impacto da adopção desta norma revista ainda não foi completamente avaliado pela Portugal Telecom.
- IFRIC 17 Distribuição de activos não monetários aos accionistas foi emitida em Novembro de 2008 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009. A Empresa não estima qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras em resultado da adopção desta interpretação.
- IFRS 1 (revista) Adopção pela primeira vez das IFRS foi revista em Novembro de 2008 e em Julho de 2009 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010. A Empresa não estima qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras em resultado da adopção desta norma.
- IFRIC 9 (revista) Reavaliação dos derivados embutidos e IAS 39 (revista) Instrumentos financeiros foram emitidas em Março de 2009 e são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 30 de Junho de 2009. Esta interpretação e esta norma foram revistas em relação ao tratamento contabilístico dos derivados embutidos aquando da reclassificação de instrumentos financeiros. O impacto da adopção desta interpretação e desta norma revista ainda não foi completamente avaliado pela Portugal Telecom.
- IFRS 2 (revista) Pagamentos com base em acções foi emitida em Junho de 2009 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010. A Empresa não estima qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras em resultado da adopção desta norma revista.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e tendo por base a melhor informação disponível, a Portugal Telecom reviu algumas estimativas relativas a vidas úteis económicas de determinados equipamentos terminais e activos de infra-estrutura, ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa e custos com o desmantelamento de activos de infra-estrutura. O impacto desta revisão de estimativas foi reconhecido de forma prospectiva, tendo o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 sido positivamente impactado em 20,2 milhões de euros.

5. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao euro:

Moeda	2009	2008
Coroa dinamarquesa	7,4418	7,4506
Coroa norueguesa	8,3000	9,7500
Coroa sueca	10,252	10,87
Dirham marroquino	11,348	11,2665
Dobra de S. Tomé e Príncipe	24.108,6	21.468,6
Dólar australiano	1,6008	2,0274
Dólar canadiano	1,5128	1,6998
Dólar namibiano	10,666	13,0667
Dólar de Hong Kong	11,1709	10,7858
Dólar dos EUA	1,4406	1,3917
Escudo de Cabo Verde	110,2650	110,2650
Forint húngaro	270,4200	266,7000
Franco CFA	655,9570	655,9570
Franco suíço	1,4836	1,485
Iene japonês	133,1600	126,1400
Libra esterlina	0,8881	0,9525
Metical de Moçambique	44,1500	35,2500
Pataca de Macau	11,506	11,1094
Peso argentino	5,4695	4,8065
Pula de Botsuana	9,5721	10,4639
Rand da África Sul	10,666	13,0667
Real do Brasil	2,5113	3,2436
Xelim queniano	109,3415	108,8309
Xelim ugandês	2,758,8	2,703,4
Yuan Renmimbi da China	9,835	9,4956

Nos exercícios de 2009 e 2008, as demonstrações dos resultados das empresas controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médias relativamente ao euro:

Moeda	2009	2008
Dirham marroquino	11,2674	11,3652
Dólar namibiano	11,6737	12,0590
Dobra de S. Tomé e Príncipe	22.589,9	21.697,5
Dólar dos EUA	1,3948	1,4708
Escudo de Cabo Verde	110,2650	110,2650
Forint húngaro	280,33	251,51
Franco CFA	655,9570	655,9570
Franco suíço	1,51	1,5874
Metical de Moçambique	38,6638	35,6554
Pataca de Macau	11,1291	11,8018
Peso argentino	5,209	4,6655
Pula de Botsuana	9,8529	9,9043
Real do Brasil	2,7674	2,6737
Xelim queniano	107,8317	101,5914
Xelim ugandês	2.817,9	2.537,8
Yuan Renmimbi da China	9,4496	10,2236

6. RECEITAS OPERACIONAIS

As receitas operacionais consolidadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 repartem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2009	2008
Rede fixa (Nota 7.a)	1.796.502.317	1.805.554.846
Prestações de serviços (Nota 3.p) (i)	1.733.800.680	1.726.999.775
Retalho	970.135.390	952.250.863
Serviços a operadores (<i>wholesale</i>)	371.385.586	386.758.739
Dados e soluções empresariais	295.094.607	279.492.290
Outras	97.185.097	108.497.883
Vendas (ii)	42.531.397	50.529.449
Outras receitas (iii)	20.170.240	28.025.622
Móvel Portugal - TMN (Nota 7.b)	1.460.211.966	1.512.399.511
Prestações de serviços (Nota 3.p) (iv)	1.313.541.732	1.355.901.064
Facturação	1.195.642.923	1.188.194.775
Interligação	117.898.809	167.706.289
Vendas (ii)	134.378.318	148.515.391
Outras receitas (iii)	12.291.916	7.983.056
Móvel Brasil - Vivo (Nota 7.c)	3.137.292.213	3.033.774.411
Prestações de serviços (Nota 3.p) (v)	2.832.352.313	2.670.442.921
Vendas (ii)	234.733.675	293.315.323
Outras receitas (iii)	70.206.225	70.016.167
Outros (vi)	390.674.114	369.158.092
Prestações de serviços	374.029.133	348.756.842
Vendas	11.251.415	16.302.138
Outras receitas	5.393.566	4.099.112
	6.784.680.610	6.720.886.860

(i) O aumento da contribuição do segmento de Rede Fixa para as receitas consolidadas é essencialmente explicado pelo crescimento das receitas do retalho, em resultado do forte crescimento da performance do *triple-play* e da boa performance dos serviços de dados e soluções empresariais, o que mais que compensou a redução das receitas com os serviços a operadores, com o decréscimo das receitas de tráfego a ser parcialmente compensado pelo crescimento do aluguer das linhas.

(ii) Estas rubricas incluem essencialmente vendas de equipamentos terminais (telefones fixos, *modems* e *tv boxes*) da rede fixa e equipamentos terminais móveis na TMN e na Vivo.

(iii) As outras receitas operacionais incluem essencialmente receitas de publicidade dos portais e das listas telefónicas, no negócio de rede fixa; benefícios de penalidades contratuais aplicadas a clientes, aluguer de equipamento, de espaços e de outras infra-estruturas próprias e receitas provenientes de estudos, projectos e assistência técnica.

(iv) A redução na contribuição do segmento móvel doméstico para as receitas consolidadas é explicada essencialmente pelo decréscimo das receitas de interligação, devido à diminuição das taxas de terminação móvel, o que mais que compensou o contínuo crescimento das receitas de cliente.

(v) O aumento desta rubrica é explicado essencialmente pelo contínuo crescimento do número de clientes da Vivo e, a uma menor escala, pelo impacto da consolidação da Telemig, a qual em 2008 foi consolidada a partir de 1 de Abril. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do Real face ao euro.

(vi) Esta rubrica respeita às prestações de serviços efectuadas essencialmente pelas empresas MTC (operador móvel na Namíbia), Dedic (operador de *call centre* no Brasil), Cabo Verde Telecom e Timor Telecom (operador de telecomunicações).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as receitas operacionais por mercado geográfico são conforme segue:

	EUROS	
	2009	2008
Operações domésticas	3.320.861.777	3.386.605.817
Brasil	3.240.149.190	3.111.496.955
Outros países e eliminações	223.669.643	222.784.088
	6.784.680.610	6.720.886.860

7. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Como divulgado na Nota 4, a Portugal Telecom adoptou a IFRS 8 Segmentos Operacionais desde 1 de Janeiro de 2009. A identificação dos segmentos operacionais com base nesta nova norma é consistente com o reporte por segmentos efectuado nas demonstrações financeiras anuais de 31 de Dezembro de 2008.

A forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo PT é a natureza dos serviços prestados e o tipo de tecnologia utilizada nas diversas empresas operacionais do Grupo. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada. Desta forma, foram identificados os seguintes segmentos de negócio em 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

a) Rede Fixa (incluindo retalho, serviços a operadores e dados e soluções empresariais);

b) Móvel Portugal (TMN);

c) Móvel – Brasil (Vivo).

No que se refere aos negócios móveis, o Grupo PT estabeleceu dois segmentos distintos, “Móvel – Portugal” e “Móvel – Brasil”, devido às diferenças existentes relacionadas com as licenças, regulação e com as condições dos mercados. Os mercados de telecomunicações em Portugal e no Brasil apresentam diferenças significativas em termos de ambiente económico e regulatório, classes de clientes, fornecedores e estratégias de *marketing*, o que vem reforçar ainda mais a decisão da Portugal Telecom de estabelecer estes dois negócios separadamente.

No seguimento da adopção da IFRIC 13 Programa de Fidelização de Clientes, as demonstrações dos resultados e demonstrações de posição financeira anteriormente divulgadas para o negócio móvel doméstico e para o negócio móvel no Brasil foram reapresentadas para reflectir os impactos da adopção da IFRIC 13 a partir de 1 de Janeiro de 2009, conforme explicado na Nota 4.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é conforme segue.

a) Rede Fixa

A Demonstração Consolidada dos Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 para este segmento de negócio, é como segue:

	EUROS	
	2009	2008
RECEITAS		
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 6)	1.733.800.680	1.726.999.775
Prestações de serviços - intragrupo	132.892.095	114.112.005
Vendas - clientes externos (Nota 6)	42.531.397	50.529.449
Vendas - intragrupo	708.860	438.888
Outras receitas - clientes externos (Nota 6)	20.170.240	28.025.622
Outras receitas - intragrupo	17.686.520	11.316.331
	1.947.789.792	1.931.422.070
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)		
Custos com o pessoal	233.288.774	226.740.890
Custos com benefícios de reforma, líquidos (i)	89.562.000	44.674.000
Custos directos dos serviços prestados	409.025.928	390.866.407
Custos comerciais (ii)	117.986.621	112.534.990
Fornecimentos e serviços externos e outras despesas (iii)	387.872.724	314.139.899
Amortizações (iv)	434.675.795	365.727.038
Custos com o programa de redução de efectivos (v)	13.682.630	98.216.329
Ganhos com a alienação de activos fixos, líquidos	(905.203)	(12.393.382)
Outros custos, líquidos	32.760.380	15.416.433
	1.717.949.649	1.555.922.604
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	229.840.143	375.499.466
Juros suportados, líquidos	8.117.700	7.272.413
Perdas com variações cambiais, líquidas	(494.887)	976.687
Ganhos em activos financeiros e outros investimentos, líquidos	(1.250.982)	(2.217.071)
Outros custos financeiros, líquidos	4.977.599	1.847.561
	11.349.430	7.879.590
Resultado antes de impostos	218.490.713	367.619.876
Menos: Imposto sobre o rendimento	46.952.357	93.016.774
RESULTADO LÍQUIDO	171.538.356	274.603.102

(i) O aumento dos custos com benefícios de reforma é essencialmente explicado pela redução na rentabilidade esperada dos activos dos planos, basicamente devido à diminuição no valor de mercado dos activos dos fundos ocorrida em 2008, conforme detalhado na Nota 9.

(ii) Esta rubrica inclui os custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com *marketing* e publicidade.

(iii) O aumento nesta rubrica é explicado basicamente pelo crescimento dos custos com *call centre* e outros serviços de suporte relacionados com o serviço IPTV.

(iv) O aumento das amortizações é explicado essencialmente pelo impacto da reavaliação das condutas e de alguns bens imobiliários realizada em 2008 e pelo aumento dos investimentos em activos tangíveis e intangíveis em 2009.

(v) Os custos com o programa de redução de efectivos em 2009 e 2008 correspondem a uma redução de 60 e 357 empregados, respectivamente.

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	EUROS	
	2009	2008
Activo	4.818.565.262	4.861.279.389
Passivo	3.285.095.374	3.397.827.879

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi de 565 milhões de euros e 403 milhões de euros, respectivamente. Este aumento está relacionado essencialmente com o desenvolvimento do FTTH, que permite maior largura de banda tanto para os clientes residenciais como para os empresariais, e com o investimento nos serviços de IPTV.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de empregados afectos a este segmento era de 6.450 e de 6.183, respectivamente.

b) Móvel – Portugal

A Demonstração Consolidada dos Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 para este segmento de negócio, é como segue:

	EUROS	
	2009	2008
RECEITAS		
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 6) (i)	1.313.541.732	1.355.901.064
Prestações de serviços - intragrupo (i)	46.442.424	68.984.766
Vendas - clientes externos (Nota 6)	134.378.318	148.515.391
Vendas - intragrupo	9.736.620	10.852.890
Outras receitas - clientes externos (Nota 6)	12.291.916	7.983.056
Outras receitas - intragrupo	1.406.928	1.319.616
	1.517.797.938	1.593.556.783
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)		
Custos com o pessoal	48.344.596	51.872.515
Custos directos dos serviços prestados (i)	259.446.232	279.283.764
Custos comerciais (ii)	276.588.055	323.899.826
Fornecimentos e serviços externos e outras despesas	259.309.842	256.617.923
Amortizações	220.937.464	231.710.488
Custos com a redução de efectivos	-	155.411
Perdas (ganhos) com a alienação de activos fixos, líquidas	(463.559)	1.055.927
Outros custos, líquidos	8.919.558	4.806.480
	1.073.082.188	1.149.402.334
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	444.715.750	444.154.449
Juros suportados, líquidos	9.723.462	15.040.940
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	(111.026)	(670.145)
Ganhos em empresas participadas, líquidos	(1.043)	(1.824)
Outros custos financeiros, líquidos	829.594	816.573
	10.440.987	15.185.544
Resultado antes de impostos	434.274.763	428.968.905
Menos: Imposto sobre o rendimento	113.545.234	114.151.043
Resultado líquido	320.729.529	314.817.862

(i) A redução das prestações de serviços e dos custos directos é essencialmente explicada pela diminuição das tarifas de interligação.

(ii) Esta rubrica inclui os custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com *marketing* e publicidade. A redução ocorrida em 2009 é essencialmente explicada pela diminuição dos custos com mercadorias vendidas, em linha com a diminuição nas vendas.

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	EUROS	
	2009	2008
Activo	2.614.282.536	2.641.730.305
Passivo	1.413.215.127	1.533.406.772

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi de 180 milhões de euros e 245 milhões de euros, respectivamente. A diminuição no investimento da TMN é essencialmente explicado pelo investimento ocorrido em 2008 no contínuo desenvolvimento da rede 3G/3,5G, quer em termos de capacidade quer em termos de cobertura, que resultou na melhoria da qualidade dos serviços móveis de voz e dados em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de empregados afectos a este segmento é de 1.004 e de 1.082, respectivamente.

c) Móvel – Brasil

A Demonstração Consolidada dos Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 para este segmento de negócio, que inclui os resultados da Telemig apenas a partir de 1 de Abril de 2008 (Nota 2), é como segue:

	EUROS	
	2009	2008
RECEITAS		
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 6)	2.832.352.313	2.670.442.921
Prestações de serviços - intra-grupo	731.315	114.084
Vendas - clientes externos (Nota 6)	234.733.675	293.315.323
Vendas - intra-grupo	3.039	1.907
Outras receitas - clientes externos (Nota 6)	70.206.225	70.016.167
Outros receitas - intra-grupo	48.527	410.362
	3.138.075.094	3.034.300.764
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)		
Custos com o pessoal	160.957.440	144.112.660
Custos directos dos serviços prestados (i)	613.445.841	566.273.589
Custos comerciais (ii)	721.675.466	795.225.308
Fornecimentos e serviços externos e outras despesas	694.762.670	696.200.699
Amortizações (iii)	719.336.520	620.883.409
Perdas (ganhos) com a alienação de activos fixos	1.547.269	(1.206.634)
Outros custos, líquidos	4.043.389	7.426.882
	2.915.768.595	2.828.915.913
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	222.306.499	205.384.851
Juros suportados, líquidos	74.788.525	66.951.080
Perdas com variações cambiais, líquidos	1.235.862	12.101.326
Ganhos em activos financeiros e outros investimentos, líquidos	-	(7.195.447)
Outros custos financeiros, líquidos	37.212.456	25.221.682
	113.236.843	97.078.641
Resultado antes de impostos	109.069.656	108.306.210
Menos: Imposto sobre o rendimento (iv)	48.211.356	26.620.135
Resultados líquido do exercício	60.858.300	81.686.075

(i) O crescimento nos custos directos reflecte o aumento nos custos de interligação e nos custos de aluguer relacionados com 3G, e também o impacto da consolidação da Telemig (20 milhões de euros), cujos efeitos mais que compensaram o impacto da desvalorização do Real (21 milhões de euros).

(ii) A diminuição nesta rubrica, que inclui os custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com *marketing* e publicidade, está basicamente relacionada com a redução dos custos com as mercadorias vendidas, situação que está em linha com a diminuição ocorrida nas vendas.

(iii) O aumento nas amortizações é essencialmente explicado pela aquisição da Telemig e por taxas mais elevadas de amortização da rede CDMA, no seguimento do desenvolvimento dos serviços GSM, cujos efeitos mais que compensaram o impacto da desvalorização do Real.

(iv) Em 2009, esta rubrica inclui a reversão de um imposto diferido activo no montante de 13.441.476 euros (Nota 19) relativo a prejuízos fiscais de anos anteriores, os quais já não podem vir a ser utilizados em resultado da operação de fusão da Telemig Celular Participações por incorporação dos seus activos e passivos na Vivo Participações.

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos exercícios de 2009 e 2008 foi de 421 milhões de euros e 510 milhões de euros, respectivamente. Em 2009, o investimento da Vivo foi direccionado para: (1) o aumento da cobertura e capacidade da rede para fazer face ao crescimento sentido pela Vivo, nomeadamente nas redes GSM / EDGE, (2) o aumento da capacidade das redes WCDMA / HSUPA, (3) a expansão da capacidade da rede nos estados do Nordeste no seguimento do serviço lançado em Outubro de 2008, e (4) a contínua melhoria da qualidade da rede para cumprir com os requisitos estabelecidos pelo regulador local. Adicionalmente, em Abril de 2008, a Vivo adquiriu licenças 3G pelo montante total de 227 milhões de euros (Nota 32).

O detalhe do activo e passivo da Vivo, que foi consolidado proporcionalmente (50%), apresenta os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

EUROS		
	2009	2008
Activos correntes	1.215.622.389	1.200.612.709
Activos intangíveis	2.973.562.598	2.434.650.902
Activos tangíveis	1.305.840.206	1.134.912.418
Activos por impostos diferidos	418.299.379	319.922.814
Outros activos não correntes	236.379.670	178.345.766
Total do activo	6.149.704.241	5.268.444.609
Passivos correntes	1.273.655.294	1.329.437.637
Dívida de médio e longo prazo	831.134.229	697.031.576
Outros passivos não correntes	239.581.308	206.519.305
Total do passivo	2.344.370.830	2.232.988.518

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de empregados afectos a este segmento (50% da Vivo) é de 5.299 e de 4.193, respectivamente, sendo o aumento essencialmente explicado pela inclusão da Telemig.

d) Reconciliação das receitas, do resultado líquido, dos activos e dos passivos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a reconciliação entre o total das receitas por segmento e o total das receitas consolidadas é como segue:

EUROS		
	2009	2008
Relativas aos segmentos reportados	6.603.662.824	6.559.279.617
Relativas a outras operações (i)	913.316.203	794.664.150
Eliminação das operações intragrupo	(732.298.417)	(633.056.907)
Total das receitas consolidadas	6.784.680.610	6.720.886.860

(i) O aumento das receitas relativo a outras operações está essencialmente relacionado com a MTC (operador móvel na Namíbia), Dedic (operador de *call centre* no Brasil), Cabo Verde Telecom e Timor Telecom (operador de telecomunicações).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a reconciliação entre o resultado líquido dos segmentos e o resultado líquido consolidado é como segue:

EUROS		
	2009	2008
Relativo aos segmentos reportados	553.126.185	671.107.039
Relativo a outras operações (i)	13.797.301	31.659.445
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados:		
Juros líquidos suportados com empréstimos a nível corporativo (ii)	(209.649.993)	(183.107.784)
Ganhos em activos financeiros e outros investimentos, líquidos	6.816.586	9.885.056
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iii)	456.042.502	170.973.573
Outros custos financeiros, líquidos (iii)	(9.123.280)	(7.103.765)
Imposto sobre o rendimento não incluído nos segmentos reportados (iv)	(24.500.206)	2.408.190
Resultado líquido (antes de interesses minoritários)	786.509.095	695.821.754

(i) A diminuição desta rubrica é essencialmente explicada pelo fim dos *fees* de gestão da Vivo desde Agosto de 2008.

(ii) Conforme explicado em maior detalhe na Nota 15, o aumento dos juros líquidos suportados relacionados com os empréstimos obtidos a nível corporativo é basicamente explicado pelo aumento da dívida líquida das operações domésticas, no seguimento da conclusão em 2008 do programa de compra de acções próprias.

(iii) O aumento nesta rubrica está principalmente relacionado com o ganho de 266.975.632 euros (Nota 30) registado em 2009 no seguimento da alienação do investimento na Médi Telecom.

(iv) A alteração desta rubrica é principalmente explicada pela melhoria dos resultados da Unitel, conforme referido na Nota 30, e pelo aumento nos ajustamentos à provisão para impostos sobre o rendimento de anos anteriores, conforme mencionado na Nota 19.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a reconciliação entre o activo dos segmentos e o total do activo consolidado é como segue:

EUROS		
	2009	2008
Activos relativos aos segmentos reportados	13.582.552.039	12.771.454.303
Activos relativos a outras operações e eliminações (i)	567.628.967	282.836.443
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados:		
Investimentos em empresas associadas e outros (i)	600.121.453	615.422.383
<i>Goodwill</i> (Nota 32)	80.903.872	44.682.173
Total dos activos consolidados	14.831.206.331	13.714.395.302

(i) O aumento dos activos relativos a outros segmentos é explicado principalmente pelo recebimento de 400 milhões de euros pela PT Móveis (Nota.43.d) em resultado da alienação do investimento na Médi Télécom. A redução dos investimentos em empresas associadas é principalmente explicado pelo impacto da alienação deste investimento, parcialmente compensado pelo aumento no valor contabilístico da Unitel.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a reconciliação entre o passivo dos segmentos e o total do passivo consolidado é como segue:

EUROS		
	2009	2008
Passivos relativos aos segmentos reportados	7.042.681.331	7.164.223.169
Passivos relativos a outras operações e eliminações	(542.498.349)	(56.681.570)
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados:		
Empréstimos obtidos a nível corporativo	5.946.253.972	5.410.616.881
Total dos passivos consolidados	12.446.436.954	12.518.158.480

O total do activo, passivo, activos tangíveis e intangíveis por mercados geográficos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, e o investimento em activos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresentam os seguintes valores:

EUROS					
			2009		
	Total do activo	Total do passivo	Activos tangíveis (Nota 33)	Activos intangíveis (Nota 32)	Investimento em activos tangíveis e intangíveis (ii)
Operações domésticas	7.572.669.425	9.812.169.068	3.364.025.037	971.717.936	770.797.561
Brasil (i)	6.431.529.888	2.388.647.021	1.342.322.233	2.983.072.436	440.200.617
Outros	827.007.018	245.620.865	155.867.502	91.879.847	57.297.727
	14.831.206.331	12.446.436.954	4.862.214.772	4.046.670.219	1.268.295.905

EUROS					
			2008		
	Total do activo	Total do passivo	Activos tangíveis (Nota 33)	Activos intangíveis (Nota 32)	Investimento em activos tangíveis e intangíveis (ii)
Operações domésticas	7.543.638.865	10.147.535.551	3.360.408.961	900.063.080	661.199.609
Brasil (i)	5.468.730.139	2.284.361.199	1.157.043.722	2.440.894.078	531.713.077
Outros	702.026.298	86.261.730	120.384.330	122.080.958	49.383.898
	13.714.395.302	12.518.158.480	4.637.837.013	3.463.038.116	1.242.296.584

(i) O aumento nos activos, passivos e activos tangíveis e intangíveis resulta essencialmente do impacto da valorização do Real face ao Euro em 2009.

(ii) Além dos investimentos em activos tangíveis e intangíveis reportados, a TMN reconheceu em 2009 compromissos adicionais relacionados com a licença de UMTS no montante de 11.500.000 euros (Nota 32) e, em 2008, a Vivo adquiriu licenças 3G pelo montante de 227.247.163 euros (Nota 32).

8. CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 repartem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2009	2008
Remunerações	529.667.516	470.706.968
Encargos sociais	123.427.138	107.634.961
Cuidados de saúde	14.078.602	12.979.075
Formação	8.522.737	9.082.267
Outros	17.538.585	16.194.037
	693.234.578	616.597.308

O aumento nos custos com pessoal é principalmente explicado pela maior contribuição da Vivo e da Dedic, operação de *call centre* da Portugal Telecom no Brasil.

9. CUSTOS COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

Conforme referido na Nota 3, a PT Comunicações e a PT SI são responsáveis por benefícios de reforma no âmbito de planos de benefícios definidos, que incluem o pagamento de pensões de reforma e complementos de pensões a empregados reformados e activos, o pagamento de cuidados de saúde após a idade da reforma e o pagamento de salários a empregados suspensos e pré-reformados.

Os estudos actuariais destes planos de benefícios de reforma, com referência a 31 de Dezembro de 2009, 2008 e 2007, foram elaborados com base no *Projected Unit Credit Method* e utilizando essencialmente os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	EUROS		
	2009	2008	2007
Pressupostos financeiros			
Taxa de desconto das responsabilidades com pensões e complementos	5,50%	5,75%	5,25%
Taxa de desconto das responsabilidades com salários de suspensos e pré-reformados	5,50%	5,75%	4,75%
Taxa de desconto das responsabilidades com cuidados de saúde	5,50%	5,75%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	1,75%	1,75%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	Em função do PIB	Em função do PIB	Em função do PIB
Factor de sustentabilidade da Segurança Social	Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de inflação	2,00%	1,75%	2,00%
Taxa de crescimento dos custos com saúde	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rendimento dos fundos	6,00%	6,00%	6,00%
Pressupostos demográficos			
Tábuas de mortalidade para os beneficiários activos:			
Homens	AM (92)	AM (92)	AM (92)
Mulheres	AF (92)	AF (92)	AF (92)
Tábuas de mortalidade para os beneficiários não activos:			
Homens	PA (90)m ajustada	PA (90)m ajustada	PA (90)m ajustada
Mulheres	PA (90)f ajustada	PA (90)f ajustada	PA (90)f ajustada
Tabela de Invalidez (<i>Swiss Reinsurance Company</i>)	25%	100%	100%
Empregados activos com cônjuges inscritos no plano	35%	50%	50%
Rotatividade dos empregados	Nula	Nula	Nula

As alterações nos pressupostos actuariais devem-se essencialmente a alterações ocorridas nas condições de mercado.

A taxa anual de desconto das responsabilidades foi estimada com base em taxas de rendimentos de longo prazo de obrigações de *rating* elevado à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira e com maturidades equiparáveis às das responsabilidades com pensões, salários e cuidados de saúde.

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de activos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de activos e em indicadores de mercados financeiros habitualmente considerados neste tipo de análises.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada de acordo com a política salarial definida pelo Grupo e o factor de sustentabilidade foi estabelecido em linha com informação do Governo Português.

Os pressupostos demográficos considerados pela Portugal Telecom têm por base as tábuas de mortalidade geralmente aceites para efeitos de valorização actuarial, com estas tabelas a serem ajustadas periodicamente de modo a reflectir a experiência de mortalidade ocorrida no universo fechado dos participantes nos planos.

Em 2009 e 2008, o impacto total das alterações nos pressupostos actuariais correspondeu a um ganho líquido de 1.660.464 euros e 232.309.178 (Nota 9.7), respectivamente, e foi reconhecido directamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

O impacto de um aumento (diminuição) de 25bp na taxa de desconto actuarial utilizada seria uma diminuição (aumento) das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 92 milhões de euros (97 milhões de euros) em 31 de Dezembro de 2009, enquanto o impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de crescimento dos custos com saúde seria um aumento (diminuição) das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 57 milhões de euros (47 milhões de euros) em 31 de Dezembro de 2009.

O impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de rentabilidade de longo prazo dos activos do fundo levaria a uma diminuição (aumento) dos custos com benefícios de reforma no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 em, aproximadamente, 22 milhões de euros, resultante do aumento (diminuição) da rentabilidade esperada dos activos dos fundos. O impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de crescimento dos custos com saúde levaria a um aumento (diminuição) dos custos com benefícios de reforma no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 em, aproximadamente, 4 milhões de euros (3 milhões de euros).

9.1. PENSÕES DE REFORMA E COMPLEMENTOS DE PENSÕES

Conforme referido na Nota 3.h, a PT Comunicações é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades, estimadas com base em cálculos actuariais, são as seguintes:

- a) Os reformados e empregados oriundos da Telecom Portugal ("Plano CGA") e contratados antes de 14 de Maio de 1992, têm direito a receber da PT Comunicações uma pensão de reforma. Os empregados contratados após essa data encontram-se abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.
- b) Os reformados e empregados oriundos dos TLP, contratados antes de 23 de Junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social.
- c) Os reformados e empregados oriundos da TDP, contratados antes de 23 de Junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social.
- d) Os reformados e empregados oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, SA ("Marconi", uma empresa incorporada na PT Comunicações em 2002), contratados antes de 1 de Fevereiro de 1998, têm direito a receber da Caixa Marconi uma pensão de reforma, bem como um complemento adicional ("Marconi Fundo Complementar"). Adicionalmente, a PT Comunicações contribui para o "Marconi Fundo de Melhoria" com 1,55% dos salários pagos a esses empregados, que é o responsável pelo pagamento do complemento adicional de pensão.
- e) No momento da reforma, a PT Comunicações paga uma gratificação de valor fixo a cada empregado, em função dos seus anos de serviço.

Os empregados contratados pela PT Comunicações ou alguma das suas empresas predecessoras após as datas acima indicadas não têm direito a estes benefícios, dado que se encontram abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

Os empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações ou da Marconi e que estavam abrangidos por algum dos planos de benefícios de reforma acima referidos mantêm tais benefícios.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os planos de pensões e complementos de pensões da PT Comunicações e da PT SI cobriam 32.184 e 32.284 beneficiários, respectivamente, dos quais aproximadamente 75% já não se encontram no activo em ambas as datas.

De acordo com os estudos actuariais, as responsabilidades com pensões e o valor de mercado dos fundos de pensões em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram como segue:

EUROS		
	2009	2008
Valor actual das responsabilidades projectadas com pensionistas, complementos de pensões e prémios	2.710.211.583	2.607.450.000
Valor de mercado dos fundos	(1.954.770.520)	(1.738.250.176)
Valor actual das responsabilidades não financiadas	755.441.063	869.199.824
Ganhos com serviços passados (i)	9.410.000	10.613.000
Valor actual das responsabilidades não financiadas (Nota 9.4)	764.851.063	879.812.824

(i) Esta rubrica está relacionada com ganhos com serviços passados resultantes das alterações nos benefícios dos planos de pensões relacionadas com direitos vincendos. Este montante será reconhecido em resultados durante o período estimado ao longo do qual esses benefícios serão usufruídos pelos empregados (9 anos).

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o movimento ocorrido nas responsabilidades projectadas com pensões foi como segue:

EUROS		
	2009	2008
Saldo inicial das responsabilidades projectadas	2.607.450.000	2.762.077.000
Pagamentos de benefícios e contribuições		
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 9.5)	(1.572.673)	(2.397.169)
Benefícios pagos pelos fundos	(166.239.122)	(164.189.714)
Contribuições dos empregados	11.329.546	7.748.553
Custos com pensões		
Custo com o serviço do período	5.042.000	7.704.000
Custo financeiro do período	145.201.520	141.121.000
Custos de curtailment	1.693.755	6.261.000
Ganho com serviços passados	-	(2.090.000)
Perdas (ganhos) actuariais	107.306.557	(148.784.670)
Saldo final das responsabilidades projectadas	2.710.211.583	2.607.450.000

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição do valor de mercado dos activos dos fundos de pensões era como segue:

EUROS				
	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Acções (i)	689.589.897	35,3%	728.143.762	41,9%
Obrigações (ii)	664.855.132	34,0%	572.620.504	32,9%
Imobiliário (iii)	256.729.054	13,1%	214.960.272	12,4%
Disponibilidades, contas a receber e outros activos (iv)	343.596.437	17,6%	222.525.638	12,8%
	1.954.770.520	100,0%	1.738.250.176	100,0%

(i) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui investimentos em acções da Portugal Telecom (33 milhões de euros) e em acções de determinadas partes relacionadas, nomeadamente a Telefónica (174 milhões de euros) e Banco Espírito Santo (140 milhões de euros).

(ii) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui investimentos em obrigações da Portugal Telecom no montante de 28 milhões de euros.

(iii) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui imóveis arrendados ao Grupo que representam mais de 95% do valor das propriedades de investimento detidas pelos fundos, incluindo uma contribuição em espécie efectuada pela PT Comunicações em 2009 de diversos imóveis pelo montante de 33 milhões de euros.

(iv) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui investimentos num fundo de capital de risco gerido pelo Banco Espírito Santo (2 milhões de euros).

A Portugal Telecom está igualmente exposta ao risco de alterações no justo valor dos activos dos fundos associados aos planos de benefícios definidos de reforma. O principal propósito da política de investimento é a manutenção do capital através de cinco princípios base: (1) diversificação; (2) imputação estratégica estável dos activos e balanceamento disciplinado; (3) menor exposição a flutuações de moeda; (4) instrumentos especializados para cada classe de activos; e (5) controlo de custos.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor de mercado dos activos dos fundos de pensões foi como segue:

EUROS		
	2009	2008
Saldo inicial dos activos dos fundos de pensões	1.738.250.176	2.316.814.232
Rendimento real dos fundos	262.652.024	(520.585.247)
Pagamento de benefícios	(166.239.122)	(164.189.714)
Contribuições efectuadas pela Empresa (Nota 9.5) (i)	108.777.896	98.462.352
Contribuições dos empregados	11.329.546	7.748.553
Saldo final dos activos dos fundos de pensões	1.954.770.520	1.738.250.176

(i) Em 2009 e 2008, esta rubrica inclui 33.036.928 euros (Nota 33) e 37.300.000 euros (Nota 33), respectivamente, relativos a contribuições em espécie de determinados imóveis. As restantes contribuições no montante de 75.740.968 euros e 61.162.352 euros (Nota 9.4), respectivamente, foram efectuadas em numerário.

A composição do custo com pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é como segue:

EUROS		
	2009	2008
Custo com o serviço do período	5.042.000	7.704.000
Custo financeiro do período	145.201.520	141.121.000
Rendimento estimado dos fundos	(108.686.000)	(137.793.000)
Ganhos com serviços passados (i)	(1.085.000)	(1.026.000)
Custo corrente (Nota 9.6)	40.472.520	10.006.000
Custos de <i>curtailment</i>	1.693.755	6.261.000
Ganhos com serviços passados (amortização extraordinária)	(118.000)	(111.000)
Custo de <i>curtailment</i> (Nota 9.6)	1.575.755	6.150.000
Custo total com pensões	42.048.275	16.156.000

(i) Em 2009 e 2008, esta rubrica corresponde à amortização anual dos ganhos com serviços passados diferidos em anos anteriores.

Os ganhos e perdas actuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos directamente no capital próprio, e apresentados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento nas perdas actuariais acumuladas líquidas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, foi como segue:

EUROS		
	2009	2008
Saldo inicial	1.574.923.788	1.065.330.211
Alteração de pressupostos actuariais (Nota 9.7)	52.082.837	(176.486.449)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais (Nota 9.7):		
Relacionados com as responsabilidades	55.223.720	27.701.779
Relacionados com os activos dos fundos	(153.966.024)	658.378.247
Saldo final (Nota 40.5)	1.528.264.321	1.574.923.788

As diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais relacionados com as responsabilidades resultam essencialmente de os aumentos salariais serem superiores ao pressuposto utilizado.

9.2. CUIDADOS DE SAÚDE

Conforme referido na Nota 3.i, a PT Comunicações é responsável pelo financiamento dos Planos de Saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis. A prestação dos serviços de assistência médica é efectuada pela PT-ACS, que foi constituída com o único objectivo de proceder à gestão corrente do Plano de Saúde.

Este Planos de Saúde patrocinados pela PT Comunicações abrangem todos os empregados contratados pela PT Comunicações até 31 de Dezembro de 2000 e os empregados contratados pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998. Alguns empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações são igualmente cobertos por este plano. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os Planos de Saúde da PT Comunicações e da PT SI abrangiam 25.127 e 27.220 beneficiários, respectivamente, dos quais aproximadamente 75% já não se encontram no activo em ambas as datas.

O financiamento do Plano de Saúde é garantido pelas contribuições definidas dos beneficiários titulares para a PT-ACS, sendo o remanescente garantido pela PT Comunicações que, em 2004, constituiu um fundo autónomo para o efeito.

Com base nos estudos actuariais, as responsabilidades projectadas com cuidados de saúde, o valor actual do fundo autónomo e os ganhos com serviços passados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são como segue:

EUROS		
	2009	2008
Valor actual das responsabilidades projectadas	335.261.865	426.325.003
Valor de mercado do fundo autónomo	(414.753.964)	(393.396.360)
Responsabilidades não financiadas líquidas / (Excesso de financiamento)	(79.492.099)	32.928.643
Ganhos com serviços passados (i)	13.952.000	14.817.000
Valor actual das responsabilidades não financiadas líquidas (Nota 9.4)	(65.540.099)	47.745.643

(i) Este montante respeita ao ganho com serviços passados decorrente das alterações relativas aos benefícios do Plano de Saúde ocorridas em 2006 que ainda não se encontram vencidos, que foi diferido e será reconhecido em resultados durante o período estimado em que esses benefícios sejam adquiridos pelos colaboradores (16 anos).

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor actual das responsabilidades projectadas foi como segue:

EUROS		
	2009	2008
Saldo inicial das responsabilidades projectadas	426.325.003	455.308.816
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 9.5)	(23.005.413)	(23.581.758)
Custos com pensões		
Custo com o serviço do período	1.783.000	2.304.000
Custo financeiro do período	23.867.000	23.365.000
Custos de <i>curtailment</i>	-	4.132.000
Perdas (ganhos) actuariais	(93.707.725)	(35.203.055)
Saldo final das responsabilidades projectadas	335.261.865	426.325.003

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição do fundo autónomo afecto à cobertura de responsabilidades com cuidados de saúde, por natureza de investimentos, era como segue:

EUROS				
	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Acções	84.240.162	20,3%	88.905.003	22,6%
Obrigações (i)	218.278.019	52,6%	207.167.934	52,7%
Disponibilidades, contas a receber e outros activos (ii)	112.235.783	27,1%	97.323.423	24,7%
	414.753.964	100,0%	393.396.360	100,0%

(i) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui investimentos em obrigações da Portugal Telecom no montante de 35 milhões de euros.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui investimentos nos fundos de capital de risco *Ongoing International Capital Markets* e *Ongoing International Private Equity* no montante total de 77 milhões de euros, os quais são geridos pela *Ongoing International*.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor de mercado dos activos deste fundo foi como segue:

EUROS		
	2009	2008
Saldo inicial dos activos do fundo	393.396.360	582.330.282
Rendimento real dos fundos	47.598.066	(107.697.248)
Reembolsos (Nota 9.5) (i)	(26.240.462)	(81.236.674)
Saldo final dos activos do fundo	414.753.964	393.396.360

(i) Em 2009, esta rubrica refere-se ao reembolso de despesas de saúde pagas pela PT Comunicações por conta da PT ACS. Em 2008, esta rubrica inclui 21.236.674 euros relativos ao reembolso de despesas de saúde pagas pela PT Comunicações por conta da PT ACS e 60.000.000 euros relativos ao reembolso do excesso de financiamento determinado durante o ano.

A composição do custo com cuidados de saúde nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é como segue:

EUROS		
	2009	2008
Custo com o serviço do período	1.783.000	2.304.000
Custo financeiro do período	23.867.000	23.365.000
Rendimento estimado dos fundos	(22.928.000)	(34.221.000)
Ganhos com serviços passados	(865.000)	(943.000)
Custo corrente (Nota 9.6)	1.857.000	(9.495.000)
Custos com o programa de redução de efectivos	-	4.132.000
Ganhos com serviços passados	-	(471.000)
Custo de curtailment (Nota 9.6)	-	3.661.000
Custo com cuidados de saúde	1.857.000	(5.834.000)

Os ganhos e perdas actuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos directamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento nas perdas actuariais acumuladas líquidas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi como segue:

EUROS		
	2009	2008
Saldo inicial	319.649.286	212.934.093
Alteração de pressupostos actuariais (Nota 9.7)	(60.661.145)	(14.116.000)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais assumidos (Nota 9.7):		
Relacionadas com as responsabilidades	(33.046.580)	(21.087.055)
Relacionadas com os activos do fundo	(24.670.066)	141.918.248
Saldo final (Nota 40.5)	201.271.495	319.649.286

As diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais relacionados com as responsabilidades resultam essencialmente das despesas com cuidados de saúde terem vindo a ser inferiores ao esperado.

9.3. SALÁRIOS

Conforme referido na Nota 3.j, a PT Comunicações é responsável pelo pagamento de salários a empregados suspensos e pré-reformados. Os empregados suspensos do Plano CGA (contratados antes de 14 de Maio de 1992) e dos TLP e da TDP (contratados antes de 23 de Junho de 1994) têm direito a receber um valor equivalente a aproximadamente 90% do salário-base anterior à suspensão do contrato de trabalho, estando previsto em algumas situações um incremento anual. Os empregados pré-reformados dos TLP e da TDP têm igualmente direito a receber uma prestação equivalente a um montante entre 25% e 80% do seu salário-base na altura da pré-reforma, até que atinjam a idade de reforma definida pelo Regime Geral da Segurança Social. Após esta data, estes antigos empregados têm direito ao complemento de pensão. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, existiam 6.228 e 6.497 empregados suspensos e pré-reformados, respectivamente.

Estas responsabilidades não estão sujeitas a qualquer requisito legal de financiamento, pelo que o pagamento mensal dos salários é efectuado directamente pela PT Comunicações.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor actual das responsabilidades projectadas foi como segue:

EUROS		
	2009	2008
Saldo inicial das responsabilidades projectadas	907.735.413	985.739.338
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 9.5)	(174.374.456)	(185.498.928)
Custo financeiro do período (Nota 9.6)	47.301.000	44.248.000
Custos de curtailment (Nota 9.6)	10.516.161	84.746.601
Perdas (ganhos) actuariais	263.843	(21.499.598)
Saldo final das responsabilidades projectadas	791.441.961	907.735.413

Os ganhos e perdas actuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos directamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento nas perdas actuariais acumuladas líquidas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi como segue:

EUROS		
	2009	2008
Saldo inicial	65.596.869	87.096.467
Alteração de pressupostos actuariais (Nota 9.7)	6.917.844	(41.706.729)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais (Nota 9.7)	(6.654.001)	20.207.131
Saldo final (Nota 40.5)	65.860.712	65.596.869

9.4. RESPONSABILIDADES COM OS PLANOS DE BENEFÍCIOS DE REFORMA

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 nas responsabilidades com benefícios de reforma foi como segue:

EUROS				
	Pensões e complementos de reforma (Nota 9.1)	Cuidados de saúde (Nota 9.2)	Salários de suspensos e pré-reformados (Nota 9.3)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	454.922.768	(110.790.466)	985.739.338	1.329.871.640
Custo (ganho) do período (Nota 9.6)	10.006.000	(9.495.000)	44.248.000	44.759.000
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros (Nota 9.6)	6.150.000	3.661.000	84.746.601	94.557.601
Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 9.5) (i)	(100.859.521)	57.654.916	(185.498.928)	(228.703.533)
Perdas (ganhos) actuariais, líquidos (Nota 9.7)	509.593.577	106.715.193	(21.499.598)	594.809.172
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	879.812.824	47.745.643	907.735.413	1.835.293.880
Custo (ganho) do período (Nota 9.6)	40.472.520	1.857.000	47.301.000	89.630.520
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros (Nota 9.6)	1.575.755	-	10.516.161	12.091.916
Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 9.5) (i)	(110.350.569)	3.235.049	(174.374.456)	(281.489.976)
Perdas (ganhos) actuariais, líquidos (Nota 9.7)	(46.659.467)	(118.377.791)	263.843	(164.773.415)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	764.851.063	(65.540.099)	791.441.961	1.490.752.925

(i) Em 2009 e 2008, estas rubricas incluem 33.036.928 euros e 37.300.000 euros (Nota 33), respectivamente, relativos a contribuições em espécie de determinados imóveis, sendo que os montantes remanescentes de 251.688.096 euros e 249.058.449 (Nota 9.4), respectivamente, se referem a contribuições em numerário, pagamentos e reembolsos.

Alguns planos de pensões e de cuidados de saúde apresentam posições excedentárias, pelo que os mesmos foram apresentados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira separadamente dos saldos daqueles fundos com posição deficitária. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor líquido das responsabilidades com planos de pensões e saúde foram reconhecidos no Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

EUROS		
	2009	2008
Planos com uma situação deficitária		
Pensões	766.130.901	881.369.850
Cuidados de Saúde	768.659	47.745.643
Salários	791.441.961	907.735.413
	1.558.341.521	1.836.850.906
Planos com uma situação excedentária		
Pensões	(1.279.839)	(1.557.026)
Cuidados de Saúde	(66.308.757)	-
	(67.588.596)	(1.557.026)
	1.490.752.925	1.835.293.880

9.5. FLUXOS DE CAIXA COM OS PLANOS DE BENEFÍCIOS DE REFORMA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os pagamentos e contribuições respeitantes a benefícios de reforma foram como segue:

EUROS		
	2009	2008
Pensões		
Contribuições para os fundos (Nota 9.1)	75.740.968	61.162.352
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos (Nota 9.1)	1.572.673	2.397.169
Sub-total (Nota 9.4)	77.313.641	63.559.521
Cuidados de saúde		
Reembolsos (Nota 9.2)	(26.240.462)	(81.236.674)
Pagamentos de despesas com cuidados de saúde	23.005.413	23.581.758
Sub-total (Nota 9.4)	(3.235.049)	(57.654.916)
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos (Nota 9.4)	174.374.456	185.498.928
Pagamento por cessação de contrato de trabalho (Nota 9.6)	2.712.743	5.397.564
	251.165.791	196.801.097

9.6. CUSTOS COM OS PLANOS DE BENEFÍCIOS DE REFORMA

Os custos com os planos de benefícios de reforma e com o programa de redução de efectivos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram com segue:

EUROS

	2009	2008
Custos com benefícios de reforma, líquidos		
Pensões (Notas 9.1 e 9.4)	40.472.520	10.006.000
Cuidados de saúde (Notas 9.2 e 9.4)	1.857.000	(9.495.000)
Salários (Notas 9.3 e 9.4)	47.301.000	44.248.000
	89.630.520	44.759.000
Custos de curtailment, líquidos		
Pensões (Notas 9.1 e 9.4)	1.575.755	6.150.000
Cuidados de saúde (Notas 9.2 e 9.4)	-	3.661.000
Salários (Notas 9.3 e 9.4)	10.516.161	84.746.601
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho (Nota 9.4)	2.712.743	5.397.564
	14.804.659	99.955.165

9.7. PERDAS (GANHOS) ACTUARIAIS LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as perdas (ganhos) actuariais líquidos (Notas 9.4 e 40.5) registados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral foram conforme segue:

EUROS

	2009	2008
Alterações nos pressupostos actuariais		
Pensões (Nota 9.1)	52.082.837	(176.486.449)
Cuidados de saúde (Nota 9.2)	(60.661.145)	(14.116.000)
Salários (Nota 9.3)	6.917.844	(41.706.729)
Sub-total	(1.660.464)	(232.309.178)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais		
Pensões (Nota 9.1)	(98.742.304)	686.080.026
Cuidados de saúde (Nota 9.2)	(57.716.646)	120.831.193
Salários (Nota 9.3)	(6.654.001)	20.207.131
Sub-total	(163.112.951)	827.118.350
Total (Notas 9.4 e 40.5)	(164.773.415)	594.809.172

Os ganhos actuariais líquidos registados em 2009 e 2008 relativos a alterações nos pressupostos actuariais decorrem essencialmente das alterações nos pressupostos actuariais financeiros e demográficos detalhados anteriormente.

Os ganhos e perdas actuariais líquidos decorrentes das diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais, os quais ascenderam a um ganho líquido de 163.112.951 euros em 2009 e a uma perda de 827.118.350 euros em 2008, resultam essencialmente da diferença entre a rentabilidade real e a rentabilidade esperada dos activos, diferença essa que correspondeu a um ganho de 178.636.090 euros em 2009 e uma perda de 800.296.495 euros em 2008.

9.8. OUTRAS DIVULGAÇÕES

A tabela abaixo apresenta informação histórica para um período de cinco anos sobre o valor actual das responsabilidades projectadas, o valor de mercado dos fundos, as responsabilidades não financiadas e os ganhos e perdas actuariais líquidos. O detalhe desta informação em 31 de Dezembro de 2009, 2008, 2007, 2006 e 2005 e nos exercícios findos nessas datas é como segue:

EUROS					
	2009	2008	2007	2006	2005
Valor actual das responsabilidades projectadas	3.836.915.409	3.941.510.416	4.203.125.154	4.562.597.772	5.151.631.744
Valor de mercado dos fundos	2.369.524.484	2.131.646.536	2.899.144.514	2.908.149.704	2.515.748.000
Responsabilidades não financiadas líquidas / (excesso de financiamento)	1.467.390.925	1.809.863.880	1.303.980.640	1.654.448.068	2.635.883.744
Ganhos com serviços passados	23.362.000	25.430.000	25.891.000	19.062.000	-
Responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas	1.490.752.925	1.835.293.880	1.329.871.640	1.673.510.068	2.635.883.744

EUROS					
	2009	2008	2007	2006	2005
Alterações nos pressupostos actuariais	(1.660.464)	(232.309.178)	(150.947.555)	(222.328.000)	693.000.000
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais					
Relacionadas com as responsabilidades projectadas	15.523.139	26.821.855	(208.946.281)	(80.226.800)	81.085.049
Relacionadas com os activos dos planos	(178.636.090)	800.296.495	74.656.771	(16.860.413)	(43.809.000)
Total das perdas (ganhos) actuariais	(164.773.415)	594.809.172	(285.237.065)	(319.415.213)	730.276.049

10. CUSTOS DIRECTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Custos com telecomunicações (i)	830.658.188	862.375.416
Alugueres (i)	83.963.628	71.301.499
Custos de programação (ii)	77.533.060	27.376.353
Listas telefónicas (Nota 3.p)	57.434.627	63.961.699
Outros (iii)	85.519.392	61.916.355
	1.135.108.895	1.086.931.322

(i) Nos exercícios de 2009 e 2008, estas rubricas incluem custos relacionados com locações operacionais no montante total de 158.924.869 euros e 141.361.280 euros, respectivamente (Nota 13). A diminuição nos custos com telecomunicações é essencialmente explicada pela redução dos custos de interligação nas operações domésticas, basicamente devido à redução regulamentar das tarifas de terminação móvel. Este efeito foi compensado por um aumento na Vivo, em linha com o aumento da base de clientes.

(ii) Esta rubrica está relacionada basicamente com os custos de programação incorridos pelo negócio de rede fixa decorrente do desenvolvimento do serviço de televisão.

(iii) Esta rubrica inclui essencialmente custos com conteúdos móveis.

11. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2009	2008
Custo das mercadorias vendidas	646.240.589	773.686.807
Aumentos nos ajustamentos a existências (Nota 38)	5.730.163	7.385.304
Reduções nos ajustamentos a existências (Nota 38)	(3.186.095)	(2.611.552)
	648.784.657	778.460.559

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2009	2008
Comissões	298.945.102	278.176.217
Serviços de suporte	281.448.129	261.884.199
Trabalhos especializados	209.265.963	202.365.383
Manutenção e reparação	169.556.527	169.568.646
Electricidade	94.704.403	83.953.123
Locação operacional (Nota 13)	65.628.649	58.551.978
Comunicação	23.510.821	21.609.789
Vigilância e segurança	16.598.369	15.494.522
Deslocações e estadas	15.617.419	14.611.970
Transporte	12.530.807	10.648.290
Outros	106.284.598	113.084.104
	1.294.090.787	1.229.948.221

13. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os custos incorridos com contratos de locação operacional foram reconhecidos nas seguintes rubricas:

	EUROS	
	2009	2008
Custos directos dos serviços prestados (Nota 10)	158.924.869	141.361.280
Fornecimentos e serviços externos (Nota 12) (i)	65.628.649	58.551.978
	224.553.518	199.913.258

(i) Esta rubrica respeita essencialmente a custos com o aluguer de imóveis e de equipamentos de transporte.

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades futuras do Grupo com os contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	EUROS
2010	195.175.816
2011	163.063.322
2012	150.508.893
2013	146.425.657
2014	143.375.998
2015 e anos seguintes	153.124.739
	951.674.425

14. IMPOSTOS INDIRECTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Taxas de utilização de espectro (i)	176.442.629	162.312.449
Imposto sobre o valor acrescentado	25.661.281	14.867.985
Outros impostos indirectos (ii)	41.520.928	56.419.592
	243.624.838	233.600.026

(i) Esta rubrica inclui essencialmente taxas de utilização de espectro da Vivo e da TMN, as quais no exercício de 2009 ascenderam a 145 milhões de euros e 24 milhões de euros, respectivamente, enquanto no exercício de 2008 ascenderam a 133 milhões de euros e 27 milhões de euros, respectivamente.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente impostos indirectos suportados pela Vivo relacionados com as taxas Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e Funtel (Fundo Nacional de Telecomunicações), no montante total de 23 milhões de euros em 2009, bem como outros impostos e taxas municipais, federais e estaduais no Brasil.

15. JUROS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	386.647.885	370.861.543
Outros	9.725.910	18.110.935
Juros obtidos		
Relacionados com caixa e investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(65.531.589)	(96.972.622)
Outros (i)	(28.562.526)	(19.627.639)
	302.279.680	272.372.217

(i) Esta rubrica inclui essencialmente juros de mora relacionados com pagamentos em atraso, e também juros obtidos relativos a impostos a recuperar de médio e longo prazo da Vivo.

O crescimento dos juros suportados líquidos em 2009 reflecte fundamentalmente o impacto do aumento da dívida líquida média da Portugal Telecom (29 milhões de euros), no seguimento do programa de recompra de acções próprias concluído em 2008, e da aquisição em 2008 da Telemig e de licenças 3G no Brasil.

16. PERDAS COM VARIAÇÕES CAMBIAIS, LÍQUIDOS

A variação ocorrida nesta rubrica é essencialmente explicada por um ganho de 22 milhões de euros registado em 2009 decorrente da transferência de uma parte dos ajustamentos de conversão cambial acumulados relativos ao investimento na Brasilcel, em resultado do reembolso de parte do investimento efectuado através de reduções de capital ocorridas nesta empresa participada.

17. GANHOS EM ACTIVOS FINANCEIROS E OUTROS INVESTIMENTOS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2009	2008
Instrumentos financeiros derivados (Nota 41) (i)	(5.814.792)	(9.424.463)
Alienação de 3% do investimento na Africatel (Nota 19) (ii)	-	(8.822.351)
Investimentos em imóveis (iii)	(940.220)	(840.167)
Outros, líquidos	(1.312.556)	(210.593)
	(8.067.568)	(19.297.574)

(i) Esta rubrica está relacionada com a alteração no valor de mercado de determinados instrumentos derivados de taxa de câmbio classificados como detidos para negociação. Os ganhos registados em 2009 são explicados essencialmente pelo impacto da apreciação do dólar americano face ao euros até Abril de 2009, data em que estes instrumentos derivados foram liquidados. Os ganhos registados em 2008 resultam basicamente do impacto da apreciação do dólar americano face ao euros e ao Real durante o ano.

(ii) Esta rubrica refere-se à alienação de 3% do investimento na Africatel pelo montante de 13.426.862 euros (Nota 43.d).

(iii) Esta rubrica inclui ganhos relativos às rendas cobradas sobre imóveis propriedade do Grupo e arrendados a terceiros, líquidos das amortizações relativas a esses imóveis (Nota 31).

18. OUTROS CUSTOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2009	2008
Comissões e outros serviços bancários (i)	44.244.217	13.573.189
Outros (ii)	28.683.790	25.318.679
	72.928.007	38.891.868

(i) O aumento dos custos com comissões bancárias e outros serviços bancários está relacionado essencialmente com uma reestruturação da dívida levada a cabo em 2009 no que se refere aos empréstimos obtidos em 2008 para a aquisição de licenças 3G no Brasil.

(ii) Esta rubrica inclui determinados impostos suportados pela Vivo relacionados com operações financeiras, nomeadamente os impostos pagos em resultado de dividendos recebidos.

19. IMPOSTOS E TAXAS

A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%, acrescida da derrama calculada a um valor máximo de até 1,5% sobre a matéria colectável de IRC, atingindo uma taxa agregada de cerca de 26,5%. No cálculo dos resultados tributáveis, aos quais é aplicada a referida taxa de imposto, os custos e proveitos não aceites fiscalmente são deduzidos ou acrescidos aos resultados contabilísticos.

A Portugal Telecom é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que detém, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63.º do Código do IRC.

A Vivo e outras subsidiárias localizadas no Brasil são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa nominal de 34%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. No Brasil, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009, excepto para as situações que foram objecto de registo de uma provisão (Nota 38).

a) Impostos diferidos

Nos exercícios de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nos impostos diferidos foram como segue:

	Saldo 31 Dez 2008	Resultado líquido	Resultados acumulados	Ajustamentos de conversão cambial	Outros movimentos	Saldo 31 Dez 2009
Impostos diferidos activos						
Benefícios de reforma	486.352.878	(47.638.398)	(43.664.955)	-	-	395.049.525
Prejuízos fiscais reportáveis (i)	172.831.198	(9.617.812)	-	49.100.037	(638.758)	211.674.665
Provisões	91.149.723	17.751.740	-	16.351.942	(1.975.124)	123.278.281
Contribuição adicional para os fundos de pensões	138.567.071	(14.388.039)	-	-	-	124.179.032
Instrumentos financeiros	14.380.500	(13.135.260)	205.023	(335.959)	-	1.114.304
Outras diferenças temporárias (ii)	129.442.609	38.280	-	32.779.871	1.954.561	164.215.321
	1.032.723.979	(66.989.489)	(43.459.932)	97.895.891	(659.321)	1.019.511.128
Impostos diferidos passivos						
Reavaliação de activos fixos (iii)	290.970.684	(18.809.606)	(12.116.738)	-	(1.573.523)	258.470.817
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	2.378.683	(328.361)	-	-	-	2.050.322
Outras diferenças temporárias (iv)	168.843.403	27.496.330	-	27.625.503	(2.266.402)	221.698.834
	462.192.770	8.358.363	(12.116.738)	27.625.503	(3.839.925)	482.219.973
		(75.347.852)	(31.343.194)	70.270.388	3.180.604	

(i) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui o imposto diferido activo relacionado com prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos pela Vivo e outras subsidiárias no Brasil. Estes prejuízos fiscais, no montante de 623 milhões de euros, não possuem qualquer maturidade, podendo apenas ser utilizados até um limite de 30% dos resultados fiscais gerados em cada período.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente activos por impostos diferidos da Vivo relativos a diferenças temporárias decorrentes principalmente da amortização acelerada de determinados activos fixos tangíveis e de acréscimos de custos não dedutíveis para efeitos fiscais.

(iii) No seguimento das contribuições em espécie de imóveis efectuadas no final de 2009 para os fundos de pensões, o imposto diferido passivo relativo à reavaliação destes activos foi ajustado de modo a reflectir a forma como a Portugal Telecom esperava vir a recuperar o valor contabilístico destes activos. Este efeito, no montante de 12.116.738 euros, foi reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, sendo que, subsequentemente, o imposto diferido passivo remanescente relacionado com a reavaliação destes activos foi reconhecido na Demonstração Consolidada dos Resultados.

(iv) Esta rubrica inclui essencialmente passivos por impostos diferidos relacionados com resultados não atribuídos e com a diferença entre os ajustamentos para valores de mercado efectuados na sequência da alocação do preço de compra da Telemig e a respectiva base fiscal.

EUROS

	Saldo 1 Jan 2008 (reexpresso)	Alterações ao perímetro de consolidação (Nota 2) (i)	Resultado líquido	Resultados acumulados	Ajustamentos de conversão cambial	Outros movimentos	Saldo 31 Dez 2008
Impostos diferidos activos							
Benefícios de reforma	352.415.985	-	(23.681.856)	157.624.431	-	(5.682)	486.352.878
Prejuízos fiscais reportáveis (ii)	214.969.871	-	923.439	-	(43.062.112)	-	172.831.198
Provisões	102.301.675	-	(349.981)	-	(10.803.259)	1.288	91.149.723
Contribuição adicional para o fundo de pensões	169.494.062	-	(30.926.991)	-	-	-	138.567.071
Instrumentos financeiros	14.152.986	-	(399.710)	339.983	287.241	-	14.380.500
Outras diferenças temporárias	138.886.560	30.530.408	(11.302.066)	-	(27.771.104)	(901.189)	129.442.609
	992.221.139	30.530.408	(65.737.165)	157.964.414	(81.349.234)	(905.583)	1.032.723.979
Impostos diferidos passivos							
Reavaliação de activos fixos (iii)	12.951.922	-	(6.364.343)	284.346.234	-	36.871	290.970.684
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	3.836.157	-	(1.457.474)	-	-	-	2.378.683
Outras diferenças temporárias	68.092.061	105.139.836	15.707.453	-	(19.530.647)	(565.300)	168.843.403
	84.880.140	105.139.836	7.885.636	284.346.234	(19.530.647)	(528.429)	462.192.770
		(74.609.428)	(73.622.801)	(126.381.820)	(61.818.587)	(377.154)	

(i) As alterações no perímetro de consolidação estão essencialmente relacionadas com a consolidação da Telemig desde 1 de Abril de 2008.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui o imposto diferido activo relacionado com prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos pela Vivo. Os prejuízos fiscais da Vivo, no montante de 508 milhões de euros, não possuem qualquer maturidade, podendo apenas ser utilizados até um limite de 30% dos resultados fiscais gerados em cada período.

(iii) A Portugal Telecom reconheceu um imposto diferido passivo na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral correspondente ao efeito fiscal sobre a reserva de reavaliação registada em 2008 no seguimento da alteração da política contabilística relativa à valorização dos imóveis e da rede de condutas do modelo do custo para o modelo da reavaliação.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o total dos activos por impostos diferidos inclui 439 milhões de euros e 333 milhões de euros relacionados com países estrangeiros, respectivamente, enquanto o total dos passivos por impostos diferidos inclui 221 milhões de euros e 168 milhões de euros, respectivamente. Estes activos e passivos por impostos diferidos de países estrangeiros estão relacionados essencialmente com a Vivo (localizada no Brasil) e o seu aumento é explicado essencialmente pelo impacto da apreciação do Real face ao Euro.

Em 31 de Dezembro de 2009, as subsidiárias da Brasilcel não tinham reconhecido activos por impostos diferidos no montante 1.241 milhões de Reais (247 milhões de euros equivalente à participação de 50% da Portugal Telecom) relacionados com prejuízos fiscais.

b) Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto é como segue:

	2009	2008
Resultado antes de impostos	1.019.718.248	927.201.516
Taxa nominal de imposto	26,5%	26,5%
	270.225.336	245.708.402
Diferenças permanentes (i)	(64.215.917)	(23.094.849)
Taxas de imposto diferenciadas	13.026.366	14.771.860
Reversão de impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais (Nota 7.c) (ii)	13.441.476	-
Excesso de estimativa para impostos do exercício anterior (Nota 27)	6.541.389	(6.431.797)
Provisões para contingências fiscais relativas a IRC (Notas 27 e 38)	(1.434.464)	7.555.841
Prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	(3.823.664)	(5.389.597)
Outros	(551.369)	(1.740.098)
	233.209.153	231.379.762
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente (Nota 27)	157.861.301	157.756.961
Imposto diferido	75.347.852	73.622.801
	233.209.153	231.379.762

(i) Em 2009, esta rubrica inclui essencialmente o montante de 70.748.542 euros relacionados com o ganho não tributável de 266.975.632 euros (Nota 30) obtido com a alienação do investimento na Médi Télécom. Em 2008, esta rubrica inclui essencialmente os montantes de 2.397.005 euros e 2.304.973 euros relacionados com os ganhos não tributáveis de 9.045.300 euros (Nota 30) e 8.822.351 euros (Nota 17) obtidos com as alienações dos investimentos no Banco Best e na Africatel, respectivamente.

(ii) Esta rubrica está relacionada com a reversão de activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais de anos anteriores, uma vez que estes já não podem vir a ser utilizados em resultado da operação de fusão da Telemig Celular Participações por incorporação dos seus activos e passivos na Vivo Participações (Anexo II).

20. INTERESSES MINORITÁRIOS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, realizaram-se os seguintes movimentos nos interesses minoritários:

EUROS							
	Saldo 31 Dez 2008	Aquisições, alienações e aumentos de capital	Resultado líquido	Dividendos atribuídos	Variações cambiais	Outras variações	Saldo 31 Dez 2009
Brasilcel (i)	823.725.500	(91.595.489)	42.594.986	(103.314.015)	236.767.151	(1.252.153)	906.925.980
MTC	54.468.291	-	22.381.879	(23.067.593)	13.463.828	-	67.246.405
Cabo Verde Telecom	48.919.469	-	15.496.646	(14.141.494)	-	(2.479)	50.272.142
Africatel	19.777.686	-	11.287.265	(5.100.000)	(2.103.206)	(151.211)	23.710.534
Timor Telecom	8.337.633	-	5.933.700	(5.101.041)	(82.868)	(4.576)	9.082.848
CST	1.782.031	-	745.093	(106.296)	(242.079)	9.559	2.188.308
LTM	1.814.965	-	978.883	(919.698)	(487.509)	185.398	1.572.039
Previsão	766.210	-	558	-	-	(7.485)	759.283
Kenya Postel Directories	1.272.946	-	772.810	(506.213)	(16.615)	(10.777)	1.512.151
Outras	3.345.664	311.246	2.386.256	(1.790.346)	(47.344)	(213.911)	3.991.565
	964.210.395	(91.284.243)	102.578.076	(154.046.696)	247.251.358	(1.447.635)	1.067.261.255

EUROS								
	Saldo 31 Dez 2008	Alteração do perímetro de consolidação	Aquisições, alienações e aumentos de capital	Resultado líquido	Dividendos atribuídos	Variações cambiais	Outras variações	Saldo 31 Dez 2009
Brasilcel (Nota 2) (i)	620.221.444	304.038.052	10.888.496	51.864.006	(13.261.125)	(149.837.709)	(187.664)	823.725.500
MTC	68.460.093	-	-	19.183.603	(16.241.479)	(16.933.926)	-	54.468.291
Cabo Verde Telecom	42.533.862	-	-	16.539.761	(10.156.083)	-	1.929	48.919.469
Africatel	(1.695.847)	-	939.928	24.054.488	-	(3.148.179)	(372.704)	19.777.686
Timor Telecom	5.224.234	-	-	4.615.276	(1.921.160)	453.140	(33.857)	8.337.633
CST	1.513.056	-	-	429.943	(65.484)	(28.939)	(66.545)	1.782.031
LTM	1.590.591	-	-	909.241	(699.014)	(166)	14.313	1.814.965
Previsão	782.667	-	-	8.960	(25.508)	-	91	766.210
Kenya Postel Directories	1.265.036	-	-	616.683	(453.870)	(154.903)	-	1.272.946
Outras	3.693.155	(1.268.931)	-	1.499.674	(775.417)	196.919	264	3.345.664
	743.588.291	302.769.121	11.828.424	119.721.635	(43.599.140)	(169.453.763)	(644.173)	964.210.395

(i) Os interesses minoritários na Brasilcel correspondem a 50% da participação dos accionistas minoritários das empresas participadas pela Brasilcel nos respectivos capitais próprios e resultados. O movimento em 2009 incluído na rubrica "Aquisições, alienações e aumentos de capital" inclui um montante de 103.641.467 euros (Nota 2) relacionado com uma operação de reestruturação societária levada a cabo pela Vivo Participações em Julho de 2009, a qual consistiu na incorporação das acções da TC na TCP e na incorporação das acções da TCP na Vivo Participações. A alteração ao perímetro de consolidação está relacionada com a consolidação da Telemig desde 1 de Abril de 2008 (Nota 2).

21. DIVIDENDOS

Na Assembleia-Geral realizada em 27 de Março de 2009, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de pagamento de um dividendo por acção de 0,575 euros referente ao exercício de 2008, tendo sido pago um dividendo total de 503.626.688 euros (Nota 43.j) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Na Assembleia-Geral realizada em 28 de Março de 2008, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de pagamento de um dividendo por acção de 0,475 euros referente ao exercício de 2007, tendo sido pago um dividendo total de 533.200.884 euros (Nota 43.j) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

22. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, foram calculados como segue:

		EUROS	
		2009	2008
Resultado líquido atribuível a accionistas da Portugal Telecom	(1)	683.931.019	576.100.119
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(2)	30.153.400	29.761.969
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(3)	714.084.419	605.862.088
Número médio de acções ordinárias em circulação no período	(4)	875.872.500	907.096.629
Efeito das obrigações convertíveis		64.655.173	64.655.173
	(5)	940.527.673	971.751.802
Resultado líquido por acção atribuível a accionistas da Portugal Telecom			
Básico	(1)/(4)	0,78	0,64
Diluído	(3)/(5)	0,76	0,62

Em 2009 e 2008, os resultados diluídos incluíam o impacto das obrigações convertíveis emitidas em Agosto de 2007.

23. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica inclui essencialmente aplicações financeiras de curto prazo, as quais têm as condições previamente acordadas com as instituições financeiras.

24. CONTAS A RECEBER - CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

		EUROS	
		2009	2008
Contas a receber de clientes, correntes:			
Contas a receber de clientes		1.512.618.691	1.343.955.877
Acréscimos de proveitos		270.250.780	239.424.993
		1.782.869.471	1.583.380.870
Ajustamentos a contas a receber de clientes (Nota 38)		(384.005.127)	(338.778.345)
		1.398.864.344	1.244.602.525

25. CONTAS A RECEBER - OUTROS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2009	2008
Outras contas a receber correntes:		
Contas a receber de partes relacionadas (i)	64.932.314	72.580.010
Adiantamentos a fornecedores	33.471.228	58.723.322
Depósitos judiciais	27.646.138	16.589.316
Comparticipações do SNS (ii)	8.711.396	16.086.024
Outros	46.318.482	65.485.722
	181.079.558	229.464.394
Ajustamentos a outras contas a receber correntes (Nota 38)	(11.371.834)	(27.580.020)
	169.707.724	201.884.374
Outras contas a receber não correntes	11.146.480	6.685.252
Ajustamentos a outras contas a receber não correntes (Nota 38)	(2.301.245)	(1.828.628)
	8.845.235	4.856.624

(i) Esta rubrica inclui essencialmente dividendos a receber da Unitel. Em 2009, a Unitel atribuiu dividendos à Portugal Telecom no montante de 150 milhões de dólares americanos (Nota 30), dos quais 90 milhões de dólares americanos foram recebidos em 2009 (Nota 43.e) e os restantes 60 milhões de dólares americanos (Nota 44) estão reconhecidos como uma conta a receber nesta rubrica. Em 2008, a Unitel atribuiu dividendos à Portugal Telecom no montante de 80 milhões de dólares americanos (Notas 43.e e 44), os quais foram recebidos em 2009 e estavam reconhecidos como uma conta a receber nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2008.

(ii) Estas participações estão relacionadas com o acordo celebrado entre a PT Comunicações e o SNS, ao abrigo do qual esta entidade co-financiava o plano de cuidados de saúde. Este acordo terminou em 2006, aquando da reestruturação do SNS. Para fazer face a eventuais riscos de cobrabilidade, estas contas a receber encontram-se totalmente ajustadas a 31 de Dezembro de 2009.

26. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2009	2008
Mercadorias (i)	228.572.115	277.861.454
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	42.211.966	36.661.571
Produtos e trabalhos em curso	8.884.680	6.489.694
	279.668.761	321.012.719
Ajustamento para depreciação de existências (Nota 38)	(39.791.436)	(23.630.621)
	239.877.325	297.382.098

(i) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui essencialmente (1) equipamentos terminais móveis da Vivo e da TMN, e (2) telefones, *modems* (acesso à Internet por ADSL) e *set-top boxes* (IP TV e satélite) do negócio da rede fixa.

27. IMPOSTOS A PAGAR E A RECUPERAR

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS				
	2009		2008	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes				
Operações em Portugal				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10.725.838	42.958.244	25.688.345	28.896.209
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	52.190.849	16.238.244	132.252.493	114.974.448
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	-	6.446.569	-	7.316.196
Segurança Social	-	6.098.066	-	6.175.899
Outros	-	749.773	-	879.032
	62.916.687	72.490.896	157.940.838	158.241.784
Impostos em países estrangeiros	191.848.837	221.400.469	159.924.786	179.400.053
	254.765.524	293.891.365	317.865.624	337.641.837
Impostos não correntes				
Impostos em países estrangeiros	196.429.460	59.217.420	140.771.497	38.730.319

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de "Impostos em países estrangeiros" incluem essencialmente 50% dos impostos a recuperar e a pagar pelas empresas participadas da Brasilcel, conforme segue:

EUROS				
	2009		2008	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes:				
Imposto sobre o rendimento	26.350.774	30.605.091	44.373.968	38.025.658
Impostos indirectos	155.880.038	163.748.829	106.185.029	101.848.943
Outros	9.618.025	27.046.549	9.365.789	39.525.452
	191.848.837	221.400.469	159.924.786	179.400.053
Impostos não correntes:				
Imposto sobre o rendimento (i)	145.736.818	1.207.087	96.591.970	2.554.358
Impostos indirectos (ii)	50.692.642	58.010.333	44.179.527	36.175.961
	196.429.460	59.217.420	140.771.497	38.730.319

(i) Esta rubrica diz respeito essencialmente a impostos retidos na fonte referentes a dividendos recebidos pelas empresas holdings da Vivo, os quais serão recuperáveis num prazo superior a um ano a partir do momento em que essas empresas obtenham lucros tributáveis que lhes permitam a recuperação dos mesmos.

(ii) Os impostos a receber incluídos nesta rubrica são relativos essencialmente a impostos indirectos pagos na aquisição de imobilizado, os quais segundo as leis brasileiras só poderão ser recuperáveis durante um período de 48 meses. Os impostos a pagar incluídos nesta rubrica são relativos essencialmente ao ICMS apurado no Estado do Paraná, o qual será pago num prazo de 48 meses com base num acordo especial celebrado com as autoridades governamentais locais.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante líquido a pagar e a recuperar relativo a "Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas" das operações em Portugal tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do período relativo aos negócios em Portugal	(83.407.633)	(114.974.448)
Pagamentos por conta	107.947.186	124.108.648
Retenções efectuadas por terceiros	2.984.862	4.957.411
Imposto a recuperar	8.428.190	3.186.434
Imposto a receber líquido relativo aos negócios em Portugal	35.952.605	17.278.045

A reconciliação entre o imposto corrente sobre o rendimento reflectido nas Demonstrações Consolidadas da Posição Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 e os custos com o imposto corrente sobre o rendimento dos exercícios findos naquelas datas é como segue:

EUROS		
	2009	2008
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do período relativo aos negócios em Portugal	83.407.633	114.974.448
Imposto sobre o rendimento de empresas do Grupo sedeadas no estrangeiro	71.964.487	48.179.289
Excesso de estimativa para impostos do exercício anterior (Nota 19)	6.541.389	(6.431.797)
Provisões para contingências fiscais relativas a IRC (Notas 19 e 38)	(1.434.464)	7.555.841
Outros	55.523	(4.540.570)
	160.534.568	159.737.211

O imposto corrente do período foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

EUROS		
	2009	2008
Imposto sobre o rendimento (Nota 19)	157.861.301	157.756.961
Resultados acumulados	2.673.267	1.980.250
	160.534.568	159.737.211

28. CUSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Venda de equipamentos (i)	59.416.705	47.424.399
Despesas com publicidade e propaganda pagas antecipadamente	29.508.842	26.236.787
Publicação de listas telefónicas	12.481.437	22.944.481
Rendas e alugueres	8.536.475	7.740.967
Manutenção e reparação	3.654.121	3.239.623
Juros pagos antecipadamente	2.116.189	5.738.492
Outros	21.548.759	18.145.337
	137.262.528	131.470.086

(i) As vendas de telefones móveis na Vivo são reconhecidas quando o cliente final activa o equipamento. Como tal, a margem negativa, assim como os respectivos impostos indirectos, são diferidos e reconhecidos no acto de activação do equipamento pelo cliente.

29. OUTROS ACTIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Outros activos correntes		
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I.ix) e 39) (i)	20.201.231	55.479.811
Outros	1.990.138	4.708.905
	22.191.369	60.188.716
Outros activos não correntes		
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I.ix) e 39) (i)	276.544.156	441.821.002
Outros	37.659.398	37.133.055
	314.203.554	478.954.057

Conforme explicado na Nota 3.I.ix, a Portugal Telecom celebrou em anos anteriores operações de QTE, ao abrigo das quais reconheceu na Demonstração Consolidada da Posição Financeira contas a receber e a pagar (Nota 39) pelo mesmo montante, as quais se referem à venda dos equipamentos e à locação financeira, respectivamente. A maioria destas contas a receber e a pagar são relativas à mesma entidade. Adicionalmente, a Portugal Telecom prestou determinadas garantias no âmbito destas operações (Nota 42).

Em 2009, algumas destas transacções de QTE foram terminadas antecipadamente sem qualquer custo para a Portugal Telecom, pelo que as respectivas contas a receber e a pagar foram liquidadas, situação que explica a redução nos outros activos e passivos correntes e não correntes (Nota 39).

30. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Partes de capital em empresas associadas	396.437.713	356.069.363
Goodwill, líquido de perdas por imparidade	170.168.216	157.112.049
Empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas	23.566.794	98.632.811
Partes de capital em outras empresas	2.537.325	1.364.876
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	4.500.000	-
	597.210.048	613.179.099

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Partes de capital em empresas associadas” tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Unitel (i)	262.363.774	226.384.671
Universo Online, Inc (“UOL”) (ii)	94.157.510	64.980.917
CTM - Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL (“CTM”)	29.050.716	29.839.265
Hungaro Digital KFT	4.531.768	3.226.012
Páginas Amarelas, SA (“Páginas Amarelas”)	3.360.824	3.073.162
Guiné Telecom, SARL (iii)	2.907.534	2.907.534
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (iii)	2.992.788	2.992.787
Médi Télécom (iv)	-	25.266.777
Outras empresas	2.973.120	3.298.559
	402.338.034	361.969.684
Ajustamentos a partes de capital em empresas associadas (Nota 38)	(5.900.321)	(5.900.321)
	396.437.713	356.069.363

(i) A variação no valor contabilístico deste investimento é explicada pela participação da Portugal Telecom nos resultados (153 milhões de euros) e dividendos atribuídos (106 milhões de euros, equivalentes a 150 milhões de dólares americanos - Nota 25) pela Unitel, e também pelo impacto da desvalorização do dólar americano face ao euros em 2009 (10 milhões de euros).

(ii) A variação no valor contabilístico deste investimento é explicada pela participação da Portugal Telecom nos resultados da UOL (11 milhões de euros) e pelo impacto da valorização do Real face ao euros em 2009 (20 milhões de euros).

(iii) Em 31 de Dezembro de 2009, estes investimentos financeiros encontram-se totalmente ajustados.

(iv) Conforme mencionado na Nota 1, a Portugal Telecom concluiu em Dezembro de 2009 a alienação do investimento na Médi Télécom e, consequentemente, desreconheceu os respectivos investimentos financeiros e empréstimos concedidos a esta empresa, bem como outras contas a receber. A Portugal Telecom recebeu 400 milhões de euros (Nota 43.d) em resultado desta transacção e reconheceu uma mais-valia de 266.975.632 euros, conforme referido abaixo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Goodwill, líquido de perdas por imparidade” tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Páginas Amarelas	83.754.434	83.754.434
UOL	59.915.277	46.859.112
Unitel	26.498.505	26.498.503
	170.168.216	157.112.049

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não foram registadas perdas por imparidade relativamente aos valores de goodwill acima indicados.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios e não apresentam maturidade definida. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estes empréstimos eram como segue:

EUROS		
	2009	2008
Sportinveste Multimédia (i)	35.318.668	35.318.668
INESC	3.104.531	3.198.311
Médi Télécom (ii)	-	75.592.524
Outras empresas	5.111.085	4.844.031
	43.534.284	118.953.534
Ajustamentos a empréstimos concedidos a empresas associadas e outras (Nota 38)	(2.588.741)	(3.198.311)
Ajustamentos resultantes da aplicação da equivalência (Nota 38) (iii)	(17.378.749)	(17.122.412)
	23.566.794	98.632.811

(i) Este montante inclui prestações acessórias de 30.023.168 euros e empréstimos de 5.295.500 euros.

(ii) Conforme mencionado acima, estes empréstimos foram desreconhecidos na sequência da alienação do investimento nesta empresa.

(iii) Este valor corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederam o valor do investimento inicial, tendo por este motivo sido reconhecidas como uma redução ao valor do empréstimo concedido às mesmas. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estes ajustamentos estão relacionados com o investimento na Sportinveste Multimédia. Se as perdas acumuladas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial forem superiores ao total do investimento (incluindo empréstimos) em empresas associadas, é registada uma provisão na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos – outros". Em 31 de Dezembro 2009 e 2008, essa provisão ascende a 4.672.403 euros e 4.484.583 euros, respectivamente (Nota 38).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Partes de capital em outras empresas" tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Janela Digital	1.830.571	937.373
Outras empresas	3.271.781	427.503
	5.102.352	1.364.876
Ajustamentos a partes de capital em empresas participadas (Nota 38)	(2.565.027)	-
	2.537.325	1.364.876

O montante de 4.500.000 euros (Nota 43.f) incluído na rubrica "Adiantamentos por conta de investimentos financeiros" está relacionado com um adiantamento efectuado para a aquisição da Reti – Rede Teledifusora Independente, SA.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Ganhos em empresas participadas, líquidos" tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Médi Télécom (i)	277.661.123	12.400.605
Unitel	152.639.642	122.633.994
CTM	18.649.192	16.768.832
UOL	10.603.315	11.421.337
Banco Best (ii)	-	8.832.460
Outras	(3.509.727)	(1.081.831)
	456.043.545	170.975.397

(i) Em 2009, esta rubrica inclui a participação da Portugal Telecom nos resultados desta empresa no montante de 10.685.491 euros e uma mais-valia de 266.975.632 (Notas 7 e 19) apurada na sequência da alienação do investimento nesta empresa, a qual está líquida de despesas de transacção e garantias prestadas aos compradores.

(ii) Em 2008, esta rubrica inclui uma mais-valia de 9.045.300 euros (Nota 19) relacionada com a alienação deste investimento pelo montante de 16 milhões de euros (Nota 43.d).

Os dados financeiros das principais empresas associadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 e nos exercícios findos nessas datas eram como segue:

31 DEZ 09							EUROS
	Participação directa	Total do activo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido	
Unitel	25,00%	1.589.575.075	540.119.979	1.049.455.096	1.119.871.060	610.558.568	
UOL	28,78%	416.137.060	88.948.355	327.188.705	209.446.050	36.845.546	
CTM	28,00%	155.382.354	51.629.797	103.752.557	219.169.241	66.604.257	

31 DEZ 08							EUROS
	Participação directa	Total do activo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido	
Unitel	25,00%	1.351.190.358	445.651.674	905.538.684	863.069.581	490.535.976	
Médi Télécom	32,18%	1.032.402.021	953.885.001	78.517.020	453.220.798	38.535.131	
UOL	29,00%	284.021.149	59.949.022	224.072.128	204.264.502	39.383.921	
CTM	28,00%	156.524.951	49.956.148	106.568.804	206.917.995	59.888.686	

31. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Propriedades de investimento, líquido de amortizações acumuladas	13.793.420	17.750.256
Outros investimentos financeiros	7.753.328	15.200.527
	21.546.748	32.950.783
Ajustamentos a outros investimentos (Nota 38)	(4.471.507)	(11.338.755)
Ajustamentos a propriedades de investimento (Nota 38)	(189.316)	(500.550)
	16.885.925	21.111.478

A rubrica “Propriedades de investimento” respeita, essencialmente, a terrenos e edifícios detidos pela PT Comunicações que não se encontram afectos à sua actividade operacional. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A PT Comunicações efectua avaliações regulares a estes imóveis. Em 31 de Dezembro de 2009, o valor contabilístico dos imóveis com custo de aquisição superior a 50.000 euros ascendia a, aproximadamente, 13 milhões, sendo que o correspondente valor de mercado ascendia a 18 milhões de euros.

As rendas obtidas pela PT Comunicações provenientes destes imóveis decorrem dos alugueres destes activos, tendo ascendido a 1.509.850 euros e a 1.562.709 euros nos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente (Nota 17). Durante os exercícios de 2009 e 2008, o custo decorrente da amortização destes activos ascendeu a 569.630 euros e a 722.542 euros, respectivamente (Nota 17), não tendo sido apurada qualquer perda por imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os outros investimentos financeiros, que para efeitos contabilísticos são reconhecidos ao custo de aquisição deduzidos de perdas por imparidade, têm a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Tagusparque	1.296.875	1.296.875
Seguradora Internacional	617.224	617.224
Lea Louise (i)	-	7.903.379
Outras empresas	5.839.229	5.383.049
	7.753.328	15.200.527
Ajustamentos aos outros investimentos (Nota 38)	(4.471.507)	(11.338.755)
	3.281.821	3.861.772

(i) Em 2009, a Portugal Telecom alienou a participação remanescente de 10% que ainda detinha nesta empresa, cujo investimento se encontrava integralmente ajustado.

32. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis foram como segue:

EUROS					
	Saldo 31 Dez 2008	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências abates e outros	Saldo 31 Dez 2009
Valor de custo					
Propriedade industrial e outros direitos	3.820.545.042	158.989.404	827.798.882	106.477.366	4.913.810.694
Goodwill	942.192.125	-	195.269.553	24.763.134	1.162.224.812
Outros activos intangíveis	35.019.998	1.270.552	1.723.070	556.050	38.569.670
Activos intangíveis em curso	43.396.397	67.049.124	15.165.858	(95.692.640)	29.918.739
	4.841.153.562	227.309.080	1.039.957.363	36.103.910	6.144.523.915
Amortizações acumuladas					
Propriedade industrial e outros direitos	1.354.524.210	362.417.489	329.948.076	21.925.535	2.068.815.310
Outros activos intangíveis	23.591.236	5.770.344	1.230.612	(1.553.806)	29.038.386
	1.378.115.446	368.187.833	331.178.688	20.371.729	2.097.853.696
	3.463.038.116	(140.878.753)	708.778.675	15.732.181	4.046.670.219

EUROS						
	Saldo 31 Dez 2007	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências abates e outros	Saldo 31 Dez 2008
Valor de custo						
Propriedade industrial e outros direitos	3.558.106.654	569.252.087	269.365.255	(656.132.062)	79.953.108	3.820.545.042
Goodwill (Nota 2)	1.074.650.739	-	30.397.905	(162.856.519)	-	942.192.125
Outros activos intangíveis	34.322.984	-	3.073.388	(2.414.702)	38.328	35.019.998
Activos intangíveis em curso	29.278.178	923.038	97.133.488	(20.024.156)	(63.914.151)	43.396.397
	4.696.358.555	570.175.125	399.970.036	(841.427.439)	16.077.285	4.841.153.562
Amortizações acumuladas						
Propriedade industrial e outros direitos	1.289.818.135	(147.566)	317.896.624	(250.879.301)	(2.163.682)	1.354.524.210
Outros activos intangíveis	23.416.993	-	5.825.631	(2.206.075)	(3.445.313)	23.591.236
	1.313.235.128	(147.566)	323.722.255	(253.085.376)	(5.608.995)	1.378.115.446
	3.383.123.427	570.322.691	76.247.781	(588.342.063)	21.686.280	3.463.038.116

As alterações no perímetro de consolidação em 2008 estão relacionadas essencialmente com o impacto da consolidação da Telemig, em 1 de Abril de 2008, no montante de 570.836.700 euros (Nota 2), e também com os impactos das alienações da Archways e da China Pathway Logistics.

Os ajustamentos de conversão cambial em 2009 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real face ao euros (de 3,2436 em 31 de Dezembro de 2008 para 2,5113 em 31 de Dezembro de 2009), enquanto em 2008 são explicados basicamente pelo impacto da desvalorização do Real face ao euros (de 2,5963 em 31 de Dezembro de 2007 para 3,2436 em 31 de Dezembro de 2008).

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor líquido contabilístico da rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui essencialmente os seguintes itens:

- Um montante de 1.861 milhões de euros relativo a 50%: (i) do valor imputado às licenças de Banda A detidas pela Vivo no processo de imputação do preço de compra de certas subsidiárias da Brasilcel agora incorporadas na Vivo; (ii) do custo das licenças de Banda B adquiridas em exercícios anteriores por empresas subsidiárias da Brasilcel para operar em determinados estados brasileiros; e (iii) do custo das licenças 3G adquiridas em Abril de 2008 pela Vivo pelo montante de 227.247.163 euros (Notas 7 e 34);
- Um montante de 310 milhões de euros relativo a licenças de utilização de software;
- Um montante de 302 milhões de euros relativo à licença de UMTS obtida pela TMN em 2000, correspondente a um valor bruto de 394 milhões de euros líquido de amortizações acumuladas de 92 milhões de euros. O valor bruto inclui:
 - (i) 133 milhões de euros relativos à licença de UMTS adquirida em 2000;
 - (ii) 242 milhões de euros capitalizados em 2007, no seguimento do compromisso assumido em 2000 pela TMN e pelos outros operadores móveis de efectuar em contribuições para a sociedade da informação durante o período de duração da licença. À data da atribuição da licença não era possível determinar de forma fiável o modo como esses compromissos iriam ser realizados, pelo que a Portugal Telecom não registou qualquer activo e responsabilidade naquela data. Durante o segundo semestre de 2007, a TMN chegou a um acordo com o Estado estabelecendo o montante e o calendário das iniciativas a tomar (o programa “E Escolas” liderado pelo governo com o objectivo de oferecer computadores e conceder descontos em serviços de internet a alunos e professores), pelo que a Portugal Telecom reconheceu em 2007 como custo da licença o montante dessas contribuições, a valor presente;
 - (iii) 11,5 milhões de euros capitalizados em 2009 relativos a compromissos adicionais nos termos da licença de UMTS.
- Um montante de 232 milhões de euros relativo à aquisição da propriedade plena da Rede Básica pela PT Comunicações ao Estado Português. O valor bruto capitalizado em 2002 ascende a 339 milhões de euros e corresponde ao valor pago em 27 de Dezembro de 2002 (365 milhões de euros), deduzido: (i) do valor da renda da concessão de 2002 (17 milhões de euros), que estava contemplado no valor de aquisição mas que foi registado como custo daquele exercício, uma vez que a aquisição só ocorreu no final do ano; e (ii) do ganho apurado numa operação de QTE (8 milhões de euros) realizada em 2003 sobre diversos equipamentos afectos à Rede Básica e que tinha sido considerado no valor da avaliação efectuada pela Portugal Telecom no âmbito da aquisição da propriedade da Rede Básica;
- Um montante de 45 milhões de euros relativo ao custo incorrido com contratos de fidelização com clientes de serviços móveis pós pagos, os quais estão a ser amortizados durante o período de duração dos respectivos contratos de aluguer; e
- Um montante de 27 milhões de euros relativo a um contrato celebrado pela PT Comunicações em 2007 para a aquisição de capacidade de satélite até 2015, o qual foi registado como locação financeira.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o *goodwill* relacionado com empresas subsidiárias repartia-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2009	2008
Vivo (i)	810.365.807	626.554.819
Rede fixa		
PT Comunicações (ISP)	162.624.017	162.624.017
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	75.634.389	75.634.389
PT Prime (transmissão de dados)	32.126.523	32.126.523
Outras empresas	570.204	570.204
	270.955.133	270.955.133
Outros negócios (Nota 7.d)		
MTC (ii)	64.788.641	28.566.936
PT SI	8.956.960	8.956.960
Cabo Verde Telecom	7.124.252	7.124.252
Outras empresas	34.019	34.025
	80.903.872	44.682.173
	1.162.224.812	942.192.125

(i) O aumento do goodwill do segmento Vivo inclui o impacto da valorização do Real Brasileiro face ao euros no exercício de 2009 (de 3,2436 em 31 de Dezembro de 2008 para 2,5113 em 31 de Dezembro de 2009).

(ii) No seguimento da aquisição da MTC realizada no final de 2006, a Portugal Telecom identificou um activo intangível relacionado com o acordo celebrado com os restantes accionistas da MTC, o qual permite à Portugal Telecom controlar as operações da MTC. Este activo intangível, no montante de 24.763.134 euros em 31 de Dezembro de 2008 e classificado na rubrica "Propriedade Industrial e Outros Direitos", foi considerado pela Portugal Telecom como tendo vida útil indefinida. Durante o exercício de 2009, a Portugal Telecom reclassificou este activo para goodwill, uma vez que a Portugal Telecom entende que esta alteração melhora a apresentação da sua posição financeira. Esta reclassificação não teve qualquer impacto no resultado líquido nem nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2009.

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa, as quais correspondem aos segmentos de negócio reportáveis (Nota 7). O valor recuperável foi determinado a partir do respectivo valor em uso através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando fluxos de caixa previsionais preparados internamente para um horizonte temporal de 4 anos. A taxa de desconto aplicada às projecções de fluxos de caixa, a qual foi determinada tendo em consideração o risco associado a cada negócio, e as taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projecções de fluxos de caixa para além do horizonte temporal coberto pelas previsões preparadas internamente foram como segue:

Pressupostos	Rede Fixa	Vivo	Outros
Taxa de crescimento	0,5% - 1,0%	3,0% - 3,5%	0,5% a 2,5% - 1,0% a 3,0%
Taxa de desconto	8,2% - 9,2%	11,2% - 13,2%	8,2% a 12,9% - 9,2% a 14,9%

O valor recuperável de cada unidade geradora de caixa foi determinado para os valores mínimos e máximos incluídos na tabela acima e a gestão da Empresa concluiu que em 31 de Dezembro de 2009 o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo *goodwill*, não excedia o respectivo valor recuperável.

33. ACTIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

EUROS					
	Saldo 31 Dez 2008	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 31 Dez 2009
Valor de custo					
Terrenos e recursos naturais	125.840.884	5.834.493	3.721.771	(7.590.785)	127.806.363
Edifícios e outras construções	725.181.974	19.889.743	17.148.489	(101.182.489)	661.037.717
Equipamento básico	12.055.469.610	539.326.124	860.281.573	222.514.829	13.677.592.136
Equipamento de transporte	76.118.355	16.540.246	593.257	(17.145.331)	76.106.527
Ferramentas e utensílios	25.377.080	1.347.121	1.853.257	313.176	28.890.634
Equipamento administrativo	1.082.255.636	60.403.058	47.868.464	13.579.598	1.204.106.756
Outros activos tangíveis	52.929.865	2.403.902	(91.144)	(3.032.438)	52.210.185
Activos tangíveis em curso	308.335.009	406.745.683	60.251.812	(508.135.899)	267.196.605
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	321.739	(3.545)	(60.148)	-	258.046
	14.451.830.152	1.052.486.825	991.567.331	(400.679.339)	16.095.204.969
Amortizações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	10.775.062	-	-	(1.110.195)	9.664.867
Edifícios e outras construções	251.422.215	46.736.029	5.972.858	(71.612.629)	232.518.473
Equipamento básico	8.511.595.705	917.807.477	611.711.852	(193.482.667)	9.847.632.367
Equipamento de transporte	46.615.120	12.283.538	275.163	(14.013.864)	45.159.957
Ferramentas e utensílios	20.353.787	2.082.681	994.474	(120.923)	23.310.019
Equipamento administrativo	925.389.799	89.333.317	32.010.484	(15.134.839)	1.031.598.761
Outros activos tangíveis	47.841.451	1.497.269	28.049	(6.261.016)	43.105.753
	9.813.993.139	1.069.740.311	650.992.880	(301.736.133)	11.232.990.197
	4.637.837.013	(17.253.486)	340.574.451	(98.943.206)	4.862.214.772

EUROS							
	Saldo 31 Dez 2007	Alteração do perímetro de consolidação	Reavaliações (Nota 40.5)	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 31 Dez 2008
Valor de custo							
Terrenos e recursos naturais	79.086.300	554.299	58.431.536	1.653.369	(2.670.320)	(11.214.300)	125.840.884
Edifícios e outras construções	993.067.194	1.345.418	(225.333.465)	26.548.892	(14.220.442)	(56.225.623)	725.181.974
Equipamento básico	11.700.506.840	146.754.298	311.381.591	533.950.582	(685.306.086)	48.182.385	12.055.469.610
Equipamento de transporte	77.610.242	(109.618)	-	15.708.807	(801.845)	(16.289.231)	76.118.355
Ferramentas e utensílios	25.328.072	207.614	-	895.578	(1.422.637)	368.453	25.377.080
Equipamento administrativo	1.055.542.702	5.202.760	-	62.668.713	(39.125.360)	(2.033.179)	1.082.255.636
Outros activos tangíveis	52.359.151	1.405.977	-	694.034	(186.682)	(1.342.615)	52.929.865
Activos tangíveis em curso	162.567.784	28.101.924	-	457.847.972	(75.462.465)	(264.720.206)	308.335.009
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	266.846	-	-	3.669	51.224	-	321.739
	14.146.335.131	183.462.672	144.479.662	1.099.971.616	(819.144.613)	(303.274.316)	14.451.830.152
Amortizações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	12.280.731	-	-	-	-	(1.505.669)	10.775.062
Edifícios e outras construções	598.023.856	-	(375.170.249)	58.701.135	(4.724.339)	(25.408.188)	251.422.215
Equipamento básico	8.953.704.683	(99.939)	(555.383.111)	785.074.942	(480.635.017)	(191.065.853)	8.511.595.705
Equipamento de transporte	44.546.622	(57.266)	-	15.102.547	(394.636)	(12.582.147)	46.615.120
Ferramentas e utensílios	19.502.578	-	-	1.665.339	(776.853)	(37.277)	20.353.787
Equipamento administrativo	882.923.459	(62.685)	-	82.576.077	(26.053.507)	(13.993.545)	925.389.799
Outros activos tangíveis	49.956.031	-	-	1.499.797	(11.569.907)	7.955.530	47.841.451
	10.560.937.960	(219.890)	(930.553.360)	944.619.837	(524.154.259)	(236.637.149)	9.813.993.139
	3.585.397.171	183.682.562	1.075.033.022	155.351.779	(294.990.354)	(66.637.167)	4.637.837.013

33.1. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As alterações no perímetro de consolidação em 2008 estão relacionadas essencialmente com o impacto da consolidação da Telemig em 1 de Abril de 2008 no montante de 184.237.137 euros (Nota 2), e também com os impactos das alienações da Archways e da China Pathway Logistics.

33.2. AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Os ajustamentos de conversão cambial em 2009 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real face ao euros (de 3,2436 em 31 de Dezembro de 2008 para 2,5113 em 31 de Dezembro de 2009), enquanto em 2008 são explicados basicamente pelo impacto da desvalorização do Real face ao euros (de 2,5963 em 31 de Dezembro de 2007 para 3,2436 em 31 de Dezembro de 2008).

33.3. REAVALIAÇÕES

Em 2008, a Portugal Telecom alterou a política contabilística relativa à valorização dos imóveis e da rede de condutas, passando do modelo do custo para o modelo de reavaliação. As reavaliações dos imóveis e da rede de condutas foram reconhecidas a 30 de Junho e 30 de Setembro de 2008 e resultaram na reavaliação desses activos pelos montantes de 208.268.320 euros e 866.764.702 euros, respectivamente, correspondente a um montante total de 1.075.033.022 euros reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. As amortizações acumuladas à data de ambas as reavaliações foram eliminada por contrapartida de uma redução do valor bruto contabilístico e, de seguida, os valores líquidos desses activos foram então reavaliados.

A determinação do valor de mercado dos imóveis foi efectuada por uma entidade independente e baseou-se essencialmente: (i) em preços disponíveis num mercado activo ou determinados a partir de transacções recentes ocorridas no mercado; (ii) no método da rentabilidade para imóveis comerciais e administrativos; e (iii) no custo de adquirir ou produzir um imóvel semelhante com a mesma utilização para os edifícios técnicos. Na aplicação da primeira metodologia, os principais pressupostos utilizados foram a taxa de desconto (média de 8%) e a renda mensal por metro quadrado (média de 6 euros).

A determinação do valor de mercado da rede de condutas foi efectuada internamente com base no método do custo de reposição. O processo de valorização baseou-se essencialmente: (i) em preços correntes de materiais e trabalho de construção relativo à instalação das condutas no subsolo; (ii) na natureza do tipo de solo e pavimento onde as condutas estão instaladas, situação que tem impacto no custo de construção; (iii) em custos internos directamente atribuíveis à construção da rede de condutas; (iv) num factor de depreciação, de forma a garantir que o custo de reposição é consistente com a vida útil remanescente dos activos reavaliados; e (v) num factor tecnológico, o qual reflecte as alterações tecnológicas ocorridas, nomeadamente relacionadas com os tipos de condutas que já deixaram de existir e foram substituídas por outras. Genericamente, os preços de materiais e do trabalho de construção, juntamente com outros pressupostos de natureza qualitativa mencionados acima, resultaram numa valorização da rede de condutas que reflecte um custo médio por metro de conduta entre 58 euros e 119 euros, em função da zona geográfica onde a rede de condutas está instalada.

Com base em preços correntes e observáveis no ano de 2009 para os imóveis e para os materiais e trabalho de construção relacionados com a instalação das condutas, a Portugal Telecom concluiu que os activos reavaliados em 2008 não sofreram variações significativas no seu valor de mercado durante o exercício de 2009. Consequentemente, os valores contabilísticos desses activos em 31 de Dezembro de 2009 correspondem aos respectivos valores de mercado nessa data, líquidos de amortizações acumuladas registadas desde a data em que os mesmos foram reavaliados

A amortização do acréscimo de valor resultante da reserva de reavaliação dos imóveis e da rede de condutas ascendeu a aproximadamente 8 milhões de euros e 11 milhões de euros no exercício de 2008, respectivamente, e a aproximadamente 13 milhões de euros e 45 milhões de euros no exercício de 2009, respectivamente. Consequentemente, se estes activos estivessem reconhecidos de acordo com o modelo do custo, o valor contabilístico dos imóveis e da rede de condutas seria mais baixo em, aproximadamente, 158 milhões de euros e 810 milhões de euros, respectivamente.

33.4. OUTRAS SITUAÇÕES RELATIVAS A ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 2009, os movimentos relativos a transferências, abates e outros incluem essencialmente: (i) a contribuição em espécie de diversos imóveis para os fundos de pensões, os quais tinham um valor de mercado de 33,0 milhões de euros (Nota 9.1) na data da contribuição; (ii) abates de determinados activos fixos na PT Comunicações no montante de 13 milhões de euros; e (iii) a alienação de diversos activos fixos tangíveis.

Em 2008, os movimentos relativos a transferências, abates e outros incluem essencialmente: (i) a contribuição em espécie de um imóvel para os fundos de pensões, o qual tinha um valor de mercado de 37,3 milhões de euros (Nota 9.1) na data da contribuição; e (ii) abates de determinados activos fixos na PT Comunicações e na Vivo nos montantes de 9 milhões de euros e 5 milhões de euros, respectivamente.

Relativamente aos activos tangíveis são de referir as seguintes situações:

- O equipamento básico inclui essencialmente instalações e equipamento de rede, incluindo a rede de condutas, equipamento de comutação, equipamento terminal e cabos submarinos.
- Os bens que se encontram incluídos no imobilizado tangível da PT Comunicações e que nos termos do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão se encontram afectos à Concessão ascendem a 2.066 milhões de euros;
- A PT Comunicações tem activos tangíveis localizados no estrangeiro no valor de 23 milhões de euros, dos quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos;
- A PT Comunicações tem activos tangíveis instalados em propriedade alheia ou em propriedade pública no montante de 8 milhões de euros, e tem ainda activos que não se encontram registados no seu nome no montante de 11 milhões de euros; e

Em exercícios anteriores, a PT Comunicações, a PT Prime e a TMN celebraram contratos de QTE (Notas 29 e 39), os quais compreenderam a alienação de determinados equipamentos de telecomunicações a investidores estrangeiros. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com a PT Comunicações, a PT Prime e a TMN contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos, por um valor idêntico ao da referida alienação. As empresas do Grupo PT mantêm legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possam vir a efectuar. Estas operações de *cross border lease* configuram globalmente operações de *sale and lease-back*, pelo que não foi reconhecida a venda destes equipamentos, mantendo-se os mesmos registados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

34. DÍVIDA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

EUROS				
	2009		2008	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	705.558.383	-	697.287.341
Empréstimos por obrigações não convertíveis	41.811.014	4.734.508.969	879.280.135	2.404.817.408
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	244.145.559	1.027.450.534	496.997.045	1.021.160.382
Empréstimos internos	167.295	-	761.221	-
Outros empréstimos				
Papel comercial	-	-	648.626.163	-
Empréstimos externos	47.195	-	10.581	159.224.889
Compromissos no âmbito da licença de UMTS	-	-	25.457.548	53.988.929
Passivo relativo a <i>equity swaps</i> sobre acções próprias (Nota 40.2)	178.071.827	-	178.071.827	-
Locação financeira	30.289.010	83.998.242	25.461.736	104.711.165
	494.531.900	6.551.516.128	2.254.666.256	4.441.190.114

34.1. EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS

Em 28 de Agosto de 2007, a PT Finance emitiu obrigações no montante total de 750.000.000 euros, convertíveis em ações ordinárias da Portugal Telecom, com os seguintes termos:

- Preço de conversão: 13,9859 euros por ação ordinária da Portugal Telecom, ajustado para 11,60 euros em 30 de Outubro de 2007, no seguimento do *spin-off* da PT Multimédia e de acordo com os termos e condições destas obrigações;
- Valor nominal de cada obrigação: 50.000 euros;
- Maturidade: 28 de Agosto de 2014, excepto se previamente adquiridas, canceladas ou convertidas; e
- Taxa de juro fixa: 4,125% por ano, paga semestralmente.

As obrigações convertíveis representam um instrumento financeiro composto, pelo que o valor de mercado da componente de capital foi reconhecido directamente em capital próprio na data de emissão das obrigações e ascendia a 57.145.442 euros, enquanto a componente do passivo financeiro foi registada ao custo amortizado.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor de mercado das obrigações convertíveis, determinado com base em informação de mercado, ascendia a 819 milhões de euros.

34.2. EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES NÃO CONVERTÍVEIS

A tabela abaixo inclui informação detalhada sobre os empréstimos por obrigações não convertíveis em dívida em 31 de Dezembro de 2009 e sobre aqueles que foram amortizados em 2008 ou 2009:

EUROS						
Emitente (i)	Dívida	Moeda local (ii)	Euro	Data emissão	Maturidade	Taxa de juro
Obrigações em dívida						
PT Finance	<i>Eurobond</i>	750.000.000	750.000.000	2-Nov-09	2019	5,00%
Vivo Participações	Obrigações não convertíveis	810.000.000	161.271.055	15-Oct-09	2019	(iii)
PT Finance	<i>Fixed rate notes</i>	250.000.000	250.000.000	30-Jul-09	2017	Cupão de 5,2%
PT Finance	<i>Eurobond</i>	1.000.000.000	1.000.000.000	30-Apr-09	2013	6,00%
PT Finance	Obrigações não convertíveis	50.000.000	50.000.000	30-Jan-09	2019	6,95%
Vivo Participações	Obrigações não convertíveis	210.000.000	41.811.014	16-Jan-09	2010	103,6% do CDI
PT Finance	<i>Floating rate notes</i>	50.000.000	50.000.000	7-Aug-08	2013	Euribor a 3 meses mais 1,50%
Telemig	Obrigações não convertíveis	59.176.690	11.782.083	17-Dec-07	2021	Índice preços do consumidor mais 0,5%
PT Finance	<i>Eurobond (iv)</i>	1.300.000.000	1.300.000.000	24-Mar-05	2012	3,75%
PT Finance	<i>Eurobond</i>	500.000.000	500.000.000	24-Mar-05	2017	4,375%
PT Finance	<i>Eurobond</i>	500.000.000	500.000.000	16-Jun-05	2025	4,50%
Vivo Participações	Obrigações não convertíveis	1.000.000.000	199.100.068	1-May-05	2015	Entre 104,2% e 120,0% do CDI
	Despesas de transacção (v)		(37.644.237)			
			4.776.319.983			
Obrigações amortizadas em 2008 ou 2009						
PT Finance	<i>Floating rate notes</i>	200.000.000	200.000.000	23-Dec-08	2010 (vi)	Euribor a 3 meses mais 2,25%
Vivo Participações	Obrigações não convertíveis	500.000.000	93.503.385	1-Aug-03	2008	104,4% do CDI
PT Finance	<i>Global Medium Term Notes (vii)</i>	879.500.000	879.500.000	7-Apr-99	2009	4,625%

(i) Todas as emissões da PT Finance foram efectuadas no âmbito do Programa de Global Medium Term Notes ("GMTN").

(ii) Com excepção das emissões da Vivo Participações e da Telemig, as quais foram efectuadas em Reais Brasileiros e correspondem a 100% dos montantes emitidos, as restantes emissões foram efectuadas em euros.

(iii) Estas obrigações foram emitidas em três tranches: (1) a primeira, em que foram emitidas 98 mil obrigações, vence juros a uma taxa anual de juro de 108% do CDI; (2) a segunda, em que foram emitidas 640 mil obrigações, vence juros a uma taxa de juro anual de 112% do CDI; e (3) a terceira, em que foram emitidas 72 mil obrigações, vence juros a uma taxa de juro anual de 7%.

(iv) Inclui 300.000.000 euros relativos obrigações emitidas em 5 de Fevereiro de 2009.

(v) Despesas incorridas na data de emissão destas obrigações, as quais estão relacionadas com: (i) a diferença entre o cupão do eurobond com maturidade em 2012 e a yield das obrigações não convertíveis no montante de 300.000.000 euros emitidas em 2009 através do alargamento das obrigações emitidas em 2005; (ii) arredondamentos na definição da taxa do cupão; e (iii) comissões. Estas despesas são reconhecidas em resultados ao longo do período dos empréstimos.

(vi) Em Dezembro de 2009, a Portugal Telecom decidiu proceder ao reembolso destas obrigações ao par, através do exercício de uma opção prevista nos termos das obrigações emitidas.

(vii) O montante emitido foi de 1.000.000.000 euros, mas a Empresa adquiriu algumas destas obrigações em anos anteriores, tendo em Novembro de 2004 cancelado essas obrigações, com um valor nominal de 120.500.000 euros.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor máximo utilizável do Programa GMTN da PT Finance ascendia a 7.500.000.000 euros, dos quais 4.400.000.000 estavam utilizados em 31 de Dezembro de 2009, conforme discriminado acima.

Com excepção das obrigações de taxa fixa no montante de 50 milhões de euros, cujo valor de mercado foi determinado com base numa metodologia de fluxos de caixa descontados, o valor de mercado das restantes obrigações foi determinado com base em informação de mercado. O valor de mercado do total de obrigações emitidas ascendia a 4.905 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009 (considerando 50% do valor de mercado das obrigações emitidas pela Vivo Participações e pela Telemig).

34.3. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

				EUROS
		2009		2008
	Moeda original	Euros	Moeda original	Euros
Euros	678.521.147	678.521.147	738.226.220	738.226.220
Reais brasileiros	1.489.389.323	593.075.030	2.531.504.435	780.461.350
Outras		167.211		231.078
		1.271.763.388		1.518.918.648

Em 2009, a Empresa contratou duas *revolving credit facilities* no montante de 50 milhões de euros cada uma, com maturidades de um e dois anos, respectivamente.

Em Julho de 2008, a Empresa contratou uma *revolving credit facility* de 50 milhões de euros com maturidade de três anos e, em Outubro de 2008, contratou uma *credit facility* adicional de 365 milhões de euros, dos quais 300 milhões de euros têm uma maturidade de três anos e os restantes 65 milhões de euros têm uma maturidade de cinco anos.

Em 2004, a Empresa contratou três outras *Revolving Credit Facilities* no montante total de 550 milhões de euros, nas seguintes datas e com os seguintes montantes e maturidades:

- Em 24 de Junho de 2004, no montante inicial de 150 milhões de euros, aumentado em 2008 para 300 milhões de euros, com uma maturidade inicial de quatro anos, alargada em 2005 para seis anos e em 2008 para oito anos;
- Em 18 de Outubro de 2004, no montante de 100 milhões de euros, com uma maturidade inicial de três anos, alargada em 2005 para cinco anos e em 2009 para sete anos; e
- Em 22 de Outubro de 2004, no montante de 150 milhões de euros, com uma maturidade de três anos e meio. Em Abril de 2009, esta *facility* foi substituída por outra com características semelhantes, e maturidade em Abril de 2011.

Em 2003, foi contratada uma *Revolving Credit Facility* no montante de 500 milhões de euros, com uma maturidade de dois anos. Após a maturidade desta *facility* ter sido renegociada em diversas ocasiões, em 31 de Dezembro de 2009 esta *facility* tem maturidade em Fevereiro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante utilizado pelo Grupo no âmbito de todas as *facilities* acima referidas era de 200 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante total de financiamentos obtidos junto do Banco europeu de Investimento ("BEI") e do KfW era de, respectivamente, 471 milhões de euros e 2 milhões de euros, com vencimento até 2017. Adicionalmente, a Empresa celebrou um acordo de financiamento com o BEI no montante de 100 milhões de euros, o qual ainda não estava utilizado em 31 de Dezembro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	2009	2008
Taxa máxima	5,00%	5,00%
Taxa mínima	1,02%	3,00%

Em 31 de Dezembro de 2009, o justo valor da totalidade dos empréstimos bancários, calculado com base no método dos fluxos de caixa descontados, ascendia a 1.273 milhões de euros.

34.4. PAPEL COMERCIAL

A Portugal Telecom contratou em anos anteriores programas de papel comercial de curto prazo no montante total de 725 milhões de euros, dos quais 625 milhões de euros com tomada firme. Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa não estava a utilizar qualquer montante no âmbito destes programas.

34.5. OUTROS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

Em 2008, esta rubrica está relacionada essencialmente com os empréstimos obtidos pela Vivo junto da Anatel, no seguimento da aquisição das licenças 3G em Abril de 2008 pelo montante de 600.614.250 Reais Brasileiros (correspondente aos 50% da Portugal Telecom), equivalentes a um montante de 227.247.163 euros (Notas 32 e 43.g), o qual inclui as licenças adquiridas pela Vivo, SA e pela Telemig Celular. A Vivo pagou 10% do total em Abril de 2008 (60.061.425 Reais Brasileiros) e tinha a opção de pagar os restantes 90% em Dezembro de 2008 ou utilizar o financiamento da Anatel. Em Dezembro de 2008, a Telemig liquidou os 90% em dívida (24.090.975 Reais Brasileiros), enquanto a Vivo utilizou o financiamento da Anatel. Durante o exercício de 2009, a Vivo procedeu ao reembolso antecipado do valor em dívida no âmbito deste financiamento pelo montante de 516.461.850 Reais Brasileiros (correspondente aos 50% da Portugal Telecom), equivalentes a um montante de 186.623.491 euros (Nota 43.g).

34.6. COMPROMISSOS NO ÂMBITO DA LICENÇA DE UMTS

Este montante corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros relativos aos compromissos assumidos pela TMN no âmbito da licença de UMTS, nomeadamente relacionados com o programa e-escolas, conforme explicado na Notas 32.

34.7. LOCAÇÕES

As obrigações com contratos de locação financeira em 31 de Dezembro de 2009 estão relacionadas essencialmente com a locação de veículos e edifícios e com contratos para a aquisição de capacidade de satélite.

34.8. DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2009, a parcela dos empréstimos classificados como não correntes tem o seguinte plano de reembolso previsto:

	EUROS
2011	267.648.500
2012	1.622.759.309
2013	1.224.710.162
2014	866.404.357
2015 e seguintes	2.569.993.800
	6.551.516.128

34.9. CONDICIONALISMOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida eram como segue:

• Alteração de controlo

As obrigações convertíveis, as *credit facilities*, no montante total de 1.315 milhões de euros, e os empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 471 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, conferem aos credores o direito de exigirem o pagamento de todos os montantes em dívida no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom. De acordo com os termos e condições destes financiamentos, uma alteração de controlo ocorreria no caso de uma qualquer pessoa ou grupo de pessoas actuando concertadamente adquirir ou controlar mais de 50% dos direitos de voto, quer seja através de capital, de direitos de voto ou dos termos previstos no acordo de accionistas. Em determinados casos, obter o direito de nomear ou remover todos ou a maioria dos administradores ou directores da Empresa, ou de dar directivas relativamente às políticas operacionais e financeiras da Empresa, as quais tenham de ser respeitadas pelos administradores ou directores, também são aspectos a considerar como uma alteração de controlo.

As *eurobonds* de 1.000 milhões de euros e de 750 milhões de euros, ambas emitidas em 2009, conferem aos investidores o direito de exigirem o pagamento de todos os montantes em dívida no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom se simultaneamente o *credit rating* da Empresa for alterado para *sub-investment grade*, conforme definido nos termos e condições daquelas *eurobonds*.

• Notações de rating

Determinados empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 236 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, estabelecem que, caso o *rating* atribuído à Portugal Telecom pelas agências de *rating* seja reduzido do *rating* actual (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch) a PT pode ser chamada a apresentar garantia aceitável pelo BEI. Adicionalmente, as condições aplicáveis ao programa de papel comercial também podem ser modificadas no caso de o *rating* atribuível à Portugal Telecom ser alterado.

• Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas

Determinadas *credit facilities* no montante de 615 milhões de euros estabelecem que a Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas *Material Subsidiaries*. *Material Subsidiaries* são aquelas empresas cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados.

• Alienação de activos

As *credit facilities* no montante total de 150 milhões de euros e os empréstimos obtidos junto do BEI no montante de 471 milhões de euros em 31 de Dezembro 2009, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom.

• Rácios financeiros

Determinadas *facilities* no montante de 815 milhões de euros prevêm a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado. Outras *credit facilities* de 200 milhões de euros prevêm a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,0 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, as condições aplicáveis a determinadas *facilities* no montante total de 1.111 milhões de euros podem ser alteradas em função do rácio Dívida Líquida consolidada/EBITDA. Finalmente, alguns empréstimos do BEI no montante total de 80 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009 requerem que a Portugal Telecom apresente uma garantia aceitável pelo BEI se o rácio Dívida Líquida/EBITDA exceder 3,5 vezes.

• Negative pledge

O Programa de *Global Medium Term Notes*, as *revolving credit facilities* e um dos programas de papel comercial estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento de qualquer um destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado dos financiamentos obtidos ou no cancelamento das linhas de crédito disponíveis. Em 31 de Dezembro de 2009, a Portugal Telecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

35. CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Fornecedores conta corrente	738.472.863	792.592.855
Fornecedores de imobilizado	522.361.418	497.736.066
Pessoal	20.298.442	18.131.815
Outros	53.994.654	63.842.045
	1.335.127.377	1.372.302.781

36. ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Fornecimentos e serviços externos	258.140.723	255.597.326
Juros a liquidar (i)	186.865.070	154.308.452
Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal	110.481.588	107.776.432
Descontos a conceder a clientes	32.492.296	47.812.293
Outros (ii)	48.911.709	81.662.243
	636.891.386	647.156.746

(i) Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica inclui: (a) 3,2 milhões de euros e 20,9 milhões de euros (Nota 41), respectivamente, relativos à componente de juro de derivados de taxa de câmbio e de taxa de juro contratados pela Vivo; e (b) 1,5 milhões de euros e 8,5 milhões de euros (Nota 41), respectivamente, relacionados com o justo valor dos derivados de taxa de câmbio e taxa de juro contratados por diversas empresas do Grupo.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica incluía 43,3 milhões de euros relativos ao valor de mercado de derivados de taxa de câmbio detidos para negociação pela Portugal Telecom (Nota 41), os quais foram liquidados em Abril de 2009 pelo montante de 38 milhões de euros (Nota 43.i).

37. PROVEITOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 e em 1 de Janeiro de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS			
	31 Dez 09	31 Dez 08 (reexpresso)	1 Jan 08 (reexpresso)
Facturação antecipada			
Tráfego não consumido	160.681.525	134.612.099	129.267.962
Indemnizações por incumprimento contratual dos clientes	62.408.821	53.073.933	45.031.350
Programas de fidelização de clientes (Notas 3.p e 4) (i)	43.677.105	57.229.629	45.894.085
Outra facturação antecipada	84.660.401	61.163.629	76.102.570
Outros	66.350.081	56.543.078	35.654.585
	417.777.933	362.622.368	331.950.552

(i) Esta rubrica corresponde às receitas diferidas no âmbito dos programas de fidelização de clientes operados pelo Grupo, as quais são reconhecidas em resultados como receita no momento em que os pontos são consumidos.

38. PROVISÕES E AJUSTAMENTOS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões e ajustamentos:

EUROS						
	Saldo 31 Dez 2008	Aumentos	Reduções	Ajustamentos de conversão cambial	Outros	Saldo 31 Dez 2009
Ajustamentos						
Contas a receber (Notas 24 e 25)	368.186.993	99.956.219	(25.188.352)	22.483.839	(67.760.493)	397.678.206
Existências (Nota 26)	23.630.621	18.474.232	(4.124.484)	1.791.679	19.388	39.791.436
Investimentos (Notas 30 e 31)	38.060.349	2.821.365	(920.805)	933.628	(7.800.876)	33.093.661
	429.877.963	121.251.816	(30.233.641)	25.209.146	(75.541.981)	470.563.303
Provisões para riscos e encargos						
Processos judiciais em curso (Nota 45)	53.802.708	33.600.030	(2.196.321)	13.904.028	(29.341.138)	69.769.307
Impostos	37.499.364	5.288.777	(5.070.763)	2.871.235	(2.618.828)	37.969.785
Outras	77.718.434	6.713.813	(8.354.612)	3.090.929	(6.462.001)	72.706.563
	169.020.506	45.602.620	(15.621.696)	19.866.192	(38.421.967)	180.445.655
	598.898.469	166.854.436	(45.855.337)	45.075.338	(113.963.948)	651.008.958

EUROS

	Saldo 1 Jan 08 (reexpresso)	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Ajustamentos de conversão cambial	Outros	Saldo 31 Dez 2008
Ajustamentos							
Contas a receber (Notas 24 e 25)	367.779.073	5.760.673	105.316.822	(9.015.410)	(24.933.254)	(76.720.911)	368.186.993
Existências (Nota 26)	16.376.372	3.211.752	8.342.550	(2.653.526)	(1.028.321)	(618.206)	23.630.621
Investimentos (Notas 30 e 31)	36.764.298	-	1 079 696	(93 755)	310 110	-	38 060 349
	420.919.743	8.972.425	114.739.068	(11.762.691)	(25.651.465)	(77.339.117)	429.877.963
Provisões para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso (Nota 45)	69.484.102	1.981.604	33.764.180	(13.086.125)	(14.327.660)	(24.013.393)	53.802.708
Impostos	34.750.952	962	12.033.158	(1.044.095)	(2.317.855)	(5.923.758)	37.499.364
Outras	82.556.819	5.137.911	4.105.937	(7.547.741)	(11.583.745)	5.049.253	77.718.434
	186.791.873	7.120.477	49.903.275	(21.677.961)	(28.229.260)	(24.887.898)	169.020.506
	607.711.616	16.092.902	164.642.343	(33.440.652)	(53.880.725)	(102.227.015)	598.898.469

As alterações no perímetro de consolidação em 2008 estão relacionadas essencialmente com o impacto da consolidação da Telemig em 1 de Abril de 2008, incluindo provisões para riscos e encargos no montante de 7.120.477 euros (Nota 2).

Os ajustamentos de conversão cambial em 2009 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real face ao euros (de 3,2436 em 31 de Dezembro de 2008 para 2,5113 em 31 de Dezembro de 2009), enquanto em 2008 são explicados basicamente pelo impacto da desvalorização do Real face ao euros (de 2,5963 em 31 de Dezembro de 2007 para 3,2436 em 31 de Dezembro de 2008).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de "Provisões para riscos e encargos" foi classificada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira de acordo com a data expectável da liquidação da correspondente obrigação, conforme segue:

EUROS

	2009	2008
Provisões correntes		
Processos judiciais em curso (Nota 45.2)	45.774.534	35.788.673
Impostos (Nota 45.3)	27.679.316	28.192.958
Outras	4.362.015	8.232.449
	77.815.865	72.214.080
Provisões não correntes		
Processos judiciais em curso (Nota 45.2)	23.994.773	18.014.035
Impostos (Nota 45.3)	10.290.469	9.306.406
Outras	68.344.548	69.485.985
	102.629.790	96.806.426
	180.445.655	169.020.506

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outras provisões para riscos e encargos" tem a seguinte composição:

EUROS

	2009	2008
Remoção e desmantelamento de activos fixos (Nota 3.g)	61.242.869	63.763.188
Investimentos financeiros negativos (Nota 30) (i)	4.672.403	4.484.583
Outros	6.791.291	9.470.663
	72.706.563	77.718.434

(i) Esta provisão corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederam o valor das componentes do investimento financeiro (incluindo empréstimos) que se encontravam registadas no activo (Nota 2.a).

Nos exercícios de 2009 e 2008, os reforços das provisões e ajustamentos foram registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados:

EUROS		
	2009	2008
Provisões e ajustamentos	133.881.903	145.691.588
Imposto sobre o rendimento (Notas 19 e 27)	3.200.341	7.979.930
Custo das mercadorias vendidas (Nota 11)	5.730.163	7.385.304
Perdas em empresas participadas	1.208.928	1.703.237
Outros	22.833.101	1.882.284
	166.854.436	164.642.343

Nos exercícios de 2009 e 2008, as reduções das provisões e ajustamentos foram registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados:

EUROS		
	2009	2008
Provisões e ajustamentos	32.950.654	28.666.131
Custo das mercadorias vendidas (Nota 11)	3.186.095	2.611.552
Imposto sobre o rendimento (Notas 19 e 27)	4.634.805	424.089
Outros	5.083.783	1.738.880
	45.855.337	33.440.652

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica “Provisões e ajustamentos” da Demonstração Consolidada dos Resultados tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Aumentos nas provisões e ajustamentos para contas a receber e outros	133.881.903	145.691.588
Reduções nas provisões e ajustamentos para contas a receber e outros	(32.950.654)	(28.666.131)
Dívidas incobráveis	3.503.821	4.867.075
Recuperação de dívidas incobráveis	(2.627.971)	(3.110.264)
	101.807.099	118.782.268

Na rubrica de “Ajustamentos a contas a receber”, a redução na coluna de “Outros movimentos” decorre essencialmente da anulação de saldos de contas a receber de clientes, que se encontravam totalmente ajustados.

Em 2009 e 2008, as reduções na coluna de “Outros movimentos” na rubrica “Provisões para processos judiciais em curso”, resultam essencialmente da resolução desfavorável de diversos processos intentados contra a Vivo.

39. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2009	2008
Outros passivos correntes		
Dividendos a pagar (i)	72.421.302	13.158.426
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.I.x) e 29)	20.201.231	55.479.811
Outros (ii)	49.748.311	38.382.208
	142.370.844	107.020.445
Outros passivos não correntes		
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.I.x) e 29)	276.544.156	441.821.002
Valor de mercado de instrumentos financeiros (Nota 41)	4.204.918	3.555.907
Outros (iii)	13.356.378	43.386.523
	294.105.452	488.763.432

(i) Esta rubrica respeita essencialmente a dividendos atribuídos por empresas participadas da Brasilcel que ainda se encontram por liquidar, com o aumento a ser explicado pelos dividendos atribuídos pela Vivo Participações em Dezembro de 2009, no montante de 730 milhões de Reais Brasileiros, dos quais 297 milhões de Reais Brasileiros (59 milhões de euros) atribuíveis a interesses minoritários.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica inclui essencialmente uma conta a pagar a accionistas das empresas participadas da Brasilcel, em resultado de uma operação de agrupamento de acções efectuada por essas empresas em anos anteriores. No âmbito desta operação, as acções emitidas pelas diversas empresas foram agrupadas em lotes, tendo cada um deles sido trocado por uma nova acção. Em virtude de determinados accionistas não possuírem o número suficiente de acções para receber uma nova acção, foi efectuado um leilão das acções não atribuídas/trocadas, tendo cada empresa reconhecido o montante recebido nesse leilão como um passivo a pagar aos antigos accionistas, o qual será liquidado na medida que esses accionistas o solicitem.

(iii) Esta rubrica inclui essencialmente acréscimos de custos relativos a juros e a outras despesas financeiras incorridas com determinados empréstimos obtidos pela Vivo, cujo vencimento ocorre a mais de 12 meses. A redução ocorrida em 2009 é essencialmente explicada pelo reembolso dos financiamentos obtidos em 2008 junto da Anatel para a aquisição de licenças 3G (Nota 34).

40. CAPITAL PRÓPRIO

40.1. CAPITAL SOCIAL

Tal como aprovado na Assembleia-Geral de Accionistas de 27 de Abril de 2007 e com o objectivo de concluir o programa de recompra de acções próprias (Nota 40.2):

- No dia 24 de Março de 2008, a Portugal Telecom reduziu o seu capital social no montante de 2.496.145 euros através do cancelamento de 83.204.823 acções próprias com um valor de 711.917.017 euros;
- No dia 10 de Dezembro de 2008, a Portugal Telecom reduziu o seu capital social no montante de 1.382.480 euros através do cancelamento de 46.082.677 acções próprias com um valor de 337.828.601 euros.

Em resultado das operações acima mencionadas, o capital social da Portugal Telecom, totalmente subscrito e realizado, ascende em 31 de Dezembro de 2009 a 26.895.375 euros, representado por 896.512.500 acções, com um valor nominal de três cêntimos de euros cada e com a seguinte distribuição:

- 896.512.000 acções ordinárias; e
- 500 acções de Categoria A.

As matérias indicadas em seguida não podem ser aprovadas em Assembleia-Geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de Categoria A:

- Autorização de aquisição de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a Portugal Telecom;

- Alterações aos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão do direito de preferência e a fixação de parâmetros para os aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, fixação do valor das emissões daqueles valores mobiliários a deliberar pelo Conselho de Administração e limitação ou supressão de direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções, bem como fixação de parâmetros para as emissões de obrigações daquela natureza a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Tomada de deliberações sobre a aplicação dos resultados do exercício, em caso de distribuição de um dividendo aos accionistas numa percentagem superior a 40% dos lucros distribuíveis;
- Eleição da mesa da Assembleia-Geral, assim como do Presidente da Comissão de Auditoria e do Revisor Oficial de Contas;
- Aprovação dos objectivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade;
- Definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades, bem como, nos casos em que aqueles princípios exijam a prévia autorização da Assembleia-Geral, tomada de deliberações sobre as respectivas aquisições e alienações;
- Autorização para deslocação da sede da Sociedade.

Adicionalmente, para a eleição de um terço do número total dos Administradores, incluindo o Presidente do Conselho Executivo, é necessária a concorrência dos votos emitidos pelo Estado, enquanto titular das acções da Categoria A.

Os Estatutos da Sociedade determinam ainda que, de entre os membros da Comissão Executiva designada pelo Conselho de Administração, pelo menos um ou dois dos administradores designados, consoante a Comissão Executiva seja composta por cinco ou sete membros, tenham sido eleitos de acordo com aquela regra de eleição que confere direitos especiais ao Estado enquanto titular da acções da categoria A.

40.2. ACÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as acções próprias em carteira correspondiam a *equity swaps* contratados pela Portugal Telecom até essa data e que foram reconhecidos como uma efectiva aquisição de acções, originando o registo de um passivo pelo correspondente valor de aquisição (Nota 34).

Durante os exercícios de 2008 e 2009, o movimento ocorrido nesta rubrica foi como segue:

	Número de acções	Valor nominal	Descontos e prémios	Valor contabilístico (Nota 34)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	35.242.929	1.057.288	322.121.625	323.178.913
Contratação de <i>equity swaps</i> sobre acções próprias	114.684.571	3.440.537	901.197.995	904.638.532
Cancelamento de acções próprias realizado em Março de 2008 (Nota 40.1)	(83.204.823)	(2.496.145)	(709.420.872)	(711.917.017)
Cancelamento de acções próprias realizado em Dezembro de 2008 (Nota 40.1)	(46.082.677)	(1.382.480)	(336.446.121)	(337.828.601)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008 e 2009	20.640.000	619.200	177.452.627	178.071.827

40.3. RESERVA LEGAL

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Em 31 de Dezembro de 2009, a reserva legal já se encontrava totalmente constituída, correspondendo a mais de 20% do capital social.

40.4. RESERVA DE ACÇÕES PRÓPRIAS

A reserva de acções próprias está relacionada com o reconhecimento de uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das acções canceladas ou ao custo de aquisição das acções próprias detidas pela Portugal Telecom. A reserva de acções próprias tem um regime legal equivalente ao da reserva legal. Em 31 de Dezembro de 2009, esta reserva refere-se às acções canceladas em 20 de Dezembro de 2007, 24 de Março de 2008 e 10 de Dezembro de 2008, conforme explicado acima.

40.5. RESULTADOS ACUMULADOS E OUTRAS RESERVAS

Durante os exercícios de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram como segue:

EUROS						
	Saldo 31 Dez 08 (reexpresso)	Rendimento integral	Dividendos (Nota 21)	Reestruturação societária na Vivo (Nota 2)	Outros movimentos (ii)	Saldo 31 Dez 09
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio						
Perdas actuariais líquidas (Notas 9.1, 9.2, 9.3 e 9.7)	(1.960.169.943)	164.773.415	-	-	-	(1.795.396.528)
Ajustamentos de conversão cambial e outros (i)	240.750.206	668.879.348	-	-	-	909.629.554
Derivados de cobertura	(1.899.997)	(773.672)	-	-	-	(2.673.669)
	(1.721.319.734)	832.879.091	-	-	-	(888.440.643)
Efeito fiscal	520.153.359	(43.459.932)	-	-	-	476.693.427
	(1.201.166.375)	789.419.159	-	-	-	(411.747.216)
Reservas reconhecidas directamente no capital próprio						
Reservas de reavaliação de activos tangíveis (Nota 33)	1.075.033.022	-	-	-	(107.338.582)	967.694.440
Efeito fiscal	(284.346.234)	12.116.738	-	-	26.643.191	(245.586.305)
	790.686.788	12.116.738	-	-	(80.695.391)	722.108.135
Total de resultados e reservas reconhecidos directamente no capital	(410.479.587)	801.535.897	-	-	(80.695.391)	310.360.919
Resultados transitados e outras reservas	203.838.888	-	72.473.431	103.641.467	80.695.391	460.649.177
Resultado líquido atribuível aos accionistas da Portugal Telecom	576.100.119	683.931.019	(576.100.119)	-	-	683.931.019
	369.459.420	1.485.466.916 (503.626.688)	-	103.641.467	-	1.454.941.115

(i) Esta rubrica inclui os ajustamentos de conversão cambial dos activos e passivos denominados em moeda estrangeira desde 1 de Janeiro de 2004 (Nota 3.q), os quais estão relacionados essencialmente com os investimentos da Portugal Telecom no Brasil, cujos ajustamentos de conversão cambial acumulados positivos totalizam cerca de 953 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, referentes fundamentalmente ao investimento na Vivo. Este efeito é parcialmente compensado pelos ajustamentos de conversão cambial acumulados negativos relacionados com os investimentos do Grupo expostos ao dólar americano, nomeadamente a Unitel, a MTC e a Timor Telecom.

(ii) Estes movimentos referem-se à transferência de parte da reserva de reavaliação para resultados transitados e do correspondente efeito fiscal, no seguimento do reconhecimento em resultados da amortização dos activos reavaliados.

EUROS					
	Saldo 1 Jan 08 (reexpresso)	Rendimento integral	Dividendos (Nota 21)	Aquisição de acções próprias através de equity swaps	Saldo 31 Dez 08 (reexpresso)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio					
Perdas actuariais líquidas (Notas 9.1, 9.2, 9.3 e 9.7)	(1.365.360.771)	(594.809.172)	-	-	(1.960.169.943)
Ajustamentos de conversão cambial e outros	839.593.851	(598.843.645)	-	-	240.750.206
Derivados de cobertura	(617.041)	(1.282.956)	-	-	(1.899.997)
	(526.383.961)	(1.194.935.773)	-	-	(1.721.319.734)
Efeito fiscal	362.188.945	157.964.414	-	-	520.153.359
	(164.195.016)	(1.036.971.359)	-	-	(1.201.166.375)
Reservas reconhecidas directamente no capital próprio					
Reservas de reavaliação de activos tangíveis (Nota 33)	-	1.075.033.022	-	-	1.075.033.022
Efeito fiscal	-	(284.346.234)	-	-	(284.346.234)
	-	790.686.788	-	-	790.686.788
Total de resultados e reservas reconhecidos directamente no capital	(164.195.016)	(246.284.571)	-	-	(410.479.587)
Resultado líquido, resultados transitados e outras reservas	1.786.785.390	576.100.119	(533.200.884)	(1.049.745.618)	779.939.007
	1.622.590.374	329.815.548	(533.200.884)	(1.049.745.618)	369.459.420

41. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

41.1. RISCOS FINANCEIROS

A Portugal Telecom encontra-se exposta basicamente a (i) riscos de mercado relacionados essencialmente com alterações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro, (ii) riscos de crédito e (iii) riscos de liquidez. O principal objectivo da gestão de risco da Portugal Telecom é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável. Os instrumentos financeiros derivados são utilizados pela Portugal Telecom essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação destes derivados é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e envolvem a consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento periódico da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, essencialmente com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários.

Taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com os investimentos no Brasil e em outros países estrangeiros, bem como com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do país onde opera a empresa que contraiu a dívida.

Em 31 de Dezembro de 2009, a exposição líquida (activo menos passivo, líquido de interesses minoritários) ao Brasil ascende a 7.875 milhões de Reais (3.136 milhões de euros à taxa de câmbio euros/BRL de 31 de Dezembro de 2009).

O Grupo está ainda exposto ao risco de taxa de câmbio relacionado com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional das empresas do Grupo. A 31 de Dezembro de 2009, estes riscos estão relacionados essencialmente com:

- Dívida denominada em Dólares Americanos (USD) contratada pela Portugal Telecom no montante de 21 milhões de USD (15 milhões de euros), para a qual a Portugal Telecom contratou derivados de taxa de câmbio e taxa de juro.
- Dívida denominada em USD contratada pela Vivo no montante de 207 milhões de USD (144 milhões de euros), para a qual a Vivo contratou derivados de taxa de câmbio e taxa de juro, com uma cobertura de 100% do montante em dívida àquela data.
- Dívida denominada em Yenes Janoneses (JPY) contratada pela Vivo, no montante de 669 milhões de JPY (5 milhões de euros), para a qual a Vivo contratou derivados de taxa de câmbio e taxa de juro, com uma cobertura de 100% da dívida àquela data.

São apresentados de seguida diversas análises de sensibilidade, com o objectivo de demonstrar os principais efeitos na Demonstração Consolidada dos Resultados e no capital próprio da Portugal Telecom, decorrentes de alterações hipotéticas em determinados factores de risco relevantes:

- O impacto da apreciação (desvalorização) da taxa de câmbio euros/BRL em 0,1 de 2,51 para 2,41 (2,61) seria um aumento (redução) nos activos líquidos consolidados do Grupo Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2009 de, aproximadamente, 130 milhões de euros (120 milhões de euros).
- A maior parte dos activos e passivos financeiros não relacionados com derivados estão directa ou indirectamente cobertos por instrumentos financeiros de cobertura. Desta forma, alterações na taxa de câmbio não teriam impacto significativo nas demonstrações dos resultados ou no capital próprio das empresas onde esses activos e passivos estão registados.

Taxa de juro

Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a dívida contratada a taxa de juro variável. A Portugal Telecom está essencialmente exposta a estes riscos na zona euros e no Brasil. Com o propósito de reduzir o impacto deste risco, o Grupo contratou *swaps* de taxa de juro, de forma a converter dívida de taxa variável em dívida de taxa fixa.

Em 31 de Dezembro de 2009, 79,8% da dívida bruta encontrava-se sujeita a taxas de juro fixas, directamente ou mediante a contratação dos referidos instrumentos financeiros derivados. Os restantes 20,2% encontravam-se expostos a alterações nas taxas de juro de mercado. Se as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os juros suportados líquidos dos juros obtidos desse período teriam sido superiores (inferiores) em aproximadamente 13 milhões de euros (13 milhões de euros), dado que o efeito da dívida exposta a flutuações nas taxas de juro de mercado é compensado pelo impacto da caixa e equivalentes de caixa também expostos a flutuações nas taxas de juro de mercado.

O Grupo contratou igualmente alguns derivados que incluem uma componente de taxa de juro, os quais se encontram classificados como derivados detidos para negociação, apesar do seu objectivo económico ter sido a cobertura do risco de taxa de juro. Se as taxas de juro de mercado relevantes tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os juros suportados líquidos do período teriam sido superiores (inferiores) em aproximadamente 1 milhão de euros (1 milhão de euros).

Os riscos de taxa de juro também resultam da exposição a alterações no justo valor da dívida de médio e longo prazo sujeita a taxas de juro fixas, devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo. A Portugal Telecom está sujeita essencialmente ao risco de crédito nas suas actividades operacionais e de tesouraria.

O risco de crédito nas operações está essencialmente relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes (Notas 24 e 25). Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo, sendo que o objectivo da gestão do Grupo Portugal Telecom é: (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respectivo perfil e a antiguidade da conta a receber de cada cliente; (b) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; (c) realizar análises de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e (d) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado.

O Grupo não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes, espalhados por diversos negócios e áreas geográficas.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando essencialmente: (a) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de um cliente residencial ou empresarial ou um operador de telecomunicações; (b) a antiguidade das contas a receber, a qual difere de negócio para negócio; (c) a condição financeira do cliente; e (d) o risco do mercado onde o cliente está localizado.

O movimento destes ajustamentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 encontra-se divulgado na Nota 38. Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo entende que não existe a necessidade de reforçar os ajustamentos para contas a receber de cobrança duvidosa para além do montante já existente e incluído na Nota 38.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo tinha contas a receber não ajustadas nem diferidas e que já se encontravam vencidas com antiguidades superiores a cento e oitenta dias no montante de aproximadamente 113 milhões de euros.

Os riscos relacionados com actividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efectuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objectivo de mitigar este risco, a política da Portugal Telecom é a de investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas e com rating de crédito elevado.

Riscos de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos accionistas e o reembolso de dívida. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações, nas disponibilidades de caixa e no valor não utilizado de linhas de crédito, conforme discriminado abaixo, a Portugal Telecom entende que o Grupo tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

Como forma de mitigar este risco, a Portugal Telecom procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais, tal como mencionado acima. Em 31 de Dezembro de 2009, o valor de disponibilidades de caixa, excluindo as operações internacionais, e o valor não utilizado de papel comercial tomado firme (caixa disponível mediante um aviso de dois ou três dias) e linhas de crédito ascendia a 2.864 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2009, a Vivo tinha disponibilidades no montante de 296 milhões de euros. A maturidade média da dívida líquida em 31 de Dezembro de 2009 é de 6,6 anos.

A estrutura de capital da Portugal Telecom é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das actividades dos diversos negócios e a maximização do retorno dos accionistas. A estrutura de capital do Grupo inclui a dívida (Nota 34), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo (Nota 23) e o capital atribuível aos accionistas da empresa-mãe, o qual inclui o capital social emitido, acções próprias, reservas e resultados acumulados (Nota 40). O Grupo revê periodicamente a sua estrutura de capital considerando os riscos associados a cada uma das supra referidas classes de capital.

Em 31 de Dezembro de 2009, o *gearing ratio*, determinado como a proporção da dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo) sobre a dívida líquida mais o capital diminuiu para 70%, de 82,5% em 31 de Dezembro de 2008. O indicador do capital mais a dívida de longo prazo sobre o total dos activos aumentou de 41,1% para 60,3% em 31 de Dezembro de 2009.

As principais obrigações contratuais do Grupo Portugal Telecom são aquelas relacionadas com os empréstimos obtidos (Nota 34) e respectivos juros, os pagamentos de benefícios de reforma, as locações operacionais (Nota 13) e outros compromissos financeiros não contingentes. A tabela abaixo resume as obrigações contratuais esperadas e compromissos financeiros da Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2009, em termos consolidados:

							EUROS
	Total	2010	2011	2012	2013	2014	Mais de cinco anos
Dívida	7.046,0	494,5	267,6	1.622,8	1.224,7	866,4	2.570,0
Juros relativos à dívida (i)	2.230,5	375,7	352,5	335,9	272,1	198,2	696,1
Pagamentos de benefícios de reforma (ii)	2.072,5	222,5	209,0	195,9	183,4	172,2	1.089,6
Obrigações com locações operacionais	951,7	195,2	163,1	150,5	146,4	143,4	153,1
Compromissos financeiros não contingentes (iii)	255,4	253,2	1,1	1,1	-	-	-
Total de obrigações contratuais	12.556,1	1.541,1	993,3	2.306,1	1.826,7	1.380,1	4.508,8

(i) As obrigações esperadas da Portugal Telecom relacionadas com os juros suportados com empréstimos obtidos são calculadas com base na dívida em 31 de Dezembro de 2009 e baseiam-se em pressupostos relativos a taxas de juro com impacto na parcela da dívida contratada com taxa de juro variável, pelo que estas obrigações podem variar significativamente dos montantes aqui apresentados, dependendo de eventuais refinanciamentos futuros e das taxas de juro de mercado.

(ii) Os montantes apresentados correspondem aos pagamentos não descontados a efectuar pela Portugal Telecom relativos a salários devidos a pré-reformados e suspensos e a contribuições estimadas para os fundos. Para a parcela de responsabilidades não financiadas e para efeitos de cálculos, a Portugal Telecom assumiu contribuições lineares ao longo dos próximos anos. Este montante difere do passivo reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira essencialmente pelo efeito do desconto das responsabilidades não financiadas.

(iii) Conforme descrito na Nota 42, os compromissos financeiros não contingentes estão relacionados essencialmente com acordos celebrados com fornecedores de imobilizado (incluindo todos os montantes relativos a aquisição de equipamentos de rede, de telecomunicações e terminais móveis).

Adicionalmente, a Portugal Telecom também se comprometeu a pagar um dividendo de 0,575 euros em 2010 relativo ao exercício fiscal de 2009, em linha com o programa de remuneração accionista anunciado. O pagamento destes dividendos está sujeito a aprovação na próxima Assembleia-Geral Anual, podendo ascender até 504 milhões de euros.

41.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Instrumentos de cobertura

O Grupo procede periodicamente à análise da classificação dos derivados contratados de modo a identificar quais os que cumprem os requisitos estabelecidos no IAS 39 para serem classificados como instrumentos de cobertura. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os seguintes instrumentos financeiros foram classificados como derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor (valores em milhões de euros, incluindo 100% dos valores dos instrumentos contratados pela Vivo):

31 DEZ 2009

MILHÕES DE EUROS

Empresa	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico
Cobertura de fluxos de caixa				
Portugal Telecom	202,2	Swaps de taxa de juro em EUR	2,7	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Cobertura de justo valor				
Vivo	287,8	Swaps de taxa de câmbio USD/BRL	4,6	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
Vivo	10,1	Swaps de taxa de câmbio JPY/BRL	1,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
MTC	2,5	Forwards USD/NAD	0,1	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio nas despesas em dólares

31 DEZ 2008

MILHÕES DE EUROS

Empresa	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico
Cobertura de fluxos de caixa				
Portugal Telecom	34,3	Swaps de taxa de juro em EUR	2,9	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Cobertura de justo valor				
Vivo	368,6	Swaps de taxa de câmbio USD/BRL	4,5	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
Vivo	409,0	Swaps de taxa de câmbio JPY/BRL	0,4	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os seguintes instrumentos financeiros foram classificados como derivados detidos para negociação (valores em milhões de euros, incluindo 100% dos valores dos instrumentos contratados pela Vivo):

31 DEZ 2009

MILHÕES DE EUROS

Empresa	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico
Portugal Telecom	34,4	Swaps de taxa de juro em EUR	1,7	Instrumentos resultantes de cobertura anteriores de risco de taxa de juro
Portugal Telecom	14,8	Swaps de taxa de câmbio EUR/USD	1,5	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Vivo	0,8	Swaps de taxa de câmbio USD/BRL	0,8	Instrumentos resultantes de cobertura anteriores de risco de taxa de juro
Vivo	72,5	Swaps de taxa de juro em BRL	2,0	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro

31 DEZ 2008

MILHÕES DE EUROS

Empresa	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico
Portugal Telecom	44,4	Swaps de taxa de juro em EUR	4,0	Instrumentos resultantes de coberturas anteriores de risco de taxa de juro
Portugal Telecom	22,9	Swaps de taxa de câmbio EUR/USD	3,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
Portugal Telecom	200,0	EUR Call / USD Put	0,3	Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente
Cabo Verde Telecom	0,4	Swap de taxa de câmbio EUR/USD	0,9	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio e de taxa de juro em financiamentos
Vivo	1,8	Swaps de taxa de câmbio USD/BRL	1,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
Vivo	103,3	Swaps de taxa de juro em BRL	1,0	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro
Mobitel	13,2	Swaps de taxa de câmbio USD/BRL	1,5	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O movimento ocorrido no valor de mercado dos derivados durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é como segue (valores em milhões de euros):

MILHÕES DE EUROS						
Variação no valor de mercado						
	Saldo 31 Dez 2008	Resultado	Reservas	Adições e liquidações	Ajustamentos de conversão cambial e outros	Saldo 31 Dez 2009
Derivados de cobertura de justo valor						
Taxa de câmbio e taxa de juro (i)	79,7	(82,2)	-	(11,5)	18,9	4,9
Taxa de câmbio	-	(0,3)	-	-	(0,1)	(0,3)
Derivados detidos para negociação						
Taxa de câmbio	(43,3)	5,7	-	37,6	-	-
Taxa de câmbio e taxa de juro	(16,0)	(6,5)	-	12,6	3,1	(6,8)
Taxa de juro	(0,3)	2,1	-	-	0,8	2,6
Derivados de cobertura de fluxos de caixa						
Taxa de juro	(1,0)	(1,8)	(0,8)	1,6	-	(2,0)
	19,1	(83,0)	(0,8)	40,4	22,8	(1,5)

(i) Em 31 de Dezembro de 2009, estes derivados, os quais foram contratados pela Vivo, tinham uma maturidade média de 1,1 anos.

MILHÕES DE EUROS							
Variação no valor de mercado							
	Saldo 31 Dez 2007	Alteração no perímetro de consolidação	Resultado	Reservas	Adições e liquidações	Ajustamentos de conversão cambial e outros	Saldo 31 Dez 2008
Derivados de cobertura de justo valor							
Taxa de câmbio e taxa de juro	(83,2)	(17,8)	94,0	-	99,8	(13,1)	79,7
Derivados detidos para negociação							
Taxa de câmbio	(46,5)	-	3,2	-	-	-	(43,3)
Taxa de câmbio e taxa de juro	(24,5)	-	4,7	-	4,5	(0,7)	(16,0)
Taxa de juro	0,8	-	0,4	-	-	(1,6)	(0,3)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa							
Taxa de juro	(0,6)	-	0,0	(1,3)	(0,2)	1,0	(1,0)
	(154,1)	(17,8)	102,5	(1,3)	104,1	(14,3)	19,1

A variação no valor de mercado dos derivados ocorrida nos exercícios de 2009 e 2008 foi registada em resultados conforme segue (valores em milhões de euros):

MILHÕES DE EUROS								
	2009				2008			
	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais, líquidas	Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos (Nota 17)	Total	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais, líquidas	Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos (Nota 17)	Total
Derivados de cobertura de justo valor								
Taxa de juro e taxa de câmbio	13,9	68,3	-	82,2	35,2	(125,7)	(3,6)	(94,0)
Taxa de câmbio	-	0,3	-	0,3	-	-	-	-
Derivados detidos para negociação								
Taxa de câmbio	-	-	(5,7)	(5,7)	-	-	(3,2)	(3,2)
Taxa de câmbio e taxa de juro	-	6,5	-	6,5	-	(2,4)	(2,3)	(4,7)
Taxa de juro	(1,8)	-	(0,3)	(2,1)	-	-	(0,4)	(0,4)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa								
Taxa de juro	1,6	-	0,2	1,8	(0,2)	-	0,2	(0,0)
	13,8	75,0	(5,8)	83,0	35,0	(128,1)	(9,4)	(102,5)

Em 31 de Dezembro de 2009, os derivados contratados pela Empresa são reconhecidos pelo seu valor de mercado e estão registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada da Posição Financeira (valores em milhões de euros):

MILHÕES DE EUROS					
	Activo			Passivos	
	Investimentos de curto prazo	Dívida	Acréscimos de custos (Nota 36)	Outros passivos não correntes (Nota 39)	Total
Derivados de cobertura de justo valor					
Taxa de câmbio e taxa de juro	-	8,2	(3,2)	-	4,9
Taxa de câmbio	-	-	(0,3)	-	(0,3)
Derivados detidos para negociação					
Taxa de câmbio	-	-	-	-	-
Taxa de câmbio e taxa de juro	-	(5,2)	(1,5)	-	(6,8)
Taxa de juro	4,8	-	-	(2,2)	2,6
Derivados de cobertura de fluxos de caixa					
Taxa de juro	-	-	-	(2,0)	(2,0)
	4,8	2,9	(5,1)	(4,2)	(1,5)

Em 31 de Dezembro de 2008, os derivados contratados pela Empresa encontravam-se reconhecidos ao valor de mercado, estando registados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira conforme segue (valores em milhões de euros):

MILHÕES DE EUROS					
	Activo			Passivos	
	Investimentos de curto prazo	Dívida	Acréscimos de custos (Nota 36)	Outros passivos não correntes (Nota 39)	Total
Derivados de cobertura de justo valor					
Taxa de câmbio e taxa de juro	-	100,7	(20,9)	-	79,7
Derivados detidos para negociação					
Taxa de câmbio	-	-	(43,3)	-	(43,3)
Taxa de câmbio e taxa de juro	-	(7,5)	(8,5)	-	(16,0)
Taxa de juro	2,2	-	-	(2,5)	(0,3)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa					
Taxa de juro	-	-	-	(1,0)	(1,0)
	2,2	93,1	(72,7)	(3,6)	19,1

41.3. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Tal como definido pelo IAS 39, o valor contabilístico de cada uma das seguintes categorias em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi reconhecido como segue (valores em milhões de euros):

MILHÕES DE EUROS		
Rubrica	2009	2008
Activos financeiros registados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.449,5	1.010,7
Investimentos de curto prazo (Nota 23)	26,9	52,9
Contas a receber - Clientes (Nota 24)	1.401,5	1.248,0
Contas a receber - Outros (i)	150,9	190,2
Outros activos correntes e não correntes - transacções de QTE (Nota 29)	296,7	497,3
Investimentos em empresas associadas - empréstimos (Nota 30)	23,6	98,6
	3.349,0	3.097,7
Derivados de cobertura de justo valor:		
Outros activos/(passivos) não-correntes - derivados de taxa de juros - cobertura de fluxo de caixa (Nota 41.2)	(2,0)	(1,0)
Empréstimos bancários - derivados de taxa de juro e câmbio - cobertura de justo valor (Nota 41.2) (ii)	2,9	93,1
Acréscimo de custos - derivados de taxa de juro e câmbio - cobertura de justo valor (Nota 41.2)	(3,2)	(20,9)
	(2,3)	71,2
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Dívida - obrigações convertíveis (Nota 34)	705,6	697,3
Dívida - obrigações (Nota 34)	4.776,3	3.284,1
Dívida - empréstimos bancários (ii)	1.274,7	1.612,1
Dívida - outros empréstimos (Nota 34)	0,0	807,9
Dívida - licença UMTS (Nota 34)	-	79,4
Dívida - <i>equity swaps</i> sobre acções próprias (Nota 34)	178,1	178,1
Contas a pagar (Nota 35)	1.335,1	1.372,3
Acréscimo de custos	632,1	574,4
Outros passivos correntes	122,2	51,5
	9.024,1	8.657,1
Derivados detidos para negociação:		
Acréscimo de custos - derivados de taxa de câmbio e taxa de juro (Nota 41.2)	1,5	8,5
Outros passivos não correntes - derivados de taxa de câmbio (Nota 41.2)	-	43,3
Outros passivos não correntes - derivados de taxa de juro (Nota 41.2)	2,2	2,5
	3,7	54,4
Passivos financeiros registados de acordo com o IAS 17:		
Dívida - locações financeiras (Nota 34)	114,3	130,2
Outros passivos correntes e não correntes - transacções de QTE (Nota 39)	296,7	497,3
	411,0	627,5

(i) A rubrica da Demonstração Consolidada da Posição Financeira "Contas a receber - outros" inclui determinados activos, tais como depósitos judiciais, os quais não respeitam os requisitos para que sejam classificados como activos financeiros e, como tal, foram excluídos desta rubrica.

(ii) O valor total de empréstimos bancários inclui os valores nominais, os quais foram registados ao custo amortizado, e o justo valor de determinados derivados de taxa de juro e taxa de câmbio.

Com excepção da dívida, cujo justo valor é divulgado na Nota 34, e dos derivados, os quais se encontram registados ao justo valor, o valor de mercado dos restantes activos e passivos financeiros é semelhante ao seu valor contabilístico. O valor de mercado dos instrumentos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- Com excepção das obrigações de taxa fixa no montante de 50 milhões de euros, cujo valor de mercado foi determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado definida pelo parágrafo 27A da IFRS 7 (outros *inputs* observáveis que não valores cotados), o valor de mercado das restantes obrigações convertíveis e não convertíveis foi determinado com base em valores cotados em mercados activos, o que é equivalente ao nível 1 da hierarquia de valor de mercado (valores cotados não ajustados em mercados activos);

- No caso dos empréstimos bancários, o valor de mercado foi determinado internamente com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* directamente observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada;
- No caso do passivo relativo a *equity swaps* sobre acções próprias, o valor de mercado destes instrumentos financeiros, o qual ascendia a 5,7 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, foi determinado externamente através da diferença entre o preço de exercício destes *equity swaps* e a cotação da acção da Portugal Telecom aquela data, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada;
- No caso dos derivados contratados em Portugal, o valor de mercado foi determinado externamente com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada;
- No caso dos derivados contratados no Brasil e de outros empréstimos contratados em Portugal e no Brasil, o valor de mercado foi determinado internamente com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada.

A Portugal Telecom considera que o principal pressuposto utilizado na metodologia de fluxos de caixa descontados preparada internamente está relacionado com a taxa de desconto, a qual, para os instrumentos financeiros contratados em Portugal com maturidades entre 1 mês e 10 anos, varia entre 1% e 5%, e para aqueles contratados no Brasil com maturidades entre 1 mês e 6 anos varia entre 9% e 13%. Adicionalmente, a Portugal Telecom também utilizou taxas *forward* de juro e de câmbio obtidas directamente através de informações de mercado, tomando em consideração a maturidade e a moeda de cada instrumento financeiro.

42. GARANTIAS E COMPROMISSOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha apresentado garantias bancárias e cartas de conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

	EUROS
Garantias bancárias e fianças a favor da Administração Fiscal	114.207.845
Garantias bancárias a favor de tribunais	1.608.378
Garantias bancárias a favor de terceiros, solicitadas por:	
TMN	2.157.210
PT Comunicações	15.575.808
Outras	11.472.040
Cartas de conforto e avales a favor de terceiros	2.405.803
Total	147.427.084

As garantias bancárias e fianças a favor da Administração Fiscal incluem 78 milhões de euros relativos a liquidações fiscais recebidas pela Portugal Telecom referentes aos exercícios de 2004 e 2005, em que o principal assunto levantado pelas autoridades fiscais se prende com a dedutibilidade de certos custos financeiros incorridos nesses anos, conforme explicado na Nota 45.3.

As garantias bancárias solicitadas pela PT Comunicações foram apresentadas às seguintes entidades: (1) Autarquias e Câmaras Municipais, as quais estão relacionadas essencialmente com processos intentados contra a empresa referentes às taxas de ocupação da via pública; e (2) Anacom, as quais estão relacionadas essencialmente com o concurso para a atribuição do direito de utilização nacional das frequências para o serviço de televisão.

Em 31 de Dezembro de 2009, além dos compromissos já reflectidos nas demonstrações financeiras, o Grupo tinha assumido outros compromissos financeiros com fornecedores no montante de 252 milhões de euros, essencialmente relacionados com a compra de equipamentos e existências.

Em 31 de Dezembro de 2009, as garantias prestadas por terceiros relacionadas com os empréstimos bancários (Nota 34) eram as seguintes:

Garantias bancárias a favor do Banco eurospeu de Investimento	154.285.714
Aval do Estado a favor do <i>Kreditantsalt Für Wiederaufbau</i>	1.836.049

No âmbito das operações de *cross-border lease* celebradas pela TMN e pela PT Comunicações (Notas 29 e 39), a Empresa contratou a emissão de *letters of credit* por instituições financeiras a favor de entidades envolvidas nestas transacções (entidades que financiaram estas operações). Em 31 de Dezembro de 2009, o montante total dessas *letters of credit* ascendia a 48.527.056 dólares americanos, equivalentes a 33.685.309 euros à taxa de câmbio de 31 de Dezembro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Portugal Telecom tinha depósitos bancários no montante de 3 milhões de euros que se encontravam cativos em resultado de operações de *cross-border lease* realizadas pelo Grupo (Nota 33). Outras subsidiárias tinham também restrições à utilização de depósitos bancários no montante de 3 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009. Na mesma data, a Vivo tinha activos tangíveis e aplicações financeiras dados como garantia de processos judiciais em curso, cujos valores ascendiam a 17 milhões de euros e 8 milhões de euros, respectivamente (valores referentes aos 50% da Portugal Telecom).

43. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa apresenta os seguintes aspectos a salientar:

(a) A redução na rubrica "Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento" está relacionada essencialmente com as operações domésticas. A última prestação do imposto sobre o rendimento de 2007 paga em Maio de 2008 (64 milhões de euros) compara com um recebimento em Setembro de 2009 no montante de 11 milhões de euros, resultado de os pagamentos por conta efectuados em 2008 terem sido superiores ao imposto a pagar. Adicionalmente, os pagamentos por conta efectuados em 2008 (124 milhões de euros) foram mais elevados que os efectuados em 2009 (108 milhões de euros).

(b) A rubrica "Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros" inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada de Resultados na rubrica "Impostos indirectos" (Nota 14) e, ainda, pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Portugal.

(c) Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os recebimentos líquidos reduziram para 26.065.906 euros em 2009, em comparação com 1.117.360.042 euros em 2008, uma vez que à medida que a maturidade destas aplicações foi atingida, as mesmas foram sendo convertidas em caixa e equivalentes de caixa, o que também explica os níveis mais elevados de recebimentos e pagamentos durante o ano de 2008.

(d) Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica "Recebimentos provenientes de investimentos financeiros" tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2009	2008
Médi Télécom (Notas 1, 7 e 30)	400.000.000	-
Banco BEST (Nota 30)	-	16.000.000
Africatel (Nota 17)	-	13.426.862
Outras	1.660.387	2.954.086
	401.660.387	32.380.948

(e) Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica "Recebimentos provenientes de dividendos" tem a seguinte composição:

EUROS		
	2009	2008
Unitel (i)	121.408.615	-
CTM	17.967.803	15.912.135
Páginas Amarelas	-	2.008.000
Outras	787.738	1.255.472
	140.164.156	19.175.607

(i) Esta rubrica inclui os dividendos recebidos da Unitel relativos aos seus resultados de 2007 e 2008 nos montantes de 80 milhões de dólares americanos e 90 milhões de dólares americanos (Nota 25), respectivamente.

(f) Em 2009, os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros incluem um montante de 4,500,000 euros (Nota 30) relativos a um adiantamento efectuado para a aquisição da Reti – Rede Teledifusora Independente, SA.

Em 2008, os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros incluem o montante de 517.006.925 euros (Nota 2) relativo à aquisição da Telemig, líquido de 170.803.876 euros (Nota 2) correspondente ao montante de caixa e equivalentes de caixa da Telemig em 1 de Abril de 2008, data em que esta empresa foi incluída pela primeira vez no perímetro de consolidação.

(g) Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

Em 2009, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 97.055.111 euros. Conforme detalhado na Nota 34, os recebimentos provenientes de novos empréstimos obtidos incluem essencialmente: (1) as obrigações emitidas pela PT Finance em 2009 (2.050 milhões de euros); (2) as obrigações não convertíveis emitidas pela Vivo Participações em Janeiro e Outubro de 2009 (184 milhões de euros); e (3) as *floating rate* notes emitidas pela PT Finance em Julho de 2009 (250 milhões de euros). Os pagamentos respeitantes a reembolsos de empréstimos obtidos incluem basicamente o reembolso dos seguintes financiamentos: (1) obrigações emitidas pela PT Finance em 1999 (880 milhões de euros); (2) papel comercial em dívida em 31 de Dezembro de 2008 (649 milhões de euros); (3) *floating rate notes* emitidas pela PT Finance em Dezembro de 2008 (200 milhões de euros); (4) empréstimo obtido junto da Anatel para a aquisição de licenças 3G no Brasil (187 milhões de euros); e (5) obrigações emitidas pela Vivo Participações em 2003 (94 milhões de euros).

Em 2008, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 790.191.787 euros, e incluem essencialmente: (i) 200 milhões de euros e 50 milhões de euros relativos à emissão de *floating rate notes* pela PT Finance em 2009 (Nota 34); 324.937.659 euros relativos ao aumento do papel comercial em dívida no final do ano; e (iii) um montante de 227.247.163 euros (Nota 34) referente ao empréstimo obtido pela Vivo junto da Anatel, relacionado com a aquisição das licenças 3G em Abril de 2008.

(h) Em 2009, esta rubrica refere-se basicamente à contribuição dos accionistas minoritários para um aumento de capital da Vivo Participações ocorrido em Fevereiro de 2009.

(i) Os recebimentos provenientes de outras actividades de financiamento em 2009 e os pagamentos respeitantes a outras actividades de financiamento em 2008 correspondem basicamente à liquidação de derivados de taxa de câmbio contratados pela Vivo. Os pagamentos respeitantes a outras actividades de financiamento em 2009 incluem um montante de 38 milhões de euros (Nota 36) referente à liquidação de derivados de taxa de câmbio anteriormente detidos pela Portugal Telecom e classificados como detidos para negociação.

(j) Nos exercícios de 2009 e 2008, o detalhe dos dividendos pagos é como segue:

EUROS		
	2009	2008
Portugal Telecom (Nota 21)	503.626.688	533.200.884
Vivo	47.914.412	8.728.728
Cabo Verde Telecom	14.104.445	10.166.333
MTC	10.629.021	18.607.326
Africatel	5.100.000	-
Outras	7.141.587	3.910.662
	588.516.153	574.613.933

44. PARTES RELACIONADAS

a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 e as transacções ocorridas durante os exercícios findos nessas datas entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e conjuntamente controladas (na parcela referente aos 50% não detidos pelo Grupo PT) são como segue:

EUROS						
Empresa	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Vivo	21.457.605	20.274.591	482.948	584.750	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel (i)	54.117.992	70.408.010	6.336.992	5.535.356	-	-
Médi Télécom (ii)	936.701	6.759.993	412.915	928.306	-	75.592.524
Multitel	5.311.686	4.354.231	420.208	333.353	892.378	918.459
CTM	223.513	345.734	61.075	109.829	-	-
Outras	1.991.467	2.368.170	482.915	710.472	73.849	76.444
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	6.329.784	4.615.079	23.568.950	35.578.320	-	-
Caixanet	256.076	1.090.811	-	-	-	-
PT-ACS	469.509	5.235.755	540.364	1.031.713	-	-
Sportinveste Multimédia	880.605	639.844	404.519	-	35.318.668	35.318.668
Outras	8.741.400	12.823.802	936.785	2.981.140	7.249.389	7.047.439
	100.716.338	128.916.020	33.647.671	47.793.239	43.534.284	118.953.534

(i) As contas a receber da Unitel em 31 de Dezembro 2009 e 2008 incluem dividendos atribuídos no montante de 60 milhões de dólares americanos e 80 milhões de dólares americanos, respectivamente (Nota 25).

(ii) A redução nas contas a receber e empréstimos concedidos está relacionada com a alienação do investimento na Médi Télécom, conforme referido na Nota 30.

EUROS						
Empresa	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Vivo	1.481.178	-	57.332.872	57.199.275	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel	11.666.558	10.871.577	19.151.798	13.452.814	8.951	26.076
Médi Télécom	4.146.157	5.990.222	6.232.865	11.727.778	3.151.552	3.107.028
Multitel	206.554	-	1.044.045	486.282	-	-
CTM	176.506	134.814	439.398	1.315.254	-	-
Outras	2.055.049	2.146.008	651.914	1.483.067	-	36.331
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	57.416.758	64.728.006	3.631.198	2.998.932	-	-
PT-ACS	4.642.683	4.117.431	610.559	591.055	-	-
Sportinveste Multimédia	1.235.366	1.208.172	103.861	240.153	179.660	319.746
Caixanet	340.317	144.811	6.244.822	11.099.463	-	-
Outras	1.684.042	1.118.570	20.190.587	25.164.377	94.619	137.643
	85.051.168	90.459.611	115.633.919	125.758.450	3.434.782	3.626.824

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Prestação de serviços de *call centre* por parte da Dedic à Vivo;
- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas relacionado com a produção e distribuição de lista telefónicas.

b) Accionistas

Alguns dos principais accionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal curso da actividade. As transacções ocorridas durante o exercício de 2009 e os saldos em 31 de Dezembro de 2009 com os principais accionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

EUROS					
Empresa/Grupo	Vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom	Fornecimentos e serviços prestados à Portugal Telecom	Juros obtidos líquidos	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	32.389.249	4.921.439	(1.207.979)	7.668.654	104.510
BES	25.113.097	23.772.697	13.083.960	1.401.703	3.390.421
Visabeira	6.235.195	87.905.819	-	2.526.046	10.098.278
Controlinveste	3.382.434	40.619.069	-	1.677.799	7.413.145
Ongoing	1.006.132	2.786.303	-	47.958	647.346
Barclays	353.313	3.767	(11.882.534)	195.434	-
	68.479.420	160.009.094	(6.553)	13.517.594	21.653.700

Os termos destes acordos comerciais são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

No âmbito da constituição da Brasilcel, foi celebrada uma parceria estratégica com a Telefónica, segundo a qual a Portugal Telecom pode adquirir até 1,5% do capital social da Telefónica, e esta pode adquirir até 10% do capital da Portugal Telecom. Em 31 de Dezembro de 2009, a Telefónica detém 10% do capital social da Portugal Telecom.

A Portugal Telecom estabeleceu um *Shareholders' Agreement* com a Telefónica, que regula a gestão da Vivo e mantém acordos comerciais com algumas empresas da Telefónica relativamente à repartição do tráfego internacional, que são substancialmente idênticos aos praticados com outros operadores.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 9), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de activos dos fundos incluem acções, obrigações e outros investimentos dos nossos accionistas, e também investimentos em imóveis arrendados ao Grupo. Em 31 de Dezembro de 2009, a exposição total desses investimentos à Portugal Telecom, Telefónica, BES, e Ongoing ascendia a 343 milhões de euros, 174 milhões de euros, 142 milhões de euros e 77 milhões de euros, respectivamente (Nota 9).

c) Outros

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sóciais da Portugal Telecom nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as quais são estabelecidas pela Comissão de Vencimentos conforme política constante do relatório de governo da sociedade, foram as seguintes:

EUROS				
	2009		2008	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Administradores executivos	3.280.064	2.247.571	2.880.269	3.336.953
Administradores não executivos	1.454.888	-	1.323.867	-
Orgão de fiscalização	589.708	-	581.714	-
	5.324.660	2.247.571	4.785.850	3.336.953

Em 2008, a Comissão Executiva incluiu cinco membros e a partir de Abril de 2009 passou a incluir sete membros executivos. No seguimento das alterações de *corporate governance* ocorridas no segundo trimestre de 2008, o Presidente do Conselho de Administração deixou de acumular a função de Presidente da Comissão Executiva.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir uma remuneração variável anual relacionada com a sua *performance* no ano, a qual é paga no ano seguinte, e uma remuneração variável plurianual associada à *performance* no exercício das suas funções durante o mandato, a qual é paga no fim desse período. Anualmente, a Portugal Telecom reconhece a especialização destas remunerações variáveis anuais e plurianuais. No final do exercício de funções do triénio 2006/2008, e considerando a *performance* conseguida nesse período, os administradores executivos e o Presidente do Conselho de Administração, o qual exerceu funções de administrador executivo em 2006 e 2007, auferiram uma remuneração variável plurianual total de 3.799.101 euros.

Em complemento da política de remuneração acima referida, os administradores executivos e os dirigentes da gestão têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 31 de Dezembro de 2009, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos de pensões da PT Comunicações, e não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em acções nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 7.039.592 euros e 7.621.652 euros, respectivamente, e as remunerações variáveis ascenderam a 4.057.038 euros e 3.521.633 euros, respectivamente.

Treze dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom também participam nos planos de pensões da PT Comunicações. Relativamente a estes dirigentes, foram reconhecidas em 31 de Dezembro de 2009 responsabilidades com benefícios de reforma no montante total aproximado de 7.378.000 euros. Em 31 de Dezembro de 2009, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em acções nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Para informação adicional relacionada com as remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos dirigentes, remetemos os leitores para o Relatório de *Corporate Governance* da Sociedade incluído no Relatório Anual.

Um dos administradores não executivos da Portugal Telecom é gerente da "Heidrick & Struggles - Consultores de Gestão, Lda", a qual no curso normal das suas operações, prestou serviços de consultoria à Portugal Telecom no montante de, aproximadamente, 2,2 milhões de euros (excluindo IVA) em 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Portugal Telecom não tinha quaisquer saldos em aberto com membros do Conselho de Administração ou com dirigentes do Grupo.

45. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

45.1 PROCESSOS COM ENTIDADES REGULADORAS

a) Acções relacionadas com a taxa municipal de passagem

No seguimento da legislação de 1 de Agosto de 1997, como operador da rede básica de telecomunicações, a Portugal Telecom ficou isenta da obrigação de pagamento de taxas municipais, direitos de passagem e outras taxas relacionadas com a rede e com as obrigações inerentes à Concessão. Adicionalmente, no passado, o Estado Português informou a Portugal Telecom que esta legislação confirmou a isenção de pagamento de taxas estabelecida no contrato de Concessão. O Estado Português informou a Portugal Telecom de que continuará a tomar as acções necessárias para que a Portugal Telecom mantenha os benefícios económicos previstos no Contrato de Concessão. Neste momento, não é possível à Portugal Telecom assegurar que os tribunais portugueses reconheçam que esta legislação resolverá favoravelmente todas as acções interpostas contra a Empresa relacionadas com as taxas municipais para o período anterior à sua entrada em vigor.

Em 1999, o Município do Porto instaurou um processo judicial solicitando o pagamento de taxas e outros encargos relacionados com a utilização pela PT Comunicações de direitos de passagem em 1998. O Tribunal Administrativo do Círculo do Porto decidiu em favor da PT Comunicações em Março de 2003, declarando que os regulamentos do Município do Porto, que serviam de suporte para a imposição de taxas municipais e encargos pelo direito de passagem à PT Comunicações, eram inconstitucionais. O Município do Porto interpôs recurso da decisão do tribunal de 1ª Instância para o Tribunal Administrativo Central. Este recurso foi parcialmente favorável à PT Comunicações, mas o Município do Porto interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, onde a decisão ainda está pendente.

Em caso de decisão desfavorável deste recurso contra a PT Comunicações, outros municípios poderão interpor novas acções contra a Empresa. A legislação fiscal portuguesa determina um prazo limite de quatro anos para a liquidação de impostos, taxas ou encargos similares. No entanto, para taxas ou impostos anteriores a 1998, o período de caducidade do direito de reclamação estende-se a cinco anos. Considerando que o prazo de caducidade já expirou, a Portugal Telecom não espera que sejam interpostas novas acções contra a Empresa.

A Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, estabeleceu um novo regime para o direito de passagem em Portugal, no qual cada município pode aplicar uma taxa de 0,25% sobre a facturação de cada cliente que possua uma assinatura de rede no município. Este regime foi implementado em 2005, não sendo aplicado retroactivamente, não tendo impacto sobre os processos indicados anteriormente. Entretanto, o Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio, clarificou que nenhum outro imposto deveria ser imposto pelos municípios, além do regime estabelecido pela Lei n.º 5/2004.

Contudo, alguns municípios continuam a achar que a Lei n.º 5/2004 não revoga expressamente outros impostos que os municípios queiram estabelecer, uma vez que a Lei n.º 5/2004 não é aplicável ao domínio público nem ao domínio privado, mas é aplicável ao domínio federal público, ao domínio federal privado e também ao domínio regional privado.

Actualmente, existe uma acção interposta pelo Município do Seixal contra a PT Comunicações, e consideramos que o mesmo acontecerá com o Município de Aveiro.

b) Processos regulatórios

As operações da Portugal Telecom são sujeitas regularmente a investigações e inspecções, essencialmente pela ANACOM (regulador de telecomunicações), pela Comissão Europeia e pela Autoridade da Concorrência, no âmbito da verificação do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis. Actualmente, estão em curso investigações conduzidas pela Autoridade da Concorrência relativamente à PT Comunicações por alegadas práticas anti-concorrenciais no mercado da rede fixa telefónica. A Portugal Telecom considera que as empresas do Grupo seguiram consistentemente a política de cumprimento da legislação em vigor. A Portugal Telecom revê continuamente as suas ofertas comerciais de forma a reduzir o risco de incumprimento da legislação da concorrência. A Portugal Telecom acredita que a maioria das alegações que resultaram destas investigações serão indeferidas devido à natureza dos alegados abusos e ao carácter recente da legislação da concorrência. No entanto, se empresas do Grupo PT forem consideradas como estando em violação da legislação aplicável no âmbito destas ou de outras investigações, elas poderão vir a estar sujeitas a penalidades, multas ou outras sanções. Com base na legislação nacional, é, no entanto, permitida a interposição de recurso judicial relativamente a qualquer decisão adversa nestas matérias. Este recurso tem efeito suspensivo relativamente às decisões da Autoridade da Concorrência.

Em 2004, a Autoridade da Concorrência iniciou um processo contra-ordenacional contra a PT Comunicações, através da adopção de uma “nota de ilicitude” alegando que a PT Comunicações recusou ilegitimamente o acesso às condutas onde se encontra instalada a rede de telecomunicações fixas. Em Junho de 2005, a Autoridade da Concorrência emitiu nova “nota de ilicitude” revista, no âmbito deste processo. A PT Comunicações respondeu à “nota de ilicitude” e não acredita que tenha violado a legislação aplicável. No entanto, em 1 de Agosto de 2007, a Autoridade da Concorrência adoptou uma decisão de aplicação de uma coima, no valor de 38 milhões de euros, à PT Comunicações. A Empresa recorreu da decisão da Autoridade da Concorrência para o Tribunal de Comércio de Lisboa, em 30 de Agosto de 2007. Este recurso suspendeu a decisão da Autoridade da Concorrência. No dia 2 de Março de 2010, o Tribunal do Comércio de Lisboa anulou a multa de 38 milhões de euros aplicada à Portugal Telecom. A Autoridade da Concorrência ainda tem um prazo de 10 dias para recorrer desta decisão para um tribunal superior.

Em Abril de 2007, a Autoridade da Concorrência acusou ainda a PT Comunicações de alegado abuso de posição dominante pela atribuição, em 2003, de descontos discriminatórios no mercado de circuitos alugados. Em resposta a esta acusação a PT Comunicações contestou as alegações da Autoridade da Concorrência nesta matéria. Esta contestação teve efeitos suspensivos. Contudo, em 1 de Setembro de 2009, a Autoridade da Concorrência impôs uma coima de 2,1 milhões de euros à PT Comunicações. A PT Comunicações recorreu para o Tribunal do Comércio de Lisboa em 29 de Setembro de 2009. Este recurso suspendeu a decisão da Autoridade da Concorrência.

Em Setembro de 2009, a Portugal Telecom foi notificada da decisão da Autoridade da Concorrência relativa ao processo de contra-ordenação nº 05/03, que a condena ao pagamento de uma coima de 45.015.524 euros por alegado abuso de posição dominante relacionado com a aplicação, entre 22 de Maio de 2002 e 30 de Junho de 2003, das versões 11 a 15.9 da oferta grossista “Rede ADSL PT”. Em 29 de Setembro de 2009, a Portugal Telecom recorreu desta decisão para o Tribunal de Comércio de Lisboa, sendo que este recurso suspende a decisão da Autoridade da Concorrência. A Portugal Telecom discorda da decisão tomada e entende que, ainda que uma sanção se justificasse, o que não acontece, a coima infligida ultrapassa de forma incompreensível o limite máximo permitido pelo quadro legal aplicável. Desta forma, baseada na opinião dos seus consultores legais internos e externos, a Portugal Telecom não registou qualquer provisão para este processo.

A 8 de Junho de 2005, a Portugal Telecom foi informada através da imprensa que a Sonaecom, SGPS, SA (“Sonaecom” – um concorrente da Portugal Telecom) apresentou uma queixa contra a Empresa junto da Comissão Europeia, no âmbito do Artigo 82º do Tratado da UE, alegando o abuso de posição dominante no mercado Português pelo facto de o Grupo prestar, simultaneamente, serviços no âmbito do negócio de cabo e no negócio de rede fixa, respectivamente, através das subsidiárias PT Multimédia e PT Comunicações. A Sonaecom requereu que a Comissão Europeia impusesse à Portugal Telecom a separação dos dois negócios, ou seja, o negócio de televisão por cabo e o negócio de telecomunicações por rede fixa – designado por “remédio estrutural”. No entanto, a 2 de Fevereiro de 2006, a Comissão respondeu que a queixa em causa deveria ser interposta junto da Autoridade da Concorrência Nacional. Do conhecimento da Portugal Telecom, a queixa interposta perante a Comissão Europeia sobre este tema encontra-se arquivada. A Portugal Telecom ainda não recebeu quaisquer informações adicionais sobre as intenções da Sonaecom quanto à confirmação deste assunto junto da Autoridade da Concorrência, na sequência da conclusão do *spin-off* da PT Multimédia.

A Sonaecom submeteu igualmente uma queixa junto da Comissão Europeia alegando “ajuda estatal” ilegal à Portugal Telecom relacionada com a alienação por parte do Estado Português da rede básica de telecomunicações à PT Comunicações em 2002 e a exclusão do pagamento de taxas municipais no âmbito do Contrato de Concessão. A Sonaecom reclama que o valor de alienação da rede básica de telecomunicações à PT Comunicações foi efectuado por um valor abaixo do valor de mercado. A Sonaecom, igualmente, alega que a ausência de uma oferta pública de venda e de uma avaliação independente para o estabelecimento de um valor mínimo de alienação constitui uma “ajuda estatal” ilegal. Ao abrigo do Contrato de Concessão, a PT Comunicações estava isenta, na qualidade de prestador do serviço universal, do pagamento de taxas municipais desde 1995 até à data da respectiva revogação, pela Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, em contraste com o disposto relativamente aos novos operadores de telecomunicações, após a liberalização do mercado de telecomunicações em 2000. Estes operadores, de forma a construir a sua infra-estrutura, estavam sujeitos ao pagamento de taxas municipais pela utilização de subsolo municipal. A Sonaecom alega que esta discriminação contra os novos operadores constitui uma “ajuda estatal” ilegal, prejudicando os novos operadores e os municípios. A Portugal Telecom não recebeu qualquer informação por parte da Comissão Europeia ou das Autoridades Portuguesas relacionada com esta queixa.

Em Abril de 2006, a Comissão Europeia enviou ao Estado Português um pedido formal de abandono dos direitos especiais detidos na Portugal Telecom, como detentor único das acções preferenciais da Categoria A. A Comissão Europeia acredita que os poderes especiais atribuídos ao Estado Português constituem um desincentivo ao investimento por parte de empresas de outros Estados membros da União Europeia, em violação das regras do Tratado. Caso as Autoridades Portuguesas não tomem todas as acções indispensáveis para a resolução desta situação, a Comissão Europeia poderá decidir remeter a questão para o Tribunal Europeu de Justiça. Em 31 de Janeiro de 2008, a Comissão Europeia informou que o caso dos direitos especiais detidos pelo estado português na Portugal Telecom foi encaminhado para o Tribunal Europeu de Justiça.

c) Outros processos legais

Em Abril de 2003, a TVI – Televisão Independente, S.A., interpôs uma acção no montante de 64 milhões de euros contra o Estado Português e a PT Comunicações no Tribunal Administrativo de Lisboa. A TVI alegava que este montante reflectia o acréscimo de custos necessários para a construção e operacionalização da sua rede própria de transmissão de sinal sobre o preço a incorrer caso tivessem optado pela utilização da rede pública, assim como pela perda de receita, caso tivesse optado pela utilização dessa rede, já que a TVI argumentava que esta era mais extensa e desenvolvida que a sua própria rede. Em 2009 ambas as partes chegaram a acordo e a queixa foi retirada por parte da TVI. A PT Comunicações não teve de pagar qualquer montante.

Em Setembro de 2003, as empresas HLC – Telemedia, SGPS, S.A., Horácio Luís de Brito Carvalho e HLC – Engenharia e Gestão de Projectos, SA (conjuntamente, “HLC”) colocaram um processo judicial contra a PT Comunicações no Tribunal Civil de Lisboa com o objectivo de ser compensadas em 15 milhões de euros, argumentando que a PT Comunicações: (i) deixou de prestar serviço fixo de telefone (ii) deixou de prestar serviços de interligação e (iii) interrompeu a prestação de serviços de aluguer de circuitos, tendo estas acções causado a falência da HLC e danos na sua imagem e resultaram que Horácio Luís de Brito Carvalho tenha ficado pessoalmente responsável por determinadas perdas da HLC. Este processo terminou em 2009, uma vez que o Tribunal decidiu a favor da PT Comunicações e a HLC não recorreu.

Em Março de 2004, a TV TEL Grande Porto – Comunicações, S.A., ou TV TEL, uma empresa de telecomunicações sediada no Porto, instaurou uma acção contra a PT Comunicações no Tribunal Judicial de Lisboa. A TV TEL alegou que a PT Comunicações, desde 2001, restringiu de forma ilegal o acesso às suas condutas de telecomunicações no Porto, atrasando a instalação e o desenvolvimento da

rede de telecomunicações da TV TEL. A TV TEL alega que a PT Comunicações tinha a intenção de se auto-favorecer e de favorecer a CATVP-TV Cabo Portugal, SA, uma empresa subsidiária da PT Multimédia e concorrente directo da TV TEL. A TV TEL reclama da Portugal Telecom o montante aproximado de 15 milhões de euros por danos e perdas alegadamente causadas, em resultado do atraso na instalação da sua rede de telecomunicações no Porto. Adicionalmente, a TV TEL solicitou que a PT Comunicações fosse obrigada a garantir acesso total às suas condutas no Porto. A PT Comunicações contestou estas reclamações e alegações em Junho de 2004, defendendo que: (1) a TV TEL não possui um direito geral de utilização na sua rede de condutas; (2) todos os pedidos da TV TEL foram legal e atempadamente respondidos pela PT Comunicações de acordo com a sua política geral de gestão da infra-estrutura; e (3) as reclamações da TV TEL de danos e perdas não foram factualmente sustentadas. A audiência preliminar deste processo foi concluída e as novas datas para o julgamento estão agendadas para Maio de 2010.

Em Dezembro de 2008, a Oni SGPS, SA ("Oni") instaurou um processo arbitral contra a TMN na Câmara do Comércio e Indústria de Lisboa para o reembolso de mais de 36 milhões de euros, em resultado do não cumprimento do acordo nacional de *roaming* celebrado entre a TMN e a Oni Way – Infocomunicações, SA. A TMN submeteu a sua defesa a esta reclamação em Fevereiro de 2009, afirmando que a Oni não tem quaisquer factos que suportem esta reclamação além da sua responsabilidade ou dos riscos inerentes ao negócio da Oni Way. Em Fevereiro de 2010, o Centro de Comércio Arbitral divulgou a sua decisão final, condenando a TMN ao pagamento de um montante de 6,9 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2009, a Portugal Telecom tinha registado uma provisão para esta contingência.

45.2. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

Processos com perda provável

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com o IAS 37, tendo sido registada uma provisão (Nota 38), com base na opinião dos consultores judiciais internos e externos, para fazer face à saída provável de recursos do Grupo com estes processos. A natureza destes processos, à data de 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é conforme segue:

	EUROS	
	2009	2008
Responsabilidade civil	46.188.041	34.248.013
Responsabilidade laboral	20.678.751	16.443.937
Outras responsabilidades	2.902.515	3.110.758
	69.769.307	53.802.708

Processos com perda possível

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso intentados contra algumas empresas do Grupo, cujos principais estão descritos na Nota 45.1, os quais estão classificados como processos com perda possível, de acordo com informações dos advogados que acompanham estes processos. O seu detalhe é conforme segue:

	EUROS	
	2009	2008
Responsabilidade civil	121.789.395	200.117.502
Responsabilidade laboral	60.995.691	45.680.158
Outras responsabilidades	46.881.288	32.757.171
	229.666.374	278.554.831

45.3. CONTINGÊNCIAS FISCAIS

A Portugal Telecom regista uma provisão para impostos, a qual se destina a fazer face a responsabilidades decorrentes de contingências prováveis de natureza fiscal, estimadas com base em informações dos serviços internos das diversas empresas do Grupo e de consultores fiscais. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta provisão ascendia, respectivamente, a 37.969.785 euros e 37.499.364 euros (Nota 38).

Adicionalmente, existem diversos processos referentes a contingências fiscais contra algumas empresas do Grupo, os quais estão classificados como de perda possível, de acordo com informações dos advogados. Em 31 de Dezembro de 2009, estas contingências fiscais ascendiam a 842 milhões de euros, as quais incluíam 5 milhões de euros relativos às operações domésticas, 765 milhões de euros relacionados com a Vivo e 72 milhões de euros relativos a outras operações estrangeiras.

As contingências fiscais da Vivo resultam essencialmente da complexidade do sistema fiscal no Brasil e incluem essencialmente questões levantadas pelas autoridades fiscais locais não apenas em relação à Vivo, mas também em relação a todos os outros operadores de telecomunicações localizados no Brasil. Em 31 de Dezembro de 2009, a natureza destas contingências fiscais da Vivo era como segue:

- Liquidações fiscais no montante total de 1.360 milhões de Reais Brasileiros (271 milhões de euros) relacionadas com impostos federais, nomeadamente impostos sobre o rendimento, PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Segurança Social);
- Liquidações fiscais no montante total de 1.095 milhões de Reais Brasileiros (218 milhões de euros) relacionadas com a aplicação das taxas Fistel (taxas de espectro) na sequência da renovação das licenças de telecomunicações;
- Liquidações fiscais no montante total de 624 milhões de Reais Brasileiros (124 milhões de euros) relacionadas com a aplicação do ICMS (imposto sobre o valor acrescentado);
- Liquidações fiscais no montante total de 566 milhões de Reais Brasileiros (113 milhões de euros) relacionadas com a aplicação das taxas Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e Funtel (Fundo Nacional de Telecomunicações); e
- Liquidações fiscais no montante total de 197 milhões de Reais Brasileiros (39 milhões de euros) relativas a diversos outros assuntos fiscais, relacionados nomeadamente com impostos municipais e segurança social.

Além das contingências acima mencionadas, existem algumas contingências fiscais contra determinadas empresas do Grupo localizadas em Portugal, as quais estão relacionadas essencialmente com a dedutibilidade de encargos financeiros incorridos entre 2004 e 2007 (120 milhões de euros) e com a dedutibilidade de uma perda fiscal apurada em 2007 na sequência da liquidação de uma empresa subsidiária (63 milhões de euros). A Portugal Telecom já recebeu liquidações fiscais relativamente a parte destas contingências e apresentou garantias bancárias às autoridades fiscais no montante total de 78 milhões de euros (Nota 42) relativas aos anos de 2004 e 2005. Em 31 de Dezembro de 2009, a Portugal Telecom discorda fortemente destas liquidações e, com base na opinião dos seus consultores fiscais, considera que existem argumentos sólidos para contrapor a posição das autoridades fiscais.

46. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 7 de Fevereiro de 2010, a Portugal Telecom celebrou um acordo para a aquisição de uma participação de 100% no capital da GPTI, SA ("GPTI"). A aquisição será levada a cabo através da emissão de ações pela Dedic, subsidiária detida a 100% pela Portugal Telecom que actua no mercado de *contact centre* no Brasil. Na sequência da aquisição, os accionistas actuais da GPTI deterão uma posição de 12,5% no capital da Dedic, a qual poderá variar entre 5% e 20%, de acordo com o desempenho operacional e financeiro da GPTI em 2010 e 2011. A GPTI tem uma forte carteira de clientes e cerca de 75% das suas receitas em 2009 (140 milhões de Reais Brasileiros ou 51 milhões de euros) resultam de contratos recorrentes. A dívida financeira da GPTI ascende a 80 milhões de Reais Brasileiros (32 milhões de euros).

Relativamente ao processo iniciado em 2004 pela Autoridade da Concorrência contra a PT Comunicações, alegando que esta recusou ilegitimamente o acesso às condutas onde se encontra instalada a rede de telecomunicações fixas, e no seguimento do qual a Autoridade da Concorrência aplicou em Agosto de 2007 uma multa de 38 milhões de euros à PT Comunicações, no dia 2 de Março de 2010, o Tribunal do Comércio de Lisboa veio dar razão à Portugal Telecom e anular a multa aplicada pela Autoridade da Concorrência, sendo que esta última tem ainda um prazo de 10 dias para recorrer desta decisão para um tribunal superior.

ANEXOS

ANEXO I

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

SUBSIDIÁRIAS LOCALIZADAS EM PORTUGAL				PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 09 Efectiva	Dez 08 Efectiva
Portugal Telecom (Empresa-mãe)	Nota 1	Lisboa	Empresa-mãe			
Directel - Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel")		Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	Africatel (100%)	75,00%	75,00%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda		Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet.	PT Prime (90%)	90,00%	90,00%
Janela Digital - Informativo e Telecomunicações, Lda	(a)	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT Comunicações (50%)	50,00%	50,00%
Portugal Telecom Inovação, SA ("PT Inovação")		Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
Postal Network – Prestação Serviços de Gestão Infra-estrutura.comunic. ACE	(a)	Lisboa	Prestação de serviços postais.	PT Prime (51%)	51,00%	51,00%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA		Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (82,05%)	82,05%	82,05%
PT Centro Corporativo, SA		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Comunicações, SA		Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, SA ("PT Contact")		Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Imobiliária, SA		Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Investimentos Internacionais, SA ("PT II")		Lisboa	Serviços de consultoria de negócio e gestão de negócios. Elaboração de projectos e estudos económicos e gestão de investimentos.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Móveis, SGPS, SA ("PT Móveis")		Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios móveis.	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Participações, SGPS, SA		Lisboa	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Portugal, SGPS, SA		Lisboa	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prestações-Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA ("PT Prestações")		Lisboa	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA		Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, SA ("Tradecom")		Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação	Portugal Telecom (68,98%)	68,98%	66,00%
PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA		Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Sales - Serviços de Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA ("PT Sales")		Lisboa	Prestações serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Ventures, SGPS, SA		Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos internacionais.	Africatel (100%)	100,00%	100,00%
PT-Sistemas de Informação, SA ("PT SI")		Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Portugal (99,8%); PT Comunicações (0,1%); TMN (0,1%)	100,00%	100,00%
Superemprego - Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, SA ("Superemprego")	(b)	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	-	-	63,75%
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA		Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
TPT - Telecomunicações Publicas de Timor, SA ("TPT")		Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação em Timor.	PT Participações (76,14%)	76,14%	76,14%
Use.it® - Virott e Associados, Lda.	(a)	Lisboa	Prestação de serviços de <i>research</i> , desenho, programação, sistemas de informação e de suporte.	PT SGPS (52,50%)	52,50%	52,50%

(a) Estas empresas foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

(b) Em 2009, a PT Comunicações adquiriu uma participação de 36,3% na Superemprego e obteve desta forma o controlo integral desta empresa. Posteriormente, a Superemprego foi fundida por incorporação dos respectivos activos e passivos na PT Comunicações.

SUBSIDIÁRIAS LOCALIZADAS NO BRASIL

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 09 Efectiva	Dez 08 Efectiva
Dedic, SA (antes Mobitel, SA)		São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Brasil, SA ("PT Brasil")		São Paulo	Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e da informação.	Portugal Telecom (99,95%); PT Comunicações (0,05%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.		São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil")		São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%

SUBSIDIÁRIAS LOCALIZADAS EM ÁFRICA

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 09 Efectiva	Dez 08 Efectiva
Cabo Verde Móvel	(a)	Praia	Exploração do serviço de telecomunicações móveis.	Cabo Verde Telecom (100%)	30,00%	30,00%
Cabo Verde Multimédia	(a)	Praia	Exploração de serviços de multimédia.	Cabo Verde Telecom (100%)	30,00%	30,00%
Cabo Verde Telecom	(a)	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	30,00%	30,00%
Cellco - Ste Cellulaire du Congo SARL	(b)	Congo	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT II (61%)	61,00%	-
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, SA		Praia	Gestão de <i>call</i> e de <i>contact centre</i> .	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL		São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe.	Africatel (51%)	38,25%	38,25%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.		Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (60%); Cabo Verde Telecom (40%)	57,00%	57,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited	(c)	Uganda	Publicação de listas telefónicas..	Directel (100%)	75,00%	75,00%
Elta - Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.		Luanda	Publicação de listas telefónicas..	Directel (55%)	41,25%	41,25%
Guinetel, S.A	(c)	Bissau	Estabelecimento, gestão, exploração, utilização de redes de telecomunicações e a prestação de quaisquer serviços de telecomunicações ou conexos com o seu objecto principal.	Africatel (55%)	41,25%	41,25%
Inovetel - Inovação e Sistemas de Comunicação, SA	(d)	Luanda	Prestações serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação.	PT Inovação (100%)	100,00%	-
Kenya Postel Directories, Ltd.		Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (60%)	45,00%	45,00%
LTM - Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.		Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	37,50%	37,50%
Mobile Telecommunications Limited	(e)	Namibia	Exploração do serviço móvel.	Africatel (34%)	25,50%	25,50%

(a) A Portugal Telecom detém a maioria dos membros da comissão executiva da Cabo Verde Telecom, controlando deste modo as suas políticas financeiras e operacionais.

(b) Esta empresa foi adquirida em 2009 e foi consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

(c) Estas empresas foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial em 2009.

(d) Esta empresa foi constituída em 2009 e foi consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

(e) Portugal Telecom celebrou com os restantes accionistas da MTC um acordo parassocial, que lhe atribui o poder necessário para definir e controlar as políticas financeiras e operacionais desta participada.

OUTRAS SUBSIDIÁRIAS

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 09 Efectiva	Dez 08 Efectiva
Africatel		Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (75%)	75,00%	75,00%
AGTEL, BV	(a)	Amesterdão	Gestão de investimentos.	-	-	100,00%
CVTEL, BV	(b)	Amesterdão	Gestão de investimentos.	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
Direct Media Ásia		Hong Kong	Publicação de directórios B2B e similares em suporte de papel e/ou electrónico.	Directel (100%)	75,00%	75,00%
Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia")	(b)	Macau	Promoção e <i>marketing</i> de serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (99,84%); PT Comunicações (0,16%)	100,00%	99,96%
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ("PT Europa")	(b)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	98,67%
Portugal Telecom Internacional Finance B.V		Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom, SA		Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (54,01%)	41,12%	41,12%

(a) Esta empresa foi liquidada em 2009.

(b) Estas empresas foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

ANEXO II

EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO PROPORCIONAL

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL						
Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 09 Efectiva	Dez 08 Efectiva
Avista	(a)	São Paulo	Gestão de Participações.	-	-	50,00%
Portelcom Participações, SA ("Portelcom")		São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (60,15%); Ptelecom Brasil (39,85%)	50,00%	50,00%
Ptelecom Brasil, SA ("Ptelecom")		São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Sudeste Celular Participações, SA ("Sudeste Celular")	(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	-	-	50,00%
Tagilo Participações, Lda, ("Tagilo")	(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	-	-	50,00%
TBS Celular Participações, SA ("TBS")		São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (73,27%); Sudeste Celular(22,99%)	48,13%	48,13%
Telemig Celular	(b)	Minas Gerais	Exploração do serviço móvel celular.	Telemig Celular Participações (100%)	29,71%	17,91%
Telemig Celular Participações	(b)	Minas Gerais	Gestão de participações sociais.	-	-	18,68%
Vivo Participações, SA ("Vivo Participações")	(c)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (36,47%); Portelcom (18,74%); TBS (4,38%)	29,71%	31,78%
Vivo, SA		Curitiba	Exploração do serviço móvel celular.	Vivo Participações (100%)	29,71%	31,78%
Brasilcel, N.V. ("Brasilcel")		Amesterdão	Gestão de participações sociais.	PT Móveis (50%)	50,00%	50,00%

(a) Em 2009, estas empresas foram fundidas por incorporação dos respectivos activos e passivos na Portelcom Participações.

(b) Conforme explicado na Nota 2, no seguimento de uma operação de reestruturação societária concluída em Julho de 2009, estas empresas passaram a ser detidas integralmente pela Telemig Celular Participações e Vivo Participações, respectivamente. No seguimento desta operação, a Telemig Celular Participações foi fundida através da incorporação dos seus activos e passivos na Vivo Participações.

(c) Em 31 de Dezembro de 2009, os direitos de voto na Vivo Participações eram de 44,2%.

ANEXO III

EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 encontram-se detalhadas em baixo.

EMPRESAS ASSOCIADAS LOCALIZADAS EM PORTUGAL				PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 09 Efectiva	Dez 08 Efectiva
Broadnet Portugal		Lisboa	Disponibilização de serviços de acesso à internet.	Portugal Telecom (21,27%)	21,27%	21,27%
Caixanet – Telemática e Comunicações, SA		Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da internet.	PT Prime (10%); PT SI (5%)	15,00%	15,00%
Capital Criativo - SCR, SA	(a)	Loures	Gestão de investimentos.	PT Comunicações (20%)	20,00%	-
Entigere – Entidade Gestora Rede Multiserviços, Lda.		Lisboa	Networks management.	PT Participações (25%)	25,00%	25,00%
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, SA ("INESC")		Lisboa	Gestão de redes.	Portugal Telecom (26,36%); PT Comunicações (9,53%)	35,89%	35,89%
INESC Inovação - Instituto de novas tecnologias		Lisboa	Gestão de redes.	INESC (90%)	32,30%	32,30%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, SA		Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Prime (20%)	20,00%	20,00%
Páginas Amarelas, SA ("Páginas Amarelas")		Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (24,88%); PT Prime (0,125%)	25,00%	25,00%
PT P&F ACE		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria, assessoria e apoio à implementação de processos de envelopagem.	PT Comunicações (49%)	49,00%	49,00%
SGPICE - Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, SA	(b)	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da internet.	PT Comunicações (11,11%); Portugal Telecom (22,22%)	33,33%	22,22%
Siresp – Gestão de Rede Digitais de Segurança e Emergência, SA		Lisboa	Gestão de redes.	PT Participações (30,55%)	30,55%	30,55%
Sportinvest Multimédia, S.A.		Lisboa	Serviços de conteúdos desportivos para os principais agentes de mercado, nomeadamente Televisões, Operadores Móveis e ISP.	Sportinvest Multimédia (100%)	50,00%	50,00%
Sportinvest Multimédia, SGPS, SA		Lisboa	Gestão de Participações Sociais.	Portugal Telecom (50%)	50,00%	50,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, SA		Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados.	PT Prime (50%)	50,00%	50,00%
Tradeforum-Soluções de Comercio Electronico, A.C.E.		Lisboa	Fornecimento de soluções de comércio electrónico <i>business-to-business</i> no mercado nacional e de soluções de automatização dos processos de compra.	Portugal Telecom (50%)	33,00%	33,00%
TV Lab - Serviços e Equipamentos Interactivos, SA		Lisboa	Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva.	PT Comunicações (50%)	50,00%	50,00%
Vantec – Tecnologias de Vanguarda Sistemas de Informação, S.A.		Lisboa	Comercialização de soluções e equipamentos para o sector audiovisual.	Portugal Telecom (25%)	25,00%	25,00%
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda	(c)	Lisboa	Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo.	-	-	50,00%

(a) Esta empresa foi constituída durante o exercício de 2009.

(b) Em 2009, a Portugal Telecom adquiriu uma participação de 11,11% nesta empresa.

(c) A PT Comunicações alienou este investimento financeiro em 2009 pelo montante de 1.750.000 euros.

EMPRESAS ASSOCIADAS LOCALIZADAS EM ÁFRICA

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 09 Efectiva	Dez 08 Efectiva
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, S.A.R.L.		Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações.	Africatel (40,14%)	30,11%	30,11%
Médi Télécom	(a)	Casablanca	Exploração do serviço móvel celular.	-	-	32,18%
Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda.		Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	Africatel (40%)	30,00%	30,00%
Teledata de Moçambique, Lda.		Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos.	PT Ventures (25%)	18,75%	18,75%
Unitel		Luanda	Exploração do serviço móvel celular em Angola.	PT Ventures (25%)	18,75%	18,75%

(a) Conforme descrito na Nota 30, esta empresa foi alienada durante o exercício de 2009.

EMPRESAS ASSOCIADAS (INCLUINDO BRASIL)

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 09 Efectiva	Dez 08 Efectiva
Tradecom Brasil, SA		São Paulo	Desenvolvimento de negócio electrónico via internet na América Latina.	Portugal Telecom (20%)	20,00%	20,00%
UOL, Inc.		São Paulo	Prestação de serviços de ISP e produção e disponibilização de conteúdos para internet.	Portugal Telecom (21,95%); PT Brasil (6,83%)	28,78%	29,00%
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L.		Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas em Macau.	PT Comunicações (3%); PT Participações (25%)	28,00%	28,00%
Hungaro Digitel KFT		Budapeste	Prestação de serviços de comunicações empresariais.	PT Participações (44,62%)	44,62%	44,62%
Tradecom International, NV		Roterdão	Desenvolvimento de negócio electrónico via internet na América Latina.	Portugal Telecom (20%)	20,00%	20,00%

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2009

1. Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, vem a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Sociedade" ou "PT SGPS") emitir o seu relatório e dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas Consolidados do Grupo Portugal Telecom para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

2. Actividades de fiscalização

No âmbito das suas competências enquanto órgão de fiscalização da Sociedade, em 2009 a Comissão de Auditoria acompanhou a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e o cumprimento das normas legais, regulamentares e contabilísticas aplicáveis e desenvolveu um conjunto de acções de fiscalização quanto à qualidade e integridade do processo de elaboração e divulgação da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Portugal Telecom.

Ao longo do exercício, a Comissão reuniu periodicamente com os responsáveis pela preparação do Relatório e Contas Consolidados da Sociedade e das contas de subsidiárias relevantes, bem como com os Auditores Externos e o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, com quem comentou a adequação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados no fecho das contas e dos critérios adoptados na elaboração do relatório de gestão. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria apreciou os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e o Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, ambos sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas aprovadas pelo Conselho de Administração, os quais foram emitidos sem quaisquer reservas.

A Comissão de Auditoria exerceu também as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e execução de funções dos Auditores Externos e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e de supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos e da função de auditoria interna da PT SGPS.

Relativamente ao sistema de controlo interno, destaca-se a sua certificação em 2009, por referência ao exercício de 2008, pelos Auditores Externos da Sociedade, em conformidade com os requisitos definidos na *Section 404 do Sarbanes-Oxley Act*, com base na metodologia definida pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*).

As actividades de fiscalização acima descritas serão tratadas mais pormenorizadamente no relatório de actividades da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2009 divulgado no *website* da Sociedade.

3. Declaração de Responsabilidade

Para efeitos do disposto no número 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA, abaixo identificado declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhe competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio da Comissão de Auditoria, no exercício das suas funções:

- A informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento relativamente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2009 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação;

- O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente, uma descrição correcta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

4 - Parecer sobre o relatório e contas consolidados relativos ao exercício de 2009

Em face do exposto, é convicção da Comissão de Auditoria que o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Portugal Telecom do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, as quais compreendem as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, da posição financeira, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa e respectivas notas anexas, referentes ao exercício findo naquela data, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais e estatutárias aplicáveis, pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia-Geral Anual da PT SGPS.

Lisboa, 4 de Março de 2010

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA

(João Manuel de Mello Franco)

OS VOGAIS

(José Guilherme Xavier de Basto)

(Mário João de Matos Gomes)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, SA (“Empresa”) do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 14.831.206.331 Euros e um total do capital próprio de 2.384.769.377 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas da Empresa e reconhecido na demonstração consolidada dos resultados de 683.931.019 Euros e um total dos interesses minoritários de 1.067.261.255 Euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRSs”)), tal como adoptadas na União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a actividade, posição financeira ou resultados das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, SA e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2009, os resultados e rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRSs")), tal como adoptadas na União Europeia, aplicadas de forma consistente com o exercício anterior.

Lisboa, 5 de Março de 2010

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

Pedro Matos Silva

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Empresa") e suas subsidiárias, as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de 14.831.206.331 Euros e capitais próprios de 2.384.769.377 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 683.931.019 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados e do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, SA e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2009, os resultados e rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, aplicadas de forma consistente com o exercício anterior e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 4 de Março de 2010

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por

João Luís Falua Costa da Silva

GLOSSÁRIO

ADR | *American Depositary Receipt*. Título que está cotado na NYSE em representação de acções de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 acção da PT.

ADSL | *Asymmetric Digital Subscriber Lines*. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.

ARPU | *Average Revenue per User*. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.

Capex | *Capital expenditure*. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.

Cash flow | A diferença entre os *cash inflows* e os *cash outflows* num determinado período.

Cash flow operacional | $\text{Cash flow operacional} = \text{EBITDA} - \text{capex} \pm \text{alteração do fundo de manei} \pm \text{provisões não monetárias}$.

CCPU | *Cash Cost Per User*. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações, e custo das vendas de terminais, por número médio de utilizadores no período.

CDMA | *Code Division Multiple Access*. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.

CRM | *Customer Relationship Management*. Gestão do relacionamento com os clientes.

Custos de curtailment | Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.

EBITDA | *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation*. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações + custos com benefícios de reforma.

Euronext ou Euronext Lisbon | Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as acções da PT estão cotadas e são transaccionadas.

Free cash flow | $\text{Free cash flow} = \text{cash flow operacional} \pm \text{aquisições/vendas de investimentos financeiros} \pm \text{juros líquidos pagos} - \text{pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma} - \text{pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento} \pm \text{dividendos pagos/recebidos} \pm \text{outros movimentos de caixa}$.

FTTH | Rede de fibra óptica.

Gearing | $\text{Gearing} = \text{dívida líquida} / (\text{dívida líquida} + \text{capital próprio})$.

GSM | *Global System for Mobile*. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.

HDTV | *High Definition Television*. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução maior do que os formatos tradicionais.

IAS/IFRS | *International Accounting Standards*. Normas Internacionais de Contabilidade / *International Financial Reporting Standards*. Novo normativo contabilístico emanado pelo *International Accounting Standards Board*, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.

IP | *Internet Protocol. Standard* que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.

IPTV | *Internet Protocol Television*. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.

ISP | *Internet Service Provider*. Empresa que fornece o acesso à Internet.

Margem EBITDA | $\text{Margem EBITDA} = \text{EBITDA} / \text{receitas operacionais}$.

MMS | *Multimedia Message Service*. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.

MOU | *Minutes of Usage*. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.

NGAN | *Next generation access network*. Redes de acesso de nova geração.

NYSE | *New York Stock Exchange*. Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Oferta triple-play | Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.

Pay to basic ratio | $\text{Pay to basic ratio}$. Rácio que representa a percentagem do número total de subscrições dos serviços premium em relação ao número total de clientes de TV por subscrição.

POC | Plano Oficial de Contabilidade.

PSSTN | *Public Switched Telephone Network*. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

RDIS | Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.

Resultado operacional | $\text{Resultado operacional} = \text{resultado antes de resultados financeiros e impostos} + \text{custos do programa de redução de efectivos} + \text{menos (mais) valias na alienação de imobilizado} + \text{outros custos líquidos}$.

SARC | *Subscriber Acquisition and Retention Cost*. Custos de aquisição e de retenção por cliente. $\text{SARC} = (70\% \text{ dos custos de marketing e de publicidade} + \text{comissões} + \text{subsídios}) / (\text{adições brutas} + \text{upgrades})$.

SEC | *Securities and Exchange Commission*. Regulador americano para o mercado de capitais.

SMS | *Short Message Service*. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.

VoD | *Video-on-demand*. Sistema que permite seleccionar e ver vídeos.

3G | *3Generation*. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à da tecnologia GSM.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração	Presidente Executivo	Administradores não executivos
Henrique Granadeiro	Zeinal Bava	José Maria Alvarez-Pallete Lopéz
	Administradores executivos	Francisco Manuel Marques Bandeira
	Luís Pacheco de Melo	José Guilherme Xavier de Basto
	Carlos Alves Duarte	Santiago Fernández Valbuena
	Rui Pedro Soares	João Manuel de Mello Franco
	Manuel Rosa da Silva	Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
	Fernando Soares Carneiro	Mário João de Matos Gomes
	Shakhaf Wine	Gerald Stephen McGowan
		Rafael Luís Mora Funes
		Maria Helena Nazaré
		Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
		António Manuel Palma Ramalho
		Francisco Teixeira Pereira Soares
		Jorge Humberto Correia Tomé
		Paulo José Lopes Varela
		Milton Almicar Silva Vargas
		Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos

INDICADORES-CHAVE

DESTAQUES FINANCEIROS CONSOLIDADOS		MILHÕES DE EUROS		
	2009	2008	Δ09/08	
Receitas operacionais	6.784,7	6.720,9	0,9%	
Custos operacionais, excluindo PRB e amortizações	4.282,4	4.240,6	1,0%	
EBITDA ⁽¹⁾	2.502,3	2.480,3	0,9%	
Resultado operacional ⁽²⁾	974,7	1.167,2	(16,5%)	
Resultado líquido	683,9	576,1	18,7%	
Capex ⁽³⁾	1.268,3	1.242,3	2,1%	
Capex em % das receitas operacionais (%)	18,7	18,5	0,2pp	
EBITDA menos Capex	1.234,0	1.238,0	(0,3%)	
Free cash flow	869,5	216,5	n.s.	
Dívida líquida	5.528,0	5.571,3	(0,8%)	
Resp. não fin. líq. de impostos com benefícios de reforma	1.078,5	1.330,2	(18,9%)	
Margem EBITDA (%) ⁽⁴⁾	36,9	36,9	(0,0pp)	
Dívida líquida / EBITDA	2,2	2,2	(0,0x)	
EBITDA / juros líquidos (x)	8,3	9,1	(0,8x)	
Resultado líquido por acção	0,78	0,64	22,9%	
Resultado líquido por acção diluído ⁽⁵⁾	0,76	0,62	21,8%	

(1) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações.

(2) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

(3) O capex exclui compromissos adicionais nos termos da licença UMTS (11,5 milhões de euros no 1º semestre de 2009) e a aquisição das licenças 3G no Brasil (227 milhões de euros no 2T08).

(4) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

(5) O resultado líquido por acção considera o resultado líquido subtraído dos custos relativos às obrigações convertíveis, a dividir pelo número de acções diluídas.

DADOS OPERACIONAIS • REDE FIXA

	2009	2008	Δ09/08
Acessos ('000)	4.587	4.298	6,7%
Acessos de retalho	4.189	3.864	8,4%
PSTN/RDIS	2.746	2.843	(3,4%)
Linhas geradoras de tráfego	2.612	2.668	(2,1%)
Pré-selecção	134	174	(23,2%)
ADSL retalho	862	710	21,5%
Clientes de TV	581	312	86,2%
Acessos de <i>wholesale</i>	398	434	(8,3%)
Lacetes locais desagregados	281	305	(8,1%)
Acessos ORLA	63	76	(16,2%)
ADSL <i>wholesale</i>	54	53	2,0%
Adições líquidas ('000)	289	132	118,9%
Acessos de retalho	325	191	70,2%
PSTN/RDIS	(96)	(173)	(44,4%)
Linhas geradoras de tráfego	(56)	(110)	(49,1%)
Pré-selecção	(40)	(63)	(36,2%)
ADSL retalho	152	73	108,9%
Clientes de TV	269	291	(7,7%)
Acessos de <i>wholesale</i>	(36)	(59)	(39,0%)
Lacetes locais desagregados	(25)	14	n.s.
Acessos ORLA	(12)	(65)	(81,0%)
ADSL <i>wholesale</i>	1	(8)	n.s.
RGU de retalho por acesso ⁽¹⁾	1,53	1,36	12,2%
ARPU (euros)	30,1	29,2	3,1%
Tráfego total (milhões de minutos)	11.225	11.888	(5,6%)
Tráfego de retalho	4.713	4.990	(5,5%)
Tráfego de <i>wholesale</i>	6.512	6.898	(5,6%)
Trabalhadores	6.450	6.183	4,3%

(1) Acessos de retalho por acessos PSTN/RDIS.

DADOS OPERACIONAIS • MÓVEL PORTUGAL ⁽¹⁾

	2009	2008	Δ09/08
Clientes ('000)	7.252	6.933	4,6%
Adições líquidas ('000)	319	680	(53,1%)
Tráfego total (milhões de minutos)	9.848	9.047	8,9%
MOU (minutos)	117	115	1,8%
ARPU (euros)	16,2	18,1	(10,6%)
Cliente	14,0	14,9	(5,8%)
Interligação	1,9	2,9	(34,7%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	23,1	20,4	2,6pp
SARC (euros)	36,0	38,0	(5,3%)
Trabalhadores	1.004	1.082	(7,2%)

(1) Inclui subscritores MVNO.

DADOS OPERACIONAIS • MÓVEL BRASIL ⁽¹⁾

	2009	2008	Δ09/08
Clientes ('000)	51.744	44.945	15,1%
Quota de mercado (%)	29,7	29,8	(0,1pp)
Adições líquidas ('000)	6.799	7.475	(9,0%)
Tráfego total (milhões de minutos)	52.106	40.843	27,6%
MOU (minutos)	92	86	6,3%
ARPU (reais)	26,4	29,2	(9,5%)
Cliente	15,9	16,8	(5,8%)
Interligação	10,3	12,1	(14,8%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	13,6	10,2	3,4pp
SARC (reais)	75,6	82,5	(8,4%)
Trabalhadores	10.598	8.386	26,4%

(1) Dados operacionais calculados de acordo com o GAAP brasileiro.

INFORMAÇÃO ADICIONAL ACCIONISTA

NEGOCIAÇÃO DAS ACÇÕES E ADR

As acções da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR - *American Depositary Receipts* (código: PT). Um ADR é equivalente a uma acção ordinária.

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 896.512.500 acções com o valor nominal de 3 cêntimos cada, estando cotadas em bolsa 896.512.000 acções na Euronext e na Bolsa de Nova Iorque. Na mesma data, o número de ADR registados ascendia a 36.697.379, representando 4,1% do total do capital social da PT. O número de acções em circulação de 876mn foi ajustado por 20.64mn de acções próprias detidas através de *equity swaps*.

INFORMAÇÃO BOLSISTA

	2009	2008
Em 31 de Dezembro		
Capital social (euros)	26.895.375	26.895.375
Número de acções	896.512.500	896.512.500
Número de acções em circulação	875.872.500	875.872.500
Cotação (euros)	8,520	6,070
Capitalização bolsista (milhões de euros)	7.638	5.442
Dividendo bruto por acção (euros)	0,575	0,575
<i>Dividend yield</i>	6,7%	9,5%
Resultado líquido (milhões de euros)	684	576
<i>Pay-out-ratio</i>	73,6%	87,4%
Cotações / transacções		
Cotação máxima (euros)	8,690	9,450
Cotação mínima (euros)	5,479	4,350
Transacções em volume (milhões de acções)	777	1.057
Transacções em valor (milhões de euros)	5.370	7.783
Variação anual		
Portugal Telecom ⁽¹⁾	40,4%	(32,0%)
PSI-20	33,5%	(51,3%)
DJ Stoxx Telecom Europe	11,3%	(36,5%)

CALENDÁRIO FINANCEIRO 2010

4 Março | Resultados do exercício de 2009

16 Abril | Assembleia-Geral anual de accionistas - Filing do form 20-F com a SEC

6 Maio | Resultados do primeiro trimestre de 2010

22 Julho | Resultados do primeiro semestre de 2010

21 Outubro | Resultados dos primeiros nove meses de 2010

CONTACTOS

RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Nuno Vieira

Director de Relação com Investidores

Portugal Telecom

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069 - 300 Lisboa, Portugal

Tel: +351 21 500 1701

Fax: +351 21 500 0800

E-mail: nuno.t.vieira@telecom.pt

Accionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc.).

BANCO DEPOSITÁRIO

The Bank of New York

ADR Division

101 Barclay Street, 22nd Floor

New York, NY 10286, USA

Tel: +1 212 815 2367

Fax: +1 212 571 3050

Os detentores de ADR podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADR da PT em Nova Iorque.

PÁGINA DA INTERNET

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

SEDE SOCIAL

Portugal Telecom, SGPS, SA

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 Lisboa, Portugal

Tel: +351 21 500 2000